

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS
FACULDADE DE ECONOMIA**

ISABELLA GONÇALVES MIRANDA

BRASIL EM MOVIMENTO

O fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira

Belo Horizonte

Setembro de 2019

Isabella Gonçalves Miranda

BRASIL EM MOVIMENTO

O fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira

Tese apresentada em cotutela no programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e no programa Pós-colonialismos e Cidadania Global, do Centro de Estudos Sociais – Coimbra e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Orientador: Leonardo Avritzer (UFMG-Belo Horizonte)

Coorientador: José Manuel Mendes (UC-Coimbra)

Belo Horizonte

Setembro de 2019

320
M672b
2019

Miranda, Isabella Gonçalves.
Brasil em movimento [manuscrito] : O fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira / Isabella Gonçalves Miranda. - 2019.
211 f.
Orientador: Leonardo Avritzer.
Coorientador: José Manuel Mendes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Democracia - Teses.
3. Esquerda e direito (Ciência política) - Teses. I. Avritzer, Leonardo. II. Mendes, José Manuel. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

FOLHA DE APROVAÇÃO - ISABELLA GONÇALVES MIRANDA
Doutoramento em Regime de Cotutela entre
UNIVERSIDADE DE COIMBRA e UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

"BRASIL EM MOVIMENTO: o fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira"

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração: CIÊNCIA POLÍTICA, linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas. Aprovada em 18 de outubro de 2019, pela banca constituída pelos membros: Prof. Leonardo Avritzer - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Priscila Delgado de Carvalho (INCT/UFMG), Prof. José Manuel Mendes (CES/UC) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa Sara Araújo (CES/UC) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa. Flávia Millena Biroli Tokarski (ICP/Unb), Profa Luciana Ferreira Tatagiba (IFC/Unicamp). Belo Horizonte, 18 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos**, **Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 12/08/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3410078** e o código CRC **98876ACB**.

AGRADECIMENTOS

A presente tese foi construída a muitas mãos, a partir de várias interlocuções e apoios. Ela se inicia em 2013 e se encerra em 2019. Ao longo desse período diversas pessoas e coletivos foram fundamentais para que no meio das tormentas conjunturais e pessoais eu conseguisse formular, teorizar e escrever. Agradeço especialmente às mulheres no Brasil e em Portugal que constroem práticas de enfrentamento ao sexismo na academia, em especial à Mariana Prandini. Agradeço minha mãe pelo cuidado e suporte fundamental em momentos difíceis. Ao meu amor, Natália Alves, pela parceria intelectual e afetiva. Agradeço a todos os companheiros de luta das Brigadas Populares, no nome dos camaradas Luiz Fernando Vasconcelos e Natália Barud; da Gabinetona, no nome da minha parceira Cida Falabella; dos territórios de luta, no nome da minha camarada Charlene Cristiane. Por fim, gostaria de agradecer à Universidade de Coimbra, no nome do meu co-orientador José Manuel Mendes e ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, no nome do meu co-orientador Leonardo Avritzer e da minha amiga Lilian Gomes. Sem essas pessoas eu certamente não teria conseguido concluir esse trabalho.

RESUMO

O Brasil atravessa um período de polarização da sociedade e instabilidade que levou ao rompimento do pacto democrático que fundou a Nova República. Desde junho de 2013, quando ocorreram grandes protestos que levaram mais de um milhão de pessoas às ruas em mais de cem cidades do país, aprofundam-se a crise da esquerda e dos pilares de conciliação que tornaram possível o pacto de classes que vigorou no país nos últimos trinta anos. Como resultado ocorre em 2016 o Golpe/ Impeachment da presidenta Dilma Rousseff em uma trama marcada por exceções e rompimentos da legalidade, processo que se consolida nas urnas em 2018, em uma eleição marcada pelo esvaziamento da política e que leva à eleição de Jair Bolsonaro. A minha proposta de investigação busca analisar o esgotamento e a crise da Nova República para compreender o esgotamento e a crise dos sujeitos, da práxis e do projeto estratégico da esquerda brasileira. A partir do diagnóstico realizado, esboço algumas propostas para a reconfiguração das forças populares no país. As análises partem do cruzamento entre teoria social e a análise da emergência de novos discursos, atores políticos, pautas de reivindicação e estratégias de disputa dos espaços urbanos no cenário político nacional.

Palavras-chave: Democracia; esquerda; nova república; golpe.

ABSTRACT

Brazil is going through a period of polarization of the society and instability that leads to the collapse of the democratic pact that founded the New Republic. Since June 2013, when major protests took more than one million people to the streets in more than 100 cities in the country, there was an intensification of the crisis of the left and the crisis of the pillars of conciliation that made possible the pact of classes that was held in the country for the last thirty years. As a result, President Dilma Rousseff's Coup/Impeachment took place in 2016 in a plot marked by exceptions and breaches of legality, a process that is consolidated at the polls in 2018, in an election marked by the stripping of meaning of politics that led to the election of Jair Bolsonaro. My research proposal seeks to analyze the exhaustion and crisis of the New Republic in order to understand the exhaustion and crisis of the subjects, of the praxis and of the strategic project of the Brazilian left. Considering the diagnosis made, I outline some proposals for the reconfiguration of the popular forces in the country. The analyzes start at the intersection between social theory and the analysis of the emergence of new discourses, political actors, agendas of claims and strategies of dispute of urban spaces in the national political scenario.

Keywords: Democracy; left-wing; new republic; coup.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
1. 1 Desenhando a tese.....	15
2 CAPÍTULO 1 - AS RUAS EM MOVIMENTO.....	24
2.1 Como a multidão ocupou as ruas em 2013?.....	31
2.2 A multidão: o caráter acêntrico das manifestações de Junho de 2013.....	39
2.3 A multidão é urbana: deslocamentos e contradições no processo de urbanização desordenada.....	43
2.4 A multidão é jovem: transição geracional e o abismo entre linguagens políticas.....	50
2.5 A multidão é batalhadora: transformações na organização de classes no Brasil.....	57
2.6 A multidão e a captura: crise da esquerda após Junho de 2013 e recomposição da direita.....	63
3 CAPÍTULO 2 - A NOVA REPÚBLICA E O POVO BRASILEIRO.....	71
3.1 As promessas de desenvolvimento e inclusão.....	95
<i>3.1.1 Desenvolvimento e dependência.....</i>	<i>95</i>
<i>3.1.2 Neodesenvolvimentismo e os limites da conciliação.....</i>	<i>101</i>
3.2 A crise do neodesenvolvimentismo.....	111
4 CAPÍTULO 3 - O ESGOTAMENTO DA NOVA REPÚBLICA.....	117
4.1 As promessas de democracia e o Estado de exceção permanente.....	121
<i>4.1.1 Distorções da representação.....</i>	<i>126</i>
<i>4.1.2 Presidencialismo de coalizão.....</i>	<i>128</i>
<i>4.1.3 Limites da participação popular.....</i>	<i>130</i>
<i>4.1.4 Corrupção.....</i>	<i>131</i>
<i>4.1.5 Golpe parlamentar e o papel do poder judiciário.....</i>	<i>137</i>
4. 2 A esquerda face ao aprofundamento do estado de exceção: entre a incredulidade e a luta pela sobrevivência.....	141
4.3 A persistente militarização da sociedade e do Estado.....	144
5 CAPÍTULO 4 - OS DESAFIOS DA RECONFIGURAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA.....	162
5.1 A esquerda e o fim da Nova República.....	168
5.2 Reorganização ou Reconfiguração da esquerda.....	171
5.3 Teses sobre a reconfiguração da esquerda.....	175
<i>5.3.1 Um novo sujeito político: por uma descolonização da esquerda.....</i>	<i>175</i>
<i>5.3.2 Uma nova práxis.....</i>	<i>180</i>
<i>5.3.3 Um novo projeto de poder.....</i>	<i>188</i>
<i>5.3.4 Reconfigurando a organização popular necessária.....</i>	<i>198</i>
6 CONCLUSÃO.....	201
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
8 ENTREVISTAS.....	211

1 INTRODUÇÃO

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e canalhas, todas as criaturas desta indomável realidade, temos pedido muito pouco da imaginação, porque nosso problema crucial tem sido a falta de meios concretos para tornar nossas vidas mais reais. Este, meus amigos, é o cerne da nossa solidão.
(Gabriel García Márquez)

Brasil. Um país inscrito em um continente onde a realidade é fantástica e há muito tempo superou a ficção. Onde os valores da democracia, igualdade e liberdade conviveram e convivem com o açoite e a escravidão. Um país onde o Golpe sempre foi regra e a democracia exceção. Um povo diverso em busca de si mesmo, que luta quando acorda, quando almoça e quando janta. Um povo que não tem tido sequer um minuto de sossego. Quando arrisca sonhar se depara novamente com o Golpe.

Considera-se Golpe alterações de governo e exercício de práticas políticas que violam preceitos constitucionais de maneira a reproduzir um regime político em que haja baixa ou nenhuma participação popular. No *Dicionário de política* os autores argumentam que o significado de Golpe de Estado mudou ao longo da história, mantendo invariável o fato de que se trata de um ato realizado por órgãos do próprio Estado, acarretando a mudança da liderança política na sua forma habitual (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998:547). Os agentes do Estado podem ser a burocracia militar, no caso de Golpes militares, ou outros como o caso dos Golpes parlamentares.¹ Wanderley Guilherme dos Santos conceitua o Golpe parlamentar como a “substituição fraudulenta de governantes orquestrada por lideranças parlamentares” (SANTOS, 2017:31). Trata-se de um fenômeno inédito na história das democracias representativas e de uma ruptura que tenta preservar o efeito-legalidade das

¹ Segundo Bobbio o papel dos militares no Golpe dá-se por ação ou omissão: “Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade” (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998: 547).

instituições, um verniz de legitimidade à usurpação das regras da competição eleitoral e do valor do sufrágio universal.

O Golpe se desdobra em vários outros na medida em que fecha canais de participação política e interfere diretamente no pleno exercício de direitos sociais, civis e políticos. Nas palavras de Glauber Braga, deputado federal pelo PSOL Rio de Janeiro, “o Golpe não é um ato, é um filme”.²

Foi assim nesses anos turbulentos, inscritos em uma história de séculos de tempestade que, utilizando-se de artifícios jurídicos, políticos e midiáticos de forma instrumental e manipulatória, sem qualquer motivo justificável dentro das normas postas, parlamentares derrubaram a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente.

Os algozes tão nobres, enviados por Deus e pela família,³ devem ter se esquecido da vontade popular. Colocaram no lugar da presidenta um governante vampiro, cercado de sanguessugas pálidas que se alimentam de vidas e do suor do povo brasileiro. Michel Temer foi um presidente ilegítimo, ávido de poder, escondido do povo em seu palácio árido, pois do Brasil vendeu até mesmo o mar.⁴ Essa trama, tão fantástica, é conhecida e vazada em áudios de senadores, presidentes, juízes, ministros, promotores de justiça.

A utilização absolutamente inapropriada do instrumento constitucional do Impeachment se constrói através de uma *novelização* da política pela grande mídia e de uma avalanche de misoginia nas ruas e nas redes sociais que distorce o entendimento sobre as regras orçamentárias, criando uma condenação antecipada ao juízo por um crime de responsabilidade que jamais se confirmou.⁵ A Câmara dos Deputados e o Senado Federal impediram a presidenta eleita de continuar a exercer suas funções políticas. Depois de derrubá-la, depararam com uma sentença de entendimento inverso proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Porém, o Golpe já estava dado.

² Entrevista concedida por Glauber Braga à tese de Isabella Gonçalves em julho de 2018.

³ Deus e a família foram as palavras mais fortemente repetidas pelos parlamentares que votaram pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

⁴ Aqui faço alusão à obra de Gabriel García Márquez, “O outono do patriarca”, cujo protagonista é um patriarca-ditador que vende o mar de seu país.

⁵ A novelização da política refere-se à trama dramática, constituída por notícias recortadas, informações pouco precisas e manchetes destacadas, construída nos meios de comunicação para alcançar apoio popular ao Golpe de Estado.

O presidente interino, com o apoio do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e de uma mídia absolutamente desonesta e parcial, legitimou uma justiça seletiva e promoveu uma agenda política que, mostrando-se publicamente, não teria vencido as eleições: retirada de direitos, entrega de bens comuns e nacionais e a deterioração das instituições democráticas. O discurso anticorrupção, as promessas de recuperação econômica e a ascensão de forças ultraconservadoras que prescindem de qualquer honestidade intelectual, esvaziaram a cena pública do debate de projetos de país e deram a tônica do Golpe e da destruição da Nova República.

Tratou-se de uma trama que anunciou a morte de um ministro em um suspeito acidente de avião.⁶ Uma armadilha que, para se completar e adquirir novamente a legitimidade das urnas, prendeu o candidato a presidente que liderava as pesquisas nas eleições de 2018, o ex-presidente Lula, sem provas e por convicção política e ideológica, em um procedimento eivado de vícios e corrupções. Nessa trama tem justiceiro que se veste de juiz: Sérgio Moro, em colaboração com o Ministério Público e muitos outros atores, construiu as condições judiciais para legitimar o Golpe e depois se tornou Ministro da Justiça no governo do presidente que efetivamente ajudou a eleger, fatos descortinados pelos áudios e mensagens vazados pela Intercept Brasil.

A morte da Nova República, período histórico que durou pouco mais de trinta anos, iniciou com a ruptura do Golpe de 2016 e se consolidou nas eleições de 2018, quando foi eleito presidente Jair Bolsonaro em um cenário de desesperança e esvaziamento completo da cena pública e do debate de projetos de país.

O povo é golpeado com grosseiro escárnio. Mas, como sempre na história, ele se levanta e inventa mil formas de tornar sua vida possível meio a um império de realidades fantásticas. Esta tese é escrita pelos nervos e dedos de quem formula no meio da tormenta, buscando juntar as forças capazes de mudar o sentido dos ventos. Alguém cujos olhos são turvados pela poeira da destruição, mas que aperta a visão na busca de caminhos, pois não há outra opção. Como discursou Gabriel García Márquez ao receber o Nobel pelo livro *Cem Anos de Solidão*:

Cara a cara com esta realidade horrenda que pode ter parecido uma mera utopia em toda a existência humana, nós, os inventores das fábulas, que acreditamos em qualquer coisa, nos sentimos inclinados a acreditar que ainda não é tarde demais para nos engajarmos na

⁶ As causas da morte do Ministro Teori Zavascki ainda não foram esclarecidas. A família acredita tratar-se de um crime político. Nos áudios vazados da conversa do então ministro Romero Jucá, em que ele menciona a necessidade de estancar a Lava Jato, Teori é mencionado como um empecilho.

criação da utopia oposta. Uma nova e avassaladora utopia da vida, onde ninguém será capaz de decidir como os outros morrerão, onde o amor provará que a verdade e a felicidade serão possíveis, e onde as raças condenadas a cem anos de solidão terão, finalmente e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.⁷

A tese, finalizada em julho de 2019, busca entender a tormenta estando profundamente inserida nela. Ao entregar o texto, estou consciente de que muitas transformações e descobertas com o tempo tornarão mais consolidado o entendimento desse período da história brasileira. Os elementos consolidados até aqui indicam que o Golpe marca a ruptura de um pacto político e societário que se esgotou, por isso a tese aponta o fim da Nova República.

Sustento que a Nova República, período instaurado com o processo de redemocratização em 1985, passou por abalos e crises intensas desde 2013. A consolidação do Golpe e o fim da Nova República se estabeleceram com as eleições de 2018, nas quais saiu vitorioso o presidente Jair Bolsonaro.

Com o fim da Nova República, a esquerda brasileira também perde seus referenciais, assim, ela entra em crise com suas táticas e estratégias abaladas. Assumo o risco de falar de transformações em curso meio a um cenário político marcado por mecanismos profundos de exceção e avanço do conservadorismo. A esquerda precisa se reconfigurar e se reinventar. A tese objetiva investigar esse processo aberto, indeterminado e em disputa.

Como a realidade é dialética e nem tudo são derrotas, o cenário também está marcado pela emergência de novos sujeitos coletivos, por formas de ação direta e de comunicação, pela construção de frentes populares e pelos deslocamentos na correlação de forças e nas alianças no interior do bloco popular.⁸ Sustento que a reconfiguração da esquerda tornou-se intensa desde 2013, quando uma onda de protestos no Brasil conhecida como “Jornadas de Junho” abalou o cenário político no país trazendo consequências ainda indeterminadas para o futuro da democracia e do Estado brasileiro.

No primeiro capítulo buscarei sustentar que as Jornadas de Junho não são a causa dos males. Trata-se de evento complexo e multicausal, que trouxe para a superfície da política

⁷ Discurso de Gabriel García Márquez, “A solidão da América Latina”, ao receber o prêmio Nobel pelo livro *Cem Anos de Solidão*. Acessado a 24/05/2018, disponível em: <<http://thomasvconti.com.br/2014/discurso-de-gabriel-garcia-marquez-ao-receber-o-premio-nobel-de-literatura/>>.

⁸ A composição e dinâmica do bloco popular serão debatidas no Capítulo 1.

brasileira desconfortos, desassossegos e inconformidades que têm profunda ligação com a crise do arranjo social, econômico e político estabelecido nos marcos da Nova República. Nesse sentido, Junho de 2013 é a parte aparente e visível de um fenômeno que essa tese pretende analisar.

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto (...) que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e que fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. (ROLNIK, 2013).

As temporalidades das ruas, das organizações e das instituições passaram a indicar o fim de um ciclo político que abre um período longo de incertezas e impulsionam processos de reconfiguração das forças políticas ainda indeterminados. Esse novo momento é marcado pela instabilidade política, pela emergência de discursos conservadores e fascizantes e pela adoção em larga escala de medidas de exceção no jogo de disputas de poder do Estado.

O ciclo político referido, a que chamamos de Nova República, tem como marco inicial o processo de redemocratização do país após a ditadura militar (1964-1985), que trouxe consigo o pacto da Constituição Federal de 1988 (CF-88), um acordo político que se assenta em três pilares principais de conciliação nacional.

O primeiro se refere às promessas de inclusão e cidadania, igualdade e diversidade cultural materializadas na Constituição Federal de 1988 que apontavam para a universalização dos direitos e a garantia da participação popular. Tais pressupostos foram positivados como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e expressos no intuito de se construir uma sociedade livre, justa e solidária, de se garantir o desenvolvimento nacional, de se buscar erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e de promover o bem de todos (Art. 3º da CF-88). Contudo, vigorou um modelo de desenvolvimento e o acordo sobre a política econômica, um padrão de aliança capital-estado praticamente intocável nos governos tucanos, petistas e peemedebistas. Tal modelo se baseia em respeito ao tripé macroeconômico que se sustenta no câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal e acaba por preservar um sistema econômico especulativo e que obstruiu as reformas estruturais.⁹

⁹ Para saber mais indico a leitura do artigo “O que é o tripé macroeconômico? Ele ainda existe no Brasil?”, acessado a 15 de julho de 2018, disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/07/O-que-%C3%A9-o-trip%C3%A9-macroecon%C3%B4mico.-Ele-ainda-existe-no-Brasil>>.

O segundo pilar é o desenho do sistema político brasileiro, fundado em modelos de representação e de governabilidade que acabaram por conformar a hegemonia de três grandes partidos políticos que se alternaram no Executivo Federal: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esse modelo teve como elemento de governabilidade os limites da participação popular na política, o presidencialismo de coalizão e o fisiologismo do PMDB.¹⁰ Esse partido esteve no poder desde a transição democrática e se especializou no jogo de acomodação de interesses na máquina pública envolvendo distribuição de cargos e articulação com o setor privado.

O terceiro pilar é a continuidade do paradigma da militarização do país. Um modelo societário baseado no racismo e na orientação das forças de estado para o combate ao inimigo interno se manteve antes, durante e após o fim da ditadura civil-militar. A segurança pública talvez seja a única área que permaneceu intocada no processo de transição democrática e constitui um entrave para a frágil democracia brasileira. O Brasil, assim como toda a América Latina, assistiu a transmutação da Doutrina de Segurança Nacional na doutrina da segurança urbana (ZAFFARONI, 2015), mudança que se baseia no esquecimento calcado em uma frágil justiça de transição que não desmontou por inteiro os aparelhos e legislações repressivos e resultou na militarização das cidades, no punitivismo como princípio fundante da sociedade e do Estado e que, focado no combate ao “crime organizado” e à “corrupção”, levou à excepcionalização permanentemente dos procedimentos legais e enfraquecimento do Estado Democrático de Direito (VALIM, 2017).

Desses alicerces do pacto, todos foram alvos de discussão e questionamento recentes. Todos se manifestaram de alguma forma durante as manifestações de Junho de 2013: nas reivindicações pela extensão dos direitos e da cidadania; na contestação dos megaeventos e do modelo de desenvolvimento que produz cidades deteriorando as condições de vida e bem estar daqueles que as habitam; na luta contra a corrupção e questionamento da representação política, dos partidos e das formas de participação institucionalizadas; na denúncia da violência policial

¹⁰ Entre os elementos de crise da representatividade e governabilidade, concordamos com alguns adaqueles apresentados pelo professor Leonardo Avritzer no livro *Impasses da Democracia no Brasil* (2016), que indica que os elementos do impasse da democracia brasileira são: os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular na política, os paradoxos do combate à corrupção, as consequências da perda de status das camadas médias e o papel do judiciário na política.

durante as manifestações e sua extensão para o questionamento da violência estatal nas periferias urbanas.

A turbulência política presente nos últimos anos abalou as estruturas de dois desses pilares – do desenvolvimento com inclusão e da governabilidade – deixou intocado o pilar de instituições punitivistas e militares. A crise dos pilares da Nova República, período entre 1985-2016,¹¹ aponta para uma transição política.

O pacto de 1988 foi rompido e, na sequência, assiste-se à instauração de governos ilegítimos, que têm aprovado um intenso processo de desconstitucionalização no país baseado na redução de direitos e no aprofundamento da superexploração da força de trabalho e do território. O rompimento do pacto, no entanto, não traz respostas à crise, antes, aprofundam-nas.

O último capítulo da tese trata da esquerda brasileira e de seus limites em confrontar os golpes em curso. Sustento na tese a ideia de crise da esquerda está marcada pela sua fragmentação, pela dificuldade de mobilizar uma base pacificada, perda de horizonte estratégico e despolitização. Para se confrontar a pactuação das elites que emergirá do fim da Nova República é necessário não apenas uma reorganização da esquerda ou sua reunificação, mas uma reconfiguração dos sujeitos, da práxis e do seu projeto estratégico de transformação do país.

É possível afirmar que a transição política que estamos vivendo não acabou. O futuro está em aberto e qualquer determinação fatalista procede uma atitude irresponsável de abandono dos desafios deixados por várias gerações de lutadores e lutadoras sociais no país. A indefinição pode expandir a capacidade de ação no presente e, por isso, exige um esforço de visibilizar as potencialidades de projetos políticos contra-hegemônicos. No entanto, não se pode perder de vista os riscos de aprofundamento das bases antidemocráticas, racistas e neoliberais que jogam o país ainda mais na desigualdade e dependência.

Múltiplas questões fundamentais saltam das páginas desta tese. Estamos vivendo uma transição política de que tipo? Quais elementos propulsionam essa transição e como as forças políticas do país têm buscado de reacomodar? Como os setores populares elaboram análises e perspectivas sobre esse período? Qual o impacto na construção das formas de resistência? Quais

¹¹ Entende-se a Nova República da mesma forma que Leonardo Avritzer (2016b) como uma coalizão social e uma forma de organização das instituições políticas brasileiras.

os desafios para a reconfiguração da esquerda no país hoje? Sobre esta e outras questões urgentes pretendo me debruçar.

1.1 Desenhando a tese

A tese é construída a partir da perspectiva de uma pesquisadora militante em busca da compreensão de processos que nos permitam construir uma práxis consequente em tempos de Golpe. Sem abrir mão da busca pela objetividade analítica, construo uma leitura politicamente posicionada e que busca influir na reconfiguração da esquerda brasileira.

Entendo que a imparcialidade e a neutralidade nas ciências humanas são um mito, uma condição inatingível e indesejável. Cada análise está permeada pela posição e por interesses particulares de quem analisa. A busca pela objetividade, no entanto, é um importante exercício de aproximação da realidade, que busca explicitar posicionamentos e encontrar um equilíbrio analítico necessário e objetivo.

Para isso é fundamental evidenciar o local do qual escrevo. Sou uma militante envolvida ativamente em processos de resistência e organização popular e territorial nas cidades desde 2008. Participei de lutas pela moradia, pelo trabalho ambulante e contra as violações de direitos no contexto de megaeventos e megaprojetos urbanos. Ajudei a criar vários espaços de articulação nacional como os Comitês Populares da Copa (ANCOP), as manifestações multitudinárias de Junho de 2013, a Frente de Resistência Urbana (FRU), a Frente Povo Sem Medo (FPSM). Sou militante junto às Brigadas Populares (BP), organização que tem proximidade com um campo político de esquerda que se reorganiza em torno do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Componho também a movimentação MUITAS – Pela Cidade Que Queremos, que se propõe a ocupar a política para transformá-la e que elegeu parlamentares em Minas Gerais pelo PSOL. Na etapa final de conclusão da tese, atuo como vereadora na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A tese se constrói a partir dessa experiência, de muitas leituras e de um processo intersubjetivo de confronto de ideias, posicionamentos e análises de conjuntura originados de entrevistas realizadas com diferentes atores e atorras da esquerda brasileira que tiveram um papel relevante no cenário político recente. Valoriza-se a análise de conjuntura, método largamente usado para a produção de conhecimento, reflexão, ação e posicionamento pelos movimentos, partidos e organizações brasileiros (BRINGEL; VERSIANI, 2014). A análise de conjuntura é

uma prática que busca captar o processo histórico por trás dos acontecimentos em curso e orientar uma prática política. Trata-se de um método tão difícil quanto necessário. Embora o tempo e o distanciamento sejam elementos importantes para a construção de hipóteses, para pesquisadores militantes está permanentemente colocado o desafio de ler a conjuntura e saber atuar no calor dos acontecimentos e processos, de fazer apostas mesmo que arriscadas e incertas.

As análises contidas nesta tese não têm o objetivo de prescrever caminhos, mas apresentar fissuras que possam ser exploradas para sairmos do labirinto político, econômico e civilizatório no qual nos encontramos. Desta forma, pretendo contribuir não apenas com o registro de um período fundamental da história brasileira, mas também com a reorganização e reorientação das forças populares no país.

A chamada pesquisa ativista ou pesquisa militante é hoje uma proposta que visa resgatar o compromisso da produção de conhecimento com a emancipação social. Segundo Versiani e Bringel (2014), a pesquisa militante corresponde a todas as linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva e que são orientadas em função de objetivos de transformação social. A pesquisa militante é relevante na elaboração da tese na medida em que problematiza a articulação entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos, questionando os limites da academia enquanto *locus* exclusivo ou privilegiado de produção de conhecimento válido. Dessa forma, ela contribui para uma “mudança nas percepções dominantes daquilo que eram as fronteiras entre o conhecimento acadêmico e outros tipos de conhecimento, dentro da universidade e fora dela” (D’SOUZA, 2010). Além disso, ela aponta para a valorização da dimensão da experiência e da prática social na produção do saber e indica as vantagens de uma reflexão crítica que não esteja distanciada dos sentimentos, angústias, sonhos e aspirações dos sujeitos. Dessa forma, pode contribuir para uma análise que incorpore a dimensão das contradições, dos afetos e dos sentimentos envolvidos em processos políticos.

Aline Mendonça (2010) discute a relação entre objetividade e subjetividade na pesquisa militante e pontua que a

proximidade implica uma força e uma fraqueza da pesquisa militante: se em um primeiro momento a proximidade garante maior acesso a dados e situações concretas, assim como representações e concepções que lhes permitem caracterizar o campo de modo mais próximo à realidade estudada, em outro momento traz o risco de perda do

foco sociológico e a dificuldade de dialogar com outras perspectivas.
(MENDONÇA,2010)

A pesquisadora resgata Gilberto Velho, para quem é necessário estabelecer uma distância mínima que garanta a objetividade da pesquisa: “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos, situações” (VELHO *apud* MENDONÇA, 2010: 43).

A aproximação exploratória que tive com o campo de estudo desde 2013 até os dias atuais foi bastante significativa para a elaboração das perguntas de pesquisa e hipóteses, orientando o trabalho às necessidades colocadas no seio das lutas sociais. Nesse sentido, a tese se reconfigurou. O que inicialmente iria ser uma análise sobre Junho de 2013 se transformou em uma análise sobre a Nova República, sua crise ou esgotamento e a necessária reconfiguração da esquerda brasileira nesse cenário. Junho aparece como manifestação e não como motor desta crise.

A minha participação direta nos processos de reconfiguração da esquerda me tornaram acessíveis vários espaços e pessoas. Tive a oportunidade de conversar com uma quantidade significativa de atores-chave no processo de reorganização da esquerda brasileira. Realizei diversas entrevistas semiestruturadas que serviram para complementar as análises de campo obtidas no processo de participação na reconfiguração da esquerda. O objetivo foi coletar análises de conjuntura, avaliações sobre práticas e articulações políticas na esquerda brasileira.

Foram entrevistados atores e atoras, intelectuais e militantes, que tiveram um papel destacado na construção de narrativas e práxis política, atuando nas organizações, nas instituições e nas ruas em diferentes temporalidades da Nova República: a democratização do país e a formação dos pilares da Nova República; a ascensão dos governos progressistas e a construção de um pacto de governabilidade e de uma oposição de esquerda; a desestabilização do pacto, a polarização e a ruptura com o Golpe parlamentar.

Foram entrevistadas pessoas diversas de três estados: Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. Em Minas Gerais entrevistei Áurea Carolina, Silvio Neto (Silvinho do MST), Juarez Guimarães, Pablo Lima, Maria Alves, Eulália Alvarenga, Joviano Gabriel Maia Mayer, Maria da Consolação e Nilma Gomes. Em São Paulo entrevistei Pablo Capilé, Carina Vitral, Douglas

Belchior, Valério Arcary, Guilherme Boulos e Pedro Otoni. Em Brasília conversei com Marivaldo de Castro Pereira, Juliano Medeiros, Max Maciel, Glauber Braga, José Roberto e Sabrina Fernandes. Buscou-se um equilíbrio etário, de orientação política, de gênero e raça de forma a abranger um pouco da diversidade dos atores políticos que tiveram papéis decisivos nos espaços e tempos de análise supracitados. A ausência de entrevistados na região Sul, Norte e Nordeste constitui uma fragilidade da tese e deveu-se a limitações de recursos. Cada uma das pessoas entrevistadas seguiu o mesmo roteiro semiestruturado, com perguntas geradoras mais genéricas, que foi adaptado seguindo o fluxo de um diálogo político mais natural.

Destaco um breve resumo dos entrevistados e suas trajetórias políticas e a pertinência de suas posições para a análise da conjuntura.

Áurea Carolina é mulher negra, feminista, cientista política e ativista com trajetória nos movimentos de juventude e de hip hop. Áurea construiu a movimentação cidadã e municipalista MUITAS - Pela Cidade que Queremos com a proposta de ocupar espaços da institucionalidade com representatividade, resgatando valores republicanos, de maior transparência, redução de privilégios e participação na política. Áurea foi a mulher com a maior votação da história da cidade para vereadora em 2016 e, junto com a vereadora Cida Falabella, fundou a experiência da “Gabinetona” um mandato coletivo, aberto e popular. Em 2018 Áurea foi eleita deputada federal pelo PSOL.

Silvio Neto é militante e dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e compõe a Frente Brasil Popular. Faz parte da luta pela terra há 17 anos, como acampado da antiga usina de Ariadnópolis em Campo do Meio, Sul de Minas.

Juarez Guimarães é professor de ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais e intelectual do Partido dos Trabalhadores PT, integrando a corrente Democracia Socialista (DS). É militante há 48 anos, define seu primeiro gesto militante como a compra de um disco clandestino de Geraldo Vandré aos 14 anos em 1968. Estudou economia na UFMG e foi militante do movimento estudantil entre 1973 a 1978, período de reconfiguração das esquerdas após a devastação promovida pelo primeiro ciclo da ditadura militar. Trabalhou e foi editor do jornal *Em Tempo*, de oposição ao regime militar. Tornou-se militante fundador do PT, fez mestrado e doutorado na Universidade de Campinas e depois tornou-se professor na UFMG

combinando as tarefas de militância e intelectualidade pública e buscando uma síntese entre o Marxismo e a teoria da democracia socialista. A luta pela Anistia, pela memória, verdade e justiça, marcam a sua trajetória militante. Com o compromisso com a justiça de transição, Juarez participou da construção do Memorial da Anistia que, contudo, foi interrompido pelo Golpe de 2016.

Pablo Lima é doutor em História pela UFMG, dirigente do comitê central do Partido Comunista Brasileiro e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 2016 foi candidato a vice-prefeito de Belo Horizonte na coligação PCB e PSOL.

Maria Alves de Souza é mulher, quilombola do município de Ouro Verde, líder sindical da FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. Desde a adolescência atua ao lado das pastorais, comunidades eclesiais de base e movimentos sociais ligados à luta pela terra, soberania alimentar e dignidade no campo. Em 2018 foi candidata a deputada estadual pelo PT.

Eulália Alvarenga, economista, especialista em Administração Pública, auditora fiscal de tributos, aposentada. Atua como militante de movimentos sociais desde a década de 90, participou ativamente do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001 e contribui diariamente na luta contra o neoliberalismo e por uma política que garanta justiça econômica.

Joviano Gabriel Maia Mayer é ativista, artista, advogado popular e pesquisador. Sua trajetória é marcada pela construção da resistência junto às ocupações urbanas, tendo integrado as Brigadas Populares, e a luta pelos espaços culturais sendo um dos colaboradores do Espaço Comum Luiz Estrela, que surgiu no seio da efervescência de Junho de 2013. Joviano é um verdadeiro cartógrafo das lutas urbanas, como ele mesmo gosta de definir.

Maria da Consolação é professora, feminista, sindicalista e dirigente do PSOL MG. Durante a juventude foi militante dentro da igreja católica, participou da direção da CUT sempre buscando articular a luta feminista com as lutas gerais da classe trabalhadora. Atualmente é do Conselho Fiscal e Ética do sindicato das professoras da rede municipal de BH, o SIND-REDE. Faz parte da trajetória política das diferentes gerações da luta sindical da educação que sempre buscaram a reflexão cotidiana sobre o trabalho, o fazer pedagógico e as implicações das políticas econômicas e sociais no chão da escola.

Nilma Lino Gomes é filha de um ferroviário e uma bordadeira nascidos em Ponte Nova, Minas Gerais. É a quarta e última filha e a única nascida na capital. Formou-se professora no Instituto de Educação de Minas Gerais e, desde então, trabalha como docente. No início dos anos 90, quando realizava o mestrado na FAE/UFMG iniciou o contato com o Movimento Negro. Ajudou a construir o Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-brasileiros, na UFMG, e desde que se tornou docente da Fae/UFMG tem se dedicado ao estudo e às práticas de formação de professoras e diversidade Etnico-racial, ao movimento negro, as ações afirmativas e às novas epistemologias. Foi a sua atuação política e acadêmica que a levaram a ser convidada para dois cargos que marcaram a sua trajetória: reitora da UNILAB e ministra da presidenta Dilma Rousseff.

Pablo Capilé é comunicador, produtor cultural, ativista e fundador do coletivo Circuito Fora do Eixo que tem casas por diversas partes do Brasil e impulsiona canais de comunicação independente e colaborativa como a Mídia Ninja. Capilé constrói uma comunicação que potencializa processos políticos como um fermento de lutas. A Mídia Ninja, em especial, foi central na cobertura das manifestações populares em 2013, furando os bloqueios de imprensa, e após 2013 nas resistências democráticas ao Golpe.

Carina Vitral é estudante, militante do Partido Comunista do Brasil e foi presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes no biênio 2015-2017. Durante a sua gestão a UNE compôs as lutas contra o Golpe e a formação das frentes conjunturais Povo Sem Medo e Brasil Popular, também nesse período o Brasil assistiu uma das maiores mobilizações estudantis de todos os tempos, as ocupações de escolas e universidades em 2016. Carina foi candidata à prefeitura de Santos em 2016 e a deputada estadual em 2018 pelo PCdoB.

Douglas Belchior é educador e liderança social brasileira, uma voz importante contra o racismo. Conhecido como Negro Belchior, começou a trabalhar muito jovem na periferia de São Paulo como ambulante e depois como guarda mirim de uma empresa. Se graduou em história e na universidade começou a militar junto a organizações estudantis e de esquerda. Foi filiado ao Partido dos Trabalhadores até 2003 e depois se filiou ao PSOL. Sua trajetória política é de atuação em questões de direitos humanos e direitos sociais, particularmente em prol dos movimentos negros. É um dos principais integrantes do cursinho popular Uneafro. Belchior foi

candidato a deputado federal em 2014, a vereador de São Paulo em 2016 e a deputado federal em 2018. Belchior critica o racismo existente no partido e nas suas opções de prioridade eleitoral.

Valério Arcary

Guilherme Boulos

Pedro Otoni é militante e intelectual mineiro, educador popular e um dos fundadores da organização política Brigadas Populares. Foi criado na roça, em Santa Luzia, filho de agricultores empobrecidos. Como militante participou da retomada das ocupações urbanas de Belo Horizonte, da organização de familiares e amigos de encarcerados, da luta contra a mineração. Constrói espaços de luta contra o golpismo, e estabelecimento de alianças como a Frente Povo Sem Medo. É membro da Direção Nacional da Intersindical.

Marivaldo de Castro Pereira

Juliano Medeiros

Max Maciel

Glauber Braga

José Roberto

Sabrina Fernandes.

A entrevista semiestruturada aproxima-se a um diálogo. Um guia básico de perguntas inicia um processo de conversação que pode se alterar na medida em que novas contradições da fala são exploradas. Os atores e as atoras entrevistados estão acostumados a discursos estruturados e muito bem amarrados, deixando pouco espaço para que lacunas e contradições apareçam. Por isso, o conhecimento do campo e a capacidade de improvisação são fundamentais para se extrair os pontos centrais que a pesquisa pretende abordar.

O método empregado envolve, portanto, o cruzamento entre a experiência militante – nas ruas como parte das multidões, nas organizações como militante e nas instituições como

parlamentar – a realização e análise das entrevistas semiestruturadas em 2018, além do acesso às análises de conjuntura, textos e notícias sobre as organizações e, por fim, uma intensa inspeção bibliográfica conceitual e analítica sobre a Nova República, sobre as mobilizações de rua, sobre o Golpe e sobre a esquerda.

No primeiro capítulo busco analisar as manifestações de rua a partir de 2013 e a disputa de narrativas que impactam no seu desdobramento político. Debruço-me sobre as Jornadas de Junho e seus desdobramentos mais imediatos. Posteriormente, analiso as manifestações e contestações contidas na crítica à Copa do Mundo e também o cenário de emergência de uma direita conservadora das ruas e de uma polarização que culmina na divisão da Esplanada dos Ministérios com a votação do impeachment da presidenta Dilma pela Câmara Federal. Considero também as principais mobilizações que tiveram lugar após o Golpe até o momento de finalização da tese. Busco compreender se nas ruas estavam ou não presentes as manifestações de uma crise política da Nova República e da esquerda, apontando para o surgimento de novos sujeitos coletivos e discursos dos setores populares e conservadores e seu impacto no cenário político.

No segundo capítulo busco conceituar a Nova República e seus pilares centrais. Retorno ao passado de transição para a democracia para compreender o presente e projetar teses sobre o futuro. Analisarei o Brasil a partir de uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento e de inclusão social e cultural, o modelo de governabilidade e a democracia brasileira, e a permanência de estruturas militarizadas e mecanismos de exceção. Depois, tento apontar elementos que indicam a crise e esgotamento desses pilares. Toda essa análise busca ter em conta os movimentos da geopolítica mundial.

No terceiro capítulo analiso a crise da esquerda brasileira e os desafios para a sua reorganização e reconfiguração com o fim da Nova República. Nessa parte, recorri mais a fundo às leituras dos atores políticos entrevistados e aos documentos das organizações políticas para tentar apreender a construção de articulações políticas, as mudanças de tática e a busca por novos projetos de poder do bloco popular e contra-hegemônico.

Algumas questões centrais se colocam para compreender os desafios da reconfiguração da esquerda brasileira, tais como: Como se dá a reorganização e a reconfiguração do bloco popular e de esquerda no país hoje? Quais são as principais novidades políticas da conjuntura? O

nosso desafio passa pela reconstrução do campo democrático popular ou faz-se necessário um novo projeto de poder estratégico? Quais os limites da tática institucional em um cenário de Golpes? Quais fatores contribuem para a fragmentação da esquerda brasileira e quais mobilizam a construção de alianças? Entre todas essas perguntas, uma nos parece mais central: existe hoje a perspectiva de um projeto que consiga transcender a esquerda e apontar para a construção de uma nova maioria política no país, ou seja, existe hoje um projeto real de poder capaz de superar a ofensiva conservadora e neoliberal?

A tese se desenvolve em um cenário de instabilidade e mudança constante, em que a conjuntura se apresenta para nós como a metáfora do labirinto descrita por Pedro Otoni, militante político e fundador das Brigadas Populares:

Pois bem, creio que a conjuntura é como um labirinto e a análise é o exercício que fazemos para sair deste labirinto. Em um primeiro momento, pensamos que o arquiteto do labirinto nos propõe um desafio justo. E julgamos que o labirinto é estático e possui uma saída. Sendo assim, o critério de êxito é compreender sua lógica e assim que a conhecemos, encontramos sua solução. No segundo momento, percebemos que as coisas não são bem assim, as paredes se movem, a cada momento os corredores estão posicionados de maneira diferente. Mas continuamos acreditando que o desafio é justo, e tentamos “ordenar”, dentro das nossas cabeças, este movimento, reduzindo-o a alguma lei de funcionamento; porque é difícil imaginar algo fora de um padrão, algo “fora da lei”. Passado um tempo, já percebemos que as leis que criamos não passam de ficção, um autoengano produzido para preservar-nos da angústia da tragédia humana. Aí, podemos ou não compreender o que realmente é o labirinto (OTONI, 2017).

Se aceitarmos a metáfora, podemos dizer que nas últimas décadas, desde a redemocratização, as paredes do nosso labirinto político e social foram conformando uma relativa estabilidade fazendo com que a esquerda consolidasse determinados campos, estratégias e projetos políticos. Como afirmado acima, denomino como Nova República o período iniciado com a redemocratização do país em 1985. Nele, ainda quando havia mudanças de governo ou situações de crise política, parecia haver um padrão das forças sociais e dos acontecimentos. No entanto, no início da década o labirinto da conjuntura que parecia mais ou menos estático começou a se mover rapidamente. A cada passo as paredes se movem, novos desafios são colocados, acontecimentos são desvelados. Situações inesperadas mudam nossos mapas mentais. Nesse labirinto precisamos de criatividade e muito trabalho para traçar novos caminhos. Espero que a tese possa intuir algumas passagens possíveis para fora dessa conjuntura crise que tenta nos vencer pelo cansaço e pela desesperança.

2 CAPÍTULO 1 - AS RUAS EM MOVIMENTO

Em junho de 2013 mais de cem cidades brasileiras foram tomadas por grandes marchas, marcadas pela ação direta e extra institucional, pela crítica da forma partido, pelo repúdio às formas hegemônicas de se fazer política, pela explosão de narrativas e pela pluralidade de pautas e vozes nas ruas.

A fagulha que incendiou as Jornadas de Junho foi a violenta repressão policial contra as manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em protesto contra o aumento da tarifa de transporte em São Paulo. Após intensas mobilizações em todo o país, ocorreu a redução das passagens de ônibus em mais de cem cidades brasileiras e o transporte, dois anos depois, passou a ser considerado um direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 por via da Emenda Constitucional 90 de 2015.¹²

As primeiras manifestações puseram em evidência a emergência de novos atores políticos nas cidades e o questionamento sobre a crise urbana brasileira. Ermínia Maricato, no artigo “É a questão urbana, estúpido!”, publicado no livro *Cidades Rebeldes*, destaca elementos dessa crise: violência urbana que fez as taxas de homicídio crescerem 259% entre 1980 e 2010; as políticas de desenvolvimento e acesso ao consumo de massas, que fez crescer também a especulação imobiliária; a crise da mobilidade urbana e os despejos forçados (MARICATO, 2013).

O aumento das passagens de ônibus, as remoções forçadas e os questionamentos aos mega projetos feitos no período, colocaram em questão o modelo de cidade empresa intensificado nos últimos anos (VAINER, 2013:37). De um lado, altos preços de tarifas do transporte público e limitações à mobilidade urbana de amplas parcelas sociais. De outro, isenções para a indústria automotiva e efetivação de um projeto urbano voltado para a realização de obras que privilegiam o capital imobiliário e de construção civil.

As lutas pelo direito à cidade apontam para a crise da aliança Capital-Estado que se reproduz no meio urbano. Coloca-se em questão como é gerida a máquina administrativa – se

¹² Veja em quais cidades houve redução da tarifa do transporte em 2013. Acessado em 29 de junho de 2017, disponível em:
<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>>

voltada para a efetivação de direitos, grande anseio dos manifestantes, ou se para o uso estritamente privado através da captura do Estado.

A realidade urbana denunciada pela emergência desses sujeitos em luta é relativamente recente e apresenta fissuras em relação ao projeto popular e de esquerda pensado na década de 1970 e 1980 pelo campo democrático popular. Ela também denuncia os limites da coalizão formada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava já há dez anos no governo Executivo Federal.

No entanto, seria absolutamente equivocado resumir Junho de 2013 a uma crise engendrada pelas forças populares e progressistas. Entendo Junho mais como manifestação de uma crise política, de um sintoma, que começava a convulsionar e cujo sentido passou a ser, desde o primeiro momento, disputado.

Como mostra Leonardo Avritzer (2016), cientista político que analisa temas da participação, no livro *Impasses da Democracia no Brasil*, ao longo das jornadas deu-se uma disputa de narrativas em que as redes sociais e os meios de comunicação hegemônicos tiveram um papel central. Os protestos, que começaram denunciando elementos da crise urbana, em poucos dias passaram a enfocar críticas ao Governo Dilma, aos gastos da Copa, à segurança pública, à saúde e à educação. Essa disputa remonta a eventos como o dia 17 de junho de 2013, quando as ruas lotadas de manifestantes se fragmentaram em pautas difusas e quando emergiram vozes representantes do pensamento conservador, punitivista e antidemocrático, que não costumava ocupar a cena pública a partir da mobilização das ruas dessa forma.

O governo entrou na disputa a partir de uma lógica repressiva e, tardiamente, buscou dialogar com os sentimentos e as pautas que emergiram das ruas. Após a massificação dos protestos, em 21 de junho, a presidenta Dilma fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão e os setores da esquerda alinhados ao governo começaram a disputar os significados de Junho, sobretudo trazendo o debate sobre a reforma política. Desde então, passaram a concentrar mais o debate nas agendas republicanas de defesa dos bens comuns e públicos tal como a educação, saúde e, também, reflexões sobre o papel dos partidos e o combate à corrupção.

O professor Pablo Ortellado, em artigo intitulado “*A negação de Junho, quatro anos depois*”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 13 de junho de 2017, afirma que há dois eixos que resumem as reivindicações feitas pelos manifestantes no período: direitos sociais e combate à corrupção. Veja-se:

Pesquisas apontam que em junho de 2013 algo como 12% da população brasileira saiu às ruas com reivindicações diversas que podem todas ser resumidas em dois grandes eixos: direitos sociais (transporte, educação e saúde) e combate à corrupção (em geral ou especificamente na Copa do Mundo). (ORTELLADO, 2019)

Tal conclusão está embasada também nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) que aponta entre as três razões indicadas pelos manifestantes para estarem nas ruas, no dia 20 de Junho de 2013, quinta-feira, o tema do transporte público, a saúde e educação, o ambiente político e os gastos com a Copa do Mundo e das Confederações. No que diz respeito ao perfil dos manifestantes, a grande maioria era composta pela juventude. 63% tinham entre 14 e 29 anos, cuja renda familiar de 20% entre 2 e 5 salários mínimos e 26% entre 5 a 10 salários mínimos.¹³

Embora haja relação direta entre as duas pautas, corrupção e inclusão – na medida em que os recursos desviados em atos de corrupção são sonegados de investimentos que poderiam servir para a efetivação de direitos sociais – as disputas de narrativas em torno de Junho reforçaram a polarização do país entre os que lutam contra a corrupção e os que lutam pela inclusão social. Esse antagonismo apenas é possível a partir de uma narrativa sobre a corrupção estreita e seletiva: estreita na medida em que construída a partir de um purismo moralista movido pelas categorias do bem e do mal, que demoniza o Estado e enaltece o mercado sem, contudo, analisar a complexidade da corrupção no interior do sistema político brasileiro: os arranjos de governabilidade, o patrimonialismo, as formas de privatização do Estado, as distorções da representação política em função do mercado. É seletivo na medida em que construído e propagado pelos grandes meios de comunicação a partir de uma campanha de difamação e desgaste dos governos do PT. A associação entre a corrupção e Estado, corrupção e esquerda, sendo esta focalizada no Partido dos Trabalhadores, amplamente difundida pelos grandes meios

¹³ Pesquisa do IPOBE sobre Junho de 2013, acessada a 3 de setembro de 2018, disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>

de comunicação, impregnou-se no senso comum sobretudo a partir do “escândalo do mensalão” em 2005. Os episódios de corrupção desgastam o partido também junto à sua base, pois escancara a incoerência da ética discursiva que o PT sustentava antes de Lula chegar à presidência e a adaptação do partido e do governo à *realpolitik*.¹⁴

A profusão de vozes em Junho de 2013, a polarização do país entre os que lutam contra a corrupção e aqueles que lutam pela extensão da inclusão social, tencionou à direita e à esquerda os limites do governo e desestabilizou a hegemonia do seu discurso, bem como dos seus métodos formais de envolvimento e participação. No esteio da polarização, emergiram nas ruas, pela primeira vez desde 1964, setores da extrema direita que começam a ganhar força discursiva e a disputar a hegemonia na sociedade, sobretudo nas classes médias.

Nos meses que se seguiram a Junho de 2013, os movimentos populares urbanos e setores da juventude organizaram importantes mobilizações, ações contestatórias nas cidades, e reforçaram o recurso à ação direta. Nesse esteio, multiplicou-se a quantidade de ocupações urbanas e a tomada de órgãos públicos como forma de reivindicar direitos. Houve também vários confrontos com a Polícia Militar (PM), e também a ruptura do monopólio dos meios de comunicação na cobertura das manifestações que eram convocadas e divulgadas pela rede mundial de computadores.

A repressão policial às manifestações fortaleceu a tematização da violência policial nas periferias, que se tornou foco central em cidades como o Rio de Janeiro. A criminalização dessas formas de protesto se intensificou de forma extremada no país, principalmente após a morte do jornalista Santiago Andrade, atingido por um rojão na cabeça em 2014. Vale destacar que Santiago não foi a primeira vítima das manifestações como é comum se dizer. Dois jovens morreram em Belo Horizonte durante confrontos com a Polícia Militar no viaduto José de Alencar, próximo ao estádio Mineirão, em junho de 2013, Douglas Henrique de Oliveira Souza e Luiz Felipe Aniceto.

Avritzer (2016) argumenta que, embora o país tenha promovido desde a redemocratização um robusto sistema de participação social, com mais de 20 mil conselhos, o setor da infraestrutura relacionado às grandes obras e aos planos de desenvolvimento, onde

14

circulavam vultosos recursos, não tinham qualquer incidência de participação. Desta forma, Raquel Rolnik e Jeroen Klink (2011) destacam como no período de maior crescimento econômico e maior investimento em infraestrutura nas cidades não se conseguiu implementar a política descentralizada e participativa de gestão das cidades e os instrumentos de política urbana para o controle da função social da cidade e da propriedade previstos no Estatuto das Cidades.

Em torno das obras de infraestrutura, por sua vez, cresciam as denúncias de corrupção e o sentimento de crise institucional. Nesse pano de fundo cresceu um setor crítico dos movimentos de reforma urbana, entre os quais o Movimento Passe Livre (MPL), os Comitês Populares da Copa e os movimentos ambientalistas, como de resistência à usina de Belo Monte.

Cumprir realçar que os Comitês Populares da Copa, estabelecidos nas cidades-sede da Copa Mundo, apontaram para o limite de um projeto de cidade alicerçado na aliança capital-Estado. Na construção de estádios, viadutos, modais de transporte, os governos despejaram famílias, aniquilaram trabalhadores ambulantes e feirantes, reduziram a soberania brasileira. O que se apontava como questão de fundo era o claro limite do arranjo da Nova República que se articulou nessa aliança entre a máquina administrativa e os ganhos do capital.

A esquerda brasileira em 2013 esteve dividida por uma diferença de análise, que é sempre também uma diferença de posicionamento e de prática política. Uma parte mais ligada ao que foi o governismo de esquerda no Brasil referendou esse modelo de desenvolvimento. Outra parte, ainda que lutasse por um outro modelo de desenvolvimento, silenciou muitas dessas violências em nome de uma aliança estratégica com o poder central. Os setores mais descolados dos círculos do governismo empreenderam lutas para colocar esse sistema em crise e Junho como a afirmação de um projeto de efetivação de direitos. Paralelo a esse movimento a direita, aproveitou-se das brechas da multidão nas ruas para disputar o seu projeto político de país.

Em 2014 vivemos um refluxo das ruas, momento em que a Copa do Mundo se tornou, na linguagem de alguns movimentos sociais, a “Copa das Tropas”. Com presença massiva da Polícia Militar (PM) nas ruas, a mobilização da Força Nacional de Segurança e Forças Armadas, a instauração de Inquéritos Policiais persecutórios, configurou-se um processo de completa militarização das cidades. Esse ano contou também com acirrado cenário de eleições nacionais e estaduais.

No primeiro turno das eleições concorreram várias candidaturas majoritárias revelando a pulverização dos campos políticos. No segundo turno, a polarização entre dois partidos – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A reeleição da presidenta Dilma Rousseff ocorreu por uma margem pequena de votos, a chapa composta por Dilma Rousseff e Michel Temer recebeu 54.501.118 votos e a chapa integrada por Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira obteve 51.041.155 votos.¹⁵ A votação foi altamente polarizada em termos regionais e de classe, sendo o setor popular e as regiões mais pobres do país as responsáveis pela votação mais expressiva no PT. O campo político derrotado não se contentou com o resultado das urnas.

A não aceitação do resultado das eleições por parte do arco de forças políticas que saiu derrotado na disputa pela Presidência da República intensificou a polarização da sociedade em 2015. Pela primeira vez em muitos anos, significativas manifestações de direita tomaram as ruas contrastando com a escalada de manifestações dos setores populares organizados em movimentos populares e partidos políticos.

As manifestações adotaram o mote anticorrupção altamente seletivo e direcionado para a desestabilização do governo. “Fora Dilma” e “Lula na Cadeia” eram as principais palavras de ordem de uma multidão de pessoas vestidas de verde e amarelo. Não se trata da mesma configuração de manifestantes que estavam presentes nas Jornadas de Junho. A composição etária e de classe difere significativamente e a maioria dos presentes nessas manifestações não havia participado daquelas de Junho. As manifestações contavam com uma estrutura cara e potente de carros de som, bonecos infláveis gigantes, bandas de rock que indicavam um forte investimento financeiro na sua realização.

O sentimento anticorrupção encontrava repercussão nos grandes meios de comunicação que davam ampla cobertura às manifestações. Os escândalos de corrupção vazados pelo poder judiciário e explorados pela mídia eram construídos de forma performática e espetacular pelas ações da Polícia Federal (PF) de condução coercitiva no seio da operação Lava Jato e pelas

¹⁵ “Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial.” Acessado em 29 de junho de 2017, disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial.>>

delações premiadas. A cobertura da imprensa reforçava uma leitura seletiva e direcionada para o desgaste do governo sobre os processos de investigação de crimes de corrupção, distorção esta que se eleva a níveis altíssimos quando combinadas ao oceano de *Fake News* divulgados nas redes sociais.¹⁶ As ruas, as instituições e as organizações se articularam de forma minuciosa para a desestabilização do Governo Dilma.

A condução do governo a essa conjuntura polarizada e de crise iniciada em Junho foi bastante ineficiente. No referido pronunciamento em rede nacional, feito pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 21 de Junho de 2013, ela propõe que haja um pacto por um projeto político no país que seja calcado em serviços públicos de qualidade, ou seja, acesso a direitos, e em uma reforma política que amplie a participação popular. Veja-se:

Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar (...)

Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes. (ROUSSEFF, 2017)

Ocorre que o governo não conseguiu responder as vozes das ruas de Junho e operou pela via da militarização das cidades na Copa do Mundo de 2014 para, com isso, impor o projeto de aliança com o capital e seu modelo de desenvolvimento na gestão de um megaevento esportivo. Diante dos “escândalos de corrupção” o governo não foi capaz de construir respostas satisfatórias ou mesmo de disputar o significado e o sentido da corrupção para um projeto republicano. Também se pautou pela manutenção de um jogo de governabilidade já em crise que impossibilitou a realização da reforma política, bem como estancou a agenda de ampliação de direitos.

Afirma-se, assim, que as ruas de Junho anunciavam o esgotamento de um período histórico. As ruas manifestam crises inscritas entre as continuidades e as rupturas geradas nas últimas décadas em um país capitalista dependente, uma sociedade de classes majoritariamente urbana, marcada pela colonialidade e por fortes cisões raciais e de gênero, onde a democracia

¹⁶ *Fake News* são notícias falsas veiculadas com propósitos políticos que usam do expediente da desonestidade para destruir o oponente.

convive com um forte conservadorismo societário e formas persistentes de violência e dominação política.

Após as Jornadas de Junho de 2013 não houve um minuto sequer de calmaria no país, tampouco nas ruas, nas organizações ou nas instituições. Traçando um paralelo com a mitologia grega é possível dizer que as Jornadas de Junho abrem uma “caixa de pandora” de onde saíram todos os males para o nosso mundo: retrocessos, desconstitucionalização e golpes. A esperança, motriz das jornadas, ficou presa no fundo da caixa motivando a nossa persistente resistência.

2.1 Como a multidão ocupou as ruas em 2013?

As Jornadas de Junho expressaram indignação e inquietações profundamente relacionadas ao esgotamento dos pilares que sustentaram durante quase três décadas a Nova República: inclusão, democracia e continuidade dos arranjos repressivos.

Em primeiro lugar, as Jornadas expressam demandas de ampliação dos direitos sociais e da inclusão social no país, seja ela manifesta na luta pela mobilidade urbana, seja na explosão e pulverização de pautas: mais saúde, mais educação, melhor transporte público, ou ainda, na rejeição à corrupção política e aos gastos na Copa do Mundo.

Junho se alimenta da crise das instituições da democracia, sobretudo do desgaste da Presidenta e do Congresso Nacional, isto se manifesta nas práxis que constitui os atos, marchas e atividades no período, que apostam na extrainstitucionalidade mais do que nos canais instituídos de participação e que expressam desconfiança com as formas organizativas tradicionais e com os partidos. As pesquisas realizadas no dia dezessete de junho de 2013 revelam que o centro das insatisfações havia migrado do preço das passagens para o Governo Dilma Rousseff.

O Brasil estava no mês da Copa das Confederações e havia a presença da mídia internacional, por isso eram acentuadas e desmedidas as proibições às manifestações e sua repressão. As marchas convocadas foram fortemente reprimidas pela Polícia Militar e as notícias se espalharam pelo país não apenas pela grande mídia, que as definia como ações irracionais de “vandalismo”, mas principalmente pelas redes sociais, sobretudo através de transmissões ao vivo nas redes sociais. Por isso, a massificação dos protestos pelo Brasil colocou em destaque não apenas a pauta da mobilidade urbana e os direitos sociais, mas principalmente a defesa do direito

de manifestar. Gritos como “Ai, polícia, vinagre é uma delícia” se mesclavam com as canções pelo passe livre, que tinham sido geradas em um contexto local e nacional anterior àqueles protestos: “Se não tem passe livre, a gente pula a roleta”.¹⁷ A forma como as manifestações são reprimidas remontam a persistente militarização da sociedade, do Estado e da política.

As Jornadas de Junho foram disputadas minuto a minuto no Brasil e as insatisfações e indignações se alteravam conforme o local e o período em que as pesquisas de opinião eram realizadas. Essa disputa se intensifica após uma forte repressão policial ocorrida na avenida Paulista. O fato de jornalistas dos grandes meios de comunicação terem sido agredidos pela polícia em pleno centro da cidade de São Paulo e o papel da contrainformação na redução da eficácia da mensagem midiática criminalizadora, forçou a mídia a reelaborar sua estratégia. Acompanhando a tendência da opinião pública, que se informava também através das redes sociais, os grandes meios de comunicação começaram, lentamente, a transformar o seu discurso com relação aos eventos em outras partes do Brasil.

Em poucos dias as ruas, agora pautadas positivamente pelos grandes meios de comunicação, encheram-se de pessoas e pautas as mais diversas possíveis, difusas e concretas, de esquerda, de direita, ou ainda, nada disso. Juntas, essas pessoas puderam se olhar, se entender, se agredir em muitos casos, e comungar do sentimento de estarem ali, marchando e apanhando juntas. A experiência da presença corporal nas ruas era o que enchia de energia e sentido aquele momento, sentimento que ressignifica o espaço urbano como um espaço de expressão política, de compartilhamento de sentidos comuns, ainda que não consensuais.

As mídias de grande circulação, em especial a televisão, não estiveram realmente dispostas a dar voz a setores da sociedade que se manifestavam. Em especial a televisão acabou por mascarar e velar setores sociais e demandas presentes nas Jornadas de Junho. Em um primeiro momento encobrindo ou criminalizando a presença coletiva nas ruas e, em um segundo momento, tentando identificar um sujeito coletivo homogêneo, a classe média, e domesticar a pauta de reivindicações, produzindo a sensação da centralidade de uma agenda moralizante da luta contra a corrupção. A mídia não produzia inverdades, apenas criava uma narrativa única a

¹⁷Essa palavra de ordem é inspirada em Boi da cara preta, uma canção de ninar tradicional brasileira: “boi, boi boi, boi da cara preta, pega esse menino que tem medo de careta”. Alguns questionam seus contornos raciais, de qualquer forma ela não gerou polêmicas maiores nesse momento.

partir do foco em particularidades dos protestos, o que acarretou na invisibilização de muitas pautas e pessoas.

É comum, nesse sentido, a tese de que as Jornadas de Junho tenham sido provocadas pela classe dominante brasileira para desgastar os governos do PT. Como destaca Douglas Belchior, militante negro, em entrevista para a tese:

Então eu preciso, racionalmente, chegar à conclusão de que aquilo foi muito provocado, de um determinado momento pra frente. Então você teve um momento em que a manifestação era, de fato, espontânea, mas a explosão foi provocada. Ela foi uma explosão provocada com uma incidência muito forte da mídia e com oportunismo da classe política conservadora que percebeu, naquele momento, um momento de se fazer construir apoio popular. Em que pese o fato de que grande parte daquela mobilização ser provocada, né, superficialmente pela grande mídia, e do discurso anticorrupção ter sido o grande mote pra essa provocação, aí você tem a outra parte que aí conversa com a gente, que eram pautas de reivindicação histórica da classe trabalhadora. Então as pessoas reivindicavam mais direitos ali. Então essa é uma contradição, na minha opinião, pra nossa análise. Porque eu não acho que foi, aquilo não foi, na minha opinião, um levante da classe trabalhadora em luta. De jeito nenhum! Ao mesmo tempo ela reivindicava mais direitos, de uma maneira torta, mas reivindicava. E ela serviu, muito mais, ao meu ver, pra fortalecimento dos conservadores do que nossa. Então o resultado final dela não foi a nosso favor. (BELCHIOR: depoimento, 2018).

A tese de que os públicos comunicacionais seriam “rebanhos tolos” frente ao poderio dos meios de comunicação (CHOMSKY, 2002), no entanto, revelava-se insuficiente na medida em que as informações televisionadas e o discurso midiático encontravam limites na construção de imagens e metáforas sobre a realidade frente às discussões e percepções que circulavam em outros espaços físicos e virtuais. Como explica Mendes e Seixas (2005), o papel da mídia não deve ser superestimado, pois ela, embora poderosa, é apenas a ponta do iceberg da comunicação social. Mas tampouco pode ser subestimada, pois um dos papéis centrais da mídia é pautar os temas que irão ser discutidos em outros espaços de comunicação social.

A dualização entre manifestantes e vândalos, promovida pela grande mídia, produziu a imagem de que algumas pautas centradas na corrupção e em clamores difusos por “mais educação” e “mais saúde” eram mais democráticas e justas, ao mesmo tempo em que eram invisibilizadas as pautas construídas por movimentos sociais e grupos mais à esquerda, como a própria questão da redução da tarifa, a desmilitarização da polícia e o fim do extermínio da juventude negra, além dos ataques direcionados aos governos locais, responsáveis pela privatização das cidades. Além de imputar aos grupos mais à esquerda o “radicalismo”, por meio da construção “manifestantes *versus* vândalos”, a mídia legitimava a violência policial e definia

uma forma certa, aceitável e dócil de se manifestar. Começou a se expressar nas ruas fenômenos de intolerância como a queima de bandeiras de esquerda ou expulsão de militantes partidários das ruas, ações que tiveram uma ascensão depois de Junho de 2013.

O governo e os movimentos sociais aliados ficaram "perplexos" com as manifestações de Junho. Alguns abdicaram de disputá-las, outros foram inábeis nesse esforço. Isso deixou um campo aberto para que o conservadorismo disputasse o sentido da indignação.

Então, olhe as dificuldades que a esquerda brasileira teve para entender 2013, de chegar até 2013. Nós tínhamos uma conjuntura que eu ousou dizer que o melhor ano que tivemos foi o ano de 2012 nesse ciclo. Pois em 2012 você tinha qual situação? A Dilma havia acabado de ganhar em 2011, e estava com uma aprovação satisfatória. Ao mesmo tempo os movimentos sociais tradicionais, em sua maioria, estavam em uma sinuca de bico, pois estavam há muito tempo próximos da situação, tendo construído essa situação. Não era uma relação parasitária, parte significativa desses movimentos construíram o ciclo inteiro, desde a década de 80, então estavam na verdade construindo de dentro o projeto de poder e o projeto político. Mesmo sabendo que muitos tentavam se preservar, mas a força centrífuga era tão grande daquele campo gravitacional, que mesmo você tentando se preservar ao mesmo tempo você estava sendo tragado para dentro daquela história. (CAPILÉ: depoimento, 2018).

Algumas cidades, como Belo Horizonte, conseguiram construir espaços de debate e aglutinação de movimentos, sujeitos e coletivos para debater as Jornadas de Junho e pensar estratégias coletivas de presença nas ruas. Um exemplo desse espaço foi a Assembleia Popular Horizontal (APH), que se reunia debaixo de um viaduto no centro da cidade, símbolo de resistência urbana. Na APH em que tive a oportunidade de participar algumas vezes várias questões controversas e desafios daquela conjuntura começaram a ser identificadas. Em primeiro lugar, era urgente pensar em estratégias de proteção e organização das marchas frente à desmedida agressão policial, que no contexto de Belo Horizonte levou duas pessoas à morte e deixou muitas outras feridas. Além disso, era preciso superar preconceitos e estereótipos que marcavam agressões mútuas nas manifestações, muitas das quais em caráter de violência física que eram direcionadas a partidos políticos e movimentos sociais de esquerda. Em segundo lugar, havia uma preocupação com o caráter difuso das pautas de reivindicação, que pediam melhorias justas nas políticas públicas básicas, mas demandavam uma articulação e debate mais aprofundados, uma vez que elas estavam sendo integradas na construção de pautas mais conservadoras como a realização do debate sobre a corrupção e a PEC 37.¹⁸ Era necessário

¹⁸ A PEC 37 é uma proposta de emenda constitucional que limitava os poderes de investigação criminal do Ministério Público e foi tematizada como a “PEC da impunidade”.

construir pautas e entendimentos comuns, concretos e capazes de gerar transformações políticas no contexto das cidades e do país.

O formato assembleista não é uma novidade enquanto método de participação política, o que havia de novo era a horizontalidade e descentralidade do processo, que permitia o direito à voz e a possibilidade de articulação entre movimentos sociais, partidos, estudantes, professores, trabalhadores, advogados, pessoas em situação de rua em um espaço de discussão, tradução, deliberação e formação política.

A assembleia pretendia funcionar como um centro descentralizado de auto-organização popular no seio de um momento histórico, confuso e em constante transformação. O seu formato, ao limitar o tempo de fala das pessoas, gerou um discurso mais polifônico, híbrido, pautado mais por questões e objetivos concretos do que por debates teóricos que demarcassem diferenças ideológicas.

É claro que esses espaços operam lógicas e estratégias de comunicação, ação e influência nos processos políticos que são desiguais, porque marcadas por um acesso diferenciado às mídias e aos recursos retóricos contextualmente pertinentes. Como discute Iris Marion Young (2001) a comunicação é perpassada por várias lógicas de poder, que marcam a relação entre saberes e titulares de saber, entre gêneros, cores, classes e escolaridades, idades. Por isso, também não são todos os que se sentem confortáveis ali.

As assembleias ocorriam quase todos os dias, entre as manifestações, e duravam muitas horas, contando com a participação de mais de cinco mil pessoas por sessão em junho. Nesses espaços, vozes e discursos coletivos iam se formando. É bem verdade que no universo de cem mil pessoas a assembleia não podia representar a todos os que estavam se manifestando. Entretanto, pela sua diversidade e caráter aberto, ela era bem representativa de uma posição mais à esquerda. Em termos qualitativos, as deliberações e discursos ali produzidos tiveram força para disputar para gerar movimentos e articulações concretas.

A experiência face a face nas ruas, praças e viadutos ocupados foi fundamental para fazer frente às descaracterizações midiáticas. As redes sociais, que tiveram uma grande importância na convocação de atos e circulação de discursos e informação comunicativa, logo se revelaram absolutamente improdutivas enquanto espaços para um qualificado debate político. Pelas redes

sociais qualquer um podia convocar atos, e de fato, estes passaram a ser convocados de forma difusa, uma vez que sofriam constantes mudanças de data e conteúdo. Além disso, as pessoas sentiam a necessidade de debater, entender, falar e ouvir o significado daquele momento. Pelo facebook não era possível construir pautas consistentes, além de narrativas, discursos e identificações capazes de dar um sentido às suas ações, isso tinha que ser feito olho no olho, corpo a corpo, de forma a resultar em transformação das subjetividades e em ganhos políticos concretos.

Os resultados concretos da articulação tornada possível pela Assembleia Popular Horizontal foram o fortalecimento do debate e da luta em torno de pautas políticas invisibilizadas pela mídia hegemônica, principalmente o tema da desmilitarização da polícia e o fim das práticas racistas de militarização das periferias urbanas, a luta das ocupações urbanas por moradia popular e a desprivatização dos espaços urbanos com ocupação cultural, social e artística das cidades. Com uma interlocução direta com os coletivos de comunicação alternativa, em especial a Mídia Ninja, as discussões da APH se difundiam e ampliaram.

Logo após junho, a APH realizou a ocupação da câmara dos vereadores pela redução no preço da passagem. Essa ocupação, que durou uma semana, fortaleceu o processo de encontro e reconhecimento entre as pessoas que, juntas, intensificam o debate e a convivência por um novo modelo de cidade. Esta ação não apenas conquistou, em reunião com o prefeito, a redução da passagem em R\$0,15, mas também mostrou que de forma auto-organizada é possível ter ganhos concretos para toda a população.

A APH também gerou um movimento de ocupação política e cultural das cidades chamada “A Ocupação”, que reunia centenas artistas e espectadores em espaços de contestação à realização de Operações Urbanas Consorciadas, instrumento que flexibiliza a legislação urbanística em favor de interesses privados, desencadeando remoções e mais segregação urbana. A ocupação de um imóvel urbano pela comunidade para a construção do Centro Cultural Luiz Estrela também retirou força desse processo de encontro e construção comum. O COPAC, por sua vez, ampliou-se e conquistou, junto com os trabalhadores informais, o retorno dos espaços de feira popular próximas ao estádio de futebol.

A APH construiu Grupos de Trabalho – GTs que também surtiram efeitos incríveis na cidade. O GT de mobilidade se transformou no movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte, já

que na cidade não havia uma articulação de luta pelo passe livre. O Tarifa Zero começou o ano de 2014 queimando catracas pela cidade. No interior o GT de Reforma Urbana, dois movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana, Brigadas Populares e MLB, que até então pouco dialogavam entre si, construíram juntos a ocupação da prefeitura de Belo Horizonte, em que participaram os moradores de diversas ocupações urbanas da cidade. Tal processo, que em outras épocas geraria forte repressão e criminalização, teve amplo apoio popular graças à conjuntura de junho. Após anunciada a ocupação, as pessoas que compunham a APH, com suas barracas, ocuparam a principal avenida da cidade em prol do diálogo do prefeito com as ocupações urbanas e da suspensão dos mandatos de despejo. Este movimento gerou a politização do debate sobre o direito à cidade e à moradia adequada.

O exemplo de Belo Horizonte é interessante para revelar como as ruas impactam a organização e articulação de um campo social de luta na cidade. Processos semelhantes ocorreram em outras partes do país. Nos meses seguintes às Jornadas de Junho, as manifestações de rua ganharam um caráter progressivamente mais popular. Se houve algo de importante que as Jornadas de Junho geraram foi o sentido de que é possível, ético e necessário lutar. Os grupos que, muitas vezes, estando ou não organizados, temiam expressar a sua indignação, sentiam-se mais encorajados a trabalhar dentro de um espaço estratégico não institucional e insurgente.

As centrais sindicais - CUT, CTB, Conlutas, CGT, Intersindical - convocaram um Dia Nacional de Lutas em 11 de julho, com indicativo de Greve Geral. Pretendiam, com isso, mostrar que ainda tinham hegemonia sobre as ruas, mas a baixa adesão de trabalhadores revelou o contrário. Por outro lado, em São Paulo, ações indignadas de jovens de periferia tornaram-se mais comuns, em outubro de 2013 muitos deles tomaram uma rodovia contra o assassinato de dois colegas pela polícia. No Rio, vários protestos contra as Unidades Policiais de Pacificação das favelas, as UPPs, geraram conflitos diretos com a polícia, alguns deles reprimidos com o uso inclusive de armas letais, como aconteceu em outubro de 2013 na favela Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Uma das ações mais expressivas da luta contra a violência policial após junho foi a campanha “Cadê o Amarildo?”, que se nacionalizou nas redes sociais e teve repercussões importantes no questionamento do modelo de políticas de segurança nas favelas. Através da pressão e das ações diretas de protesto, o assassinato do servente de pedreiro Amarildo em uma UPP, foi confessado pelos policiais, o que lançou uma luz de esperança naqueles que lutam pelo

fim das ações de extermínio de centenas de “Amarildos e Amarildas” nas periferias todos os anos.

Embora excessivamente otimista, não deixa de carregar algo de verdade a carta das Brigadas Populares destinada à Universidade Popular dos Movimentos Sociais em novembro de 2013:

Ao contrário do que pretendiam partidos à direita, os protestos de junho não se deixaram capturar pelas armadilhas da intolerância (discurso reacionário), contrário a diversidade de opiniões e inimigo de organizações populares de orientação à esquerda. Por sua vez a política tradicional perdeu espaço, em especial os partidos institucionalizados. Novos sujeitos dispostos a fazer política nasceram das manifestações e reivindicam sua autodeterminação.¹⁹

Mas também, em parte é falsa, uma vez que os protestos foram sendo capturados em uma tendência que combinou a criminalização e a tentativa de captura das pautas das Jornadas de Junho tanto pelo governo quanto pelos setores conservadores e de direita.

O governo Dilma saiu extremamente desgastado das Jornadas de Junho, tendo a aprovação da presidenta caído 27 pontos após os protestos, segundo dados da CNI (2013). O discurso da presidenta durante as Jornadas, em 21 de julho, se comprometeu com a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, privilegiando o transporte coletivo; a destinação de cem por cento dos recursos dos *royalties* do pré-sal à educação; a ampliação do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Política. De todos esses compromissos, aqueles que previam dotações orçamentárias e mais investimentos foram em parte cumpridos, porém revertidos com o Golpe. O Governo não teve força social para realizar a Reforma Política e a pauta foi apropriada pela direita a partir da Reforma Eleitoral, que aumentou os limites para a participação como a cláusula de barreira. Debates como o voto distrital misto e até mesmo o parlamentarismo, pautas históricas da direita conservadora, ganharam espaço e relevo no país.

Argumento que as Jornadas de Junho expressam o esgotamento da Nova República, pois elas, partindo da denúncia do sistema de transporte, atrelado à questão urbana; massificam-se contra o modelo repressor e militarizado do Estado; pulverizam-se e se ampliam através de pautas que reivindicam a extensão dos direitos sociais preconizados pela CF de 1988; e se desenvolvem recorrendo a extra institucionalidade e a formas de organização social que traziam

¹⁹ Documento de circulação restrita, não publicado, escrito pelas Brigadas Populares (2013) no documento “Direitos Humanos em Movimento: as organizações, as instituições e a rua – as cartas”, 109-117.

a crítica aos partidos políticos e instituições de representação da democracia brasileira. Também, porque o desenho da Nova República se revelou engessado para dar conta de responder às indignações presentes nas ruas.

Para compreender as Jornadas de Junho como manifestação da crise da Nova República torna-se fundamental analisar algumas das suas características e responder à pergunta fundamental: quem é o sujeito político presente nas ruas?

2.2 A multidão: o caráter acêntrico das manifestações de Junho de 2013

*Veja
Olha outra vez
O rosto na multidão
A multidão é um monstro
Sem rosto e coração.
(Racionais MC's)*

As grandes mobilizações de junho de 2013 no Brasil surgiram de forma inesperada no mesmo período em que se realizava no país a Copa das Confederações, e envolveu uma pluralidade de sujeitos com tendências políticas diversas. Embora houvesse uma racionalidade política manifesta em movimentos como o Movimento Passe Livre (MPL) e os Comitês Populares da Copa, certo é que essas milhões de pessoas que foram às ruas formaram manifestações acêntricas e com caráter multitudinário. Tais eventos impulsionaram um processo de desestabilização e modificação tanto do campo popular e de esquerda, como também dos setores conservadores e de direita.

As Jornadas desdobraram-se na ampliação do recurso às ruas, à ação direta e de polarização da sociedade. O significado de tais protestos ainda hoje se encontra em disputa. Há quem exalte as Jornadas de Junho como a “Primavera Brasileira”,²⁰ um processo quase

²⁰ Nos últimos anos eclodiu uma série de protestos e insurreições em diferentes partes do mundo que ganharam proporções inesperadas. No ano de 2011, do Marrocos à Líbia, do Bahrain ao Iêmen ocorreram revoltas marcadas pela presença da juventude, pelas estratégias descentralizadas de comunicação e também pelas alianças e solidariedades entre os países da região do Magrebe e outras nações de maioria árabe. Pouco depois, no outro lado do Mediterrâneo, eclodiram grandes manifestações e acampadas de jovens indignados com a crise econômica, o desemprego, as políticas neoliberais e a austeridade, medidas que haviam esvaziado o sentido da democracia e do Estado Social em seus países. Antes que terminasse o ano, assistiu-se às lutas de estudantes do Chile e ao movimento Occupy Wall Street que, desde Nova York, realizou convocações globais à contestação do poder financeiro e político dos 1% mais ricos pelos 99% da população mundial. Em 2013, na América Latina ocorreram grandes ações de protesto com características bastante semelhantes no México, com a mobilização de professores

revolucionário de luta pela transformação da sociedade e das sociabilidades que estaria gerando no país um novo campo de luta social, multitudinário, com grande capacidade de incidência social e política. Outros as abominam como uma armação e uma manipulação da multidão pelas elites do poder e do dinheiro, como uma das causas do Golpe de 2016. Em especial a esquerda que estava no Executivo Federal tratou Junho de 2013 como se fosse um evento que desabonava as políticas empreendidas pelo Governo Federal. Gilberto de Carvalho, à época ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, chegou a falar de um sentimento que beirava a ingratidão: “Houve quase que um sentimento de ingratidão, de dizer: 'fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós'”, afirmou ao participar de uma conferência no Fórum Social Temático Crise Capitalista, Democracia, Justiça Social e Ambiental, em Porto Alegre.²¹ Como destaca Max Maciel, ativista da cultura negra, jovem e periférica da Ceilândia:

A molecada não é que ela é ingrata, é que a gente não disputou a narrativa do que nós demos. Isso é falha nossa, do movimento da esquerda. Nós demos a universidade mas não disputamos a universidade, nós fizemos o empoderamento do trabalho, mas na perspectiva e na ótica do primeiro emprego e não numa luta de co-criação, colaborativismo, cooperativismo, criamos uma disputa interna da galera. Não funcionou, porque quando você vai ver o grosso da população, a juventude tá fugindo do ensino médio, a evasão é gigante no ensino médio. Então foi ilusão assim ó... Aquele que sobrou, cai na universidade, e quando chega na universidade ele chega tão atrasado que ele cai num lugar que o professor caga para ele. (MACIEL: depoimento, 2018).

Enquanto isso, o desconforto difuso na sociedade passou a ser canalizado também por setores conservadores e pela direita, que recorriam à retórica da moral como medida de desgaste do Partido dos Trabalhadores (PT) e apelavam para pautas conservadoras como solução aos problemas econômicos, políticos e sociais do país.

Compreendo que as manifestações não podem ser reduzidas a uma visão totalizadora, por tratar-se de um fenômeno complexo e ainda em disputa. A hipótese que busco sustentar é de que as Jornadas de Junho trazem vários elementos que apontam e indicam o encerramento de um ciclo político, o da Nova República, e impulsionam processos de reconfiguração da política e ampliação da polarização do país, que se relaciona tanto com o golpismo, como com a

diante da reforma estudantil, que representava na verdade uma contra reforma laboral, e no Brasil, protestos em mais de cem cidades brasileiras que vieram a ser chamados de “Jornadas de Junho”. O conceito “Primavera” nasceu como uma celebração a estas lutas extremamente distintas que se tentou homogeneizar. Ainda que exista um contexto mundial em que as revoltas e protestos ocorrem, as teorias gerais produzem generalizações que invisibilizam as conjunturas e especificidades dos grupos políticos locais e dos contextos nos quais os protestantes estão envolvidos.

²¹ “Governo viu 'ingratidão' em protestos, diz ministro.” Acessado em 30 de junho de 2017, disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-viu-ingratidao-em-protestos-diz-ministro-imp-,1122684>

resistência ao Golpe.

Valério Arcary, professor historiador, ex militante do PSTU e atual militante do PSOL, em entrevista para esta tese destaca que Junho apenas aconteceu, pois foi um processo acêntrico:

Todo processo começa com uma explosão. Acefalia, portanto, não é ruim. Se não fosse sem direção não teria acontecido, porque provavelmente as direções tinham mais influência e não impulsionariam o processo. O elemento conservador das velhas organizações, ao invés de ser um ponto de apoio, seria um obstáculo. Então acefalia, ela é expressão da potência, da espontaneidade, da alegria, da esperança, então Junho claramente tinha tudo isso. A irreverência das palavras de ordem, uma melhor que a outra (...) Mas a acefalia não tem só vantagens comparativas, tem desvantagens. Onde não há organização toda a pressão contida dentro da panela ela se perde, facilmente. (ARCARY: depoimento, 2018)

Michel Hardt e Antonio Negri cunharam o termo “Multidão” para apontar um sujeito social ativo, que respeita singularidades e se fundamenta na partilha do comum – a multidão seria uma carne viva que governa a si mesma (HARDT; NEGRI, 2014). No livro “Império” esses autores lançam questões importantes sobre a relação de uma ordem política globalizada e o sujeito político. Veja-se:

Isso nos leva de volta a nossas perguntas fundamentais: como as ações da multidão se tornam políticas? De que maneira ela organiza e concentra suas energias contra a repressão e as incessantes segmentações territoriais do Império? A única resposta que podemos dar a essas perguntas é que a ação da multidão se torna política sobretudo quando começa a fazer face diretamente, e com a consciência adequada, às operações repressivas centrais do Império. É questão de reconhecer e dar combate às iniciativas imperiais e não lhes permitir que restabeleçam a ordem continuamente; é questão de contrariar e subverter os limites e segmentações impostos à nova força coletiva do trabalho; é questão de reunir esses instrumentos de resistência e empunhá-los de comum acordo contra os centros nervosos do comando imperial. A tarefa da multidão, entretanto, embora seja clara no nível conceitual, continua muito abstrata. Que práticas específicas e concretas estimularam este projeto político? A essa altura não saberíamos dizer. (HARDT; NEGRI, 2012:36)

Da leitura desse trecho, questiona-se: pode a multidão ser um sujeito político real? Os autores falam em consciência adequada para que a multidão potencialize suas ações políticas, mas reconhecem que há ainda uma abstração na prática política desse sujeito que impede a realização de um projeto político concreto. Relacionando as milhões de pessoas que foram às ruas em Junho de 2013 com o conceito de multidão afirmamos que ela não é um sujeito em si, mas uma porta que se abre para a formação de um sujeito ou de narrativas políticas em torno desse sujeito.

Pablo Capilé, um dos mentores do coletivo Fora do Eixo e Mídia Ninja, em entrevista para a tese, descreve o caráter multitudinário de Junho:

(...) nenhum [discurso] iria conseguir reunir um movimento multitudinário. Não ia conseguir reunir, porque aquele movimento veio de várias correntes que se encontram, um ponto de conexão que não era óbvio, que era parte de um processo histórico, mas que não foi planejado por ninguém. Então 2013 só foi daquele jeito porque todo mundo se sentiu participe e dono daquela história. Então, se misturou muitas doses diferentes, de “ácidos” muito diferentes. Aquele [momento das Jornadas de Junho] bateu muito mais confuso do que depois veio a ser o movimento da direita ou o do que era a lógica do MTST, que era a lógica mais coerente: você conseguir olhar para aquilo, você consegue diagnosticar o que é aquilo e traduzir claramente o que é aquilo ali. Tem um movimento que puxa a linha e que dá a linha política da história. Mesma coisa que aconteceu, em alguma medida, com parte dos movimentos de direita. Junho, não! Junho tirou a figura da liderança, estabeleceu conexões muito diversas, que em um mês não iria conseguir organizar uma unidade no entorno daquela barbaridade. Tem gente que defende a ditadura militar e gente que entrou para o MES [Movimento Esquerda Socialista, corrente partidária] do PSOL, que estavam ali, naquele momento, na mesma parada... (CAPILÉ: depoimento, 2018).

Para Joviano Mayer, advogado popular, artista e ativista em Belo Horizonte, “a questão não é se a multidão pode ou não se constituir como sujeito político, a questão é como operar no seio dela”, pois é difícil pensar em um processo revolucionário contemporâneo que prescindisse desse sujeito:

(...) o processo revolucionário no Brasil vai ser uma confluência de todas essas singularidades, marginais, periféricas e que, né, está muito mais próximo dessa nova categoria do que das categorias tradicionais que a esquerda opera e ela necessita fazer essa reflexão e entender como opera esse sujeito. Por isso também, eu acho o papel importante da cartografia. (MAYER: depoimento, 2018).

A expressão multitudinária e as disputas realizadas em torno da formação de novos sujeitos políticos são fundamentais para se compreender como o Golpe ocorre em um ambiente de ampliação da polarização manifesta nas ruas.

2.3 A Multidão é urbana: deslocamentos e contradições no processo de urbanização desordenada

O pano de fundo para o estudo das mobilizações no contexto de transformações políticas no país são as cidades. Entendo as Jornadas de Junho como um fenômeno essencialmente urbano, não apenas porque elas tiveram como palco os espaços ocupados (ruas, praças, sistemas de transporte e instituições públicas), mas porque os seus sujeitos e a indignação manifesta nesses espaços carregam profunda conexão com a crise urbana e a insatisfação com a

condição de vida nas cidades.

Pautas relacionadas às questões urbanas tais como transportes, moradia, direito aos espaços públicos vieram à tona como estopim de grandes mobilizações. Nos meses seguintes as cidades passaram a ser tomadas como uma ativa arena de disputa de pautas políticas, narrativas, mentes e corações insatisfeitos. Portanto, é fundamental compreender as transformações demográficas do Brasil advindas do processo de urbanização dependente.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o Brasil é hoje uma sociedade majoritariamente urbana. Não apenas por que 84% da população vive nas cidades,²² mas porque o urbano, enquanto fenômeno social, cultural e político, está presente em quase todo o território nacional. A urbanização brasileira se deu com características próprias de um país marcado por um Estado cuja formação transcorreu dentro de uma longa duração e por um modelo de crescimento econômico dependente, ou seja, orientado para necessidades do mercado internacional e não para o interesse do povo brasileiro.

A concentração de terras, a industrialização tardia e complementar ao setor de exportação primária, a superexploração do trabalho e as elevadas taxas de desemprego e subemprego nas cidades marcaram um processo de urbanização calcado na extrema desigualdade no acesso aos bens urbanos e no que toca à efetivação dos mais diversos direitos sociais que historicamente foram subtraídos das camaradas mais pobres e marginais. Assim, a urbanização brasileira forjou em seu bojo graves processos de segregação sócio espacial como aponta Ermínia Maricato:

Durante mais de quatro décadas de industrialização tardia - de 1940 a 1980 -, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu mais de 7% ao ano. Ao mesmo tempo, o país viveu altas taxas de urbanização, concentrada especialmente nas metrópoles, que asseguraram oferta abundante de força de trabalho barata. À industrialização com baixos salários correspondeu a urbanização dos baixos salários: autoconstrução da casa, ocupação irregular da terra, extensão horizontal de bairros sem urbanização cuja ocupação era viabilizada pelo precário transporte sobre rodas, indispensável para transportar a força de trabalho. (MARICATO, 2011:13).

De forma concreta, temos mais de 32 milhões de brasileiros sem acesso ao abastecimento de água tratada, em relação ao atendimento por redes de esgoto o índice médio de atenção é de

²² Como em outros países da América Latina, a urbanização no Brasil aconteceu de forma intensa no decorrer do século XX. Em menos de cinquenta anos, entre os anos de 1940 e 1980, a população urbana do país tornou-se majoritária e hoje atingiu cerca de 84% do corpo social, conforme o último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

apenas 57,6% nas áreas urbanas das cidades brasileiras, o déficit habitacional no país alcança mais de 6.940.691 famílias segundo a Fundação João Pinheiro e, ainda, segundo o jurista e urbanista Edésio Fernandes, temos no Brasil:

(...) mais de 50 milhões de brasileiros têm andado da casa para o trabalho, por não poderem arcar com os custos do deslocamento por transporte coletivo; um percentual crescente de pessoas tem dormido na rua, mesmo tendo casas, para não terem que arcar seja com os custos do transporte, seja com o longo tempo de deslocamento até o trabalho e o risco de demissão no caso de atraso. (FERNANDES, 2006:124).

Assim, percebe-se uma crise urbana sistêmica pulverizada no tecido social já que grande contingente da população brasileira não possui estabilidade social e acesso ao exercício efetivo de direitos básicos no espaço urbano tais como mobilidade, direito à moradia, direito ao meio ambiente adequado, prestação regular dos serviços de água e luz, e ao saneamento básico, além dos direitos sociais tais como educação e saúde de qualidade que conformam os meios de consumo coletivo inseridos na dimensão da reprodução da vida.

Max Maciel, militante da educação popular, da cultura periférica e do PSOL, em entrevista para a tese narra um pouco da sua história como jovem negro da periferia do Distrito Federal. A geografia urbana atravessa a constituição de sua identidade e trajetória política.

Eu venho da segunda experiência de remoções de favelas no Brasil, que é a Ceilândia, que é o Centro de Erradicação de Invasões. (...) Então assim, eu peguei ainda na infância o tempo, os anos 80, no final dos anos 80 e os anos 90, midiaticamente a nossa cidade sendo chamada de a mais violenta do mundo, a mais violenta do DF, apelidada a gente de caldeirão do diabo, o barril de pólvora, esses eram os nomes da nossa cidade. E a gente foi deslocado a muito distante do centro, né!? Diferente de BH, Recife, Rio, São Paulo, onde a periferia e o centro estão muito próximos, há uma convergência, né!? O centro vê a periferia. Quando eu vou em BH você tem ali o Aglomerado da Serra e tem condomínio do lado assim, eles se veem. As contradições estão expostas, na capital do país, não. Você sai do aeroporto, entra em Brasília e você não vê no seu radar em 30 km, você não vê as periferias. Você imagina que esse cenário, é o mais ideal, bonito e tal. E por causa do preconceito a gente teve sempre que omitir no currículo que morava na Ceilândia. Tinha uma história assim, né!? De violências. Realmente aconteciam casos de violência no nosso território que é a síntese de todas as periferias, né!? Ausência, não é só equipamento público, ausência do estado dentro dos equipamentos públicos. A garantia de direitos dentro dos equipamentos públicos. (MACIEL: depoimento, 2018).

A crise urbana, em um sentido amplo, se dá pela associação estrita entre poder econômico e poder político que buscam produzir e reproduzir as cidades em conformidade com os ditames do capital financeiro imobiliário em detrimento das reais necessidades, interesses e direitos das classes populares urbanas, dos pobres urbanos.

A redemocratização do Brasil através da Constituição Federal de 1988 fortaleceu um paradigma descentralizador e liberalizante das gestões locais. Porém, a crise econômica da década de 1990, com a consolidação da agenda neoliberal para os países da América Latina – nova conformação da dependência naquele momento – levou a um recuo ainda maior das políticas sociais de transporte, habitação e saneamento, e muitas das empresas que geriam os direitos sociais urbanos foram privatizadas de acordo com orientações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, especialmente na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a crise fiscal e a queda dos investimentos, o crescimento do desemprego e a orientação neoliberal da política econômica, muitas das promessas de uma vida digna para os brasileiros e as brasileiras, de uma sociedade livre e justa, promessas contidas na Constituição Federal de 1988 quanto à gestão das cidades e da política urbana, ficaram apenas no papel.

Nesse período, contudo, intensificaram-se as lutas de movimentos populares urbanos e as experiências locais de gestão participativa das cidades, ainda que sem recursos significativos. Os movimentos sociais e populares urbanos, as associações de bairro e outras organizações políticas elevaram a agenda da Reforma Urbana no país no período que antecedeu a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal (2003) e durante os primeiros anos dessa gestão. Nesse período houve importantes conquistas institucionais como a promulgação do Estatuto das Cidades, Lei 10.257- 2001 e a criação do Ministério das Cidades (2003).

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal a partir de 2003 e com o processo de crescimento econômico do país – média de crescimento do PIB de 4% ao ano durante os dois mandatos do presidente Lula (IBGE, 2010) – foi realizada uma reorientação da política urbana com o investimento público em infraestrutura social e física nas cidades. O desenvolvimento dessa infraestrutura não foi orientado, no entanto, para a superação da crise urbana e esteve submetido à dinâmica do capital, como exemplificado pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, lançado como parte de uma política econômica anticíclica aplicada pelo governo brasileiro logo após a crise internacional de 2008. Sobre isso, veja-se o que afirma Ermínia Maricato:

A construção civil foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico graças aos investimentos em obras de infraestrutura e habitação. Outro setor que teve muito incentivo para crescer, com forte impacto para as cidades, foi a indústria

automobilística. Vamos tratar dessa trinca de capitais – capital imobiliário, capital de construção pesada e indústria automotora – que garantiram uma reação anticíclica positiva em relação à crise internacional de 2008, mas conduziram as cidades para uma situação trágica após quase 30 anos de baixo investimento.

A retomada dos investimentos públicos começou lentamente, freada pelas travas neoliberais que proibiam gastos sociais. Mas a partir de 2007 o governo federal lançou o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Com o primeiro, a atividade de construção pesada começa a decolar e, com o segundo, é a construção residencial que decola. (MARICATO, 2015:37).

Embora nesse período a capacidade de consumo da população tenha de fato crescido, o que levou o próprio governo a formular o ideário falseado de uma “nova classe média no país”, as condições de vida se mantiveram precárias e a crise urbana chegou mesmo a se aprofundar diante da não realização de reformas estruturais e universalização real de direitos.

Com um mercado consumidor em expansão, um país em crescimento econômico que se apresentava ao mundo por meio de megaprojetos de infraestrutura e megaeventos que alteraram a paisagem urbana, a cidade tornou-se um verdadeiro balcão de negócios. O progresso e o desenvolvimento como estandartes da política “progressista” e de esquerda nas cidades significaram remoções forçadas, obras superfaturadas, o aumento exponencial da especulação imobiliária e do custo de vida, o que intensificou a segregação urbana.

A carência de serviços públicos como hospitais e meios de transporte eficientes, a ausência de uma política habitacional efetiva, levaram a individualização das soluções e das responsabilidades sobre a reprodução social dos trabalhadores: planos de saúde privados, universidades privadas, a transformação da moradia em mercadoria e a solução unimodal e rodoviária de transporte transformaram as cidades em espaços ainda mais caóticos e mercantilizados. A cidade se torna, ainda mais, um espaço de extração salarial e exploração dos trabalhadores e dos investimentos do Estado que são apropriados de forma privada.

A crise urbana está colocada. O pacto de classes e a proposta de inclusão dos trabalhadores mediada pelo consumo encontram seu limite territorial nas cidades. A realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e as Jornadas de Junho de 2013 demonstram os limites claros desse modelo de inclusão pelo consumo e são o estopim de uma série de lutas urbanas que colocam em xeque o sistema político.

Nesse contexto, os movimentos que realizaram lutas pela Reforma Urbana nos anos de 1980 e 1990 haviam se institucionalizado nos fóruns e conselhos governamentais para administrar a política habitacional e abandonaram, em grande medida, a agenda mais profunda de luta pelo direito à cidade. Ademais, o Programa Democrático Popular sempre teve uma base de sustentação muito mais rural do que urbana. A resistência popular associada ao petismo esteve ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no campo; e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nas cidades. Movimentos de base popular e territorial urbana como a Central de Movimentos Populares (CMP) existem, mas com uma organicidade muito menos substantiva.

Por outro lado, foram surgindo novas formas de resistência territorial, centrais sindicais e movimentos urbanos em oposição ao PT. A partir de 2004-2005 acontecem importantes eventos como a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2004, o escândalo do Mensalão que apontava compra de base parlamentar e os limites do presidencialismo de coalizão em 2005, o surgimento da Central Sindical e Popular (Conlutas) em 2010 e a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora em 2014. Em 2005 é fundado o Movimento Passe Livre (MPL), ator muito importante na eclosão das Jornadas de Junho de 2013 e na luta pelo direito de ir e vir nas cidades. Na década de 2000 surgiram também importantes organizações que lutam na pauta urbana como as Brigadas Populares (2005) e o Movimento Sem-Teto da Bahia (2003). Além disso, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) se fortalece no período, da mesma forma que florescem coletivos feministas e de juventude.

As principais cidades do país foram palco de uma efervescência política e cultural sem precedentes, que gerou novos coletivos e movimentos sociais e fortaleceu a radicalidade das lutas urbanas. As ações diretas como greves, trancamentos, marchas e ocupações passaram a ser tomadas de outra maneira pela opinião pública e pelos meios de comunicação.

Trazem-se à tona as lutas em torno do passe livre e da redução das tarifas de transporte no Brasil que já experimentaram levantes como a Revolta do Buzu (2003) em Salvador, que acabou por influenciar a Revolta da Catraca em Florianópolis (2004 e 2005) com conquistas de redução da passagem e a própria criação do Movimento Passe Livre (2005), um dos atores nas Jornadas de Junho de 2013 que conseguiu reduzir a passagem em mais cem cidades brasileiras. As ocupações de terras, urbanas ou rurais, também expressam lutas territoriais com dimensão

massiva que conseguem fazer um enfrentamento ao Estado-Capital revelando a enorme potencialidade dos territórios insurgentes enquanto articuladores de identidades com forte caráter de classe.

Desde junho de 2013, na cidade de São Paulo se organizaram mais de noventa ocupações por moradia, entre as quais se destaca a Nova Palestina e a Copa do Povo, ambas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e que reuniram cerca de 14.000 famílias. Em Belo Horizonte, a situação foi semelhante, durante a Copa das Confederações, enquanto os confrontos entre manifestantes e polícia se davam nas avenidas recém-construídas, mais de 8.000 famílias ocuparam terrenos ociosos em uma das últimas fronteiras do capital imobiliário na cidade, a região da Izidora, onde uma grande operação urbana consorciada produziria mais de 72 mil apartamentos de classe média.

Em São Paulo, no início de junho de 2014, mais de 30.000 pessoas marcharam em direção ao recém-inaugurado estádio de futebol Itaquera na campanha “Copa sem Povo, Tô na Rua de Novo”, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Também foi realizada durante o mês da Copa do Mundo uma nova marcha do Movimento Passe Livre, que trouxe às ruas mais de 10.000 pessoas em São Paulo. Brasília assistiu a união de sem-tetos e movimentos indígenas, que caminharam juntos até o estádio Mané Garrincha, contestando o modelo de desenvolvimento simbolizado pela Copa do Mundo, ocasião em que foram duramente reprimidos. Em Belo Horizonte, por sua vez, cerca de doze ocupações urbanas e movimentos sociais realizaram a ocupação simultânea de três prédios públicos durante a Copa.

Fenômenos mais acêntricos como os rolezinhos também tiveram lugar nesse período. Trata-se de um encontro de jovens, majoritariamente de origem periférica e negra, marcados pelas redes sociais em locais como shopping centers. Os rolezinhos foram recebidos com racismo, diversas práticas de violência pública e privada contra a juventude e despertou uma série de debates na esquerda, que tinha dificuldade de compreender e significar a ação coletiva da juventude.

A tática de ocupações também foi adotada de forma exitosa após o Golpe. Como primeiro ato de resistência às medidas adotadas pelo governo ilegítimo, centenas de Ministérios, Casas e Fundações de Cultura são ocupados por todo o país no evento que ficou conhecido como

“Ocupa Minc”. Também nas ações de estudantes que realizaram centenas de ocupações de escolas, em 2016, contra a reforma do Ensino Médio e contra a então Proposta de Emenda Constitucional 241, hoje Emenda Constitucional 95, que congela as despesas do Governo Federal estabelecendo um regime fiscal que resulta em corte de investimentos em direitos sociais, por até 20 (vinte) anos.

Como descrito, o território das cidades se converteu em um espaço ampliado de formação de identidades e sujeitos coletivos. O processo capitalista excludente de formação das cidades brasileiras e sua reprodução atual criaram a segregação socioespacial urbana. Dessa forma, o território periférico expressa a luta de classes no espaço urbano já que os locais de moradia das classes altas, médias e populares se diferenciam e a localização na cidade, central ou periférica, determina uma posição favorável ou não no acesso a diversos bens, serviços urbanos e acesso à direitos. Como pontua Guilherme Boulos, líder do MTST, o território, e não só a fábrica, tem sido o espaço de formação da identidade coletiva para a luta social anticapitalista nos últimos anos:

O território periférico como espaço de identificação de classe é o fato de que a parcela mais duramente atingida pela instabilidade nas relações de trabalho mantém relações sociais mais regulares e estáveis a partir do seu território. (...) Isso possibilita a percepção da identidade, como primeiro passo para uma consciência de classe. (BOULOS, 2014: 86).

As lutas urbanas que emergem nesse início de século no Brasil e em outras partes do mundo transcendem a simples esfera das reivindicações de inclusão, consumo e acesso e apontam horizontes transformadores para a política considerando-se que a luta pela transformação das cidades é uma luta anticapitalista. Nessa linha de intelecção, David Harvey afirma:

Portanto, é evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com os protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos. (HARVEY, 2014: 213).

O direito à cidade, assim, configura-se em torno das lutas pelo direito de transformá-la radicalmente em outras cidades possíveis que atendam aos reais interesses, desejos, direitos, necessidades materiais e protagonismo no exercício do poder político por parte daqueles que são

excluídos urbanos (HARVEY, 2013). O direito e o dever que os últimos da sociedade têm em arrancar o processo de produção e reprodução das cidades das mãos do capital-Estado e de criar uma nova sociabilidade urbana.

2.4 A Multidão é jovem: transição geracional e o abismo entre linguagens políticas

A emergência de coletivos, movimentações e novos sujeitos coletivos juvenis é um tema importante quando pensamos as Jornadas de Junho e seus desdobramentos na transformação das forças sociais e políticas do país. Embora o sentimento de indignação de Junho de 2013 tenha impactado toda a sociedade, foi especialmente a juventude que projetou sobre os espaços e formas de protesto novos registros éticos e desejos de transformação. Deve-se tomar em conta que toda transformação geracional acarreta transformações políticas e societárias.

As leituras dominantes e estritamente pragmáticas da realidade estão acostumadas a contabilizar os ganhos proporcionados por processos políticos em termos de ampliação institucional, organizacional, em ganhos materiais e em conquistas concretas de direitos. Entretanto, ainda estão pouco familiarizadas em compreender a relevância dos afetos e subjetividades na construção da transformação política (SAFATLE, 2013). O registro ético que produz indignação aponta para a importância dos afetos na política, que são aqueles que têm o poder de mobilizar as pessoas para a luta social.

A juventude presente em Junho de 2013 cresceu nos governos do PT. Uma geração que teve uma condição de vida melhor que a geração anterior no processo de crescimento econômico e redistribuição na base da pirâmide, que acessa as tecnologias de comunicação, que tem melhor escolaridade que seus pais. De acordo com a Agenda Juventude Brasil de 2013, mais da metade dos jovens tem Ensino Médio e, na faixa de 25 a 29 anos, 19% têm Ensino Superior apesar das inúmeras dificuldades de acessarem e se manterem nesses espaços. Vários jovens como Max Maciel e Áurea Carolina, entrevistados para a tese, participaram de fóruns de juventude, conferências, conselhos e outros espaços de participação popular identificando ali os limites ao próprio petismo. Nesse sentido, é muito interessante a análise de Max Maciel sobre Junho de 2013:

O que foi a minha leitura de 2013? Você tinha uma massa de gurizada na rua, muitos que estavam ali completando 20, 18 anos, 23 anos. Ou seja, quando esse novo Brasil desperta para uma agenda progressista eles eram ainda crianças ou jovens, crianças pré-adolescentes. (...) A juventude dos anos 2000 cresce numa agenda de garantia de direitos, o que é muito louco, apesar de todos os erros que nós estamos enxergando, você tem por exemplo a universidade mais próxima da gente no debate, né!? Só que o quê que acontece, a gente empoderou uma agenda de consumo, ou seja, descobrimos que é possível comprar as coisas, ter acesso às coisas, mas essas coisas não são nossas. A gente entra na universidade, mas a universidade ainda continua elitista, a gente não consegue sobreviver na universidade. Professor não olha para nós com um olhar de que a gente está ali, porque era pra estar, as grades de hora aula não te fazem conseguir um trampo. Quando você consegue um trampo para manter a universidade você cansa, porque os horários não batem. Então há uma desistência muito grande da periferia com isso. E aí quando a gente olhou 2013, a gente pediu por exemplo em 2013, a nossa galera estava na rua pedindo Diretas já e Reforma Política, mas o grosso não estava pedindo isso, o grosso estava negando o Estado, pedindo mais estado. O que foi uma maluquice para nós. Fora todo mundo, mas mais saúde, mais educação. Aí você fala: O cara está negando o estado, mas ele está pedindo mais estado. Ou seja... (MACIEL: depoimento, 2018).

A juventude hoje inscreve novas práticas e discursos emancipatórios sobre identidade, gênero, raça e etnia que se chocam com o conservadorismo de uma sociedade machista e racializada. Os debates sobre o racismo, a homofobia e o sexismo são aqui entendidos como demandas pelo reconhecimento e inclusão.

A rua – assim como a política – é muitas vezes entendida como um espaço perigoso e impróprio aos jovens. O objetivo de muitas políticas públicas e programas sociais sempre foi "tirar o jovem da rua". Mas a rua como metáfora da criminalidade e da má-conduta foi ressignificada enquanto espaço da rebeldia, da expressão do jovem na música, na estética corporal e nas ações diretas de protesto. As câmaras municipais ocupadas por jovens, os acampamentos e ocupações culturais em locais públicos ou mesmo a ressignificação das ruas a partir de ações diretas como o pixo, a destruição de símbolos de poder e demais intervenções sobre o território e sobre os corpos, mostram como a juventude protagonizou a construção da política a partir de lógicas próprias, identidades performativas e práticas pré-figurativas.

Os espaços de protesto da juventude comumente buscavam desconstruir lógicas dominantes do poder e da política a partir de estratégias novas. Um exemplo são as assembleias horizontais, que negavam o princípio da representação, e as ocupações e acampamentos que confrontam o Estado, por exemplo, as ocupações escolares contra a EC 95, ao mesmo tempo politiza relações pessoais como relações de gênero e sexualidade.²³

²³ A Emenda Constitucional nº 95 aprovada em 2016, institui o Novo Regime Fiscal determinando que, em 2017, as despesas primárias tem como limite a despesa executada em 2016, corrigida em 7,2%. A partir de 2018, passou a vigorar o limite do

Novas formas de organização da juventude emergem e se impulsionam com o processo de Junho de 2013, como descreve Pablo Capilé:

Tudo que a gente fazia antes de 2013 era exceção e depois de 2013 virou regra. A gente organizava uma universidade de Cultura e depois 2013 tinham quinze daquelas. Todo mundo se sente protagonista desse processo. Quatro ou cinco pessoas montavam um grupo de WhatsApp, ou um grupo de Facebook para chamar de seu e costurar a partir dali era muito mais fácil. Então as juventudes dos movimentos organizados continuaram muito parecidas com as juventudes organizadas dos movimentos desde sempre. Mas você conseguiu ter também um movimento gasoso, que foi se estabelecendo e que foi dando força por um lado para novas iniciativas, tanto de disputa das cidades, de disputa de conceitos, de pequenos setores, quanto também para reforçar grandes blocos de agendas - agenda racial, agenda feminista, agenda LGBT, que eram agendas que não tinham donos necessariamente, eram agendas amplas, que você não precisava nem fazer parte de um movimento para você poder aderir a elas. A institucionalidade, o tipo de organicidade que o campo da esquerda tem hoje é incapaz de dar conta do diálogo permanente com esse ambiente gasoso. É um ambiente que é ingovernável, que brota coisas. (CAPILÉ: depoimento, 2018)

A juventude brasileira é especialmente motivada para as lutas sociais. Cerca de 25% da população do país é jovem. Segundo a pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada entre abril e maio de 2013, os jovens brasileiros se preocupam com a política (83%).²⁴ Nove em cada dez jovens acreditam que é possível mudar o mundo e seis em cada sete declararam que participam ou desejariam participar de coletivos e movimentos sociais. A pesquisa revela ainda que a violência é a principal preocupação dos jovens hoje, sendo citada por 43% dos entrevistados. É claro que a convivência com a violência impacta de forma diferenciada os jovens, segundo diferenças de classe, *status*, cor e gênero. O Mapa da Violência de 2014 mostra que o Brasil mata mais de 30 mil jovens por ano sendo quase 80% destes negros. Atlas da Violência de 2018 mostra que tal situação tem se agravado sendo que em 2016 foram assassinados 33.590 jovens, 94,6% do sexo masculino.

Outro apontamento importante da pesquisa é sobre a opinião dos jovens em relação aos maiores problemas do Brasil. As entrevistas apontam a corrupção (67%), o poder dos traficantes (46%), a grande desigualdade entre ricos e pobres (42%) e o racismo e outras formas de discriminação (34%). Percebe-se que as grandes tensões pelas quais o país passa hoje são experienciadas e refletidas pela juventude. Trata-se de uma geração que cresceu no seio do projeto político do Partido dos Trabalhadores e que teve condições de vida, trabalho e estudo

exercício anterior, atualizado pela inflação de doze meses. Na prática, a EC 95 congela as despesas primárias, reduzindo-as em relação ao PIB ou em termos per capita por duas décadas.

²⁴ A pesquisa Agenda Juventude Brasil é citada no artigo “A pesquisa Agenda Juventude Brasil”, **Le Monde Diplomatique Brasil**, consultado a 03.02.2015 em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1597>>

significativamente melhores que seus pais, mas que convivem cotidianamente com a violência, a desigualdade e o racismo.²⁵

A esquerda tem tido dificuldades de debater com a juventude. Seja por taxar suas pautas como identitárias, seja por não reconhecer seus métodos, existe, sobretudo, uma dificuldade de se associar a esse registro distinto de organização e ação coletiva, não mais circunscrito nos espaços sindicais, partidários e de movimentos sociais. Por isso, tiveram enormes dificuldades de dialogar com Junho de 2013 e de disputar os ganhos de uma década de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. Como narra Pablo Capilé:

O segundo ponto é a incapacidade dessa própria esquerda de se atualizar e dar conta do desejo dessas gerações que ela estava formando. Mais do que querer fazer uma reflexão sobre os erros pontuais, teve uma incapacidade [da esquerda] de ultrapassar o século XX (...). Então você não conseguiu atualizar a linguagem, com as pessoas que estavam sendo contempladas por essa década ganhada pelo Brasil. (...) E uma disputa de linguagem, também da capacidade de se atualizar. Atualizar o carro de som, o comitê popular, a plenária, as ferramentas de participação, de ser mais transparente, de ter a compreensão das novas dinâmicas sociais que estavam se estabelecendo, de entender o P2. A capacidade de todo mundo poder ser um agente protagonista e falar em primeira pessoa. Teve uma inabilidade completa para lidar com essa história toda. (CAPILÉ: depoimento, 2018)

Essa desatualização da linguagem e das práticas políticas gerou fenômenos como militantes de bandeiras serem expulsos das manifestações e carros de som rejeitados pelas multidões. A geração que construiu a esquerda brasileira da Nova República, diante das dificuldades, criminalizou as práticas da juventude como vandalismo, atitudes ineficazes e sem propósito. Como destaca Carina Vitral, militante do PCdoB e presidente da UNE em 2015, em entrevista para a tese:

Na época eu lembro que internamente nos partido, nas instituições existia muito esse debate, olha vocês estão fazendo coro para derrubar o Governo. Vocês estão fazendo coro para acabar com que está aí. A coisa dos partidos e tal...e eu lembro que eu fui uma das que comprou um debate de que precisamos disputar. É a juventude que está na rua, precisamos levar as nossas bandeiras, nas nossas pautas e tal. Mas a gente lá dentro não conseguiu perceber o momento que aquela manifestação foi completamente capturada, completamente capturada. E aí a gente não tem elementos ainda para saber quais eram. Mas são muitas coincidências. A rede social numa proeminência grande, por outro lado vinha aquelas coisas... o jingle de junho de 2013 era uma música da Ford, que falava de “vamos lá!” (VITRAL: depoimento, 2018).

O distanciamento entre a esquerda estabelecida do Estado e a juventude nas ruas fez com que a primeira não conseguisse traduzir suas preocupações e acúmulos de entendimento para a geração presente nas ruas. Por isso, foi incapaz de impulsionar transformações mais profundas

²⁵ Ibidem

no país que pudessem aprofundar uma agenda de inclusão e participação. A ação da juventude passou a ser entendida como ingratidão e manipulação da direita.

E é óbvio que quando você cresce e se estabiliza, essa estabilização também vai gerando novas insatisfações, porque quando você está no processo de crescimento, a insatisfação é pequena, quando você se estabiliza, mesmo que você tenha se estabilizado para cima, esse para cima também te demanda se cobrar para buscar novas insatisfações. O capitalismo trabalha com isso o tempo todo, e está nos provocando para sempre estarmos insatisfeitos com alguma coisa, para você estar buscando soluções para essas insatisfações. Então, é aí que desemboca no que acontece, em alguma medida, em 2013. (CAPILÉ: depoimento, 2018).

No processo de disputa sobre o significado de Junho de 2013 a juventude presente nas ruas e a esquerda estabelecida no Estado assumiram posições antagônicas. O Estado criticado nas ruas era governado pelo Partido dos Trabalhadores e o bloco que o constituiu, ainda que com críticas, não conseguiu colocar-se ao lado das juventudes para impulsionar transformações mais profundas como a desmilitarização do Estado e da sociedade para enfrentar o genocídio da juventude negra. Como destaca Áurea Carolina, ativista das causas juvenis, feministas e negras, atualmente deputada federal pelo PSOL:

Não estou negando que houve avanço, que a gente está numa situação diferente, então a gente tem políticas de ações afirmativas pra negras e pobres, indígenas, na educação superior, isso é um negócio transformador, muito importante, muda a vida de gerações, assim, mas isso não é sério e consequente o suficiente, porque, na contrapartida, a gente tem um aumento exponencial dos homicídios de jovens negros. Porque não é uma inclusão que abrange toda uma geração, é uma inclusão que abrange uma parte e não quebra o círculo vicioso desse modelo violento e repressivo, que está intocado no Brasil e continua assim. E as fórmulas que são repetidas são de aumentar a dose do veneno né? Ao invés de corrigir e propor outro modelo de segurança pública, outra política de drogas, uma discussão séria pelo desencarceramento. (CAROLINA: depoimento, 2018).

Max Maciel apresenta como as pautas da esquerda organizada não conseguiam ter adesão junto à juventude e a crise das instituições estava expressa nos sentimentos que emergiram das ruas:

As instituições não souberam dialogar. Tanto que muitos partidos, sindicatos por exemplo, que é o que engrossava as fileiras históricas dos movimentos, estavam fora. E ficaram muito assim: como assim não é nós? Puxando esses grandes atos, marcha de 100 mil? Mas também não eram anarquistas. Eu acho que a direita ganhou muito mais a narrativa deles do que nós. Porque ao invés da gente começar a compreender essa narrativa a gente começou a dar uma criminalizada nas narrativas ali, deles, né!? No meu olhar. É é isso assim, e foi um movimento importante, era um passo importante que o PT tinha que dar, porque o que acontece? No fundo, do fundo, do fundo as grandes reformas não foram feitas, né!? (MACIEL: depoimento, 2018)

O distanciamento entre pautas políticas por maior inclusão e participação, presentes nas ruas, e os sujeitos que carregavam a memória e o acúmulo histórico dessas construções gerou

processos contraditórios. As ruas lutavam contra o Estado e contra a institucionalidade, exigindo mais Estado, mais saúde, educação e uma política mais ética, coerente e participativa. Áurea Carolina em entrevista para a tese destaca que:

2013 irrompe com uma insatisfação generalizada com os serviços públicos. Eu acho que essa é a principal lança, assim, o transporte coletivo caro, ruim, funcionando para gerar lucro pra empresário e a população se lascando, com cidades insustentáveis. Os serviços de saúde cada vez piores. Esse sentimento de que estava tudo mal e uma fortuna indo pra Copa do Mundo, pra fazer estádios desnecessários, fazer um tanto de intervenção urbana desnecessária, gerou o combustível e o fogo pra explodir. Só que ali tem uma crise que, em boa parte, é despolitizada sobre como é que esses serviços podem funcionar, porque tem uma transferência de responsabilidade pro Estado como um ente salvador e provedor que retira um pouco a contrapartida do engajamento social. Isso é uma parte, eu acho que não é todo mundo que estava na rua que tinha essa ilusão sobre o Estado não, mas é muito mais fácil você jogar pra: “Esses políticos corruptos, esse sistema que não nos representa, fora todos, sem partidos”, essa responsabilidade do que ter um grau de engajamento que é muito mais do que de denúncia, de insatisfação. Porque tudo isso é importante, mas não resolve também. (CAROLINA: depoimento, 2018).

No mesmo sentido Max Maciel fala sobre o processo contraditório das ruas:

O grosso da comunidade não estava entendendo tudo que ela queria, até inclusive negando a institucionalidade que necessitaria de uma reforma neste país. Eu acho que falou um pouco dessa narrativa. Então historicamente a gente veio nesse movimento, e nos últimos tempos, nos últimos quatro anos a gente resolve entender que apesar de criminalizada, a institucionalidade partidária, a gente não pode negar que enquanto a gente se nega a esses espaços, os grupos com mais conservadores ganham mais narrativa, invadem, ocupam tudo e querem acabar com toda essa agenda de garantia de direitos que o povo duramente conquistou. Isso é importante dizer, né!? Que toda essa agenda foi uma agenda popular né!? (MACIEL: depoimento, 2018).

As pautas políticas da juventude não eram prioritárias para a esquerda estabelecida no Estado. Grande parte das formas e atividades de organização social da classe trabalhadora e jovem – tais como os saraus de poesia, as organizações de mulheres jovens, os coletivos da juventude negra, etc – foi desconsiderada pela esquerda estabelecida nos anos 80 e 90 do século XX porque escapava a seu registro. Desta forma, grande parte da mobilização da juventude se perdeu em construções conservadoras e ultraliberais de *transformação da política* como o Movimento Brasil Livre – MBL. Esses movimentos conservadores passaram também a disputar a política institucional elegendo figuras como Fernando Holiday em São Paulo.

Eu acho que dali surgiram coisas interessantes como símbolos da juventude, novas formas de organização, uma nova vanguarda expandida na juventude, movimentos sociais importantes surgiram dali. Então eu converso muito com o Boulos, a gente surgiu dali, mas é uma exceção. O fato é que hegemonicamente o que surge dali? O resultado político na minha opinião é catastrófico. É a direita se organizando, é a mídia roubando os nossos símbolos. Então o que é o MBL se não uma...uma fraude. (...) O

instrumento que a gente tinha, era um governo acuado. Era um governo incapaz de dar resposta, uma classe política anestesiada, os nossos movimentos sociais não tinham esses instrumentos, a gente não tinha política de democratização da comunicação. Então muitas articulações já surgiram daí. Até então os próprios movimentos, partidos iam em outra linha da própria comunicação. Então consensos caíram por terra e levaram como uma avalanche aquilo ali. Quando acabou junho de 2013 era um novo Brasil que ninguém conseguia entender. (VITRAL: depoimento, 2018).

Uma parte da esquerda, porém, foi capaz de reorientar suas formas de organização para responder aos anseios da juventude. Tem crescido coletivos autônomos urbanos, movimentos de midiativismo como a Mídia Ninja, os movimentos feministas e até mesmo entidades ligadas às forças políticas de apoio ao então governo federal como a UNE e o Levante Popular da Juventude (Consulta Popular). O campo de esquerda também tem construído recentes processos de ocupação da política institucional, como a movimentação Muitas pela Cidade Que Queremos em Belo Horizonte que elegeu Áurea Carolina que, em entrevista para a tese, argumenta:

E aí, eu acho que tem um aprendizado que é de uma parte só das lutas, que viveram 2013, que eu acho que nós somos desse aprendizado, sobre o sentido da ocupação institucional. Tem ali desde concepções anarquistas de rejeição completa ao Estado, que são legítimas, são importantes, até um negócio, assim, “A política é uma bosta, ninguém representa mesmo, são todos corruptos, então nem vou votar”, que eu acho que é um sentimento muito fácil de apelo, muito direto com as pessoas, assim, e que a gente vê nas abstenções, na ausência das pessoas no debate eleitoral, que não vê solução pra nada. Eu acho que a gente está num lugar assim: “Olha, o Estado é mesmo um horror, só que ele não vai deixar de existir e se a gente não criar estratégias pra fazer essa ocupação de fora pra dentro...”. Não de dentro pra fora, eu acho que essa é uma reflexão nossa muito importante também, assim: “Vamos fazer mudanças de dentro pra fora”, não, não temos ilusão, esse Estado não tem salvação, mas de fora pra dentro a gente pressiona, a gente traz uma inteligência criativa, coletiva pra mover os recursos do Estado pra devolver pras lutas, como capacidade política, como melhoria de condição de vida das pessoas. Então, 2013 eu acho que tem esse, esse pequeno insight de que a gente poderia, sim, fazer, de outro jeito a entrega desses serviços públicos (...) Só que essa intuição que vem, de uma pequeníssima parte de quem participou de Junho de 2013 que eu acho que a gente está nessa pequeníssima parte, pra mim também é um amadurecimento de que a gente não vai conseguir contornar o Estado. Assim, nós vamos ter que enfrentar esse Estado e não é, simplesmente, só dizendo que o Estado não presta e não nos representa, o enfrentamento é quebrando o controle e o monopólio dos grupos que sempre estiveram no Estado. (CAROLINA; depoimento, 2018).

A transformação da esquerda brasileira, como buscarei apontar na conclusão da tese, passa por uma transição geracional que, sabendo reconhecer as críticas de origem à Nova República, consegue perceber equívocos de condução que impuseram limites à luta social. O fim da Nova República aparece então como abismo, mas também como oportunidade de transformação. Para se reinventar, a esquerda precisa da força intergeracional, o que exige de nós superar os limites da linguagem e das práticas de aprender com o passado e produzir práticas distintas que nos permitam projetar um futuro distinto, de mais democracia com poder popular.

2.5 A Multidão é batalhadora: transformações na organização de classes no Brasil.

A composição das mobilizações que ocorreram em 2013 foi bastante diversa em cada momento, em cada cidade, em cada zona das metrópoles. Segundo pesquisa do Ibope realizada no dia 20 de junho, 43% dos manifestantes tinham entre 14 e 24 anos, 49% possuíam o Ensino Médio completo ou Superior iniciado e 45% possuíam renda de até cinco salários-mínimos. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, 34,3% dos manifestantes ganhavam um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três. Ou seja, a maior parte da juventude presente nas ruas é de classe média e classe trabalhadora urbana, embora considerada simbolicamente pelo governo como uma nova classe média.

Marcio Pochmann, que realizou um profundo estudo sobre a mobilidade social no Brasil a partir da análise dos movimentos do capitalismo internacional e da estrutura de classes no país, contesta a ideia de nova classe média. Segundo Pochmann (2014) as políticas de inclusão, centradas principalmente na ampliação da capacidade de consumo da população, melhoraram muito as condições de vida dos mais pobres, embora tenham tido pouco impacto na redução das desigualdades sociais e na transformação do modelo econômico no país.²⁶

A mobilidade social, portanto, promoveu uma transformação da classe trabalhadora, e não a criação de uma classe média. Jessé de Souza (2012) define essa nova classe de emergentes como os batalhadores brasileiros, que oscilam entre as definições de uma nova classe média ou nova classe trabalhadora. Trata-se de uma classe de pelo menos 30 milhões de brasileiros que adentram o mercado de consumo por esforço próprio, empreendedores e superexplorados, cada vez mais presentes na igreja neopentecostal, que têm acesso ao microcrédito, adquirem bens de consumo duráveis, mas que sofrem racismo e outras formas persistentes de reprodução das desigualdades de classe e opressão. Essa classe trabalhadora é também composta por muitos jovens “que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (SINGER,

²⁶ Um exemplo de política pública de inclusão pelo consumo é o Programa Minha Casa Minha Vida que destinou grandes recursos do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a construção e financiamento de moradia popular.

2013).

No Brasil essa classe trabalhadora tem raça, é majoritariamente negra. A cor da pele sempre esteve indissociada do *status social*, determinando estruturalmente as oportunidades e limitações para a ascensão social, bem como para o estabelecimento de relações pessoais e circulação nos espaços públicos (GUIMARÃES, 2005). Compreender os aspectos não economicistas da mobilidade social, como a raça, é fundamental para evitar concepções liberais e individualistas que naturalizam as hierarquias sociais.

Mas o que explica a revolta e indignação dessa população que melhorou suas condições de vida nas últimas décadas? É preciso analisar a realidade para além das estatísticas. A condição de vida e o bem-estar dessas pessoas não se podem medir apenas pelo salário e pelo acesso ao consumo. Devem ser levados em conta outros fatores, como a convivência com a violência, a insegurança do trabalho, as violências cotidianas vivenciadas pela qualidade do ambiente, etc. A rejeição de parte importante dessa população ao projeto político encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e o aumento da incidência das tendências conservadoras em parcelas desse segmento devem-se a formas ideológicas historicamente incorporadas, mas também ao paradigma liberal – que através da inclusão pelo consumo molda subjetividades.²⁷

Como pontuado pelo entrevistado Pablo Capilé:

Aqui no Brasil, em alguma medida, quando você tira 40 milhões de pessoas da zona de extrema pobreza, você tem que pensar qual é o próximo repertório que você vai oferecer, para as oportunidades que essas pessoas começam a ter. Senão, obviamente, elas começaram a olhar para o topo da pirâmide e deixam de olhar para o lugar de onde vieram. Então, você teve uma capacidade de ascensão para essa classe média, mas você não teve capacidade de estabelecer um diálogo de disputa de consciência do que nos tinha levado até ali, e chegou no ponto onde você tinha três versões apresentadas para essas pessoas: a versão da esquerda, que era a pior delas, “fomos nós que conquistamos isso para vocês”; a versão da direita, que era “você conquistou isso para você”; E a versão das igrejas, que era, “Deus que conquistou isso para você”; então dentro dessa disputa permanente essas 40 milhões de pessoas começaram a olhar mais para cima e começaram a se contaminar por esses resíduos que permanentemente estavam sendo distribuídos. (CAPILÉ: depoimento, 2018).

A classe média estabelecida, constituída por profissionais qualificados e pequenos

²⁷ Se uma pessoa tem a percepção de que sua ascensão deve-se ao esforço individual, se ela paga pelos serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado, como a saúde e a educação, se ela tem acesso à universidade a partir do crédito, talvez ela passe a compreender que as soluções para os problemas sociais advêm do mercado. Essa pessoa inclina-se, portanto, a achar que a miséria do Outro e da Outra advêm de sua própria incompetência e não de uma persistente relação de exploração, opressão e violência histórica do país. Importante frisar que se tratam de tendências e não determinações.

empresários, também participou massivamente das manifestações e lutas sociais em 2013 e, principalmente, em 2015-2016. Essa classe, que era extremamente privilegiada em um país de grandes desigualdades sociais, historicamente variou sua identificação política de forma pendular (AVRITZER, 2018).²⁸ Desde 2013, vivenciamos um alinhamento maior entre a classe média e as classes altas do que com os trabalhadores. Recentemente essa classe viu seus privilégios ameaçados e passou a conviver diariamente com a classe de trabalhadores emergentes nos aeroportos, universidades e shopping centers. Sua qualidade de vida também piorou em algum sentido, com a intensificação da crise urbana e a caótica qualidade de vida nas grandes cidades. Jessé Souza (2016) destaca o caráter ambíguo da classe média, que explora há séculos o trabalho mal pago das pessoas que considera sub-humanas e disputa o capital cultural e simbólico valorizado que a aproxima das elites.

Entre a classe média, assim como entre a classe trabalhadora, existem distintas tendências políticas. Parte importante dessa classe se organiza desde a redemocratização do país para contestar a privatização dos espaços e reivindicar direitos sociais públicos. No passado, o papel dos médicos no movimento sanitarista foi fundamental para a construção do Sistema Único de Saúde. O apoio de jovens universitários a lutas como as de Belo Monte dos povos indígenas é o exemplo de uma postura cívica cujas repercussões transcendem os benefícios de determinada posição de classe.

A persistente precariedade das políticas públicas para a garantia de direitos universais, a desaceleração do crescimento econômico e a crescente crise urbana, presentes nas reivindicações dos manifestantes em junho de 2013 e nos meses que se seguiram, revelam que existe uma quebra de expectativa com as promessas da inclusão social tanto para a classe trabalhadora, quanto para a classe média. No Brasil, a frustração das promessas de inclusão carrega algum nível de desencanto com um projeto político que se reivindicava radicalmente diferente do de seus antecessores, um projeto que propunha realizar essas promessas a partir de uma perspectiva de esquerda.

Esse esgotamento abre espaço para que as insatisfações e as necessidades cotidianas

²⁸ Avritzer (2018) critica a ideia de que há uma aliança estrutural entre as classes médias e as elites. Esse alinhamento é eventual e bastante significativo para a movimentação do pêndulo democrático. Nesse caso, o antipetismo aliado a uma leitura específica do combate à corrupção levou a opinião pública a se descolar do eleitorado.

sejam disputadas após Junho de 2013 por perspectivas conservadoras de caráter fascizante, que estão presentes nas cicatrizes históricas da formação das nossas sociedades e subjetividades como o patriarcado e o racismo estrutural.

Para compreender a natureza mais violenta da ascensão de figuras como o presidente eleito, Jair Bolsonaro, em um contexto de ampla polarização, abriu-se um amplo debate na sociologia que envolve uma releitura e a crítica do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda.²⁹ Em termos gerais, Jessé Souza (2017) identifica nesse conceito a justificação para um liberalismo conservador, que reconhece na herança portuguesa da emotividade o fundamento da sociedade brasileira. Para Jessé, o fundamento da nossa sociedade é a escravidão, o punitivismo, a organização do Estado para o extermínio de pobres e pretos, tema que abordaremos em maior profundidade no terceiro capítulo.

O que nos interessa aqui mencionar é que o mito da cordialidade se esfacelou depois de 2013. A polarização do país abriu um ciclo agudo de intolerância política, que se alimenta da impessoalidade das redes sociais, tornando pensamentos de caráter fascista mais difundidos e agressivos. O ovo da serpente de 2013 tornou-se a manifestação política da perseguição à esquerda, às pessoas LGBTQs, às feministas e aos movimentos sociais.

Luiz Felipe Miguel descreve brilhantemente a recomposição ideológica da direita no livro *O Colapso da Democracia no Brasil* (2019). Após Junho a direita sentiu-se confortável para aprofundar seu caráter reacionário associando posições do liberantismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. Segundo ele, o liberantismo é diferente do liberalismo, trata-se de uma ideologia descendente da escola econômica austríaca que prega o menor Estado possível, é uma forma de liberalismo radicalizado, que absolutiza a propriedade privada e tem ojeriza de qualquer lastro de solidariedade social. Esse pensamento tem se difundido no Brasil a partir de fundações como *Atlas Network* e está por trás do surgimento de grupos como o MBL -

²⁹ Para Jessé Souza no livro *Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017) as raízes do conservadorismo brasileiro remontam o pensamento social que busca definir uma identidade nacional baseado em um racismo culturalista. Gilberto Freyre teria sido o expoente dessa tradição ao definir que o berço da sociedade brasileira é o português e sua forma “passional” de dominar. Seguido por intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro que cunharam as expressões: homem cordial, para contrapor a identidade brasileira a um homem racional-moderno; a expressão “patrimonialismo” e “jeitinho brasileiro” para definir o caráter corruptor dessa identidade e o Estado como a raiz de todos os males e de toda corrupção; e a expressão “populismo” para rivalizar com qualquer governo que acenasse para o interesse das maiorias. Apresenta o argumento de que é a escravidão e não o caráter do Estado Português, patrimonialista, o berço das nossas mazelas. “No Brasil, todas as instituições - e não apenas a justiça - foram moldadas pela escravidão” (SOUZA, 2017:42).

Movimento Brasil Livre e o Partido Novo. Essa ideologia no Brasil, contraditoriamente aliou-se ao fundamentalismo religioso, que cresce na medida em que a presença neopentecostal no Brasil se expande e que pastores avolumam a bancada cristã.

O crescimento do neopentecostalismo, associado à uma ética da prosperidade, também é uma das características da mobilidade de classe no Brasil.³⁰ Jessé Souza descreve o pentecostalismo e neopentecostalismo como religiões das classes dominadas que crescem em regiões em que as contradições do capitalismo são mais agudas. No Brasil, o pentecostalismo cresce sobretudo nas grandes cidades, tanto no seio da ralé estrutural quanto dos batalhadores brasileiros.

No entanto, o estrondoso sucesso do pentecostalismo pode ser também visto como resultado de sua capacidade de se adaptar às frações de classe do setor da periferia. As suas ondas de expansão, como também sua plasticidade e autonomia no seu desenvolvimento, permitiram formar variações no seu discurso que atendessem porções variadas dos moradores da periferia urbana. Quanto a isso, o pentecostalismo é capaz de atender setores da ralé estrutural como também batalhadores em ascensão social. (SOUZA, 2012: 315).

Entre as bases de sustentação do pensamento pentecostal está a ideia de que é preciso proteger a qualquer custo as condições individuais e coletivas para atualizar as promessas de futuro, e o futuro é experimentado nesse plano material, exemplificado em pessoas reais e próximas pertencentes à comunidade de “irmãos”. Para garantir condições de estabilidade para se crer no futuro e nas recompensas do futuro “é preciso a defesa da casa, da família e da sua reprodução como ‘retaguarda contra as intempéries do amanhã’” (SOUZA, 2012: 326).

A partir da década de 80 o crescimento do pentecostalismo e neopentecostalismo no Brasil estiveram associados à inserção de pastores e líderes religiosos na política institucional e ao crescimento do fundamentalismo como reação da família tradicional cristã às transformações da sociedade no sentido da ampliação dos direitos das mulheres, da diversidade de gênero, dos povos tradicionais, da negritude. Nesse sentido, “a família nuclear, heterossexual e baseada em uma subordinação ‘benigna’ das mulheres se torna o núcleo da experiência religiosa de grandes setores evangélicos” (VILLAZÓN, 2015: 173).

³⁰ Dados sobre o crescimento do pentecostalismo no Brasil: “Segundo os Censos Demográficos do IBGE, havia 3,9 milhões de pentecostais no Brasil em 1980, 8,8 milhões em 1991 e 17,7 milhões em 2000. Os dados mais recentes sobre religião no Brasil foram produzidos pelo Instituto Datafolha e divulgados, em 6 de setembro de 2007, pela Folha de S. Paulo: os católicos caíram para 64%, enquanto o conjunto dos evangélicos subiu para 22% da população, sendo 17% deles pentecostais e 5% protestantes.” (MARIANO, 2008: 69).

A aliança entre fundamentalismo cristão e liberantismo se estabelece a partir da construção de um inimigo comum: o Estado. A essas duas posições retrógradas associa-se o velho anticomunismo, que seleciona o PT como grande alvo, mas também os demais governos de esquerda latino americanos. Essa aliança ideológica constrói mitos e caricaturas em torno do projeto político que pretende derrotar como a “ameaça comunista e o Foro de São Paulo”, a Venezuela e o bolivarianismo, a “ideologia de gênero” e etc.

A recomposição da direita entre as classes trabalhadoras e médias, contudo, não ocorreu de forma automática e imediata, ela foi tecida aos poucos, a partir do desgaste generalizado do governo do Partido dos Trabalhadores e das transformações sociais e políticas no país, como veremos nos próximos capítulos. Interessa compreender aqui, como as transformações na organização da classe social no Brasil são fundamentais para saber ler Junho de 2013 e a recomposição da direita no Brasil que culmina na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018.

2.6 A multidão e a captura: crise da esquerda após Junho de 2013 e recomposição da direita

As ruas em Junho de 2013 eram compostas por uma multidão polifônica e urbana, constituída por uma maioria jovem das classes médias e trabalhadoras (batalhadoras), que repudiam a corrupção e os arranjos tradicionais da institucionalidade, ao mesmo tempo em que desejam a ampliação da inclusão social no país.

A reação conservadora do Estado à ocupação das ruas em Junho, a frustração de perspectivas de futuro com a crise econômica e o crescimento da impopularidade da ex presidenta Dilma e do Partido dos Trabalhadores constituíram um campo fértil para que narrativas de direita se ampliassem e se associassem na disputa de hegemonia na sociedade. Esse processo, que culmina no Golpe em 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, é marcado por uma extrema dificuldade da esquerda em disputar as insatisfações presentes nas ruas.

Em 2014, com a Copa do Mundo e a aproximação do cenário eleitoral, o governo e a grande mídia passaram a reforçar a necessidade de se criminalizar e reprimir com violência os protestos. O ano começou com uma verdadeira guerra de símbolos e estratégias de comunicação.

A grande mídia e os governos reforçam a imagem dos manifestantes, movimentos e coletivos sociais como “vândalos” para legitimar suas ações repressivas e desconstruir a pauta que estava sendo gestada mais à esquerda do cenário político das cidades.

Em algumas cidades o grau de confronto entre manifestantes e policiais se ampliou, com pessoas sendo chamadas para depor por formação de quadrilha e atos terminando de forma trágica. Em 2014, em São Paulo, atos que questionavam a realização da Copa do Mundo foram duramente reprimidos, a polícia chegou a atropelar manifestantes e baleiar com dois tiros um rapaz que protestava. No Rio em 2014, movimentos contra o aumento da passagem geraram uma situação de confronto com a polícia que levou à morte de duas pessoas, aumentando a criminalização aos protestos e também a necessidade de se repensar a possibilidade de uma auto-organização mínima dessas manifestações. Em 2018 foram condenados 23 manifestantes por crimes como formação de quadrilha, dano qualificado, lesão corporal e corrupção de menores. Como discutem Eduardo Baker, Bruno Cava e Giuseppe Cocco (2013):

Essa narrativa, novamente, serve de justificativa à brutal ação do estado, onde qualquer manifestante nas ruas é visto como “vândalo” em potencial, da mesma maneira que, numa favela, qualquer jovem negro é um “traficante” em potencial. Só muda o material da bala. Nunca houve “confronto” entre polícia e manifestantes. O que há é um esmagamento das manifestações por um estado super armado e super violento, que não hesita em espancar, gasear, humilhar, torturar e prender arbitrariamente quem quer que esteja em seu caminho. Numa realidade de brutalidade cotidiana, com Amarildos e Amarildas fabricados em massa, inclusive pelas políticas de “pacificação”, soa terrivelmente postiço imputar o problema da violência urbana ao “vandalismo” nos protestos. As manifestações, para muitas pessoas, especialmente os negros e pobres, significam uma chance de lutar pela paz. O medo, para elas, já aconteceu, e a violência – das execuções sumárias, dos sumiços e do terror armado – vivida como normalidade de suas vidas. A luta que o poder punitivo sempre reduz a “vandalismo”, para muitos, é uma chance de construir uma paz que não seja pacificação. (BAKER; CAVA; COCCO, 2013)

Enquanto parte dos sujeitos coletivos e multitudinários urbanos era criminalizada e reprimida nas ruas, o conservadorismo de direita vendia uma imagem pacifista de que “lugar de manifestar era nas urnas”. Porém, com a derrota do candidato Aécio Neves (PSDB) e a vitória de Dilma Rousseff (PT), em 2015 a direita passa novamente a realizar convocatórias para a ocupação das ruas.

Percebe-se, então, que a Multidão de Junho de 2013, diante da ausência de uma guinada progressista da esquerda de forma a aprofundar a democracia e o pacto de 1988, foi sendo tomada por uma narrativa construída pelo que chamaremos de consórcio golpista, que operou e

consolidou o campo favorável para que fosse rompida a legalidade e a constitucionalidade. O imaginário das ruas e o significado de Junho foi em grande medida capturado.

O consórcio golpista, constituído pelo Poder Judiciário, a grande mídia, o capital transnacional e partidos políticos sob a liderança do PMDB e PSDB e dos movimentos de direita como o MBL e Brasil Livre comandaram uma concertação que tinha como objetivo a derrubada do governo de Dilma Rousseff. No que toca ao Poder Judiciário e ao papel do Direito nesse processo, tem-se que a Operação Lava Jato se desenvolveu de forma seletiva e orientada para atingir diretamente membros ligados ao Governo Federal, contribuindo para a desestabilização do governo como demonstrado nas conversas vazadas entre o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol. O impeachment que ocorreu mesmo sem a materialidade de um crime e sem que houvesse ato ilícito praticado pela suprema mandatária da nação não encontrou resistência no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo contrário.

A grande mídia no Brasil, constituída por pequenos grupos familiares capitalistas, direcionou suas forças para consolidar a narrativa do Golpe e a demonização do governo petista. Figuras da oposição ao governo e o juiz Sérgio Moro foram retratados como super-heróis e tal direcionamento consolidou uma posição unilateral de mensagem aos espectadores. O Jornal Nacional criou uma narrativa novelística que tinha como objetivo formar as consciências de maneira a apoiar e direcionar a opinião pública.

Todo o processo do Golpe foi acompanhado por manifestações massivas pró-impeachment, tomadas por pessoas de classe média, em geral famílias inteiras vestidas de verde e amarelo. Embora a composição das manifestações contra o Governo Dilma seja substancialmente diferente das Jornadas de Junho, o significado da ocupação das ruas foi sendo capturado e disputado.

Nas manifestações de junho de 2013, segundo pesquisa do Ibope realizada no dia 20, havia paridade entre os sexos, 43% tinha entre 14 e 24 anos, 49% Ensino Médio completo ou Superior iniciado e 45% possuía renda de até 5 salários-mínimos. Uma pesquisa realizada no mesmo dia no Rio de Janeiro, mostrou que 34,3% dos manifestantes ganhava um salário-mínimo e 30,3% ganhava entre dois e três. Disso, Antunes e Braga concluem: “64% do total de um milhão de pessoas que foram às ruas no Rio de Janeiro são parte desse proletariado urbano precarizado.” (ANTUNES; BRAGA, 2012: 4). Nas manifestações ocorridas em 2015, por sua vez, segundo o Datafolha, o número de homens era 63%, a idade média era 40 anos, 76% possuíam Ensino Superior. No campo da renda, destaque para os 22% que recebiam entre 10 e 20 salários mínimos e os 19% que recebiam mais de 20. (QUADROS; NUNES, 2018:1).

As manifestações verde e amarelo de 2015 começaram a ressuscitar pautas antidemocráticas que há muitos anos não se apresentavam de forma pública e explícita. A instabilidade e a polarização passam a se tornar a nova regra da política brasileira. Na mesma esteira, a política segue fortemente polarizada e vemos crescer demonstrações de ódio e violência, que vão desde o escracho público de pessoas pelas suas posições políticas até o aumento assustador da violência no campo. Valério Arcary descreve o movimento da direita nas ruas:

Junho de 2013 também cria um novo processo, abre uma nova dinâmica, que é que pela primeira vez setores médios de extrema direita saem às ruas. Isso nós não víamos desde 84, na verdade não víamos desde 64. E tinha classe média fascista nas ruas, em São Paulo era claríssimo. Já no dia 20 de Junho, na Paulista, à noite, no dia em que a Globo suspendeu a programação, a partir das 21hrs30min, quando a esquerda foi expulsa da Avenida, a Avenida ficou nas mãos da direita e da extrema direita. Tinha os clubes, tinha os maçons, muito protagonismo das lojas maçônicas, muito! (...) Junho, sugere a abertura de uma situação pré-revolucionária, a classe dominante se divide, a classe trabalhadora sai às ruas, acéfala. É a classe trabalhadora jovem, urbana, com escolaridade mais elevada, com um programa democrático radical de extensão de direitos. E os setores médios se dividem, mas, majoritariamente, são polarizados pela direita e pela extrema direita, o que vai se confirmar já em Março de 2015 quando eles fazem as primeiras grandes manifestações pelo impeachment já com a escala de mais de 100, 150 mil. Aí eles continuam nas ruas e eles vão dominar as ruas em 2015, 2016 e eles vão empurrar a burguesia pro impeachment. (...) A burguesia esteve dividida, mas só até Dezembro de 2015. Então, na verdade, é um intervalo de um ano. É o ano em que eles dão: “Vamos dar um tempo para o Levy, para ver se a Dilma faz o ajuste fiscal que é necessário”. Dezembro de 2015 o Levy renúncia, Janeiro começa, já com a FIESP, botou o pato na rua e em Março, aí eles levam meio milhão pra Paulista, já a burguesia unificada. Não tem mais... Nenhuma fração burguesa, nem a industrial para quem a Dilma deu todos os bombons que eles queriam, com as isenções fiscais, nenhum setor burguês está contra o impeachment. A burguesia se unifica sob o impulso da camada média e diante da impotência do governo Dilma. (ARCARY: depoimento, 2018).

O cenário descrito pós-Junho apenas se consolidou e se aprofundou nos anos seguintes. A capacidade de reação da esquerda foi extremamente insuficiente, porém apresentou novidades como a ascensão de formações sociais à esquerda do petismo que apontava para um processo de mudança de projeto político. Como destaca Joviano Mayer:

Muitas das resistências que tiveram em 2013 como contexto e que estão aí ainda hoje travando essas lutas... Aqui em Belo Horizonte tem o exemplo da Izidora mais forte, mas também outras resistências pelo país, o Espaço Comum Luis Estrela, o Estelita lá no Recife, o Cais Mauá, Porto Alegre, são lutas que ainda estão... E muitas outras resistências que estão, digamos, se desdobraram após Junho, a gente percebe nitidamente uma efervescência desse caldo político, na dimensão micropolítica. Mas por outro lado, na dimensão macropolítica o clamor de Junho foi, de certo modo, capturado e jogou água no moinho das mobilização que se seguiram nos anos subsequentes, especialmente 2015, que culminou no golpe em 2016 e 2017, agora, continua com a violação da Constituição de maneira absurda, né!? Então Junho reverbera tanto do ponto

de vista macropolítico, mas também do ponto de vista micropolítico, que é essa contradição que nós temos que lidar: com uma vida pulsante nesse campo de imanência das lutas. (...) Mas, por outro lado, do ponto de vista macro essa desgraça que nós estamos vivendo, né? Todos esses retrocessos, enfim, um certo fascismo social que ganha corpo, ou seja, não é só uma violência de Estado, mas é também um avanço dos discursos de ódio, de intolerância. E essa violência institucional e para institucional cada vez maior, que culminou na execução da Mariele Franco lá no Rio de Janeiro. Talvez Junho seja uma chave de compreensão também de muitos dos processos que estamos vivendo hoje, né? Enfim, dos desafios da esquerda contemporânea, brasileira. Dos desafios para canalizar a insatisfação popular em projetos, em alternativas, enfim... (MAYER: depoimento, 2018).

Como já destacado, o modelo de governabilidade instituído pelo Partido dos Trabalhadores buscou conciliar os interesses das classes e dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade civil fragmentada no Brasil. Através de um governo de coalizão, buscou estabelecer maiorias nos espaços institucionais, tais como o Congresso Nacional e o Senado, para aprovar alguns de seus projetos e medidas. Isso representou a incorporação contraditória de interesses e atores marcadamente de direita dentro da coalizão de governo, além de um alto grau de concessão aos interesses das elites econômicas. Tais coalizões políticas e concessões em nome da governabilidade geraram a desagregação de um campo de alianças políticas que se aglutinou em torno da primeira eleição de Lula em 2002 e, além disso, novos atores surgiram no cenário político da esquerda. Maria Alves, liderança rural e quilombola de Minas Gerais, ressalta os limites do campo democrático popular, que foram tornando-se mais aparentes com o tempo:

Não vou dizer a palavra de comodismo, porque ela é muito utilizada também, né!? “Os movimento se acomodou”, talvez os movimentos se colocou muito na disputa do espaço do poder. Então quem estava nos espaços de poder teve muito uma luta de consolidar esse espaço de poder, em gerar esse espaço, em controlar esse espaço, então isso vale para as estratégia, pra essa ação dos movimentos sindicais e sociais, como também do resultado dessas lutas sociais que deu dentro da política, dentro dos espaços público e assim sucessivamente. (...) Com isso a gente teve a eleição do Lula no nosso país e mesmo com a eleição do Lula a gente não conseguiu ter uma frente social onde os trabalhadores, de fato, tivesse ocupando seu papel diante do Brasil tendo o Lula como presidente. A gente meio que recuou, principalmente, enquanto movimento social e sindical. A gente teve o Lula e não conseguiu fazer, de fato, o enfrentamento do Estado brasileiro. A gente meio que ficou, não a parte do Estado brasileiro, mas a gente ficou muito na defesa de ter um governo popular, que aquele governo era o Lula, de proteger aquele governo, mas a gente esqueceu de disputar ou, talvez, não conseguiu entender que a melhor estratégia era também ajudar o Lula a disputar o Estado brasileiro. A fazer a pressão necessária do campo, dos trabalhadores. (ALVES: depoimento, 2018)

Novos atores e campos se aglutinaram em torno do questionamento do modelo de desenvolvimento, inclusão e governabilidade proposto para o Brasil. Entre esses campos tomamos como exemplo de análise os Comitês Populares da Copa, que se constituíram nas 12 (doze) cidades sede da Copa do Mundo mesmo antes da Copa das Confederações, evento que

ocorreu no Brasil em 2013 e que funciona como uma prévia-teste para o mundial.

Os Comitês foram impulsionados desde um Seminário em São Paulo, que discutiu as violações de direitos humanos na realização de megaeventos e que contou com a participação da professora e ex-relatora pelo Direito à moradia adequada da ONU, Raquel Rolnik, e de diversos movimentos sociais urbanos que começaram a debater a questão.

Em Belo Horizonte, ainda no ano de 2010, começaram as primeiras discussões em torno do projeto de cidade que estava em jogo na realização de um megaevento esportivo. A partir de uma convocatória ampla feita pelas Brigadas Populares, diversos coletivos, membros do Ministério Público, pessoas ligadas a Universidades, entidades de classe, ativistas autônomos e forças políticas em geral começaram a debater como articular forças para combater o projeto de cidade capitalista expresso na Copa do Mundo. Surgiu o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) como organização horizontal, sem lideranças e cargos, que reuniu, além das forças acima citadas, atingidos direta e indiretamente pela Copa Fifa 2014 tais como pessoas que foram despejadas de suas casas em função de obras da Copa, trabalhadores informais que perderam o trabalho, pessoas que tiveram seu direito de ir e vir sonogado, pessoas em situação de rua perseguidas pela política higienista que visava maquiagem a cidade para os jogos.

Durante três anos o Comitê foi acumulando forças até que, em Junho de 2013, explodiram nas ruas manifestações, que tinham como elementos a serem considerados a reivindicação de direitos sociais urbanos e o questionamento dos gastos públicos e do processo de corrupção, que implicava no rebaixamento da soberania brasileira manifesta no exercício de um projeto político que aliava os interesses da FIFA, de corporações transnacionais e de empreiteiras brasileiras em clara afronta aos direitos das maiorias.

Tal configuração acaba por aprofundar os limites do projeto petista para uma esquerda que não aceitava a conciliação, ou seja, não aceitava que direitos humanos fossem violados sob a justificativa de um projeto de um Brasil Maior, que receberia um evento internacional e se projetaria como uma nação promissora para os negócios no mundo. Essa esquerda, marcada pela dimensão da ação direta, não acreditava no projeto de composição de classes e não aceitava entregar a soberania e os rumos da nação para a gestão capitalista das cidades.

A partir da crítica a esse projeto de gestão capitalista da questão urbana podem-se apontar

as contradições do sistema político com um todo. Os Comitês não foram a única forma de resistência e aglutinação de campo que apontava o esgotamento do projeto político petista, em cada cidade se formavam frentes de luta, com destaque também para a resistência à Belo Monte e vários outros processos que caracterizam o neodesenvolvimentismo. Um dos atores políticos que mais se fortaleceram após Junho de 2013 foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto:

Passa aquele período de junho, logo no primeiro momento, vem em julho no Rio de Janeiro, e foi muito forte também, e vem o agosto, o setembro, e o outubro, em que as pessoas já não estavam mais nas ruas, mas ao mesmo tempo, os Black Blocs começam a ter um certo protagonismo e a Globo começa a transformar o Black Bloc no cara de esquerda, e vai trabalhando nessa perspectiva. Nisso, em alguma medida, transformou o militante ativista quase em um terrorista. Quando morre o Santiago e vem a Copa logo depois. Quando vem a copa, o campo popular não podia se revoltar, porque o PCdoB era o que tinha o Ministério do Esporte, a Copa estava sendo feita pela Dilma. O MST e a CUT tinham que estar na base disso. E nisso qual é o pilão que abre? Aquele que foi ocupado pelo MTST, que era um movimento que tinha possibilidades naquele momento ali, de falar que eu tinha 8 anos, 10 anos, 15 anos, nunca tinha tido esse vácuo. Em 2013 tanto a Mídia Ninja, quanto MPL tiveram o seu boom, mas agora está precisando de um movimento popular (...) E aí o MTST vem, ocupa um espaço ali e fala “velho eu não tenho relação nenhuma com o campo democrático popular, eu tenho que construir a minha luta”, e emerge dali como um puta movimento. (...) Os movimentos não tiveram maturidade naquele momento para atender ao chamado que a Dilma fez logo na sequência [de Junho de 2013]. Para mim, o MPL é um dos principais culpados dessa história, na minha opinião pessoal. Porque o MPL marcou a esquerda, e não deixa eu ver esquerda chegar, deixou o livre o flanco para a direita, que ficou disputando posição com a esquerda, e na hora que essa direita cresce eles saem da rua. Qual foi a diferença do MPL para o MTST? Na hora que o MTST ganha na Copa do Povo, ele chama todo mundo distribui, ele começa a pactuação do projeto Brasil, que depois se desdobra em Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, mas ele já pega os ativos que ele ganhou naquela história... (CAPILÉ: depoimento, 2018)

Movimentos como o MTST foram fundamentais para organizar a resistência ao Golpe, ainda que tardia. No ano de 2015, com o aprofundamento da crise política brasileira e em especial no contexto de resistência o Projeto de Lei das Terceirizações, a esquerda começa a se reorganizar em frentes conjunturais, já no contexto de enfrentamento ao conservadorismo e à apropriação de Junho de 2013 por setores reacionários da sociedade brasileira. No dia cinco de Setembro de 2015, em Belo Horizonte, militantes de várias partes do país lançaram a Frente Brasil Popular (FBP) que, essencialmente, reúne o campo de influência do que foi o governismo petista. Setores sindicais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), à União Nacional dos Estudantes (UNE), ao Partido dos Trabalhadores (PT), à Consulta Popular e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) formam o núcleo duro dessa articulação.

A Frente Brasil Popular foi concebida como um instrumento de mobilização popular com conteúdo programático em torno do chamado Projeto Popular para o Brasil que enfrente o avanço do conservadorismo. Foi criada como esforço em estabelecer um campo unitário não puramente de apoio direto ao governo Dilma Rousseff, mas que defendesse a legalidade democrática, a Constituição Federal e seus pressupostos democráticos e que combatesse a política econômica adotada pelo Governo Federal e orientada pelo ajuste fiscal. A Frente luta contra o conservadorismo e o golpismo, de um lado, e de outro apresenta como um elemento definidor a disputa do campo petista para que haja uma guinada à esquerda.

No dia oito de outubro de 2015 foi criada em São Paulo a Frente Povo Sem Medo (FPSM), como uma frente conjuntural nacional de mobilização popular constituída com autonomia em relação aos governos. Em seu nascedouro também articulava o discurso contrário ao conservadorismo e ao ajuste fiscal e proclamava a seguinte palavra de ordem: “Que os ricos paguem a conta da crise! Nenhum direito a menos!”. O principal articulador da FPSM é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que ganhou projeção nacional em 2014 ao realizar grandes ocupações de terra no contexto da Copa do Mundo e conseguir pressionar o Governo Federal através de amplas mobilizações sociais de rua. A Frente passou a aglutinar amplas categorias de movimentos, majoritariamente urbanos, muitos dos quais estiveram presentes nas ruas em Junho de 2013.

A principal distinção da Frente Povo Sem Medo em relação à Frente Brasil Popular é que atores que compõem a primeira constituíam oposição crítica ao governismo de esquerda dos governos do PT e criticavam duramente seu projeto político de composição de classes. Embora haja organizações e movimentos que transitem nas duas Frentes, fica claro esse recorte entre um campo mais crítico ao que foi o governismo e outro que ainda disputa o campo petista à esquerda.

As Frentes conjunturais marcam a tentativa de reaglutinação da esquerda frente aos golpes e ao aumento do conservadorismo. Podem elas gerar novas formatações políticas para além do seu aspecto conjuntural? Diante da crise do Programa Democrático Popular qual a capacidade das frentes de construir alternativas políticas reais? Como os setores populares elaboram análises e perspectivas sobre o período recente do país e qual o impacto na construção das formas de resistência? Como elas dialogam com os setores da população não-organizados e

que mostraram sua capacidade de mobilização e incidência nas ruas e em vários espaços de sociabilidade? Estas são algumas perguntas que a tese pretende abordar em profundidade a partir de entrevistas, leitura de análises de conjuntura e da participação em plenárias, debates, atos e nas próprias articulações políticas em curso.

A Nova República findou. O pacto se esgotou e uma nova pactuação que envolva os debaixo é um horizonte ainda distante. No próximo capítulo abordarei os pilares que constituem a Nova República e seu processo de crise e descenso. Busco construir uma reflexão que me permita pensar e imaginar a configuração da esquerda brasileira em busca de narrativas, projetos e estratégias que possam apresentar esperança em um cenário de retrocessos, golpes e exceções.

3 CAPÍTULO 2 - A NOVA REPÚBLICA E O POVO BRASILEIRO

Nasci em 1988, ano em que foi promulgada a Nova Constituição da República após o regime ditatorial de 1964-1985. A Constituição nasce em uma nova etapa da história brasileira, no momento em que havia esperança da nossa realização como povo brasileiro, povo que sempre buscou afirmar sua dignidade rebelde e insubmissa. Sendo uma comunidade imaginada, porém eficaz,³¹ fomos forjados através de processos de apropriação de violência sobre os corpos, as culturas, os territórios e as identidades. Somos, nas palavras de Darcy Ribeiro (2015: 331), “um povo em ser, impedido de sê-lo”.

Quando penso nessa violência que nos constitui ao mesmo tempo em que nos impede de ser, sempre me vem à mente a história que me confidenciou uma amiga, que nasceu bem antes do ano de 1988. Contou-me que ela, mulher negra, morava e trabalhava de forma precarizada na

³¹ ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

casa de seus patrões, juristas. Na casa escutava buchichos e comentários desdenhosos sobre a aprovação da Constituição Federal. Quando todos saíam de casa ela, às escondidas, lia o pequeno livro azul no escritório dos patrões. Certa vez a pegaram lendo a Constituição e se enfureceram: não era admissível aos patrões pensarem que ela possuía direitos. Disseram-lhe que aquele livro era ultrajante, um conto de fadas que jamais se efetivaria, que logo menos seria revogado. Passaram-se trinta anos e os patrões nunca desistiram de revogar a Constituição.

O que continha de tão amedrontador na Constituição de 1988 sendo o texto escrito a partir de uma transição conservadora e pactuada? Qual elemento a força popular conquistou no texto constitucional a contragosto das elites e de setores neoligárquicos e neoescravagistas?³²

O elemento transgressor do texto constitucional e do momento político que a Nova República instaura era precisamente a promessa de realização do povo brasileiro por meio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária em que a pobreza e marginalização fossem erradicadas, conforme ficou estabelecido no artigo 3º (BRASIL, 1988). Promessa esta contida na noção de dignidade da pessoa humana, na efetivação de direitos e na afirmação da cidadania para o povo brasileiro. Como escreveu em 1995 o sociólogo Darcy Ribeiro (2015: 327), “nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar”. Passados trinta anos, terá se realizado o povo brasileiro?

O Brasil, enquanto formação social e política, é uma composição diversa e desigual, rasgada pelas violências produzidas por uma relação de dependência estrutural no capitalismo, por raízes coloniais e escravocratas e por estruturas patriarcais e patrimoniais de organização das instituições. Trata-se de um país marcado por impasses históricos na construção de uma cultura política republicana e democrática. Pelo menos nove golpes marcam a nossa história política após o fim do colonialismo. Regimes autoritários, instabilidades e exceções aqui sempre foram a regra.

³² Por neoligárquico e neoescravagista me refiro àqueles que têm apego aos tempos de Casa Grande e Senzala, tematizado no livro de Gilberto Freyre, que tentam reproduzir no seu cotidiano a dominação de raça, classe e gênero mais sórdida que existiu em tempos coloniais. Que são capazes de obrigar as mulheres negras à vestimenta, ao comportamento, à conduta da submissão, de uma relação objetificada que reproduz um passado de escravidão.

Considero o Estado de exceção como uma dimensão constitutiva do Estado brasileiro, mais do que como um momento ou um evento inscrito na temporalidade política. Aqui, a ordem e o progresso sempre conviveram com uma zona de anomia, um espaço de suspensão permanente do direito onde opera a violência extrema e nua. Nessa zona se dissolvem as noções de legal e ilegal, poder constituinte e poder constituído. Como bem definiu o filósofo Giorgio Agamben (2004), qualquer ação tomada no estado de exceção está fora do crivo de julgamento do Direito.³³ O dito popular “não existe pecado do lado de baixo do Equador”, musicado por Chico Buarque, traduz um Estado em que os regimes políticos sempre confundiram a regra e exceção.

A zona de anomia, entendida como ausência do Estado de Direito, é territorializada e corporificada em nações de passado colonial como o Brasil. As violências e a apropriação a que estão submetidos os povos indígenas, as pessoas escravizadas de ontem e as periferias e comunidades camponesas de hoje não poderiam conviver com o Estado brasileiro sem colocá-lo em xeque, sem que o Estado de exceção não fosse uma característica constituinte e permanente da nossa formação social e política.³⁴ O Estado, o Direito e o próprio conceito de soberania no Brasil são fundados em lógicas coloniais, da escravidão. O escravo é o corpo não humano. A colônia, a *Casa Grande e a Senzala*, os *Sobrados e Mucambos*, o morro e o asfalto são divisões em territórios rasgados pela exceção, que operam supostamente a serviço da civilização.³⁵

Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, define territórios de exceção como espaços onde o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra. Onde paz e guerra não se distinguem. O controle e o exercício do poder e da soberania se dão a partir da ocupação e do exercício de uma dominação pelo terror, que inscreve nos corpos e nos territórios suas marcas. Importante destacar, contudo, que essa zona de anomia ou territórios de exceção não são

³³ Segundo Giorgio Agamben (2003: 39): “o Estado de Exceção não é exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa a sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica.”

³⁴ O estado de exceção, portanto, longe de significar uma medida de garantia da continuidade e proteção à ordem jurídica, como propunha o teórico nazista Carl Schmitt (*apud* AGAMBEN, 2004), está perenizado enquanto regra que marca as dimensões corpóreas (de gênero, raça e classe) e geográficas do emprego da violência e da exclusão no país.

³⁵ A segregação espacial da sociedade colonial e pós-colonial foram tematizados por Gilberto Freyre nos livros *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936).

marcados apenas por ausências e morte. Neles, floresce uma história de resistências e re-existências, uma história silenciada na qual se produzem múltiplas concepções de direito, de justiça e formas de organização social. Falo dos quilombos, dos assentamentos agrários, das ocupações urbanas, da organização comunitária nas periferias urbanas, dos povos indígenas aldeados ou não e de toda a pluralidade dos povos tradicionais tais como pescadores artesanais, ribeirinhos e seringueiros. Essa diversidade, que constitui o povo brasileiro, unidade política impossível de ser homogeneizada, e que ainda sonha e luta cotidianamente para realizar-se.

As primeiras experiências republicanas no Brasil se formam sem o povo e contra o povo. Tanto a Primeira República (1889) quanto a Era Vargas foram marcadas por uma concepção restritiva de cidadania, o que se traduzia na dimensão oligárquica do Estado. Nas palavras de Juarez Guimarães:

Quando nós falamos do processo de republicanização democrática do Brasil, nós estamos falando do processo de auto formação do povo brasileiro(...) não havíamos formado as condições mínimas de universalização da cidadania, não havíamos construído a ideia de povo, havíamos saído da experiência da escravidão sem processar a massa de ex-escravizados, parte dos que não tinham lugar nesta sociedade. Uma república que não apenas se constituiu sem o povo, mas contra o povo. O trauma de fundação dessa República é o episódio de Canudos. Uma República que se constituiu sem as mulheres e contra as mulheres. O primeiro código civil de 1916 é marcadamente patriarcal. Uma República que se faz não apenas sem os negros, mas contra os negros, por que se instala recorrendo a culturas políticas racialistas. Vigia então a cultura do branqueamento, os homens negros não tinham lugar para exercer suas atividades produtivas e econômicas, não tinham acesso a nenhuma política pública, não tinham direitos civis, não tinham direitos políticos por que eram analfabetos (...)
(GUIMARÃES: depoimento, 2018)

Porque Canudos é um trauma? Porque a dita “República” colocou o Exército para aniquilar, matar e destruir uma comunidade que se recusava a aceitá-la? A República instaurou a barbárie e a guerra: massacrou um povo que autoconstruía a sua vida, suas casas, sua economia, sua fé, sua segurança e sua autonomia. A história brasileira é marcada pelos golpes e pelo massacre de todos aqueles que ousam lutar e resistir. A ameaça militar sempre pairou sobre as resistências no período republicano. Esta é mácula fundacional e permanente da nossa República.

O historiador Marcos Napolitano ao analisar a transição do império para a Primeira República descreve a modelagem de uma arquitetura da exclusão, profundamente alicerçada no debate sobre a escravidão e a abolição.

Conjunto de regras jurídicas, instituições e práticas sociais que produziram e reproduziram a exclusão política de amplos segmentos da população brasileira, cindindo

o corpo social do corpo político constituinte da nação, visando sua perpetuação como força de trabalho barata e subordinada.³⁶

A República nasce de uma crítica federalista ao centralismo do poder monárquico, ao poder moderador do império mas, sobretudo, como uma resposta conservadora à abolição da escravidão no Brasil decretada em plena crise da monarquia. Sua configuração deve responder a seguinte questão: como inserir uma geração de escravos no sistema político sem implodir a organização social?

Segundo Napolitano, os pilares da Primeira República assentam-se na diferenciação entre classes de cidadãos e subcidadãos, reproduzindo a cisão entre homens livres e libertos que vigorou durante o período escravocrata (as mulheres estiveram igualmente excluídas da categoria de cidadania a partir de uma organização patriarcal da sociedade). A reprodução dessa exclusão esteve baseada em alguns elementos centrais: 1) o bloqueio do acesso à propriedade da terra, que no campo alimentava o mandonismo e na cidade a segregação socioespacial que fomentou políticas eugenistas e higienistas; 2) a redução do corpo político, a massa de votantes não superou 5% da população desde a Lei Saraiva, reforma política do período imperial incorporada à primeira Constituição Republicana; 3) a exclusão social e educacional baseada em relações de trabalho informais e contratos assimétricos e no acesso limitado à educação formal; 4) na repressão policial e para-policial que sustentou até a Nova República leis como as de combate à vadiagem.

Diversos elementos de exclusão se mantiveram e se mantêm até os dias atuais, sendo a questão da extensão do voto e da reforma agrária e urbana geradoras de Golpes de Estado ao longo dos anos, como ocorreu com João Goulart em 1964. Diante desse cenário, o que significou então o período da Nova República? Esse período foi capaz de saldar as dívidas do passado?

A Nova República corresponde a um período recente da história brasileira iniciado em 1985, com a transição gradual e pactuada da ditadura civil-militar para um regime republicano e democrático, que se consolida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as eleições

³⁶ Aulas proferidas pelo Professor Marcos Napolitano na Universidade de São Paulo. *Do Império à República: a construção da Arquitetura da Exclusão*. Disponível em: <<https://youtu.be/F82MJ4nXiic?list=PLAudUnJeNg4s-4VovmXIdTvgsFberfNEq>>, acesso em 24/09/2018.

diretas em 1990. Este foi um período central para a constituição da noção de povo e soberania popular.

A superação da Ditadura Militar se deu através de uma transição conservadora, negociada no colégio eleitoral, e depois pela formação, através das Leis vigentes. Não houve a convocação de uma Assembleia Constituinte extraordinária e soberana como queria a esquerda democrática radical, mas houve uma convocação de uma Assembleia Constituinte no Congresso Constituinte. (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

A transição proposta pelo processo de anistia no Brasil, ao contrário de reforçar a memória e a justiça, deu-se a partir de um processo de conciliação. A marca da conciliação é a exclusão de grupos políticos e sociais dissidentes, tais como os militares que se insurgiram durante a ditadura militar. Ela evitou rupturas, mas não significou justiça e sim aniquilamento. Conciliação torna-se sinônimo não de memória, mas de esquecimento. José Murilo de Carvalho, historiador conservador citado por Safatle e Edson Teles no livro *O que resta da ditadura* (2010) avalia

como a conciliação tem sido muito prejudicial à nossa história, até porque não permitiu rupturas em nosso processo histórico, portanto não houve avanços significativos e abortou as possíveis possibilidades nessa linha, mas acautela-se ao mesmo tempo quando adverte que, enquanto houver memória não há histórica (SAFATLE, TELES, 2010: 38).

Com base nesse esquecimento e conciliação, buscou-se lançar bases para uma sociedade de maior inclusão social e justiça. Um processo que nasce contraditório e carrega em seu seio o germen de seu esgotamento e crise.

Mesmo considerando todas essas limitações ali se produziu, pelo menos, algo que se aproximava a uma representação, com todos os limites, limites classistas, limites das regras artificiais, limites patriarcais, limites racialistas. Apesar de todas essas limitações, nós nos aproximamos de um princípio de formação de um processo em que se manifestava, de maneira mais evidente, dimensões da vontade popular e soberania. E se manifestou em várias conquistas históricas reconhecidas nessa Constituição. A maior delas é o SUS, mas outras foram muito importantes, como o reconhecimento, pela primeira vez, dos direitos dos quilombolas, dos povos indígenas, né? O direito à educação pública, também, reconhecido. Certos procedimentos de democracia participativa que foram constitucionalizados, mas nunca praticados integralmente, enfim, no ambiente de uma Assembleia Constituinte, de um Congresso Constituinte dominado pelas forças conservadoras (...) Eu penso, então, que a Constituição de 88 ela revelava essas duas vontades na correlação de forças historicamente dada ali. Onde ela menos avançou foi no processo, exatamente, de democratização do poder, porque isso foi garantido pela transição conservadora, né? A transição conservadora posicionou os militares, as forças armadas, como uma força em negociação e ela, então, não mexeu nada naquilo que a gente chama de justiça de transição. (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

Como promessa, a Nova República de 1985 surge como algo mais do que “uma

coalizão social e uma forma de organização das instituições brasileiras” (AVRITZER, 2016b), é uma promessa de inclusão social e política que deveria se materializar em uma sociedade que assegurasse os direitos sociais para toda a população. Uma promessa que abarcou uma perspectiva universalizante de cidadania e uma concepção de soberania popular que se traduzia na demanda de uma democracia do voto universal.³⁷ Estas promessas se erguiam sobre uma pactuação de classes, em que participou relutante a esquerda brasileira,³⁸ e que garantiu relativa estabilidade política no país. Como destaca Douglas Belchior:

Eles demoraram 100 anos, depois da escravidão, pra deixar com que a gente fizesse uma Constituição meia boca. A [Constituição] de 88 que todo mundo consagra hoje, nós temos que lembrar que o que a gente tinha de mais avançado em 88, que era o PT no Congresso, se negou a assinar a Constituição, isso demonstra alguma coisa ou não? Era a análise de que aquilo era pouco, de que aquilo era uma armadilha. Certo? Se o que a gente tinha de mais avançado em 88, do ponto de vista da organização popular, não assinou a Carta, aquilo significava o que? Que era um resultado do interesse da burguesia, era o que eles podiam fazer naquela hora. (BELCHIOR: depoimento, 2018).

Defendo que essa estabilização política se deu a partir de três pilares de conciliação nacional: as promessas de inclusão com a manutenção de uma política econômica de exclusão; do sistema político e os limites da participação; e da continuidade das instituições punitivistas e militares. Analisando em perspectiva, os dilemas de hoje transformaram-se, mas sua essência é a mesma das contradições que marcaram a Primeira República.

Em 2016 o Golpe aprofunda o estado de exceção permanente fazendo ruir as bases da Nova República, emergindo de suas contradições e desconfigurando seus arranjos. Os limites e as possibilidades dessa experiência democrática e da inclusão social substantiva, inscritos nestes pilares, devem ter em conta que o nosso país, mesmo com a democratização, seguiu sendo economicamente dependente, politicamente contraditório em relação à democratização das instituições e socialmente desigual, racista e patriarcal. Ou seja, um Estado marcado pela

³⁷ Para Wanderley Guilherme dos Santos (2017) só pode ser considerado um regime de democracia representativa aqueles sistemas de voto universal onde o comparecimento eleitoral supera 50% da população (ou do eleitorado) e há mais de dois candidatos concorrendo a uma vaga.

³⁸ A esquerda brasileira, como unidade política heterogênea, embora crítica à Nova República e à transição pactuada, aceitou disputar a política dentro das regras do jogo que então se instituem. Nesse período abre-se mão da via revolucionária e armada e a esquerda se insere na disputa sobre o sentido da Nova República participando da vida institucional.

exceção e pela violência.³⁹

Ao longo da história brasileira as elites do poder e do dinheiro conseguiram estabelecer sua hegemonia social, econômica e política a partir de uma combinação de consenso e coerção estratificada. As classes dominantes buscaram estabelecer consensos por meio da influência na formação da opinião pública, através de aproximações simbólicas e materiais com os setores médios, uma vez que esta classe também usufruiu ao longo dos anos dos baixos salários da maioria da população e gozam de uma relativa comodidade.

O estado de miséria, desemprego e caos social torna muito difícil que sejam forjadas bases de um consenso com a classe trabalhadora, camponesa e precarizada. A ausência de uma política de consensos impõe uma política de coerção e violência e leva a um arranjo do poder político forte e repressor, o que se denomina Estado contrainsurgente (MARINI, 1973). Compreender esses limites diz de um processo de transição da ditadura civil militar para a democracia na Nova República inconclusa e cheia de lacunas.

No contexto da Guerra Fria, a América Latina foi marcada por regimes ditatoriais e militares que radicalizaram o conceito de Estado contrainsurgente. No Brasil entre 1964 e 1985 a ditadura produziu um Estado organizado para garantir um “crescimento econômico” sem contestações e com grande limitação das liberdades individuais que aprofundou as desigualdades no país mesmo durante o dito “milagre econômico”. A outra face do milagre é a produção em série de crimes de Estado e miserabilidade.

Os empresários se afastaram dos partidos políticos e transferiram o direito de representação de seus interesses hegemônicos para as Forças Armadas, aliança soldada com uma ideologia anti-inflacionária e anticomunista e com a substituição do nacional desenvolvimentismo pela Doutrina de Segurança Nacional. O que se tentava barrar, naquele então, era um processo de expansão da cidadania que havia sido proposto pelo presidente João Goulart com as reformas estruturais de base no período pré-Golpe, no início da década de 1960.

Emir Sader (1985) destaca também que o período de 1961-1964 foi marcado pela “crise

³⁹ O Estado Militar que vivemos é fundamentado no terror e na violência, Como apontado na tese da Heloísa Amélia Greco, a Bizoca, sobre anistia política. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5SKS2D/tese.pdf;jsessionid=2D8B1900ABBC0D3CF1F71C0F342FE54A?sequence=1>>, acesso em 13/03/2019.

do modelo de acumulação do capital [substituição de importações], da aliança de classes correspondente que se manifestava no discurso ideológico e nas instituições.” Paralelamente, operava-se o que Gramsci define como crise de representação política:

(...) os partidos tradicionais com suas formas organizativas determinadas, com os homens determinados que os constituem, os representam e os dirigem, deixam de ser reconhecidos como expressão própria pela sua classe ou fração de classe. (GRAMSCI *apud* SADER, 1985: 131).

O regime que se sobrepôs, ditatorial, assentava sua legitimidade na promessa da ordem social e da eficiência econômica, marcada pela aliança com o grande capital monopólico financeiro. Theotônio dos Santos (1985), traçando um histórico da conjuntura brasileira, mostra o papel do golpe de 1964 no aprofundamento da dependência e do domínio do grande capital internacional e nacional sobre o Estado Brasileiro. Desse projeto político e econômico excluem-se as massas trabalhadoras e subocupadas e também setores significativos das classes médias, do pequeno e do médio empresariado e das velhas elites intelectuais e políticas das oligarquias tradicionais.

No final da década de 1970 a ditadura civil-militar no Brasil começava a se esgotar. A reestruturação do capitalismo se impunha mundialmente, os regimes socialistas no mundo estavam em crise, assim como a chamada “ameaça comunista”. Havia demandas estruturantes de reconfiguração do Estado e do poder político no sentido de garantir as chamadas “liberdades de mercado” e uma padronização das legislações nacionais. Esse cenário conflui com a demanda de liberdades democráticas e individuais, muito presente também entre as classes médias. Estava dada a inabilidade dos militares para forjar relações de dominação baseadas no consenso com as elites e classes médias e de coerção das classes populares.

Como destaca Pablo Lima, do Partido Comunista Brasileiro, em entrevista para a tese:

Até 1970, 1974 você tem uma ascensão [do regime militar]... Se pegar, pelo menos os dados da própria ARENA, uma ascensão do número de deputados federais eleitos. Até em 74 eles criam os senadores e governadores biônicos, mas deputado federal era eleito mesmo. Então, em 1974 eu acho que a ARENA elegeu mais de 200 deputados, tipo uns 220, um recorde na história do Brasil, nunca um partido tinha tido uma maioria tão ampla. Mas aí, bom, você tem a repressão que ao mesmo tempo que desorganiza e atrapalha, e realmente desaparece e mata pessoas, ela torna o regime cada vez menos popular. É um movimento contraditório, ela é feita pra sustentar o regime, mas ela, a própria ação, as notícias da tortura, a censura, os desaparecimentos, vão minando o próprio regime. O regime vai perdendo popularidade, vai perdendo argumentos. Mesmo tendo um crescimento econômico no início dos anos 70 que acompanha um pouco esse crescimento da ARENA, em meados de 70 passa a ter um crescimento do MDB no

cenário político. A Igreja que num primeiro momento apoia o regime, com o tempo vai tendendo contra, a Igreja vai ficando hegemonicamente mais popular. A Teologia da Libertação cresce dentro da Igreja. Os bispos, cardeais importantes começam a questionar o regime. E um grande setor da burguesia nacional também para de apoiar o regime. E aí você tem o movimento do capital. (...) [Uma indústria] mais urbana, mais de serviços e produtos de consumo de massa, tipo roupa e tal. Bom, e a intelectualidade, os estudantes, movimento estudantil, esse movimento político continua... Enfim, no setor internacional também você tem ainda a luta contra o comunismo e o Brasil está do lado da área de influência dos Estados Unidos, também começa a ter aquele desgaste, aquela contradição: “ora, como que a gente está lutando contra as ditaduras comunistas, se a gente é uma ditadura fascista, de direita e tal”. Então tudo isso, acho que, simbolicamente, o Regime já estava desgastado, durou um bom tempo né, a ditadura no Brasil. (LIMA: depoimento, 2018).

O descenso do regime ditatorial na década de 1980 é marcado pela crise econômica internacional que cinde a grande burguesia,⁴⁰ pela recomposição do movimento de massas e pelo fortalecimento da oposição política. Estava dada a crise de hegemonia e a necessidade de um regime político que priorizasse a direção em lugar da coerção, que estabelecesse uma dominação baseada em consensos e compromissos interclassistas que incluíssem também as massas trabalhadoras.

Os arranjos políticos à época levam a uma transição “a frio, sem rupturas, favorecendo soluções de caráter híbrido combinando traços da ditadura e de um regime de compromisso policlassista que incluía setores populares na aliança, mas numa posição claramente subordinada, sob direção da grande burguesia.” (SADER, 1985:141).

A força popular toma um caráter central nesse processo de transição. Embora a liberalização iniciada no âmbito internacional em 1973 seja obra de uma nova burguesia cosmopolita que tenta barrar processos de maior radicalização, ainda no curso da Guerra Fria e do confronto com a possibilidade do socialismo, a transição para a democracia no Brasil é também obra dos setores populares que se articulam em torno da luta antiditatorial. Esta luta teve como marco a Marcha dos Cem Mil em 1968, quando manifestações estudantis tomaram as ruas do Rio de Janeiro pelo fim da censura, da tortura e das execuções e prisões políticas. A luta de massas contra a ditadura teve uma importante ascensão e acúmulo de forças nos anos seguintes, desafiando a coerção do Estado, a luta se expressava nas artes, na música, na imprensa e no cotidiano. A campanha Diretas Já – 1983 e 1984 – marca esse acúmulo de massas.

A transição para a Nova República é síntese do embate central à época entre as Forças Armadas, a burguesia neoliberal e conservadora e uma nascente e ainda desorganizada corrente

⁴⁰ A burguesia é uma classe com interesses heterogêneos e as transições políticas de caráter não revolucionário são atravessadas por conflitos intraburgueses, como demonstrou Rui Mauro Marini (2012) no livro *Subdesenvolvimento e Revolução*.

democrático popular de caráter nacional. A Constituição sela a Nova República como fruto de um acordo policlassista.⁴¹

Rui Mauro Marini (1985), analisando as forças sociais naquele período, defende que existiam dois campos em disputa: o campo estadista e o antiestadista. Embora eu não concorde com tal divisão, uma vez que considero a globalização neoliberal um processo que depende fundamentalmente da força e vigor do Estado orientado aos seus objetivos, ela nos ajuda a perceber a formação de blocos interclassistas no período da transição em torno do debate sobre as funções e o tamanho do Estado. Blocos que mais tarde iriam compor de um lado, o projeto neoliberal e, de outro, o Programa Democrático Popular.

Segundo Marini, o bloco antiestadista era constituído por aqueles propensos a uma pregação democratizante e liberal e estava conformado por três frações da sociedade de classes. Em primeiro lugar, as multinacionais – especialmente as de origem norte-americana – e a burguesia financeira que estariam contrariadas pela expansão da ação econômica do Estado com novas parcerias internacionais com Japão e Europa. Em segundo lugar, havia a fração da burguesia assentada na indústria pesada, em especial mecânica, metalúrgica e extrativa mineral que desejava controlar diretamente a política econômica e sobretudo as lucrativas empresas estatais. Por fim, existiam as correntes populares surgidas do movimento operário e da pequena burguesia autonomista, que ascenderam a algum consumo no período do milagre que lentamente desmoronava, e que sofriam do obscurantismo da censura.

Essa burguesia, assumindo a hegemonia no que veio a se tornar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elaborou uma estratégia que passava pela neutralização da extrema direita civil-militar e isolamento dos setores populares contestatários. Assim, construiu uma unidade capaz de dirigir o processo de liquidação da ditadura militar transformando-a em uma transição livre de sobressaltos.

Juarez Guimarães, em entrevista para esta pesquisa, destaca que na época o neoliberalismo ainda não havia se desenvolvido por completo no país. Prova disso é que a

⁴¹ Em 1985 foi publicado um livro importante para esta tese: *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*, organizado por Emir Sader e contendo ensaios de alguns dos principais intelectuais da esquerda frente ao processo Constituinte que se abria no Brasil com a transição do regime civil-militar para a democracia. O livro apresenta uma rica discussão sobre o papel do direito e das constituições, bem como a questão central do poder na sociedade, além de trazerem importantes análises de conjuntura da época.

bancada do “centrão” constituída principalmente por parlamentares do PMDB votou pela nacionalização dos bancos. Ainda assim, em pouco tempo o neoliberalismo se torna ideologia dominante da burguesia que engendra uma ruptura do sólido bloco empresários-militares, invertendo a lógica de subordinação dos segundos em relação aos primeiros.

O desafio colocado à ordem neoliberal era então forjar uma unidade entre a burguesia e desorganizar o campo popular, de modo a permitir que a repressão fosse pontual e seletiva. No período da transição, nem a burguesia se encontrava unificada e nem o campo popular desorganizado. Pelo contrário, segundo Marini, o grau de organização da sociedade talvez fosse o maior registrado na história até então. Os desafios da reorganização da esquerda brasileira passariam a uma política de pressão e controle sobre o Estado:

(...) quem pretenda avançar com a história terá que se apoiar o que nela é de força dinâmica - o movimento das massas - propiciando-lhe conquistas efetivas na esfera institucional e, simultaneamente, preocupar-se com a formação de uma corrente ideológica, política e partidária capaz de orientá-lo em sua luta pela conquista do poder. (MARINI 1985:42)

Um pé na luta e um pé nas instituições. Esta viria a se transformar na estratégia prioritária e dominante da esquerda brasileira, um pouco mais tarde esboçada no programa democrático popular aprovado em 1987 no 5º Encontro do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa estratégia impunha na época a necessidade de se lutar por uma constituição democrática, que respeitasse a soberania popular e que submetesse a economia política ao controle das massas. Tratava-se de construir um mecanismo eficaz de controle e pressão sobre o Estado, entendendo que este não pertence à maioria trabalhadora.

Construir condições legítimas que permitissem passar do controle e pressão reivindicativa do Estado para o poder real, para formas de organização popular que permitissem às massas exercer maior controle sobre a economia e a política, somente seriam possíveis com o fim das instituições contrarrevolucionárias. Esse era o tema central do processo constituinte para Marini (1985).

Para Marini seriam pré-condições para a eleição de uma Assembleia Constituinte independente e exclusiva: o voto universal – o fim da proibição de voto aos analfabetos e militares rebaixados na hierarquia militar (praças),⁴² uma vez que tais regras anulariam a

⁴² Os praças são militares que ocupam posições menores na hierarquia militar como soldados, cabos e sargentos.

capacidade de voto de mais de 50% da população; o sistema pluripartidário – mudanças no sistema partidário, que para ele era constituído por uma maioria de partidos fisiológicos, que não representavam a totalidade dos militantes de esquerda – Marini defendia que todo cidadão pudesse postular sua candidatura de forma independente dos partidos políticos; propaganda eleitoral equilibrada nos grandes meios de comunicação; o desmantelamento do aparelho repressivo, em particular o SNI – Serviço Nacional de Informações.⁴³

Da mesma forma, Paulo Sérgio Pinheiro (1985) traz como desafio à Constituinte engendrar um processo permanente de luta em transição para romper com o horizonte de conciliação política das elites e abranger as classes populares. Eram considerados os principais desafios: acabar com a tutela do Estado sobre as classes trabalhadoras e suas formas de organização sindical, bem como as formas de controle estabelecidas nas leis trabalhistas; o controle democrático sobre o exercício da violência pelo Estado, ele postulava a necessidade de desmilitarização das polícias como forma de combater a transferência da aplicação de instrumentos repressores como a tortura para as classes populares; submeter o Poder Judiciário ao controle democrático; a retirada de poder dos militares. Trata-se de propostas estruturantes até hoje para desmontar o Estado Militar.

Mudanças profundas na organização visível do Estado foram sentidas. A partir de 1990 o país passou a ter eleições diretas para Presidência da República com a abrangência do voto popular, que alcançou as pessoas analfabetas e soldados;⁴⁴ o retorno das liberdades individuais e do sistema político multipartidário; a reformulação do pacto federativo que buscava um equilíbrio entre os três poderes federativos e aumento da relevância política dos municípios e estados. No entanto, não foram desmontadas muitas das estruturas repressivas do Estado, algumas delas estiveram adormecidas, porém não revogadas, como a Lei de Segurança Nacional e o SNI, que posteriormente se transforma na ABIN – Agência Brasileira de Inteligência.

Com a redemocratização, outras formas de poder popular e a tática revolucionária, sobretudo a luta armada, ficam desautorizadas, como destaca Raymundo Faoro (1985). Os limites da via institucional foram fixados no próprio processo da Constituinte que, ao negar a

⁴³ Criado em 1964 e extinto pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, os trabalhos da SNI foram assumidos pela ABIN, criada em 1999 por Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁴ Aos analfabetos foi facultado o voto e os militares conscritos, todavia não podem votar.

Assembleia Nacional Constituinte independente e exclusiva, assumiu o Congresso Nacional e todos os seus vícios de representação como a instância legitimada para a sua redação.

Ela nasceu de simples emenda constitucional, proposta pelo presidente Sarney (EC 26/85), que conferiu poderes constituintes aos membros do Congresso Nacional, os quais, após a conclusão dos trabalhos, continuariam sendo deputados e senadores. Vale notar que o Congresso Constituinte foi eleito com sua composição determinada pelo chamado Pacote de Abril (de 13/4/1977), do presidente Geisel, que fechou o Congresso e editou 14 emendas constitucionais, com o indiscutível propósito de falsear completamente a representatividade, de maneira a garantir a vitória do governo ditatorial nas eleições do ano seguinte. (Dallari, 2017).⁴⁵

Outro debate muito presente à época diz respeito ao modelo de comunicação social e imprensa que deveria vigorar no país com a redemocratização. Muitos pensadores da esquerda colocavam a necessidade de abertura e democratização dos meios, com quebra dos monopólios e revisão das concessões estatais. A defesa que vigorou, de caráter mais liberal, apontava para a necessidade de uma imprensa livre de qualquer regulamentação estatal e que fortalecesse os grandes monopólios. A Comissão da Família, da Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi a única a não apresentar relatório final à Comissão de Sistematização em função das divergências e disputas sobre a democratização dos meios de comunicação. Mesmo após a promulgação da constituição muitos artigos permanecem sem regulamentação. Além disso, a maior parte das concessões de rádio e televisão nessa época foram concedidas a parlamentares em troca de apoio político.

Hoje sabemos que em 1967 foi organizada a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), que congrega os patrões na área das grandes mídias que logrou garantir seus privilégios e monopólios. Vale destacar que tanto Lei de Segurança Nacional como a Lei da Imprensa que regulamentavam a comunicação à época seguem vigentes, tendo sido a última alterada apenas em 2009. Venício A. de Lima, quem acompanhou como assessor os trabalhos da comissão nos dias atuais reflete:

Muitas das questões que ainda hoje se colocam como fundamentais para um Estado democrático e, portanto, para a formulação das políticas públicas de comunicações, são as mesmas que estavam presentes na Constituinte. Algumas foram consensuais e sobre elas não havia disputa. Por exemplo: a garantia da liberdade de expressão através do total banimento da censura de qualquer natureza. Outras, sobretudo aquelas com implicações

⁴⁵ Dallari, Adilson Abreu. “Por uma Assembleia Nacional Constituinte independente e exclusiva”. Texto acessado a 03 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-27/interesse-publico-assembleia-nacional-constituente-independente-exclusiva>>

diretas na democratização das comunicações, encontraram enorme resistência. Por exemplo: o uso de concessões de radiodifusão como moeda de barganha política; a criação de um órgão regulador autônomo com poderes para outorgar, renovar e cancelar concessões de emissoras de rádio e televisão; a regionalização da produção jornalística, cultural e artística; a concentração da propriedade e a ‘propriedade cruzada’ de diferentes veículos de comunicação; o equilíbrio entre os sistemas privado, público e estatal de comunicações. (LIMA, 2008).

Mesmo que limitado, o processo da constituinte adquiriu um caráter extremamente mobilizador. Foram centenas de emendas populares apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte, algumas das quais incorporadas de forma plena ao texto constitucional. Destacam-se, nesse sentido, o reconhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais; a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e o capítulo de Reforma Urbana.

O processo de redemocratização e a constituinte constroem novos sujeitos políticos que, além de lutar pelo reconhecimento na Constituição dos direitos básicos do povo – o que foi conquistado na letra fria da lei – passou a disputar as instituições através de processos eleitorais, a gerar órgãos populares e democráticos de controle do exercício do poder, que constituíram movimentos populares que pressionaram por reformas estruturais. Emir Sader, ainda em 1985, anunciou esse sujeito quando fala da necessidade e da possibilidade de construção de uma “nova força hegemônica de caráter democrática e anticapitalista, popular e nacional, combinando a homogeneidade do proletariado com a amplitude dos setores populares mobilizados na luta antiditatorial e pela defesa do nível de vida do povo” (SADER, 85: 144).

O processo de luta pela redemocratização foi para Theotonio dos Santos (1985) parte de uma força popular que pela primeira vez na história se articula para “fundar uma nação que ainda não se encontrou”. A campanha pela Anistia, as Diretas Já e o processo constituinte marcam a primeira vez na história em que as demandas por inclusão social e política abrangem de forma universalizante o conjunto da sociedade brasileira.

No entanto, nem a Constituição de 1988 nem a realização de eleições amplas e diretas em 1990, que levaram à eleição de Fernando Collor de Mello pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), haviam selado o pacto político policlassista que garantiria a estabilização da política brasileira. Nas palavras de Luís Nassif:

A redemocratização foi montada em cima de uma gambiarra, composta por membros do velho MDB e uma fauna variada, egressa da Arena. A morte de Tancredo Neves criou um vácuo político. Depois dos pacotes econômicos, José Sarney terminou o último ano de seu governo de joelhos. O vácuo político criado abriu espaço para a aventura Fernando Collor. Sem base política, sem um *know how* de governança, em pouco tempo inviabilizou seu governo. (NASSIF, 2015).

Fernando Collor foi eleito a partir de um discurso moralizante de salvador da pátria. O chamado “caçador de marajás” sofreu um impeachment do Congresso Nacional após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção na sua campanha. Esse período é marcado por uma forte crise econômica com altíssimas taxas de inflação e desemprego. O vice-presidente, Itamar Franco, assume e coloca em curso medidas para a estabilização da política e da economia.

Os governos Itamar Franco (PMDB) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) representavam o consenso sobre os pilares macroeconômicos do Plano Real: uma flutuação cambial que favorece os setores da exportação, o mercado financeiro e setores que operam com o dólar. Aliado a isso, as políticas neoliberais de desmonte das empresas públicas e a privatização de recursos e serviços, aprofundaram a dependência no país. Estabelecem também um arranjo político de governabilidade baseado em um acordo em torno dos pilares de uma democracia minimalista e do presidencialismo de coalizão.

A partir desses eventos – abertura democrática de 1985, promulgação da Constituição Federal em 1988, eleições diretas em 1990 e estabelecimento dos pilares macroeconômicos do Plano Real em 1994 – estavam consolidados os elementos de estabilidade do pacto policlassista que funda a Nova República.

Embora houvesse um consentimento consolidado em torno dos procedimentos moldados pela transição pactuada – sistema eleitoral representativo, multipartidário, baseado no voto universal e algumas brechas para formas participativas de democracia – o sentido da democracia brasileira como forma de governo sempre esteve em disputa na Nova República.

Se não fosse o Plano Real, o Lula ganhava em 1994, que ele começou o ano de 94 muito na frente nas pesquisas, né? Mas aí o Plano Real reverteu tudo. Foi um grande plano de marketing ao mesmo tempo um confisco de renda, mas que tirou um pouco aquela inflação que gerava muita ansiedade na sociedade. Tem gente que ficava o tempo todo ansioso, porque tudo mudava de preço. Até meados de 94 era incrível isso, né, era 40% ao mês a inflação, então era muito louco. Então o Plano Real foi um golpe nisso aí e a esquerda ficou meio patinando os próximos 04 anos. E aí o contexto foi muito favorável para várias reformas constitucionais, na prática. Então a reforma eleitoral mesmo, que aí

you create this history of you taming the time of television to representation in the Congress. (LIMA: deposition, 2018)

A dispute over the character of democracy in Brazil was established centrally by the formation of two central projects of power: the neoliberal project, whose main representative was the Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); and the Programa Democrático Popular, which articulated around the Partido dos Trabalhadores (PT). The PMDB, the party protagonist in the process of democratic transition and in the New Republic, in some measure incorporated a progressive agenda of rights and a democratic agenda – still that only formally – mediated by the interests and perspectives of the old oligarchies, the military, the bourgeoisie and the latifundia. As we will see, this very party annulled the terms of the pact of redemocratization with the 2016 coup.

The neoliberal project had as one of its main thinkers in Brazil the ex-president Fernando Henrique Cardoso.⁴⁶ The discourse of efficiency, governability and standardization of national laws – especially regulations, with international parameters defined by the great imperial powers – are characteristic of this project. It is a perspective of democracy that tends to reduce the scope of the State by strengthening the power of the dominant elites through privatizations, maintenance of high interest rates guaranteeing the remuneration of the rentier sector and a subordinate commercial sector.

As Juarez Guimarães points out, in a scenario of unfulfilled promises the PSDB launches its neoliberal program:

Então nós temos um Estado que não se democratizou em relação à função Constitucional das Forças Armadas, os aparelhos de coerção, as PMs, Polícia Civil e tudo. Os meios de comunicação não foram democratizados. Uma fraca cultura de direitos humanos, porque foi interdita a formação de uma cultura de justiça e de transição e, além disso, o sistema político eleitoral não sofreu grandes mudanças do período do Regime Militar. A gestão burocrática do Estado, das empresas estatais também não. Então nós temos um processo constituinte que cria uma nova plataforma de direitos, que conhece novos direitos quilombolas e indígenas, formula um grande projeto do SUS, mas pouco avança na democratização do poder. Isso permite, no final dos anos 80, exatamente com a fundação do PSDB, organiza-se o programa neoliberal no Brasil. Manifesto de fundação escrito pelo Fernando Henrique e o Serra são um manifesto fundação programático do neoliberalismo. (GUIMARÃES: deposition, 2018)

⁴⁶ Fernando Henrique Cardoso is a political scientist who theorizes the structural dependence of the Brazilian economy, but he fits into the tradition of Cepal and not into a Marxist perspective. For more information, see Roberta Traspadini, *A teoria da Interdependência de Fernando Henrique Cardoso*, São Paulo: Outras Expressões, 2014.

O projeto levado a cabo por Fernando Henrique Cardoso e o PSDB coloca o Estado no centro da globalização neoliberal. Embora o programa do PSDB tenha vários elementos que apontam para a expansão da inclusão social, a forma de produzi-la inclusão é através do “choque de capitalismo”, de uma concepção de que os direitos devem se realizar na relação dos cidadãos (sociedade civil) inseridos em uma sociedade de mercado extremamente privatizada.⁴⁷

Devemos ter em conta que a democracia do Estado mínimo cria um Estado máximo para o capitalismo, principalmente para os setores financeiros internacionais. É somente através do Estado que se operam reformas nas leis, das empresas e nas instituições necessárias para a reprodução a nível mundial de um padrão de acumulação do capital super-concentrador.

O Programa Democrático Popular nasce crítico à Nova República e é esboçado a partir do acúmulo de partidos comunistas, socialistas e reformistas, movimentos sociais, sindicais e comunidades de base, sob a condução política do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa aliança previa um acordo mínimo em torno da construção de um Estado social com elementos de enfrentamento ao capitalismo por meio de reformas estruturais e de uma estratégia de poder dentro e fora da institucionalidade que produzisse uma democratização mais substantiva do poder político.

A formulação original do Programa Democrático Popular está esboçada na resolução política aprovada em 1987 no 5º Encontro do PT. É um programa com tarefas antimonopolistas, anti-imperialistas, anti-latifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade. O projeto de poder que subjaz esse programa entende a necessidade de uma aliança de classes entre os trabalhadores, as classes médias e a pequena burguesia, sob a hegemonia dos primeiros:

Se é verdade que a burguesia, por meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios da cidade e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à

⁴⁷ O manifesto de Fundação do PSDB foi acessado em 07 de maio de 2018 e está disponível em: <http://www.psd.org.br/sc/files/2014/06/manifesto_250688.pdf>

transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.⁴⁸

Nessa formulação, a burguesia estaria excluída da política de alianças:

A frente única classista — que engloba todos os trabalhadores assalariados — não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso, é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia.⁴⁹

A estratégia e a tática do programa democrático popular, nos termos desta formulação inicial, assumiam como pressuposto a impossibilidade do socialismo e da tomada do poder do Estado naquela conjuntura histórica de transição. Desta forma, colocava a necessidade de “acumular forças” mediante a construção de uma Frente Única Classista para unificar a luta e a auto-organização da classe trabalhadora em uma Frente Democrático Popular para ocupar espaços de governo e se contrapor a burguesia.

O Programa Democrático Popular (PDP) não era consensual entre o campo político que formava parte do PT. No entanto, mesmo com a hegemonia no partido da tendência menos radical – a Articulação – o PDP deu o tom das primeiras campanhas presidenciais de Lula, em especial a campanha de 1989.

Nesse período toda a esquerda estava com o PT, como destaca Pablo Lima. Compunham as campanhas de Lula para presidente pelo PT o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ressurgem como legenda em 1985; e o Partido Popular Socialista (PPS), que nasceu de uma ruptura com o PCB fundamentada em divergências sobre o lugar da institucionalidade. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), fundado em 1993 como uma oposição trotskista a esse campo democrático popular, talvez tenha sido a única exceção. Era um contexto em que a esquerda revolucionária no Brasil esteve em crise, com a decaída do Leste Europeu. Porém, outros campos de luta se fortalecem como o Movimento Estudantil, com o Fora Collor, e a organização de base no campo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que emergia como uma organização revolucionária,

⁴⁸ Programa Democrático Popular aprovado no 5º Encontro do Partido dos Trabalhadores em 1987. Acessado em 12 de Julho de 2018, disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbs/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1987.mocao_.VEN_.PT_.pdf>

⁴⁹ IDEM

tematizando a questão agrária no Brasil. Havia um determinado consenso sobre a disputa dos governos por meio das eleições.

Com a experiência concreta na institucionalidade, em especial com a chegada às prefeituras municipais, a força eleitoral do Partido dos Trabalhadores foi aumentando e modificando o caráter do programa democrático popular. A pragmática somada à descrença no socialismo após a queda do muro de Berlim no final dos anos 1980 fez com que, nos anos 1990, o programa democrático popular fosse sendo esvaziado do seu conteúdo original para boa parte da esquerda brasileira. Assumiu o seu lugar um projeto de conciliação, cidadanista, que previa alianças de classe e alianças partidárias mais amplas e menos radicais. Como destacou Silvinho do MST em entrevista para a tese:

A tática conciliadora das classes vai ser o elemento central do golpe de 2016 que nós estamos vivendo. (...) Sesse ciclo da esquerda em que nós nos consolidamos em um tripé pra que acumulássemos força na disputa de um projeto [formação política, trabalho de base e luta de massas], ele é exitoso ao conseguir os avanços na Constituição de 88, mas sob a primeira derrota ele vai mudando seu caráter original e vai assumindo como o centro da estratégia a conquista dessa parcela do poder do Estado. E por que é uma parcela? Porque depois de 2016, mais do que nunca, está claro que não significou a conquista do poder os governos que nós conseguimos a partir de 2002. Portanto, nós configuramos o cenário de 2016 a partir da deturpação daquilo que sucedeu a eleição de 89. Então se perguntar ao MST onde é que o golpe começou a se formular, a se configurar no Brasil, ele começa a se configurar a partir da derrota de 89. (SILVINHO: depoimento, 2018)

Esse projeto tinha como marca central a promessa de inclusão social, em especial o combate à miséria e a fome; as experiências de democracia participativa; e uma aliança entre governos e movimentos sociais onde o eixo central passou gradualmente a ser a institucionalidade. Portanto, a vitória de Lula (PT) na disputa presidencial em 2002 já era expressão dessa alteração programática e de projeto de poder, somada ao desgaste do neoliberalismo:

Em 2002 foi um grande feito, acho que a eleição do Lula fruto de anos de mobilização nacional. De uma crise do neoliberalismo, desse neoliberalismo que nos anos 90 deitou e rolou, privatizou e precarizou a vida da população, principalmente, a vida dos trabalhadores da educação, da saúde. Acabou gerando uma crise de energia, no final dos anos 90. Várias acusações de corrupção também. E aí a militância da esquerda conseguiu eleger o Lula naquele momento. Então uma aposta institucional, no Executivo. Enfim, acho que a esquerda revolucionária caiu um pouco na via eleitoral, né, e aí a gente tem depois um esfriamento dos movimentos sociais, de certos setores. O MST esfria, mas você tem um aquecimento, um fortalecimento de movimentos urbanos. Movimentos por mobilidade, por moradia, têm um crescimento maior do que tinha antes. (LIMA: depoimento, 2018)

Nesses anos, a estrutura demográfica impactou sobremaneira as transformações do regime democrático no país. A democracia representativa surge precisamente de um contexto de urbanização, industrialização e multiplicação das demandas e dos interesses da população. O alargamento da participação qualitativa e quantitativa da população torna mais difícil a ocorrência de golpes militares como em 1964 como destaca o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos:

Em 2010 falamos de uma população de 195 milhões de habitantes, comparados aos 73 milhões, de 1962. Enquanto mais de metade da população (55%) vivia na roça em 1962, 84% dela já morava em cidades, em 2010, num velocíssimo processo de urbanização distribuído por todas as regiões do país [...]. População urbana sugere maior taxa de escolaridade, maior nível de renda, acesso a bens públicos (e suas conhecidas deficiências), melhor cobertura jurídica, civil e trabalhista, razoável grau de associativismo da população carente, intensa exposição aos meios de comunicação de massa, elevada participação eleitoral e - aspecto crítico - cadente temor de manifestações públicas. Não há semelhança na ecologia política do país entre as duas datas (...) Em 1962, o eleitorado brasileiro somava 18.522.260 eleitores; em 2010, 135.604.041. (SANTOS, 2017: 49; 52)

A regeneração da federação, com maior poder e autonomia sobre os municípios, é também um dos pontos centrais que se anunciava no processo constituinte. Segundo Marini (1985) é nos municípios onde o poder de organização e pressão das massas se revela mais forte, onde a burguesia está mais desorganizada, portanto, a conquista de prefeituras e câmaras municipais seria um importante ensaio de poder popular e acúmulo de forças.

Embora a participação tenha se ampliado, assim como a musculatura das instituições democráticas, existe na democracia brasileira uma questão de origem, presente desde 1985 até o Golpe de 2016: os limites da democratização do poder político.

Então você já entra, no início dos anos 2000, com uma disputa aberta, de um lado forças de republicanização democrática e essas forças que defendem um programa neoliberal. Essas forças neoliberais, elas perdem por quatro vezes. O alcance das mudanças feitas pelos governos Lula e Dilma são importantes na área da inclusão social e expansão de direitos, mas são fracas exatamente onde? Na democratização do poder. GUIMARÃES: depoimento, 2018)

Estes limites apareceram em praticamente todas as entrevistas realizadas para a tese. Para alguns dos entrevistados, como Douglas Belchior, eles são tão evidentes que não se pode afirmar que a Nova República significou um período democrático pela persistência do racismo estrutural, elemento definidor da miséria social brasileira:

E há, entre nós hoje, a análise de que o ambiente, o momento histórico em que a Constituição de 88 foi mais praticada ou foi tentada a sua prática foi com os governos do PT. Pra parcela significativa da população, a efetivação da Constituição não se deu a partir de 88 e ela se deu numa proporção muito pequena mesmo nos governos do PT, então há uma permanência, do ponto de vista das permanências, das continuidades, uma permanência das diferenças sociais, de abismo das diferenças de renda, do tratamento e do lugar de cada setor, de cada segmento social nessa sociedade, esses são os elementos de permanência. Como sou daqueles que professa a ideia de que não é possível fazer qualquer análise brasileira sem ter como pano de fundo o racismo estrutural e essa herança escravocrata que nos arremete, que nos contamina permanentemente, eu penso que essa é a principal linha de reflexão sobre permanência. O que eu vejo de diferente das análises gerais é, talvez, por conta do ambiente e do lugar de atuação onde eu me desenvolvo, que é na luta antirracista brasileira, é o fato de que pra maior parte da população brasileira as diferenças de regime elas não são tão profundas, assim, elas não são tão efetivas na vida real. (...) Então, do ponto de vista dessa dimensão [Violência do Estado] as diferenças são menores ainda. Não teria muito sentido dizer que há grandes diferenças. E isso é fácil de se comprovar quando a gente observa os índices de violência, de letalidade e de aprisionamento. (BELCHIOR: depoimento, 2018)

Sem debater a centralidade da questão sobre quem detém o poder não debateremos com sinceridade a qualidade e o sentido da nossa democracia. Participação popular, respeito aos procedimentos, uso de novas tecnologias, qualidade do debate e deliberação pública são temas importantíssimos no debate sobre a democracia. Porém, precisam ser analisados a partir de um entrecruzamento da dimensão política *stricto sensu* com a dimensão econômica e societária que constituem as classes, os estamentos e as desigualdades raciais e de gênero no nosso sistema político.

A reflexão sobre o poder político perpassa a discussão sobre os pilares que assentam a Nova República – economia política, inclusão/ cidadania, sistema político e instituições punitivistas e militares – e contribuem para compreender o momento político em que esta tese foi escrita: de esgotamento e fim da Nova República diante do aprofundamento do estado de exceção e dos cotidianos golpes contra o povo brasileiro.

3.1 As promessas de desenvolvimento e inclusão

Era maio de 2018. As lojas e supermercados estavam vazios, bem como as distribuidoras. Quase não se viam carros nas ruas das grandes cidades. Nas rodovias, enfileiravam-se caminhões em uma das maiores greves que o país já viu. Não por ocasião do 1º de Maio, quando as manifestações foram tímidas e pouco expressivas diante do sancionamento da Reforma Trabalhista, que fez ruir as bases da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Era a Greve dos Caminhoneiros pela redução da tarifa do Diesel, cujo regime de preços havia sido modificado

pela gestão do presidente ilegítimo Michel Temer e do então presidente da Petrobras Pedro Parente. Naqueles dias, parecia que todas as promessas de desenvolvimento e inclusão que no final dos anos 80 animavam projetos societários estavam enterradas. No seu lugar, a descrença com a democracia e faixas pedindo a intervenção militar. A forma aparentemente caótica e anucleada de manifestação dessa categoria de trabalhadores, a vulnerabilidade diante da apropriação patronal e a distância das organizações de esquerda dessa categoria dizem muito sobre a crise da Nova República. No centro do debate, mais uma vez o pano de fundo do Golpe, o Petróleo e seus derivados.

A greve dos caminhoneiros, no seio da crise econômica internacional, que se revelou intensa a partir de 2008 e que chega ao Brasil em meados de 2011, escancara a dependência estrutural da economia brasileira, que se reproduz e se mascara nas promessas de desenvolvimento no capitalismo.⁵⁰

Em 2018 o Brasil alcança 27,7 milhões de pessoas sem emprego,⁵¹ a diminuição na renda dos assalariados, a superação da informalidade sobre o trabalho formal, a queda dos investimentos, a precariedade dos serviços públicos e até mesmo o crescimento das taxas de

⁵⁰ A crise, como nos revelou Marx, é um elemento constitutivo e cíclico do capitalismo. Está contida nas contradições da dinâmica de reprodução do capital, na unidade contraditória entre a produção do valor-capital e sua realização (CARCANHOLO, 2017: 22). A crise atual, para Marcelo Carcanholo e diversos outros economistas marxistas, é resultado dos arranjos que tentaram estabilizar a economia após a crise estrutural dos anos 60/70. Essa resposta significou: a redução dos tempos de rotação do capital com a elevação da taxa anual de mais valia e de lucro; reformas estruturais nos mercados laborais, que implicam o aumento na taxa de mais valia tanto em países centrais como países dependentes; a elevação na taxa de transferência de valor produzido pelas economias dependentes para as economias centrais, tanto pelos mecanismos ligados a competição no mercado internacional, por pagamento de juros da dívida pública ou mesmo transferência direta de lucro em função dos investimentos estrangeiros; expansão dos mercados com intensificação da abertura comercial e liberalização financeira; mudança na lógica de apropriação/acumulação de capital segundo as determinações do capital fictício. (CARCANHOLO, 2017, 29-30). A crise atual tem a ver, sobretudo, com esse processo de desregulamentação financeira e bancária. (CARCANHOLO, 2017, 44 - 49). É uma crise do capital financeiro especulativo. (TRANSPADINI, 2014).

⁵¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, falta emprego para 27,7 milhões de pessoas no Brasil. 13,7 milhões de pessoas procuraram – e não encontraram – emprego no último mês. Outros 4,6 milhões de trabalhadores já desistiram de procurar um posto de trabalho e são chamados de desalentados. Outras 3,2 milhões de pessoas precisam trabalhar, mas encontram muitos problemas, a exemplo das mulheres que não encontram creches para deixar os filhos. A pesquisa aponta ainda outros 6,2 milhões que estão subocupados, em pequenos bicos.

mortalidade infantil.⁵² Parece ser o esgotamento de um período de desenvolvimento com inclusão na Nova República.

O Golpe é dado pelas classes dominantes formadas por oligarquias políticas e econômicas brasileiras em aliança com grandes conglomerados de interesses do mercado internacional, sobretudo frações do mercado financeiro internacional. O caráter jurídico-parlamentar do Golpe significa que políticos e magistrados são atores fundamentais na aplicação da agenda golpista, que manejam o jogo político para obter mais privilégios e poder. A cada nova jogada o consórcio golpista se fratura internamente e amplia a instabilidade do sistema político. Quem então ganha com essa história? Precisamente a classe dominante, os menos de 1% mais ricos que acumulam a mesma quantidade de riqueza que os 99% da população, aqueles a quem interessa impor ao povo brasileiro uma agenda política de retirada de direitos sociais e políticos conquistados.

O Golpe de 2016 se insere em um período de crise da civilização capitalista, que perdeu sua capacidade de apresentar uma perspectiva progressista para a humanidade. A contradição fundamental do capitalismo (relação capital x trabalho) assume formas ainda mais agudas diante da ampliação da dinâmica de concentração de capital nas mãos de um número cada vez mais reduzido de capitalistas. Vivemos o período do auge do processo de acumulação monopólica, e, portanto, vivemos um momento de crise.

Sustento que a crise estrutural que assola o Brasil é, portanto, parte de uma dinâmica mundial marcada pela contradição entre os projetos nacionais e o imperialismo.⁵³ Em todo mundo se enfrentam concepções de estado e ganha força a noção de estado mínimo a partir da aplicação de medidas de austeridade e as privatizações. No Brasil, tal ideia ganha força a partir

⁵² Após 15 anos de redução da mortalidade infantil, em 2016 houve uma alta de 11%. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/140/efeito-do-golpe-mortalidade-infantil-cresce-depois-de-15-anos-de-reducao>>. Acesso em 24 de julho de 2018.

⁵³ Embora o capitalismo seja um sistema mundial, ele possui fases. O imperialismo seria uma fase, com características bem descritas por Lenin: monopolização do capital, financeirização e partilha do mundo. O imperialismo se manifesta a partir de sua face mais visível – a intervenção direta de um Estado sobre outro – e a partir de seus aspectos invisíveis, que diz respeito ao poder político, as regras de intercâmbio entre as nações, aos consensos produzidos sobre as formas de Estado e etc. Vários são os mecanismos de um Estado central exercer o seu poder político: utilizando os organismos financeiros internacionais, os conglomerados transnacionais, o capital financeiro-especulativo, bem como as novas redes de comunicação ou através de operações militares diretas.

da demonização do Estado e da política e, em particular do Estado social e da esquerda, como ente de corrupção e privilégios.

O Golpe de 2016 teve como elementos centrais de justificação o combate à corrupção, sobretudo nos setores do petróleo e da infraestrutura, e o combate à irresponsabilidade com o equilíbrio fiscal que tinha as políticas sociais como caras e irresponsáveis. Como consequência, assistimos hoje à completa dilapidação dos recursos estratégicos do país e a uma política de ajuste fiscal que aniquilam as promessas de inclusão social que fundamentaram o pacto da Nova República.

Leonardo Avritzer, em seu novo texto *O pêndulo da democracia no Brasil – uma análise da crise 2013 - 2018* situa esse período de retrocesso democrático como a crise dos dois estados: a incompatibilidade do Estado patrimonialista, persistente desde os anos 1930, e o Estado social experimentado na primeira década dos anos 2000. O patrimonialismo – apropriação privada do Estado – teria para ele algumas vertentes centrais: a vinculação de grandes empresas, sobretudo da construção civil aos esquemas de licitação de obras e financiamento de campanhas; pelos bancos públicos e capital financeiro; e também pela autonomia de definição de salários e benefícios/privilégios de setores do judiciário e do legislativo. Como destaca, o estado mínimo não resolve o problema do patrimonialismo, apenas transforma-o uma vez que as privatizações no Brasil e a estruturação do capital financeiro que marcam o processo de “liberalização” são permeados por favorecimentos, manutenção de privilégios e fortalecem os vínculos de dependência entre o sistema político e o poder econômico. Em outras palavras, o autor argumenta que se estabeleceu no país uma incompatibilidade entre um estado fortalecedor das políticas sociais e da inclusão cidadã e um estado comprometido em sustentar compromissos com o mercado, sobretudo o capital financeiro, e manter os privilégios de setores como o judiciário e os militares. Defendo que a origem dessa incompatibilidade está na continuidade de uma economia política que não conseguiu romper com a dependência estrutural do país no cenário mundial.

3.1.1 Desenvolvimento e dependência

As promessas de desenvolvimento sempre marcaram os projetos políticos em disputa no Brasil, desde a colônia que impunha o saque e a violência a partir de uma justificação

civilizatória, passando pela instauração da república oligárquica sobre os dizeres positivistas “ordem e progresso”⁵⁴. Para o pensador latinoamericano Aníbal Quijano (2005) o debate sobre o progresso e o desenvolvimento brasileiro sempre esteve marcado pela colonialidade.⁵⁵

A colonialidade, constitutiva da sociedade brasileira, expressou-se na organização fundiária e da propriedade, na organização do sistema político, nas ideologias do branqueamento, no modo de produção capitalista rasgado por desigualdades raciais e de gênero. O desenvolvimento marcado pela colonialidade parte da premissa de que, no fundo, violências e expropriações são necessárias para extirpar as raízes do atraso e estabelecimento de uma ordem de bem-estar ascendente a toda a humanidade. A colonialidade, como vimos, é constitutiva da primeira experiência republicana no Brasil. No entanto, historicamente, quanto mais o país se desenvolve e se integra aos modos de reprodução do capitalismo mundial, mais crescem os sintomas do subdesenvolvimento: a desigualdade e a morte.

Durante o século XX vários intelectuais se debruçaram sobre o problema do subdesenvolvimento brasileiro. Entre as principais teorias é importante destacar as teses estruturalistas do desenvolvimentismo, que fundamentaram as políticas protecionistas e a industrialização por substituição de importações. Nesse bojo estiveram as teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que atribuíam a dependência ao baixo valor dos produtos do mercado internacional; as teses neoliberais e a proposta de desenvolvimento (inter) dependente contidos no pensamento de Fernando Henrique Cardoso; e a teoria marxista da dependência, desenvolvida por pensadores que estiveram em grande parte do tempo exilados nos anos da ditadura civil militar, tais como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Esses últimos identificam um sistema mundial de atribuição desigual de valor ao trabalho humano, levando à superexploração e dependência estrutural dos países (TRASPADINI, 2017: 32). Estas teorias buscam compreender a dinâmica da reprodução do capitalismo e suas especificidades para o continente.

⁵⁴ O lema “ordem e progresso” está inscrito na bandeira da República Federativa do Brasil desde a fundação da república brasileira por Benjamin Constant em 1889.

⁵⁵ O termo *colonialidade* foi cunhado pelo peruano Aníbal Quijano no final dos anos 1980. Ele remete a continuidade do pensamento e das formas de organização social coloniais em sociedade formalmente independentes. Para saber mais ler: QUIJANO, Aníbal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 227-278.

Neste trabalho, adotamos a perspectiva da teoria marxista da dependência de Marini e dos demais pensadores marxistas latino-americanos, que nos ajuda a compreender do ponto de vista da política econômica como as relações de subordinação entre nações formalmente independentes não terminaram com o fim do colonialismo formal. Pelo contrário, como evidenciou Ruy Mauro Marini (1973), as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

A dependência estrutural marca a nossa história. A relação econômica desigual e a transferência direta de recursos do país para o exterior se deu, primeiramente, na colocação do Brasil como uma das nações exportadoras de matéria-prima (*commodity*) a “preço de banana”. Quando se industrializa, o Brasil o faz a partir de um processo de substituição de importações marcado pela baixa tecnologia agregada que impunha a superexploração do trabalho como condição de produtividade. A dependência também se produz pela condição de reféns das regras ortodoxas do capitalismo financeiro, que se aprofundaram desde a década de 1970 e se radicalizaram com a dinâmica do capital fictício, impondo-nos a volatilidade e vulnerabilidade frente aos mercados internacionais, além de regras rígidas para assegurar o pagamento de *royalties*, amortizações, juros e remessas de lucros ao exterior. No país, hoje quase metade do orçamento do Estado é gasto no pagamento da dívida pública.⁵⁶ Na prática, a dependência significa que a maior parte da nossa economia não está voltada para as necessidades dos brasileiros e das brasileiras. Significa, também, que ao longo da nossa história as promessas de desenvolvimento não foram capazes de produzir a reestruturação da economia política a partir de um projeto nacional.

O progresso sempre foi ditado pela relação da burguesia brasileira com o capital internacional e sempre produziu mais dependência e subordinação. A elite do poder e do dinheiro no país é completamente ausente de projeto nacional e para realizar seus lucros no mercado internacional precisa manter uma relação predatória com a terra e a natureza e com a massa de trabalhadores. Nas palavras de Jessé Souza (2017) é a elite de rapina e do atraso. O extrativismo e a superexploração do trabalho são duas marcas profundas da dependência. Outra é

⁵⁶ Para mais informações sobre a dívida pública, acessar o gráfico e os demais materiais formativos produzidos pelo coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cidada-da-divida/>>. Acesso em 24 de julho de 2018.

a supremacia dos capitais bancários, que reforçam essa tendência de subordinação completa do país ao exterior e rapinagem do fundo público nacional.

O extrativismo é uma relação social baseada na reprodução incessante da acumulação primitiva de capital, ou seja, do roubo e da pilhagem de terras, territórios e bens comuns, tais como a natureza e o conhecimento. É o regime que silencia os crimes das barragens de Mariana em 2015 e de Brumadinho de 2019, em Minas Gerais. Crimes esses que mataram pessoas e acabaram com dois dos maiores rios do país, o Rio Doce e o Rio Paraopeba. O extrativismo é uma forma social que se radicaliza no neoliberalismo. Nas palavras de Raúl Zibechi:

O capitalismo não é uma economia, mas um tipo de sociedade (ou formação social), apesar de existir, evidentemente, uma economia capitalista. Com o extrativismo sucede algo similar. Se a economia capitalista é acumulação por extração de mais-valia (reprodução ampliada do capital), a sociedade capitalista produziu a separação da esfera econômica da política. A economia extrativista — de conquista, roubo e pilhagem — é apenas um aspecto de uma sociedade extrativista, ou uma formação social extrativista, que é a característica do capitalismo na fase em que o capital financeiro é dominante. (Zibechi, 2016) ⁵⁷

A superexploração do trabalho é o regime ao qual está submetida a grande maioria do povo brasileiro. Povo que trabalha mais de oito horas por dia e recebe menos do que necessita para viver e para reproduzir-se enquanto força de trabalho.⁵⁸ A renda do trabalho é subtraída dos trabalhadores não apenas pela relação direta de trabalho (mais-valia), mas também pela renda da terra, pela injustiça do sistema tributário e financeiro, pela ausência de serviços públicos de qualidade e demais formas de reprodução de uma vida precária.

Os baixos salários e a precarização da vida é uma condição para que sejam suficientes os lucros que enriquecem tanto as elites do dinheiro dos países dependentes como dos impérios. Como explica Marini (2012) no livro *Subdesenvolvimento e Revolução*:

Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (...) As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda

⁵⁷ ZIBECHI, Raúl (2016), “O extrativismo como projeto de sociedade”. Acessado a 1º de maio de 2018 em: <<http://folhadiferenciada.blogspot.com.br/2016/10/raul-zibechi-o-extrativismo-como.html>>

⁵⁸ No Brasil o valor do salário mínimo nominal e necessário para a reprodução material de uma família em janeiro de 2018 é de R\$3.752,65 de acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Considerando que o valor real do salário mínimo na mesma época era R\$954,00, isso significa que aqueles que recebem um salário mínimo (há muita gente que recebe menos ou que não recebe renda alguma) é 3.93 vezes menor que o necessário para viver.

aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. (MARINI, 2012: 52).

Uma economia estruturalmente dependente é constituída, segundo Marini, por um Estado carente de projeto nacional, atravessado por permanentes conflitos no interior da burguesia que produziram durante dois séculos turbulências institucionais e golpes. Também pela resistência da massa superexplorada, ou seja, pelas revoltas e rebeliões dos camponeses, quilombolas, indígenas, operários, precarizados urbanos.

No seio dessa luta de classes se insere a Nova República. Erguida sobre uma crise econômica e fiscal de enormes proporções que marcou o Brasil no final dos anos 1980 e sobre a sombra do “milagre econômico” no período da ditadura civil-militar, época em que foram marcantes as taxas de crescimento econômico e gritantes as desigualdades sociais, essa conjuntura histórica busca novas formas de administrar a tensão entre democracia e capitalismo.

A Nova República marca a tentativa de conciliar, por um lado, as promessas de inclusão social e cidadania plena contidas na CF 88, em uma sociedade altamente patriarcal, racializada e estratificada pelo *status* social; por outro, forjada no arranjo da economia política dependente. Os projetos de poder e de sociedade que disputaram o sentido da Nova República conceituaram de forma distinta a questão do desenvolvimento. Entretanto, as bases de estabilização econômica e retomada do crescimento nos anos 1990 são essencialmente conservadoras e neoliberais, mantiveram quase intactas as estruturas produtivas e tributárias e se assentam nas regras do jogo do capital especulativo.

A primeira eleição presidencial na Nova República foi marcada por um período de enorme inflação e crise econômica e política. Tal período é conhecido no continente como a “Década Perdida”. O primeiro presidente eleito por voto direto em 1989, Fernando Collor de Mello, sofreu um impeachment em 1992. A partir de então, assume Itamar Franco que depois se filia ao PMDB. No seu governo começa a se consolidar o bloco neoliberal, liderado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB, que assumiu como presidente por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2001. FHC assentou as bases da política econômica e uma certa padronização das leis que vigoram nesse período histórico: o tripé macroeconômico – câmbio

flutuante, metas fiscais e metas de inflação – e o princípio de autonomia do Banco Central em 1999, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Real em 1994.

Segundo Roberta Traspadini, ao contrário das declarações do próprio FHC, “*esqueçam tudo o que eu escrevi*”, a teoria da (inter) dependência, elaborada pelo ex-presidente, é fundamentalmente compatível com a política macroeconômica adotada pelo seu governo. Segundo esta teoria, o Estado deveria sofrer modificações para integrar a economia brasileira à internacional, sendo a estabilização monetária a condição fundamental para os ajustes precedentes ao desenvolvimento. Posteriormente é que deveriam ser efetivadas tentativas gradativas de interdependência.

A estabilização da economia e sua adequação às necessidades do mercado internacional foram políticas estruturantes nesse período. Os anos 1990 foram também marcados pelo desmonte das empresas públicas, abertura econômica e exposição das empresas nacionais à concorrência internacional, pela privatização de recursos e serviços, pelas políticas de ajuste fiscal e redução das políticas sociais a políticas emergenciais e focalizadas. Tais medidas, ao contrário do que prometiam, elevaram a superexploração do trabalho e aprofundaram a dependência no país. Nas palavras de Roberta Traspadini:

Foram necessários poucos anos para que o governo federal, com sua política irresponsável, queimasse um grande patrimônio federal, também o de propriedade dos governos estaduais, na forma de venda de estatais a preços extremamente aviltados. Ainda pior, aplicou o resultado obtido nessa venda no pagamento de juros do capital especulativo internacional e também nacional, cujas astronômicas taxas ele mesmo fixou, como resultado da política referida. Na realidade, a tragédia que vivemos é o resultado de muitas farsas. A principal delas esteve constituída pelo próprio projeto do governo FHC, que se apresentava como o instrumento único e indiscutível para a modernização da sociedade brasileira, nas condições de um processo de globalização apresentado como indiscutível. Tratava-se de estabilizar a economia, ganhar credibilidade internacional, abrir totalmente as fronteiras econômicas de forma a se alcançar uma modernização no padrão de consumo e a se lograr competitividade internacional adequada para a indústria aqui localizada. O que se conseguiu foi, apesar de um período algo prolongado de certa estabilidade dos preços, uma enorme vulnerabilidade frente à economia mundial. (TRANSPADINI, 2014: 14-15).

Essa vulnerabilidade descrita por Traspadini é hoje absolutamente evidente. A crise atual, que parecia uma marolinha, atingiu o Brasil como um tsunami com a redução do valor das *commodities* no mercado internacional e a queda nas taxas de investimento público e de investimento privado diante de um cenário marcado também pela instabilidade política. O

conjunto de medidas regulatórias da estabilidade econômica hoje é ativado para impor uma agenda austera de ajuste fiscal, com congelamento de investimentos públicos nas mais diversas áreas. A aplicação severa de leis de responsabilidade e políticas fiscais rompe o Pacto Federativo estabelecido com o processo de redemocratização, e constitucionalizado em 1988 e subordina Estados e municípios de forma estrutural à União.

A quebra do pacto federativo se deu concomitante à construção dos pilares macroeconômicos da Nova República. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na década de 1990, ocorreu a privatização dos bancos estaduais e a renegociação das dívidas dos estados, que levou esses entes federados ao endividamento profundo e ilegal. A aprovação da Lei Kandir, que isenta de impostos estaduais os produtos primários e manufaturados destinados à exportação, amplia esse desequilíbrio fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, limita draconianamente a capacidade de investimento dos estados e municípios. A União, por sua vez, atua sistematicamente na drenagem de recursos estaduais via dívida, na limitação dos gastos estaduais e municipais no serviço público e no bloqueio de tributação estadual sobre as commodities destinadas à exportação. Como destaca Eulália Alvarenga:

Além das privatizações, vem essa renegociação da dívida da União e vem a renegociação das dívidas dos Estados, porque os Estados poderiam emitir títulos e a partir daí eles não podiam mais emitir títulos. Só que os títulos dos Estados não estavam valendo nada, o valor, se fosse 100, não valiam 30 no mercado. Então quando a União assume essa dívida, porque vem tudo no bojo, vem a renegociação da dívida contra os estados, vêm a Lei de Responsabilidade Fiscal, vem tudo, é uma sequência. As Cartas de Intenções com o FMI, tudo foi nessa década de 90. (...) Sem independência financeira, então fica os estados e os municípios de pires na mão, da União, sem independência financeira não há as outras independências. Como é que posso ser independente, estar no mesmo nível União, Estado e Município se eu não tenho independência financeira? (...) (ALVARENGA: depoimento, 2018)

O contraponto às políticas neoliberais se fortaleceu nos anos 1990 e início dos anos 2000, com ações populares como o plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a realização do Fórum Social Mundial, conhecido como um grande encontro altermundialista e antineoliberal. Em 2002 as eleições nacionais levaram o Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal despertando esperanças de afirmação de um projeto alternativo de desenvolvimento no seio da Nova República.

3.1.2 Neodesenvolvimentismo e os limites da conciliação

O PT se apresentava como contraponto da política neoliberal de Fernando Henrique (PSDB) e se propagava com o programa constituinte da universalização de direitos, erradicação da fome e da miséria, sem contudo mexer nos pilares macroeconômicos já citados. Com a aposta na expansão da inclusão social a partir de uma política econômica conciliatória, o PT abandona o Programa Democrático Popular elaborado em 1987 e opta por um projeto moderado, expresso pela Carta ao Povo Brasileiro escrita por Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, e que avançou na construção do que muitos denominam neodesenvolvimentismo.

Caracterizo o neodesenvolvimentismo como um projeto de conciliação de classe. Ele consistiu na tentativa de conciliar o neoliberalismo com o desenvolvimentismo a partir de três elementos: a manutenção da política fiscal e tributária neoliberal; a aposta no modelo de desenvolvimento que dependia da exploração massiva dos recursos naturais regionais; e algum nível de manutenção de direitos sociais e redistribuição de renda. De alguma forma, os movimentos sociais e toda a sociedade também foram empurrados para esse projeto:

Nós fizemos parte do pacto neodesenvolvimentista, o MST fez parte do pacto. O MST decidiu fazer parte do pacto? Não decidimos, não é por vontade que você faz parte disso. O projeto neodesenvolvimentista ele hegemonizou, ao longo dos 10 anos, a sociedade brasileira. E aí até pra dar uma gastada com os doutorando, a hegemonia ela se dá pelo consentimento e pela coerção, lá no Gramsci, e das duas formas ele se impôs na sociedade brasileira, o neodesenvolvimentismo, das duas formas. E nesse pacto de conciliação de classes nós, que fizemos a luta pela terra, nós fomos mais prejudicados, primeiro porque o nosso inimigo representou a aliança central do Estado brasileiro. Então o agronegócio, pro campo, era o aliado central pro Estado. Seja pros bancos, seja pros governos, seja pros parlamentos. Então é o primeiro elemento do qual a gente foi o mais prejudicado. O segundo é porque a nossa pauta, ela não se resolve com conquistas conjunturais, pra ela se realizar ela, necessariamente, precisa mexer na estrutura de dominação capitalista no Brasil, que é a estrutura fundiária. E como esse, também, é uma segunda característica do neodesenvolvimentismo, ele tolerava, tinha como tolerância, as conquistas conjunturais pro povo brasileiro, mas ele vedou, em todos os aspectos, qualquer avanço de mudanças estruturantes, seja na comunicação, na cidade, no campo, na tributação do povo brasileiro, enfim, em todos os aspectos estruturantes o neodesenvolvimentismo esteve, ao longo dos 10 anos, vedados a atuar, impedidos de atuar, como concepção regulamentadora do projeto. Um terceiro elemento que caracteriza o neodesenvolvimentismo é a manutenção dos direitos históricos constituídos pela classe trabalhadora. E esse, não sei se pela característica sindicalista de um dos que esteve à frente da direção do projeto, mas a Constituição de 88 e as garantias dos direitos sociais contidos na Constituição de 88 foram condições para a estruturação do neodesenvolvimentismo. Talvez o aspecto mais progressista do projeto tenha sido esse. (NETO: depoimento, 2018)

O projeto que nasceu de um forte antagonismo ao neoliberalismo, cede aos seus

fundamentos da política macroeconômica. Descontentes com o continuísmo, em 2004 mais de 300 economistas assinaram o manifesto “E nada mudou”, denunciando que o Governo Lula teria mantido a política macroeconômica do governo anterior, ou seja, medidas fiscais e monetárias restritivas, taxas altas de juros e benesses fiscais que transferem riquezas dos pobres aos ricos.⁵⁹

Como narrou Eulália Alvarenga, economista e auditora fiscal:

É, “E Nada Mudou”, eu ajudei a redigir isso, porque foi o seguinte, o que aconteceu? A política econômica que nós temos aqui é a mesma do Fernando Henrique, que veio, daquela lá em 2000. Na década de 90 que vai ser o que? Vai ser privatização das telecomunicações, da Usiminas, de tudo. Então vai nas Cartas que o Fernando Henrique assina com o FMI e nesse bojo vem a reforma do sistema financeiro, vem essa parte da dívida dos Estados também. Aí o que eles vão enxugar? O sistema financeiro, com um programa de estruturação. E o que acontece? Nesse bojo eles vão assumir as dívidas dos Estados. Então essa economia, agora, ela vai basear nisso, na tripé econômica, né? Metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário (...).(ALVARENGA: depoimento, 2018)

A reforma da previdência de 2003, realizada no primeiro Governo Lula, levou a expulsão de parlamentares e a divisão da base petista, posteriormente essa fração funda o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Começa a se formar uma oposição de esquerda ao bloco hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores.

No entanto, houve alterações significativas entre o governo neoliberal de FHC e o neodesenvolvimentismo do governo Lula. O projeto político encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na última década apostou nos investimentos estatais como motor de desenvolvimento econômico e social. Nos anos dos governos Lula e Dilma, a continuidade das políticas financeiras dos períodos anteriores e o aprofundamento do modelo extrativista e agroexportador convivem com vultosos recursos em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico empregados sobretudo pelo BNDES, combinados a instrumentos e programas de crédito e subsídio ao capital produtivo e a medidas de estímulo ao consumo popular – tais como o crédito consignado, o Bolsa Família e o aumento gradual do salário mínimo.

Como destaca a professora e ex-ministra Nilma Lino Gomes em entrevista para a tese, os governos do PT:

(..) foram os governos que mais investiram em políticas sociais. Contudo, não conseguiram superar a lógica desenvolvimentista que marca a história econômica e política do Brasil. As pressões foram muitas, a dinâmica do capitalismo internacional se impôs. Tivemos o desafio de construir democracia na contramão do capitalismo. E isso

⁵⁹ Jornal dos Economistas, nº 184 novembro de 2004.

tem que ser considerado. (GOMES: depoimento, 2018)

Maria Alves, liderança rural e quilombola, no mesmo sentido ressalta:

O que acontece é que, historicamente, o Brasil foi avançando e esses valores não veio junto. O avanço da tecnologia, o avanço do desenvolvimento econômico do nosso país não trouxe junto a valorização da cultura, o modo de vida das pessoas, a compreensão do campo como lugar de vida, né, como lugar onde as pessoas têm a opção de escolher. Um lugar de sucessão rural, não se deu valor ao que é agroecológico, o que é orgânico, não se valorizou a vida. Esse é o segredo. Valorizou o que? O capital. Valorizou o que? O capitalismo de forma geral. Valorizou o que? O ter pelo ter, ou seja, você só é alguém se você ter. (ALVES: depoimento, 2018)

A economista Laura Carvalho (2018), no seu livro *A Valsa Brasileira*, faz um balanço apurado dos governos petistas dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. A economia brasileira, como nos passos de uma valsa, caminhou para frente nos anos 2006 a 2010 ao apostar no crescimento econômico com distribuição de renda, no fomento ao mercado interno e no desenvolvimento de fatores de produtividade econômica como ciência, tecnologia e infraestrutura. Esse período foi marcado por altas nas taxas de crescimento da economia e distribuição de renda na base da pirâmide. Nessa época, a classe trabalhadora brasileira se reconfigurou. Em uma conjuntura internacional favorável e em um cenário de crescimento econômico, tal modelo de desenvolvimento e inclusão logrou tirar milhões de pessoas da miséria e promoveu uma mudança significativa para a classe trabalhadora. Como destaca Marilena Chauí:

Essas lutas ganharam expressão política nacional com a derrota eleitoral do neoliberalismo, e delas resultou a inflexão econômica e da estrutura da sociedade brasileira, ocorrida a partir de 2004. De fato, os dados trazidos por Pochmann indicam o decréscimo populacional da base da pirâmide social: entre 1997 e 2004, ela era de 34% da população nacional, de 2005 a 2008, passou a 26%. Isso significou que 11,7 milhões de pessoas passaram para os estratos sociais de maior renda e ganharam maior representatividade populacional. Como consequência o centro da pirâmide social, que era de 21,8% da população em 1995, subiu para 37,9% em 2008. E no topo da pirâmide social nacional cresceu 19,8% e, com isso, 19,5 milhões de brasileiros registraram aumento real de seu rendimento individual acima da evolução da renda *per capita*, o que corresponde a 11,7% do total de brasileiros. Quase 71% das mudanças da base da pirâmide social se deram nas regiões Nordeste e Sudeste. (CHAUI, 2014: 8).

O uruguaio Raúl Zibechi foi um dos teóricos que conceituou em detalhes a política do governo Lula, caracterizada como neodesenvolvimentista. No seu livro *Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo* (2012) ele argumenta que o Brasil, sendo a sexta economia do planeta, estaria no processo de se transformar em uma potência mundial,

abandonando a posição de país dependente. Ainda que hoje consideremos precipitada e equivocada a projeção feita por Zibechi, seu livro é um poderoso instrumento para compreender o neodesenvolvimentismo e o arranjo político que manteve o PT por quase treze anos na presidência do país.

Para Zibechi, “o ascenso do Brasil como potência regional e global vem de mãos dadas com o nascimento de um novo bloco no poder que não só está reconfigurando o caráter do conflito nesse país como também na região” (ZIBECHI, 2012: 14). Esse novo bloco seria o dos países emergentes, o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que viria deslocar a hegemonia dos EUA. Esse processo seria “possível graças a uma aliança de um setor decisivo do movimento sindical e do aparato de estado federal com a burguesia brasileira e as forças armadas” (ZIBECHI, 2012:14).

O neodesenvolvimentismo, para Zibechi, esteve marcado pelas tentativas de construção de projetos estratégicos e regionais de desenvolvimento. Durante os governos do PT, o Brasil se empenhou na construção de órgãos de planejamento com destaque para o Núcleo de Assuntos Estratégicos – NAE, que em 2005 passa a se integrar à Presidência da República e em 2008, a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE. O planejamento resultou na publicação dos projetos “Brasil 3 Tempos” e, posteriormente, o “Brasil 2022”, que perpassam todas as áreas: desde a defesa e integração regional, até a qualidade do ensino. A estratégia defendida passava pela integração Sul-Sul, pelo fortalecimento das forças armadas e do desenvolvimento estratégico de tecnologia militar, pela elevação de empresas originalmente brasileiras ao status de multinacionais competitivas globalmente. Alguns dos principais nomes no planejamento estratégico são Samuel Pinheiro Guimarães, Roberto Mangabeira Unger, Oswaldo Oliva Neto, Aloizio Mercadante e Celso Amorim.

A estratégia de elevar empresas originalmente brasileiras ao status de grandes corporações transnacionais visava aumentar a presença e a capacidade de intervenção do Brasil na economia mundializada. Tal estratégia demandava investimentos públicos vultosos tais como aqueles despendidos em grandes obras de infraestrutura.

Na primeira década do século os investimentos do BNDES cresceram fabulosos 470%; este disparo em plena crise mundial evidencia bem por que o Brasil tinha se fortalecido em plena crise. Em 2010, alcançaram 100 bilhões de dólares, ao redor de 70% do PIB.

A indústria e a infraestrutura são setores que apresentam os maiores investimentos. (...) o BNDES se converteu no maior banco de fomento do mundo. (ZIBECHI, 2012: 157).

O governo brasileiro participou através do BNDES de processos de fusão e reorganização de empresas que passaram a liderar o mercado mundial. Como exemplo, a fusão da Sadia com a Perdigão em 2009 que deu origem a Brasil Foods, a maior exportadora de carnes do mundo; a fusão da JBS Friboi e Bertin em 2009; a fusão da Aracruz e Votorantim Celulose e Papel em 2009, que criou a Fibria, a maior empresa mundial de fibra curta e a quarta de celulose; a compra da Brasil Telecom pela Oi, criando uma grande telefônica “nacional”; o apoio do Estado à Braskem junto com a Odebrecht para convertê-la em uma das dez maiores petroquímicas do mundo. Com essas operações, o BNDES e os fundos de pensão passaram a ser grandes acionistas, em alguns casos majoritários, das empresas.

O setor que mais concentrou investimentos e algum intento de fortalecimento de seu caráter nacional foi o energético. O governo brasileiro fez enormes esforços para recuperar o controle sobre a Petrobras, que havia sido parcialmente transferido a investidores privados pelos governos neoliberais da década de 1990. O Estado brasileiro aumentou sua participação na empresa, superando os 50%. Antes da capitalização, em 2009, detinha 40% das ações. Com a capitalização, passou aos 48% (Estado mais BNDESPar), ao qual devem somar-se os 3,2% do Previ, o que o permite controlar de forma direta ou indireta mais de 50% do capital total.

Além disso, foi feito um trabalho estratégico para a recuperação do controle nacional sobre o Etanol. O setor energético também foi beneficiado pelos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Anunciado em 2007, o PAC previa um investimento de 295 bilhões de dólares, 23% do PIB brasileiro em quatro anos. Em 2010 foi lançado o PAC 2 com três vezes mais recursos, 933 bilhões de dólares, 43% do PIB para quatro anos no qual se ampliaram as obras de infraestrutura urbana.

O PAC 2 prevê a construção de 54 usinas hidrelétricas, sobretudo na bacia Amazônica. É preciso dar destaque ao controverso projeto de Belo Monte no Xingu, concebido pela Eletronorte durante a ditadura militar em 1975 e suspenso graças à resistência indígena em 1989. Na década de 1990 o projeto é retomado com força e o governo brasileiro passou a executá-lo com investimentos do BNDES, dos fundos de pensão, e beneficiando empresas como a Odebrecht e Camargo Corrêa.

A política do BNDES fortaleceu a criação de monopólios, já que 57% dos investimentos do banco favorecem somente doze empresas, duas delas estatais (Petrobras e Eletrobras) e o restante privadas, dentre as quais se destacam as construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Na lista estão também a Vale e a JBS. Os empréstimos do BNDES deixavam os acionistas de bancos privados descontentes, uma vez que estes faziam empréstimo a juros mais elevados.

A relação das empresas privadas e atores estatais se intensificou e se transformou em uma tendência dos governos petistas. Entre 1990 e 2002 foram privatizadas 165 empresas estatais. A partir de 2004 se inaugura um processo de recuperação pelo governo do controle acionário de muitas delas e nesse processo se produzem associações com o BNDES. (ZIBECHI, 2012: 183).

Zibechi menciona duas tipologias de multinacionais brasileiras: as empresas públicas estratégicas que foram privatizadas ou tiveram abertura de capital como a Vale, a Embraer e a Petrobras; e as empresas familiares que se fortaleceram em estreita relação com o Estado como a Gerdau, Odebrecht, JBS Friboi etc.

A maior parte dessas empresas nasce do impulso modernizador durante o governo de Juscelino Kubitschek – substituição de importações e estímulo à indústria – e se fortalecem em estreita relação com a ditadura militar, sobretudo as empresas energéticas e de construção civil. Durante o governo Lula, elas se expandem para outros países e continentes com maior intensidade. A desregulamentação posta pelo Consenso de Washington foi um dos principais impulsos para as empresas buscarem mais oportunidades em mercados externos, principalmente em Portugal, África e América do Sul.

O Brasil, que sempre foi um dos maiores recebedores de Investimento Estrangeiro Direto, transformado em um dos cinco principais destinos de investimento estrangeiro, na década de 1990 torna-se também um grande investidor internacional. E, a partir de 2006, os investimentos brasileiros no exterior superaram os investimentos recebidos, o que fez o país se converter no 12º investidor do mundo. Como destaca Valério Arcary:

[O Brasil] foi, durante muito tempo, durante mais de 30 anos o primeiro destino pro investimento estrangeiro, no mundo, fora da triade. À exceção da circulação de capitais entre Estados Unidos, Europa e Japão, o primeiro destino pra investimento estrangeiro no mundo, durante mais de 30 anos, uma geração, de 45 a 75, foi o Brasil. Hoje não é o primeiro, mas o Brasil, à exceção da China, está sempre entre os três primeiros, hoje. Ano passado entraram mais de 80 bilhões de dólares e nos cinco anos anteriores entraram, na média, todo ano, mais de 60 bilhões. Na China entraram 130. Então, não é

China, mas 80 bilhões é muito dinheiro! Muito dinheiro! Nós estamos falando de um PIB, aparentemente, os números, evidentemente para 2017 não estão disponíveis, mas temos números, saiu o relatório da OCDE, saiu o relatório anual do FMI no final do ano passado e todos eles sugerem alguma coisa ali em torno dos 85 trilhões, 90 trilhões seria a estimativa do produto mundial. Então nós estamos falando que alguma coisa, muito grande, alguma coisa próximo a 1% do PIB mundial é investido no Brasil anualmente. (ARCARY: depoimento, 2018).

Nesse aspecto o BNDES teve um papel fundamental. Em 2003, mudou seu estatuto para poder apoiar empresas brasileiras no exterior e publicou cinco objetivos estratégicos para o desenvolvimento da economia: fazer do Brasil um líder mundial alçando as multinacionais brasileiras ao status de players mundiais nas áreas de mineração, siderurgia, aeronáutica, etanol; conquistar mercados posicionando certas empresas como exportadores mundiais, os bens de consumo duráveis e os bens de capital são a espinha dorsal da estratégia; especialização tecnológica em áreas como a aeronáutica e a petroquímica; diferenciação, ou seja, valorização de marcas brasileiras no exterior; ampliação do acesso ao consumo de massa, como serviços de banda larga, bens de consumo e habitação.

A presença das multinacionais brasileiras na América Latina produziu diversos impactos negativos na região. Um exemplo dessa relação nada justa ocorreu com o Paraguai. Em 2009 as forças armadas e o governo brasileiro realizaram pressão e movimentação de tropas em Foz do Iguaçu diante do anúncio do então presidente paraguaio Fernando Lugo de que bloqueariam a venda de terras paraguaias para estrangeiros (brasileiros) e que tentaria rever o injusto acordo de Itaipu. Os Brasileiros já possuem 13% da terra do Paraguai e 20% da terra arável que é majoritariamente dedicada à produção de soja. Em 2012, Lugo sofreu um Golpe Parlamentar. Outro caso de ingerência brasileira na região ocorreu na Bolívia. Um dos maiores conflitos que atravessaram este país é a construção da estrada sobre o Tipnis, parte de um financiamento do BNDES e os planos do IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.⁶⁰

A estratégia neodesenvolvimentista passou, conseqüentemente, pela ampliação da elite no poder. Zibechi trata do fortalecimento de uma elite pelo governo federal a partir de lógicas de

⁶⁰ Tais relações do governo brasileiro com as demais nações latino americanas levaram Zibechi (2012) a defender a tese de que o país teria se convertido em uma potência imperialista. Considero que tais objetivos respondem a uma tática subimperialista e não imperialista como define Zibechi, uma vez que o Brasil, apesar de ter despontado como potência regional, não foi capaz de romper com o seu lugar de dependência estrutural.

investimento público em empresas nacionais e uma elite de origem sindical, que passa a operar o mercado financeiro através dos fundos de pensão.⁶¹

A Constituição de 1988 criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e determinou que 60% da arrecadação do PIS-Pasep fossem destinados ao seguro desemprego e 40% ao BNDES, banco nacional criado em 1952 para suprir as necessidades de investimento no desenvolvimento da economia brasileira. Os excedentes, sempre presentes, eram também transferidos ao BNDES. O FAT se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, chegando a 67% dos desembolsos em 2006. O FAT, através dos planos nacionais de formação, também significou receitas milionárias para as grandes centrais sindicais, em especial a CUT. (ZIBECHI, 2012: 55-57).

Diversas lideranças sindicais participantes da gestão dos fundos de pensão se tornaram importantes gestores tanto do FAT como do BNDES. Estava em “formação de uma camada de sindicalistas especializados como investidores financeiros” (ZIBECHI, 2012: 63).

A privatização dos fundos de pensão é responsável pelo enorme crescimento do setor financeiro. No Brasil, os fundos de pensão privados foram criados em 1977 pelo regime militar para fomentar a poupança. Em 2001 o governo FHC democratizou a participação dos filiados na administração dos fundos. Os fundos não pararam de crescer nas últimas décadas chegando a ser uma força econômica mais importante que o BNDES. Os dez maiores fundos reúnem cerca de 175 bilhões de dólares, sendo que os três maiores concentram quase metade deste patrimônio. São eles: o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil; Petros, o fundo dos trabalhadores da Petrobras; e Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Na administração desses fundos há uma presença importante de ex-dirigentes sindicais.

Com a vitória de Lula em 2003 os fundos de pensão passam a ser orientados por uma nova estratégia de investimento nacional.

⁶¹ Alguns dados interessantes são da composição sindical do PT. Em 2010, quando o partido elegeu a maior parte de deputados para a câmara, a maioria deles, 60%, se originou do setor sindical. Além disso, o partido hegemoniza a representação sindical, 80% dos sindicalistas eleitos deputados são do PT. No mesmo período, o PT foi o partido que recebeu o maior financiamento declarado de campanha – 15 milhões de dólares – contra 11 milhões do PSDB (ZIBECHI, 2012: 49 - 52).

Os fundos de pensão são uma sólida ferramenta nas mãos dessa elite que lhes permite controlar nada menos que 16% do PIB do Brasil, ao que devemos somar os fundos BNDES, que contribuem para a promoção da reestruturação do capitalismo brasileiro, para a realização de grandes investimentos em infraestrutura na América do Sul e para a projeção das multinacionais locais competir em boas condições com outras multinacionais do mundo (ZIBECHI, 2012: 81).

A participação da classe sindical no desenvolvimento econômico durante os governos Lula e Dilma e a presença de grandes lideranças partidárias e sindicais no governo obviamente trouxeram impactos para a mobilização da classe trabalhadora. Segundo Zibechi, esse período coincidiu com a redução no número de greves no país entre 2003 e 2012. Foram 4.000 greves em 1989, 587 greves em 1992, 693 greves em 1993, 1.258 em 1995, para posteriormente manter uma média de 600 greves anuais até o final da década, entre 2004 e 2007 foram em média 300 por ano. Não houve mobilizações significativas contra a primeira reforma da previdência realizada em 2003 durante o primeiro governo Lula. Os sindicatos passaram a apostar mais na luta pelo contrato coletivo de trabalho em detrimento das normas protetoras do direito laboral. O sindicalismo combativo é progressivamente substituído por um sindicalismo cidadão que assume o papel de prestador de serviços aos trabalhadores.

A partir de 2013 esse quadro sofre uma importante alteração, sendo o ano em que o DIEESE registrou o maior número de greves da história desde 1984. No mesmo ano das Jornadas de Junho, foram registradas 2050 greves, superando o ano de 1989, no início da Nova República, quando foram registradas 1962 greves. A maior parte dessas greves foi realizada por setores que não tinham uma relação estreita com as grandes centrais e com o funcionalismo público. As greves foram mais comuns entre os setores privados e de serviços como a construção civil, o transporte e a limpeza urbana (garis). Nos anos que seguiram a ocorrência foi ainda mais expressiva.

O ascenso de greves até 2013 estava marcado pelas aspirações crescentes de um proletariado em crescimento. A economia crescia, o proletariado se nacionalizava com as grandes obras do PAC e instalação de indústria em novas regiões do país como no centro-oeste e nordeste. O pacto entre patronais, governos e sindicatos havia garantido nos anos “lulistas” aumentos salariais ligeiramente acima da inflação, mas inferiores aos ganhos dos lucros, uma situação onde parecia que “todos ganhavam”. Em algum momento após a crise em 2009 as patronais começaram a endurecer e mesmo o governo federal a recusar aumentos salariais fazendo chocar estas expectativas crescentes de “mais salário”, prometidas aos quatro ventos pelo lulismo, com esta dureza. 2013 e 2014 ainda foram fortemente marcados por estas tendências, já em 2015 predominaram claramente as greves defensivas (em defesa de emprego, direitos, contra redução de

salários, etc) contra os ajustes. Mas mesmo 2013 já mostrava uma tendência a lutas mais defensivas (LANFREDI, 2015).⁶²

O projeto neodesenvolvimentista iniciou um ponto de crise ou esgotamento no primeiro governo da presidenta Dilma. A análise de Raúl Zibechi no livro *Brasil Potência* é extremamente apurada em descrever e analisar um longo período da história brasileira, porém o intelectual não previu uma reviravolta geopolítica ou superestimou a potência brasileira e dos BRICS. O fato é que o padrão de reprodução da política econômica neodesenvolvimentista, tão bem descrita por Zibechi, começou a se fraturar a partir de 2011. Desta forma, foi incapaz de perceber um fenômeno que já começava a se configurar: o avanço do projeto ultra neoliberal sobre a região concretizado por meio de golpes, pressões políticas e reviravoltas eleitorais.

3.2 A crise do neodesenvolvimentismo

A crise internacional e financeira de 2008 e as medidas de recuperação adotadas pelas economias centrais acabaram atingindo as economias latino-americanas na segunda década do século XXI, sobretudo pela redução do preço das *commodities*. Laura Carvalho (2018) destaca que o ciclo de crescimento econômico começa a apresentar seus limites pela dependência das *commodities*,⁶³ pela baixa competitividade e fragilidade do setor industrial brasileiro, que fazia o consumo de massas drenar recursos para o exterior, e pela inflação do setor de serviços, altamente dinamizado pelo crescimento do mercado interno. Quando o cenário internacional tornou-se desfavorável, não foi possível mais controlar a inflação e o desequilíbrio da balança comercial. Abriu-se um conflito distributivo no interior da burguesia e para além dela. Os setores médios, espremidos entre a inflação dos serviços e o enriquecimento no topo da pirâmide, são

⁶² Artigo disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Maior-numero-de-greves-na-historia-recente-primeiras-hipoteses-lendo-os-dados-do-DIEESE>>. Acesso em 23 de Julho de 2018.

⁶³ “Entre junho e dezembro de 2014, o índice de preço das commodities divulgado pelo FMI sofreu queda acumulada de 29,3%. Uma queda que, aliás, chegou a ser 55%, antes de ser interrompida em janeiro de 2016” (CARVALHO, 2018: 95).

facilmente captados pelas agendas golpistas e começam a expressar fortemente seu descontentamento.⁶⁴

A mudança equivocada na política econômica, contudo, seria para Laura Carvalho o principal motivo do caos econômico, da crise profunda e duradoura na qual ainda estamos inseridos. O governo Dilma, ao adotar a Agenda Fiesp,⁶⁵ que apostou no investimento privado e nos estímulos à (moribunda) indústria brasileira.

Essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia. A desaceleração da economia e deterioração fiscal que se seguiram acabaram criando as condições para uma segunda mudança de modelo a partir de 2015, desta vez levando ao abandono do pouco que havia sobrado dos pilares de crescimento do Milagrinho (CARVALHO, 2015:59).

O governo abriu mão de amplas receitas através das desonerações fiscais e não obteve retorno do setor privado na forma de investimentos. A estimativa é que as desonerações desde 2011 somem mais de 458 bilhões de reais até 2018 (CARVALHO, 2018: 71) e o investimento privado no período não cresceu, pelo contrário. Além disso, o país foi impactado pelas movimentações do capital especulativo, de curto prazo, quase metade da entrada líquida de capital no país. Nesse cenário, a inflação apenas aumentou, a dívida externa cresceu e os investimentos públicos foram praticamente estagnados, afetando o mercado interno.

Como destaca Eulália Alvarenga, a crise econômica do segundo governo Dilma é também uma crise do tripé macroeconômico, que não pode se sustentar no longo prazo:

Por exemplo, meta de inflação, não existe... Superávit primário e câmbio flutuante, o que foi feito? Isso é pra simplesmente pagar os juros da dívida. E os juros da dívida

⁶⁴ “Os dados de Morgan sugerem que enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos subiram a sua parcela de 25% para 28%. Mais uma vez, fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34% para 32% naqueles anos” (Carvalho, 2018: 50-51).

⁶⁵ A Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp – uma das principais articuladoras do processo de Golpe no Brasil, esteve associada e foi beneficiada pela política econômica dos governos Lula e Dilma, sobretudo pela ampliação do mercado interno com o aumento do poder de compra da classe trabalhadora. Laura Carvalho (2018) no livro *A Valsa Brasileira* apelidou de Agenda Fiesp um conjunto de medidas econômicas que configuraram uma transferência de renda aos mais ricos, sobretudo a burguesia industrial. De fato, ocorreram encontros com o governo em que a Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] fez uma série de propostas, como as desonerações tributárias para grandes empresas, o corte das tarifas de energia elétrica. Medidas que de fato foram adotadas pelo primeiro e segundo Governo de Dilma Rousseff e tiveram apoio, inclusive de centrais sindicais como a CUT. Veja mais em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/24/entrevista-laura-carvalho.htm?cmpid=copiaecola>>
Acesso em 05/03/2019

chegou num limite tão alto, tão alto, com juros estratosféricos, que começou a tirar de onde? Da saúde, da educação, um punhado de coisas. Você chegou a quase 50% do orçamento só para pagar os juros e amortizar... Nem é amortização, porque sempre pagamos e não amortiza nada, porque a dívida sempre cresce. E o que eles fazem? Eles fazem nova dívida para pagar uma dívida antiga, isso é uma bola de neve. E essa bola de neve não tem investimento, não é só pra saúde e educação, o país ficou sem investimento em nada, em infraestrutura. E acaba, também, prejudicando o grande produtor, o latifúndio, porque soja, trigo, milho, não tem como exportar isso, portos ficaram do jeito que está. Aí veio com a ideia, né? “Já que o governo não faz vamos privatizar tudo e é amanhã”. Então esse tripé econômico e ele é insustentável e foi bom só para uma categoria, pra uma classe, pro grande capital e os rentistas. (ALVARENGA: depoimento, 2018)

O debate presidencial em 2014 foi marcado pela discussão sobre as saídas para a crise econômica na qual o Brasil se encontrava, sobretudo no 2º turno. Dilma (PT) propôs uma agenda de retomada do crescimento pelos investimentos públicos, a defesa da Petrobrás pública e a reforma política. Aécio Neves (PSDB), por sua vez, defendeu uma agenda de reformas estruturais neoliberais, ajuste fiscal e combate à corrupção. Embora Dilma tenha vencido por uma margem pequena, 51,6% dos votos válidos, ante 48,36% de Aécio, a agenda implementada foi a de seu opositor, o que convém chamar-se de *estelionato eleitoral*: aplicou-se um pacote fiscal que previa as reformas da previdência e trabalhista e o ajuste fiscal.

No entanto, a crise política se instaura na medida em que o candidato derrotado não reconhece o resultado das eleições e a oposição começa a se mover pela realização do golpe. Nas palavras de Juarez Guimarães, a direita muda a estratégia após ter sido por quatro vezes derrotada:

A corrupção faz parte do funcionamento normal do sistema político, através dos financiamentos empresariais privados. Então você tem uma frente liderada pela esquerda, nem é uma esquerda, ela chega ao governo, ela faz mudanças no sentido de incorporação social, de expansão de direitos, mas ela é incapaz de mexer nos centros de poder democráticos, democratizar o poder e, portanto, fazer reformas estruturais. Após quatro derrotas os neoliberais migram de uma posição contra majoritária. O que nós chamamos de uma posição contra majoritária? Eles sempre defenderam que a democracia brasileira, mesmo com esse padrão deveria ser reformada no sentido de perder o seu sentido plebiscitário da disputa presidencial, adotar o distrital, distrital misto, o parlamentarismo, isto é, o voto não obrigatório, isto é... É aquilo que o Wanderley Guilherme dos Santos chama de “propostas de oligarquização do poder”, do sistema eleitoral, porque, bem ou mal, nos tornamos uma democracia eleitoral massiva e os neoliberais têm dificuldades de disputar numa democracia eleitoral massiva, pelo caráter dos seus programas que são impopulares (...) o PSDB, numa cultura contra majoritária, resolve não respeitar mais o resultado das urnas e aí nós temos a produção do golpe e a ativação de um programa neoliberal radical que resolve a ambiguidade da Constituição de 88. A ambiguidade estava dentro dela, porque ela não democratizou o poder. (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

Não bastaram os ajustes e a aprovação da lei das terceirizações realizados pelo governo Dilma, lideradas pelo então ministro da fazenda Joaquim Levy, era preciso que a agenda de ajustes fosse mais intensa e rápida. Quando Dilma troca seu ministro da fazenda por Nelson Barbosa, bem mais moderado na política de ajustes, o PMDB, partido que compunha a coligação e que trazia a vice-presidência do país, lançou o manifesto *Uma Ponte para o Futuro* sugerindo que o ajuste fiscal gradual era insuficiente, que os direitos previstos na Constituição Federal não cabiam no orçamento e que era necessária uma agenda de reformas estruturais para a diminuição do “tamanho do Estado”. Alguns dias depois os diferentes setores do empresariado, do mercado financeiro e do Congresso organizaram-se decididamente pelo impeachment da presidenta Dilma, alegando que sua gestão anterior teria feito manobras fiscais, pedaladas, e infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na verdade o Golpe tem muito pouco a ver com seu argumento, tirar Dilma Rousseff do governo federal era visto por muitos como uma medida para estabilizar a economia e a crise política no país, ao mesmo tempo “estancando a sangria”⁶⁶ das investigações por corrupção. O que aconteceu foi justamente o contrário. A crise econômica se manteve e instalou-se um caos institucional. O que se observa é o abandono da promessa de desenvolvimento e igualdade no país. A agenda golpista de ajustes, privatizações de setores estratégicos e reformas estruturais apenas faz crescer a nossa dependência estrutural.⁶⁷ Medidas que trazem impactos não apenas às condições de soberania atuais, como às futuras.

O Golpe de 2016, entre seus fundamentos, objetivou precisamente o aniquilamento da soberania nacional e popular através de uma combinação de medidas de ajuste fiscal e entrega de setores estratégicos ao capital internacional e especulativo. Os recursos energéticos, hídricos, ambientais e a tecnologia acumulada nos últimos anos graças aos investimentos do governo brasileiro estão em franco processo de desmonte. A entrega de setores estratégicos ao capital internacional e privado se dá por métodos combinados de privatizações, abertura de capital, venda de ações de empresas públicas, isenções fiscais, mudanças na política de preços e perdão de dívidas milionárias dos bancos.

⁶⁶ “Estancar a sangria” foi um termo usado pelo Senador e então Ministro do Planejamento, Romero Jucá, em áudio vazado de conversa em março de 2015 com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que sugeria que “uma mudança no governo federal resultaria em um pacto para estancar a sangria, representada pela Operação Lava Jato”.

⁶⁷ Em especial a Emenda Constitucional 95 que desvincula recursos de emprego obrigatório desde 1934, nas áreas da saúde e educação, engessa a capacidade dos Estados de optarem democraticamente pelas prioridades de investimentos face à necessidade de manter equilibradas as taxas de superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública.

O cenário pós-golpe nos faz olhar para o período que agora se esgota, a Nova República, para observar seus limites à luz da dependência estrutural no capitalismo. Nestes últimos trinta anos não foram feitas reformas estruturais redistributivas, tais como a reforma agrária e urbana, muito menos a reforma tributária, pelo contrário, o país conta com mecanismos de profunda injustiça salarial e de tributação.

A nossa dependência segue sendo estrutural.⁶⁸ Mesmo durante os anos de crescimento econômico com redistribuição na base da pirâmide, na estrutura da divisão internacional do trabalho ainda somos nós um país de trabalhadores superexplorados. Além de tudo, seguimos sendo absolutamente vulneráveis diante das ortodoxias da política econômica neoliberal, da volatilidade do capital, sobretudo especulativo. Grande parte do orçamento do nosso país serve para pagar os juros da dívida pública.

O crescimento econômico brasileiro se deu sem mudanças substantivas no modelo produtivo, pelo contrário, o modelo primário exportador foi reforçado. A industrialização do país se deu na toada do fracionamento dos grandes monopólios internacionais que transformam o mundo em uma fábrica, dividindo o processo produtivo entre regiões e países de todo mundo. E essa burguesia não tem apego a partidos e projetos, tão somente ao lucro, quando um determinado modelo político-econômico entra em crise é ela a primeira a entregar quem outrora foram seus aliados.

A distinção entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo como projetos concorrentes na Nova República é tênue uma vez que a política fiscal, tributária e monetária internacional é uma constante nos dois projetos. Em ambos os casos o patrimonialismo está enraizado nas estruturas do Estado e se manifesta tanto nas relações de favorecimento de grandes conglomerados empresariais do período neodesenvolvimentista quanto em processos de

⁶⁸ Segundo Zibechi, a tese de Ruy Mauro Marini se articula em três eixos: a hegemonia absoluta dos Estados Unidos no mundo; a existência de centros médios de acumulação; a existência de um projeto político subimperialista que a ditadura militar de alguma maneira encarnava. Conclui que o subimperialismo é “a forma da economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (ZIBECHI, 2012: 46). Para refutar Marini, Zibechi usa os seguintes argumentos: a decadência da hegemonia estadunidense e a ascensão de um “multipolaridade”; a ampliação da elite no poder com a ascensão de outros grupos além da aliança da burguesia paulista com as forças armadas; o fortalecimento militar e o expansionismo para o continente. O Brasil estaria mudando suas características demográficas e se transformando em uma economia de classes médias urbanas. Destaca também o aumento de exportação de produtos manufaturados, de 10% nas décadas de 60 a 50% nos períodos atuais. Os fluxos de capital teriam também alterado pelo volume de investimentos externos no Brasil e de investimentos brasileiros no exterior. O que leva Zibechi a afirmar que o Brasil teria deixado de ser um país dependente (ZIBECHI, 2012: 288 - 291).

privatização e desmonte neoliberais. Manifesta-se na vinculação entre o Banco Central, a política macroeconômica, e a remuneração do capital rentista pelas altas taxas de juros. Manifesta-se em um conjunto de privilégios dos setores militares e judiciais em um contexto de desmonte previdenciário e do estado social.

Nesse sentido, a Nova República como regime de pactuação de classes se esgotou. Não conseguiu gerar um estado de bem-estar social no Brasil. A formulação, que estava contida sobretudo no Programa Democrático Popular e no projeto cidadanista levado a cabo pelo PT, revelou-se uma promessa fora do seu tempo e do seu lugar. Fora do tempo, pois já estavam se esgotando as experiências social-democratas do mundo e o neoliberalismo vinha aprofundando a hiperconcentração de renda. Fora de lugar, pois a proposta de acumular forças a partir do Estado com uma agenda de reformas estruturais, em países dependentes, não é possível sem grandes processos de luta e organização de base, processos sociais que consigam mexer em estruturas muito rígidas e conectadas à dinâmica do poder como, por exemplo, a estrutura fundiária do país.

O neodesenvolvimentismo não previu no seu bojo nenhuma reforma estrutural de base e o povo brasileiro continua lutando diariamente para exercitar e efetivar os direitos fundamentais sonegados por um sistema político e social que se reproduz a partir de uma casta, representativa de 1% da sociedade, a Casa Grande, uma minoria política que tem como projeto elevar ao máximo seus privilégios, impondo-se como se maioria fosse.

As manifestações de Junho de 2013 marcaram uma convulsão social que denunciava o bloqueio da expansão da inclusão social e da melhoria dos serviços públicos na garantia dos direitos sociais. Max Maciel retrata essa convulsão em entrevista para a tese:

É isso, convulsionou pela questão de reação e não conseguir dar resposta no tempo certo para as pessoas. Bella, nós temos uma agenda de cansaço. As pessoas estão cansadas. Elas não querem mais ir para rua. Porque nada está fazendo mais sentido. Sabe? Eu não estou falando desses últimos acontecimentos, de lava-jato, nada. Eu estou falando daquela época do pico, onde todo mundo estava bem, sabe? O dinheiro estava chegando na ponta, o PAC estava funcionando lá. É que no final das contas eram só os grandes e pra nós ainda vinha uma migalhinha, e mesmo assim uma migalhinha para nós estava de boa. O problema é que até a migalhinha já acabou. Aí a gente volta em menos de treze anos para 1989 cara. A fome começa a voltar em índices que a gente jamais imaginou voltar. Então convulsiona, porque apesar de saber todo o processo necessário para chegar. Apesar de saber todos os limites que nós temos que romper, a resposta foi ignorada. Pediram paciência para nós. Paciência para nós? Era a nossa hora! (MACIEL: depoimento, 2018)

O esgotamento do modelo de desenvolvimento em que o país apostou e que pôde construir na Nova República fez acender a faísca de junho. Por sua vez, a greve dos caminhoneiros em maio de 2018 no Brasil foi a expressão da crise gerada pela perda de soberania e de controle sobre o petróleo brasileiro e seus derivados.⁶⁹ A degradação da soberania nacional ameaça as condições futuras de desenvolvimento e de superação da dependência estrutural que nos atravessa enquanto nação latino-americana.

4 CAPÍTULO 3 - O ESGOTAMENTO DA NOVA REPÚBLICA

Em Curitiba, dentro de uma delegacia da Polícia Federal, desde o dia 07 de Abril de 2018, está encarcerado aquele que foi o presidente com maior popularidade na história do Brasil. Também o pré-candidato que maiores intenções de voto tinha na disputa presidencial de 2018. Luiz Inácio Lula da Silva, símbolo de um povo em formação, de um projeto que olha para os debaixo, a forma mais avançada que a conciliação de classes conseguiu assumir desde o pacto da Nova República.

Por que Lula está preso? Os crimes de que foi acusado não foram provados, apenas foram apresentadas supostas evidências, ou melhor, convicções do Poder Judiciário de que ele teria

⁶⁹ A mudança na Lei de Hidrocarbonetos, os leilões de importantes campos de petróleo e a mudança na política econômica da Petrobras, baixo a administração de Pedro Parente, jogou para cima o preço do diesel, da gasolina e do gás de cozinha. A greve dos caminhoneiros gerou uma paralização sem precedentes da produção nacional, com baixa incidência da esquerda organizada na politização das insatisfações mobilizadoras e na negociação que levou ao fim da greve. Os Petroleiros também entraram em greve contra a privatização da Petrobras, mas tiveram que recuar devido as medidas extremas de judicialização e criminalização da greve que impunha multas impagáveis. Como resultado dessa crise do petróleo, Pedro Parente pediu demissão o que denota uma vitória do movimento popular. No entanto, a política econômica da Petrobrás se manteve. Passada a greve o governo tem tido dificuldades de implementar a redução do preço do diesel nos postos - realizada às custas de mais ajuste fiscal. É aquela velha história, tiram os anéis para não perderem os dedos. Quem pagará a conta mais cara é o povo brasileiro.

recebido como propina da Odebrecht um apartamento triplex no Guarujá, em São Paulo. Apartamento este onde ele jamais pisou, que jamais esteve registrado em seu nome e onde tampouco parece ter havido um processo de reforma muito consistente, como evidenciado pelo ato de ocupação do triplex pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).⁷⁰

Assistimos no processo de julgamento de Lula a uma ampla cassação política liderada pelo juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, instância responsável pelo processo da Operação Lava Jato, com a confirmação da sentença condenatória pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e pela orientação dos Tribunais Superiores, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), que é possível o cumprimento da pena após a confirmação da condenação em segunda instância em clara afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência.⁷¹ Ato posterior, para selar esse aniquilamento da vontade popular por parte de um Poder Judiciário golpista foi a declaração de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o consequente indeferimento do registro de candidatura de Lula.⁷² O calendário do julgamento de Lula, aceleradíssimo para os padrões da justiça criminal, casou-se com a aproximação do processo eleitoral. Como em um rito, cada passo confirma que se trata de impedir que Lula fosse candidato. Tais fatos foram evidenciados pelas conversas vazadas entre o Juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol pelo canal *Intercept Brasil*.

Lula está preso, pois o estado de exceção que vivenciamos já perdeu seu pudor e descrição, generalizou-se. Lula está preso, pois não existem mais pactuações de classe possíveis. Lula está preso, pois diante do caos institucional, a vontade popular ainda seria capaz de estabelecer um vínculo de representação que fizesse sentido para as amplas maiorias a partir da sua candidatura. Lula está preso, pois o Golpe não poderá ser derrotado pelas eleições, apenas com o apelo ao Estado Democrático de Direitos e às instituições da República. Lula está preso por que o Golpe é profundo e segue em curso, acentuando os seus fundamentos, quais sejam, a destruição da Nova República e a sua substituição por um regime societário ultraneoliberal

⁷⁰ MTST ocupa triplex no Guarujá. Veja mais em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/16/politica/1523883729_575620.html>. Acessado a 17 de agosto de 2018.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>>. Acesso em 09 de junho de 2018.

⁷² Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>>. Acesso em 02 de Setembro de 2018.

marcado pela exceção permanente, subordinação do Brasil no plano internacional, e pelo aniquilamento progressivo da democracia, da soberania e dos direitos do povo brasileiro.

Nesse cenário, a crise de representação que já se manifestava com força em Junho de 2013 apenas se aprofundou no país. Segundo dados da recente pesquisa "A Cara da Democracia no Brasil", aplicada no último mês março de 2018, 80% dos brasileiros estão insatisfeitos com a democracia no país. 67% dos brasileiros não confiam no Congresso Nacional, 68% não confiam nos partidos e apenas 14% confiam plenamente no STF. As pessoas deixaram de apostar que essas instituições serão capazes de reverter o golpe em curso, embora o desejem. Temer é o presidente (ilegítimo) mais odiado da história, com 72% de rejeição.⁷³ A agenda imposta pelos golpistas também é recusada pela população: sete em cada dez brasileiros são contra as privatizações, 68% rejeitam a reforma da previdência, 81% recusam a reforma trabalhista. Devemos compreender como crescem nesse esteio o apelo por soluções autoritárias, por um lado, e as possibilidades de enfrentamento direto ao golpismo, por outro.

A crise das instituições públicas da democracia faz crescer o apelo à Intervenção Militar e ao punitivismo enquanto medidas redentoras dos males sociais que assombam o país. A redução da cultura democrática se faz sentir no aumento da popularidade de lideranças com trajetória militar, no apoio a Intervenção Militar no Rio de Janeiro, nas palavras de ordem presentes em cada acampamento dos caminhoneiros em greve e no crescimento da popularidade de medidas de censura como o projeto Escola Sem Partido, a censura nas artes e o ódio à diversidade de étnica, racial, de gênero e de opiniões no país.

O Golpe se efetivou finalmente em 2016 com caráter jurídico-parlamentar-midiático. Isso significa que políticos, magistrados e meios de comunicação de massa são atores fundamentais na aplicação da agenda golpista, que manejam o jogo político para obter mais privilégios e poder. No entanto, a cada nova jogada o consórcio golpista se fratura internamente e amplia a instabilidade do sistema político. Atores centrais do Golpe como Aécio Neves e Eduardo Cunha foram desmoralizados logo após a derrubada da presidenta eleita. A ruptura do pacto instaurado com a transição democrática pelo Golpe gera um verdadeiro caos institucional.

⁷³ Veja reportagem do G1:<
<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-5-e-reprovado-por-72-diz-ibope.ghtml>> Acesso em 30/06/2018.

Nesse sentido, é fundamental a distinção feita por Jaime Osório (2014), cientista político chileno exilado no México, entre a classe reinante e a classe dominante. A primeira ocupa posições hierarquicamente superiores dentro do Estado e possui alguma capacidade decisória. Mas quem detém o poder político,⁷⁴ condensado nas relações configuradas a partir do Estado, são as classes dominantes: as multinacionais, os grandes oligopólios, os grandes acionistas do mercado financeiro, os latifundiários. As classes dominantes são extremamente heterogêneas, marcadas por frações de classe e estamentos com múltiplos interesses.

Bloco no poder é a articulação de diferentes classes, frações e setores das classes dominantes entre si. Dentro desse bloco heterogêneo, uma classe, fração ou setor é hegemônico quando exerce seus projetos e seus interesses prevalecem sobre o restante das classes, frações ou setores das classes dominantes. (OSÓRIO, 2014: 47)

A classe reinante realiza os interesses da classe dominante a partir das suas atribuições no Estado independente de estar ou não composta por sujeitos da classe dominante. Tal ocorre, pois a classe reinante expressa um caráter classista constitutivo e estabelece com a classe dominante uma aliança específica que Osório denomina *Frente de Poder*.

[Embora sujeitos da classe dominante possam ocupar-se de cargos da classe reinante] a classe reinante pode transmitir em sua gestão um estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras demarcadas pelos interesses da classe que o Estado representa (OSÓRIO, 2014: 41)

A crise orgânica no seio da Frente de Poder que instaura a Nova República na forma de uma transição gradual e pactuada advém da incapacidade de os militares representarem os interesses da classe dominante e de restabelecerem a dominação frente às pressões populares pela redemocratização. A Nova República, no entanto, não é fruto de um processo revolucionário que altera a estrutura de dominação de classes no país. Juarez Guimarães argumenta que a correlação de forças à época, embora tenha forçado a expansão da inclusão e o processo de abertura democrática, onde menos se avançou foi na democratização do poder político.⁷⁵

⁷⁴ Osório (2014) define o poder político como a teia de relações de poder que configuram o Estado: em seu aspecto visível – burocracia administrativa, as leis, as instituições – e em seu aspecto invisível – estruturação de uma ordem social hegemônica ou a condensação de uma rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade.

⁷⁵ Segundo Jaime Osório: “denominamos poder político aquela modalidade particular de relações que se estabelece entre as classes sociais, como a capacidade de alguns em levarem adiante seus projetos e interesses, em detrimento dos interesses e projetos de outras classes. Denominamos de Estado a condensação destas relações e a reprodução das mesmas de tal forma que perdurem e organizem a vida em comum.”(OSÓRIO 2014: 27). “Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a condensação das relações de poder. O Estado é muito

A Constituição de 1988 revelava essas duas vontades na correlação de forças que estava historicamente dada ali [inclusão e soberania popular]. Onde ela [a Constituição de 1988] menos avançou foi no processo de democratização do poder, porque isto foi garantido pela transição conservadora que posicionou as forças armadas como um dos atores ‘em negociação’. Não tivemos uma justiça de transição. Prevaleceu a teoria dos dois demônios, de que todos erraram e vamos esquecer o passado. [...] Desta forma, a função das forças armadas não é democratizada e é mantido o seu direito constitucional de intervenção. O aparelho coercitivo não é democratizado, é mantida a doutrina e a forma de organização da Polícia Militar e da Polícia Civil. O sistema de comunicação não é democratizado, vota-se na constituinte que ele deve ser público, mas não vemos nenhuma consequência disso. O poder judiciário não é democratizado e temos a permanência dos Códigos Civil e Criminal. A gestão burocrática do Estado e das empresas estatais também não. Além disso, temos uma fraca cultura de direitos humanos. O sistema político eleitoral é o sistema que o regime militar havia moldado no processo de transição lenta, gradual e segura. (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

As promessas de democracia e o arranjo específico do sistema político brasileiro após a redemocratização é um dos pilares fundamentais da Nova República. Esse pilar foi sendo corroído tanto pelos seus limites originais, quanto pela generalização do estado de exceção como analiso neste capítulo.

4.1 As promessas de democracia e o estado de exceção permanente

O Estado Democrático de Direito na Nova República comportou também o estado de exceção. O fim da ditadura – como regime de exceção – não significou a extinção dos territórios e corpos de exceção para os quais as leis e as regras sempre se aplicaram de forma seletiva. Esta tese inscreve o Golpe de 2016 no aprofundamento de uma exceção que, enraizada nos pilares da Nova República, corroem-na de forma irreversível.

Para compreender o estado de exceção como mecanismo de corrosão do Estado Democrático de Direito devemos aprofundar a conceituação de poder político. Nas discussões clássicas da ciência política, as diferentes formas de governo pressupõem a existência de um soberano, ou seja, a entidade que tem o poder de definir as leis e as suas exceções. O debate entre Thomas Hobbes e Jacques Rousseau marca a disputa sobre qual a qualidade do poder para conter a suposta barbárie da humanidade em seu estado natural, o *Leviatã* ou o povo? Nesse sentido, se

mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que a coerção. Mas é principalmente violência concentrada. (OSÓRIO, 2014:17)

estabelece o conceito de soberania popular, é o povo quem deve definir as regras e acordos coletivos que regem a vida individual e coletiva.

Existem várias tradições de pensamento sobre a democracia: o pensamento liberal, o pensamento elitista, o pensamento marxista, o pensamento tecnocrata, o pensamento procedimentalista, a concepção democrático popular participativa e por aí seguem as adjetivações. Disputam as narrativas hegemônicas de democracia também os grandes meios de comunicação, as corporações e os países imperialistas, com destaque para os Estados Unidos da América (EUA). Tomamos como exemplo de uma dessas concepções, a afirmação divulgada pela revista inglesa *The Economist*, poucos anos antes do Golpe, de que o Brasil estaria no 30º lugar no ranking das democracias mais avançadas do mundo. É necessário compreender que os indicadores de democracia considerados são politicamente posicionados, tais como estabilidade econômica e solidez das regras do sistema financeiro.

A concepção liberal da democracia advinda dos clássicos da ciência política constituiu o sistema representativo como o garantidor principal do exercício da soberania popular.

Para o pensamento mais conservador [...] A democracia é sobretudo um procedimento de legitimação da autoridade política, por meio do voto popular. Em algumas narrativas, como a de Anthony Downs, a necessidade de obtenção da maioria eleitoral garante automaticamente que os mandatários serão fiéis cumpridores da vontade popular. Em outras, como a de Giovanni Sartori, o modelo permite que a elite política controle o governo com competência sem se autonomizar do restante da sociedade. E em outras, ainda, como a de Joseph Schumpeter, tudo não passa de um ritual desprovido de outro significado além da obtenção de consentimento dos governados e, portanto, da redução dos custos da dominação (MIGUEL, 2016: 32).

Como podemos constatar, até mesmo as perspectivas minimalistas de democracia assumem a necessidade de legitimação do poder por meio do voto popular. Dimensão esta que foi aniquilada com o Golpe de 2016 no Brasil. Embora o voto popular seja fundamental como parâmetro mínimo de um sistema que se diz democrático, ele, por si só, não é capaz de conferir poder político às maiorias.

O Golpe no Brasil, ao romper o pacto de 1988, instaura a exceção como uma regra permanente nas formas de exercício do poder do Estado e também na ativação de medidas de exceção. A indistinção entre poder constituinte e poder constituído, que subtrai da democracia qualquer rastro de soberania popular, está destruindo a Constituição Federal e a Nova República.

O estado de exceção não deve se confundir com a ditadura, regime de plenitude de poderes fundada em um Estado com regras que legitimam a plenitude desse poder. O estado de exceção coexiste com o Estado de direito, sendo a sua contraface, um estado sem direito. Agamben ressalta que a oposição democracia e ditadura é enganosa para uma análise dos paradigmas governamentais hoje (AGAMBEN, 2004).

A exceção é precisamente um espaço de anomia onde se confunde e se dissolve a distinção entre poder constituinte e poder constituído, a dualidade que define o direito moderno – *auctoritas* e *potestas*. O termo moderno "autoridade" comporta em si esse duplo sentido e essa tensão. A diferenciação, no entanto, é fundamental, pois quando coincidem o *auctoritas* e *potestas*, poder constituinte e poder constituído, a máquina jurídico-política torna-se letal.

O tipo de estado de exceção que se instaura é aquele que, sem suspender a ordem constitucional, cria diversos espaços de exceção, o vazio anômico necessário para impor decisões que beneficiam uma determinada coalizão de interesses circunscrita na ordem capitalista. Nesse estado de exceção a norma em vigor perde aplicação e a aplicação sem norma ganha força. O pacto sobre a efetividade dos direitos sociais, por exemplo, se dissolve quando a Constituição Federal perde força, ao ser aprovada a Emenda Constitucional (EC 95), por um governo ilegítimo, que impõe austeridade aos investimentos sociais tornando os direitos previstos irrealizáveis.

A manifestação particular do estado de exceção entre nós com o Golpe Parlamentar confunde os limites entre a norma e a exceção, assim como os poderes executivo e legislativo, constituinte e constituído. Os magistrados, em especial, ativam mecanismos de vazio anômico em sentenças judiciais absolutamente discricionárias, como descreveu Wanderley Guilherme dos Santos (2017). Chegamos a um ponto em que um ex-ministro Ministro do STF, Joaquim Barbosa, declarou que a Constituição é o que o STF disser que ela é.

O estado de exceção inaugurado com o golpe parlamentar no Brasil deteriora o próprio ordenamento jurídico e abre um período de intensa instabilidade e incerteza. A tendência de fragmentação da coalizão golpista se amplia na medida em que o adversário é derrotado e as disputas pelo poder do Estado ainda não se estabilizaram e já não respeitam normas. O Golpe aprofunda a anomia da sociedade.

Rafael Valim destaca que a exceção aniquila o Direito e a Política, pois destrói a soberania popular e descredibiliza ainda mais as instituições, reforçando o “mal-estar” das democracias contemporâneas (VALIM, 2017). O sentimento das pessoas diante de um estado de anomia é, como descreveu Agamben, bastante contraditório. Ao mesmo tempo em que as pessoas desejam ordem, regulação de seus desejos e paixões, elas também desejam libertar-se da ordem e gozar de autonomia. Como a anomia se produz incessantemente em um estado dito democrático, a democracia perde credibilidade, enquanto soluções de caráter fascizante ganham corpo.

A tensão entre capitalismo e democracia se inscreve aí. O capitalismo faz as pessoas desejarem que alguém imponha a ordem. Ele inscreve a submissão dos corpos. O capitalismo funda uma ordem na dualidade entre Direito e Exceção, que impede o exercício do poder e da soberania popular. A representação vem dar conta da necessidade de um soberano acima dos homens e mulheres. Não é meramente uma questão de escala.

A ampliação do estado de exceção não é um fenômeno isolado e localizado no contexto brasileiro, ao contrário, é uma tendência mundial. Se as democracias modernas são o resultado da correlação de forças da disputa de poder entre uma maioria excluída e uma minoria dominante, sendo o seu resultado a construção de constituições, leis e arranjos institucionais que pactuem minimamente os termos dessa disputa, a criação de estados de exceção tem se transformado em um *modus operandi* para radicalizar o poder do mercado e suas necessidades de acumulação e concentração de riqueza infinitas.

Em uma sociedade capitalista globalizada o poder político não está nas mãos das amplas maiorias do povo. Cada vez mais ele está concentrado nas mãos das grandes corporações multinacionais, legais e ilegais, dos bancos e dos organismos multilaterais. O neoliberalismo tem se constituído como um regime de exceção permanente.

Em última análise, *o estado de exceção é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal*. É o meio pelo qual se *neutraliza* a prática democrática e se reconfiguram, de modo silencioso, os regimes políticos em escala universal. (VALIM, 2017).

Juarez Guimarães em entrevista para a pesquisa defende que o neoliberalismo está em uma terceira fase após a crise de 2008, quando não se admitirá sequer a democracia minimalista

do voto popular quando esta possa representar alguma limitação para quem detém e concentra cada vez mais o poder político no mundo. A essa terceira fase ele denomina ditadura neoliberal:

O conceito que se propõe de ditadura neoliberal visa exatamente entender o que está acontecendo. Chamamos de ditadura neoliberal um poder que não está disposto a se submeter à imprevisibilidade da disputa democrática, que não está apenas fora da democracia, mas contra a democracia. Se este poder político conseguir se organizar para vencer eleições presidenciais e para o Congresso Nacional em uma situação de forte ou quase certa previsão de vitória, ele as instrumentalizará pelos meios que forem necessários. Se não houver esta possibilidade, este poder agirá com uma violência judicial e repressiva cada vez maior para garantir, de forma inequívoca, que o programa neoliberal radical que organiza o golpe continuará a ser implementado. (GUIMARÃES: 2018)⁷⁶.

A tendência mundial dos partidos guardiães do neoliberalismo talvez explique como o PSDB, que não se comportava como um partido golpista, passa a sê-lo. Ao longo da Nova República ele esteve inserido dentro da pactuação democrática e estruturou as bases de estabilidade da governabilidade (democracia do voto popular e do presidencialismo de coalizão) e da economia brasileira.

Ao identificar a mudança de natureza do PSDB, de um partido de oposição neoliberal a um partido golpista animado de um novo programa neoliberal radical, previa, pela força política deste partido, um tempo de aguda desestabilização do segundo mandato de Dilma Rousseff. Em um outro artigo intitulado “Um escândalo chamado Armínio Fraga”, publicado também em dezembro na *Carta Maior*, correlacionava-se esta mudança de natureza do PSDB a uma mudança de sua base orgânica: “da avenida Paulista a Wall Street”, afirmava-se, isto é, da expressão dos interesses do capital financeiro nacional e internacional, a uma expressão mais em sintonia e atualizada com o capital financeiro internacional. Mas ainda não havia uma consciência plena do que passou-se a chamar depois de “terceira fase do neoliberalismo”, isto é, de uma nova fase após a crise internacional de 2008, na qual as rupturas dos atores políticos neoliberais com a democracia iriam ao centro. (GUIMARÃES, 2018).⁷⁷

As tendências nacionais de aprofundamento do estado de exceção encontraram eco no esgotamento do arranjo político brasileiro fundado no contexto da Nova República. Esse esgotamento também é descrito por Leonardo Avritzer no livro *Impasses da Democracia*. Segundo o autor, o regime democrático no país na última década parecia progredir e se aprofundar. A democracia foi capaz de promover certa estabilidade ao procedimento de alternância de poder pelo voto popular, o emprego de instrumentos de participação popular –

⁷⁶ Guimarães, Juarez (2018), “A ditadura neoliberal e os caminhos para vencê-la”. Acessado a 08 de maio de 2018 em: <<https://democraciasocialista.org.br/a-ditadura-neoliberal-e-os-caminhos-para-vence-la-juarez-guimaraes/>>

⁷⁷ Guimarães, Juarez (2018), “A ditadura neoliberal e os caminhos para vencê-la”. Acessado a 08 de maio de 2018 em: <<https://democraciasocialista.org.br/a-ditadura-neoliberal-e-os-caminhos-para-vence-la-juarez-guimaraes/>>

sobretudo pelos governos do Partido dos Trabalhadores – estabilidade da economia e a redução da pobreza em 22,5 milhões de pessoas entre 2002 e 2012. No entanto, em 2013 começam a se fazer visíveis os *impasses da democracia*, ou seja, o sistema democrático e a cultura política democrática entraram em crise. Para Avritzer o impasse está centrado em cinco elementos:

Os limites do presidencialismo de coalizão, isto é, a deslegitimação da forma de fazer alianças, características da democracia brasileira desde 1994; os limites da participação popular na política, que tem crescido desde 1990 e é bem-vista pela população, mas não logra modificar sua relação com a representação; os paradoxos do combate à corrupção, que avança e revela elementos dramáticos da privatização do setor público no país, os quais terminam por deslegitimar ainda mais o sistema político; as consequências da perda de status das camadas médias que passaram a estar mais próximas das camadas populares a partir do reordenamento social provocado pela queda da desigualdade; por fim, o novo papel do Poder Judiciário na política. (AVRITZER, 2016a: 9).

Os cinco elementos apresentados revelam mais os sintomas do esgotamento do arranjo político do que necessariamente sua causa, que atribuímos a baixa democratização do poder político na Nova República. A esses elementos eu adicionaria a baixa representatividade da diversidade do povo brasileiro nos cargos eletivos.

4.1.1 Distorções da representação

Em um país onde mais da metade da população é negra, 54% segundo dados do IBGE, a extensa maioria de deputados federais é composta por pessoas brancas, 75%, e apenas 15% por mulheres.⁷⁸ Diversos elementos se combinam para gerar a sub representação como o destaque diferenciado que os partidos conferem a pessoas conforme o *status social*; recursos materiais e simbólicos necessários para a carreira política; a construção histórica do campo político como um espaço de homens e da liderança como atributo masculino; a desigual divisão sexual e racial do trabalho; a discriminação e os estereótipos de cor e gênero etc (MIGUEL, 2019).

As desigualdades e dificuldades no processo de participação institucional das mulheres, das pessoas indígenas, negras, LGBT ficam mais evidenciadas com o aumento da violência

⁷⁸ Informações disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www.camara.leg.br/> > Acessado em 24 de setembro de 2019.

política no país. A polarização e o acirramento das posições políticas tornam mais escancarados os preconceitos e as demonstrações do deslocamento de corpos não hegemônicos na política. Isso ficou evidenciado, por exemplo, na misoginia do Golpe de 2016.

Flávia Biroli chama atenção para o papel central que o sexismo e a misoginia assumem tanto no processo do Golpe e impedimento da presidenta Dilma como na composição da agenda conservadora em curso no Brasil e na América Latina. Biroli aponta que a legitimação do impeachment passou pela construção de estereótipos da ex-presidenta profundamente baseados em gênero. A mídia foi um dos principais meios de produção e reprodução dessas imagens, retratando Dilma como uma mulher que estava perdendo o controle, raivosa e incapaz de ser uma boa articuladora e agir com habilidade. Era comum a reedição do estereótipo sexista que associa a ação política das mulheres aos destemperos emocionais (BIROLI, 2018: 79). Ao mesmo tempo, a alusão a violência sexual contra as mulheres ficava explícita na campanha golpista com os adesivos de carro que mostravam a ex-presidenta com as pernas abertas e com a entrada do tanque de gasolina em sua vagina. A sessão do impeachment foi marcada pelo slogan irônico “Tchau, querida” e pelas loas a um padrão de família tradicional patriarcal, realizados por uma ampla maioria de homens brancos. Para Biroli as imagens construídas sobre Dilma Rousseff, que contribuíram sobremaneira para a sua deposição, podem ser definidas como manifestações de violência política contra as mulheres.

Political violence against women could, then, be defined as “an analytical and theoretical category that displays facts, meanings and words, from a certain place and political position towards power relations and social practices of dominance that represent an extreme exercise of authoritarianism which is considered legitimate by the ones who put it in action” (Machichao Marbery, s/d). It is political not only because it is a reaction against women in politics (although it might take place in public and private spaces), but because “it is a manifestation of unequal power relations in society more generally, and emanates from the perceived ‘intrusion’ of women in spaces that ‘belong’ to men” (Sanin, 2016, p.8). (BIROLI, 2016: 582)

Essas mensagens, ao mesmo tempo que compõem o quadro favorável ao Golpe contra Dilma, atingem as mulheres como conjunto, como fica evidente no conteúdo da ofensiva conservadora em curso. Além de provocar o recuo dos investimentos nas políticas sociais que, pela responsabilização histórica das mulheres pelo cuidado, aliviavam parte de sua carga diária, vemos a emergência de pautas como a “Escola Sem Partido” e o combate à chamada “ideologia de gênero”. Flávia Biroli identifica o período entre a eleição de Dilma e o golpe (2015-2016) como o momento de emergência da noção de “ideologia de gênero”.

Não se trata de uma história que tenha se iniciado em 2015, é claro, mas foi em maio daquele ano que o debate sobre gênero foi retirado pelos parlamentares do Plano Nacional de Educação (PNE) e reações semelhantes pipocam em todo o país. Multiplicam-se ações contra os direitos das mulheres, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos. (BIROLI, 2018:79)

A “ideologia de gênero” seria a forma estereotipada de referir-se ao conjunto de lutas, formulações de políticas públicas e conhecimentos acadêmicos voltados para a igualdade de gênero. O combate promovido pelas forças conservadoras em torno da “ideologia de gênero” têm contribuído para a coesão de um campo fundamentalista e para a atração dos neopentecostais.

O livro *Mídia, Misoginia e Golpe* contém uma série de entrevistas fundamentais sobre como o Golpe é parte de uma reação conservadora que articula os aspectos mais extremos do fundamentalismo cristão. Em uma dessas entrevistas Amelinha Teles, que foi militante do partido comunista, expõe:

Nós mulheres temos conquistado espaços que alargam as ideias de autonomia, de justiça e de estímulo ao protagonismo. Só assim foi possível vencer o conservadorismo e consagrar a vitória da primeira eleição histórica de uma mulher na Presidência da República. Empenhadas na construção social, considerando os aspectos fundamentais como raça/etnia, orientação sexual e diferenças sexuais, desigualdades de classe, econômicas e políticas, não poderíamos admitir tamanho recuo. O cerco à presidenta e ao seu governo foi respondido com ampliação de aliança com a extrema direita e o governo Dilma tornou-se contraditoriamente machista. A esquerda continuou em silêncio. Parte da esquerda concordou que ela não teria mesmo habilidades políticas e aí residiam os problemas cruciais. Não era nada disso. Enganara-se. A mídia cumpriu seu papel de defender os interesses da elite e assim se deu o golpe. O golpe mais sinistro da história. Porque veio revestido de “impedimento”. Impediram o governo Dilma Rousseff, por quê? Não conseguiram explicar. Mas não teve importância. A bandeira contra a corrupção foi usada pelos golpistas para encobrir seus atos ilegais, antiéticos e mentirosos. É o golpe do capital, do neoliberalismo que não suporta mulheres, população negra, indígena, e principalmente que haja protagonismo dessa gente. (TELES apud GUIMARÃES, 2016).

O elemento do fundamentalismo cristão foi essencial para a recomposição da hegemonia da direita no Brasil e eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (MIGUEL, 2019). Nesse sentido, tem razão o desabafo da presidenta Dilma logo após sofrer o impeachment: “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”⁷⁹

4.1.2 *Presidencialismo de coalizão*

⁷⁹ A citação da fala de Dilma Rousseff está contida no livro *Mídia, Misoginia e Golpe* / Janara Kalline Leal Lopes de Sousa ... [et al.]; organização Elen Cristina Geraldês ... [et al.]. – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.

O Golpe revela também os limites do presidencialismo de coalizão que se confundem com os próprios limites da governabilidade em um sistema que mescla o princípio da proporcionalidade à representação majoritária, limitando o poder do executivo. O presidencialismo de coalizão é uma forma que o sistema político brasileiro encontrou para lidar com a fragmentação. Como define Avritzer:

O presidencialismo de coalizão pode ser entendido de duas formas: como solução institucional para um problema político específico, a saber, uma configuração da relação entre eleições presidenciais e representação proporcional no Congresso, na qual o presidente não alcança a maioria da Casa; ou como uma maneira de realizar amplas coalizões que despolitizam a agenda progressista da política no Brasil. (AVRITZER, 2016:19).

O presidencialismo de coalizão afeta a capacidade de produzir decisões e de implementar políticas públicas, conduzindo as decisões para o chamado “centrão”⁸⁰ e representando um elevado custo político ao partido majoritário. Ele opera, principalmente, por meio das barganhas sobre votações parlamentares e distribuição de poder e recursos, sobretudo na forma de cargos públicos, alguns dos quais extremamente estratégicos ao governo.

Os modelos de representação e de governabilidade acabaram por conformar a hegemonia de três grandes partidos políticos que se alternavam no Executivo Federal: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Esta governabilidade pressupõe o fisiologismo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se sustenta a partir dos poderes institucionais (locais) e da ocupação de cargos no governo federal. Tal partido está no poder desde a transição democrática e se especializou no jogo de acomodação de interesses na máquina pública envolvendo distribuição de cargos e articulação com o setor privado.⁸¹ A polarização ideológica tornou-se mais nítida entre o PSDB, que surge como porta voz do neoliberalismo no Brasil, e o PT que organiza o povo trabalhador em torno de um projeto popular. Todos esses três partidos estiveram à frente do poder executivo e respeitaram mais ou menos as regras do jogo democrático.

⁸⁰ Conjunto de políticos e partidos que não têm uma orientação ideológica marcada e que se movimentam conforme um jogo de distribuição de interesses, guiado em grande medida pelo poder executivo. Por muito tempo a preponderância partidária do centrão esteve com o PMDB (MDB).

⁸¹ Entre os elementos de crise da representatividade e governabilidade concordamos com alguns dos elementos apresentados pelo professor Leonardo Avritzer no livro *Impasses da Democracia no Brasil* (2016), que indica que os elementos do impasse da democracia brasileira são: os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular na política, os paradoxos do combate à corrupção, as consequências da perda de status das camadas médias e o papel do judiciário na política.

O presidencialismo de coalizão marcou as gestões FHC e os governos Lula e Dilma. O primeiro governo Lula 2003/2006 não se iniciou a partir de uma composição de coalizão mas, após o escândalo do Mensalão em 2005, teve que se conformar a essa lógica de produção de maiorias políticas, o que conferiu ao seu segundo governo estabilidade e tranquilidade para aprovar políticas de inclusão social, moderadas, no Congresso Nacional. Os Governos Dilma, por sua vez, assistiram à disjunção entre governabilidade e legitimidade política do presidencialismo de coalizão, que se manifestaram na ascensão de escândalos de corrupção e no crescimento da crise de representatividade e crise da confiança nas instituições. No seu segundo governo, formado a partir de uma vitória apertada, dissolve-se o pacto presidencialista e o Congresso Nacional se volta contra o executivo para barrar a capacidade de iniciativa política e ação como forma de derrubar o governo.

Como destaca Lima Gomes, acirra-se a polarização entre esquerda e direita em todo o mundo e esse fenômeno, conjugado a uma intensificação da disputa política, desemboca no Golpe:

O tensionamento direita e esquerda existe desde muito tempo e se acirrou. O capitalismo deu uma guinada ainda mais à direita no mundo e isso atingiu o pouco de democracia implementados pelos governos mais à esquerda no mundo, com destaque para a América Latina. O Brasil, na época do impeachment, que prefiro nomear como Golpe, estava nesse contexto. Houve uma articulação de forças capitalistas, midiáticas, parlamentares, jurídicas, conservadoras e misóginas na execução do golpe. Seu objetivo, entre outros, como tem sido amplamente denunciado pelo campo progressista ao relembrarmos a frase do senador Romero Jucá, era estancar não somente a sangria da operação Lava-Jato, como, também possibilitar e colocar em ação um pacto corrupto de forças conservadoras, neoliberais e de direita no país. Com o apoio do judiciário e das forças capitalistas, o Golpe se instaurou para, entre outras coisas: abrir espaço para a privatização, trazer de volta o Estado mínimo, colocar à venda o pré-sal, manter e ampliar interesses ruralistas, reprimir os movimentos sociais, exterminar lideranças desses movimentos, acabar com os avanços dos direitos sociais e trabalhistas e se contrapor aos direitos humanos. Esse pacto tem como interesse político ampliar espaços para a direita e aniquilar a esquerda e o campo progressista. (GOMES: depoimento, 2018).

4.1.3 Limites da participação popular

Os limites da participação popular são evidentes na medida em que a participação por meio de canais instituídos não logra incidir sobre as decisões mais importantes do país. Como

apontado por Leonardo Avritzer, na Nova República, em especial nos governos do PT, houve uso intensivo da participação nas políticas sociais e uma ausência quase integral nas políticas de infraestrutura, meio ambiente e segurança pública.⁸² Talvez, por essas áreas representarem o gargalo da democracia participativa: a capacidade de colocar o poder popular frente aos grandes interesses econômicos nacionais e internacionais.

Além disso, Avritzer mostra como houve um distanciamento relativo do Partido dos Trabalhadores em relação às políticas participativas a partir de 2004. As formas de participação que ocorriam ainda em estado experimental na década de 1980 e 1990 não se aprofundaram, pelo contrário, reduziram seu alcance e capacidade de deliberação sobre as cidades. Esse ponto é extremamente relevante para a compreensão das razões pelas quais a juventude e uma gama crescente de movimentos sociais terem passado a buscar a construção da política na extra institucionalidade, a partir das ruas e da intensificação da luta direta.

Max Maciel apresenta na entrevista os limites da institucionalização e da participação popular:

Eu acho que a participação já avançou bastante, porque convenhamos, que nós tivemos muitos fóruns de participação. O problema foi só, justamente aí, a gente abriu um leque de participação, mas a entrega da participação não foi feita. Então você pega por exemplo, toda a Conferência de Cidades, e olha para as nossas cidades, os Planos Diretores são totalmente diferentes do que a comunidade, o Brasil, nas conferências regionais, decidiu sobre cidade e elas são sempre calcadas num favorecimento da terra como posse, então ou seja, aí fica a especulação imobiliária em detrimento da política real, habitacional, da cidade para as pessoas né? Então o chamado centro, continua. Então eu acho na verdade que a gente se perdeu no meio do caminho, que assim, esse processo desse projeto né? Democrático e popular, ele pode ter sido até democrático, mas ele não foi popular, né!? Por quê, o quê que nós fizemos no processo democrático, em 2013 que começa essa agenda, todos os nossos principais quadros vêm para fortalecer a agenda da participação e a agenda dos projetos no âmbito do federal. Mas não formamos ninguém cara, para ficar na base. (...) É outra molecada, que está negando tudo isso. Falando: - “Mano, onde é que você estava esse tempo todo cara?” - “Porra mano, eu estava lá, ralando.” - “Não...Você estava enriquecendo.” Porque é essa a imagem. - “Você estava enriquecendo rapaz, ganhando não sei quantos mil por mês, morando em Brasília esse tempo todo.” Porque não mudou a cidade. Não mudou a vida das pessoas. (MACIEL: depoimento, 2018)

⁸²⁷ Palestra realizada no Colóquio Internacional Epistemologias do Sul, no dia 10 de julho de 2014. A palestra foi gravada e está disponível no canal do Colóquio, consultado em 15.05.2015, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bB4TH-OZ7vI>>

As Jornadas de Junho e as lutas urbanas em 2013 e 2014 deram um fôlego para processos contestatórios. Diferentes grupos da sociedade civil fragmentada questionaram a atuação diferencial do Estado e responderam com a extra institucionalidade desde baixo – ação direta – à extra institucionalidade desde cima – o patrimonialismo estatal. Talvez isso indique que, contrariamente às previsões de radicalização da democracia brasileira nos últimos anos, cresceu o descontentamento e descrença relativamente aos canais políticos de participação instituídos.

4.1.4 Corrupção

O tema da corrupção acopla-se às discussões sobre governabilidade e poder político. Sobre como garantir a junção entre a classe dominante e a classe reinante, entre a economia e a política em um sistema capitalista.

Leonardo Avritzer argumenta que a reconfiguração do sistema político brasileiro em 1988 contribuiu tanto para reforçar como para limitar os efeitos da corrupção (AVRITZER, 2011). Por um lado, a partir de 1988 aumentou-se o controle e a ação de fiscalização sobre o Estado, através de vários mecanismos de participação e da criação ou fortalecimento de instituições tais como o Poder Judiciário, o Ministério Público e os novos órgãos de controle como os Tribunais de Conta e a Controladoria Geral da União em 2003. Por outro lado, o arranjo político brasileiro, baseado na proporcionalidade da representação e no maior peso dos critérios políticos para a divisão de recursos da União, aumentou o financiamento do sistema político e, como consequência, manteve a corrupção.

O preço da governabilidade em um sistema proporcional, em que o partido do presidente eleito não representa mais do que 20% do Congresso Nacional na maioria dos casos, obrigou à compra de votos e posições em troca de orçamento, cargos, ministérios e o famoso “caixa 2”. Embora a taxa de aprovação de projetos do Executivo no Legislativo tenha girado em torno de 70% durante os períodos de maior estabilidade da Nova República, a sensação de ilegitimidade do Legislativo cresceu entre a população exponencialmente. Isso também serviu para minar a legitimidade do legislativo entre os órgãos de controle e combate à corrupção. Apenas 69% consideram efetivas as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) enquanto 84% consideram efetivas as ações da Polícia Federal (PF)

Rogério Arantes, a partir de sua pesquisa sobre a Polícia Federal como órgão de combate à corrupção, argumenta que a PF como a conhecemos, federalizada e atuante na esfera criminal, foi um advento da Nova República de 1988, fortalecida principalmente durante os governos Lula e Dilma (ARANTES, 2011). Inicialmente a instituição existiu como órgão secundário desde 1946, como polícia do Distrito Federal, em 1964 ganhou o status de Polícia Federal só que com pouca estrutura e competência. Em 1988 ganhou contornos constitucionais, competência própria e estrutura equipada. Entendida inicialmente como polícia patrimonial da União, a PF se tornou a principal responsável pelo combate ao crime organizado (tráfico e contrabando), crimes internacionais e crimes políticos. Seu corpo é relativamente jovem, civil, extremamente bem remunerado e com nível superior. O seu orçamento e estrutura cresceram significativamente durante o Governo Lula, passando de 1,848 bilhões de reais para 3,446 bilhões em 2008. Até 2004 o órgão não tinha sequer quadro administrativo próprio. Sua consolidação foi uma decisão política do Executivo e sua administração atrelada ao Ministério da Justiça.

O *modus operandi* da PF passou então a estruturar operações policiais, atividades de prisão, condução coercitiva, escuta e investigação ostensiva, altamente espetacularizada e midiaticizada, o que lhe confere mais legitimidade e sensação de eficácia. Para se ter uma ideia, a PF em 2003 fez quinze operações e em 2009 fez 288 operações. As operações em geral recebem nomes literários e contam com forte colaboração da grande imprensa, forçando a culpabilização antecipada dos investigados e dificultando a continuidade das suas operações. O foco das suas ações passou a ser combate ao crime organizado e à corrupção, versando sobre funcionários públicos, políticos, banqueiros, profissionais liberais, empresários e especialmente políticos.

O grau de efetividade da PF é significativamente maior que dos demais órgãos de controle social. O grau de confiança das pessoas nas instituições de controle é: 46% na PF, similar a Igreja Católica 48%, e superior ao MP 30%, Judiciário 19%, perdendo para as Forças Armadas 63% (ARANTES, 2011). A ineficácia do sistema tem a ver com o baixo fluxo entre as instituições que triangulam as decisões: Polícia Federal, Ministério Público Federal e a Justiça Federal, somado a interdições como o Foro Privilegiado e a autonomização do Congresso Nacional no afastamento de políticos, *impeachment*, que diz mais respeito a relações de poder do que ao devido processo legal. O uso de medidas de exceção passou a configurar parte da rotina da PF.

O deslocamento das ações de combate à corrupção da esfera estadual para a federal está diretamente associado ao movimento da esfera civil para a criminal - e ambos estão associados à maior articulação entre as instituições responsáveis por conduzir a investigação e o processo judicial por essa via. (ARANTES, 2011:126).

Marivaldo Pereira, político brasileiro que trabalhou por muitos anos no Ministério da Justiça, destaca que tais medidas não foram criadas inicialmente pelo sistema político, mas depois passaram a ser empregadas de forma equivocada para gerar um estado de exceção nas instituições.

Em relação ao combate à corrupção, especialmente em relação à Polícia Federal, eu não acho que nenhuma das leis que a gente aprovou em relação à lavagem de dinheiro, e mesmo a da delação premiada, seja equivocada. Vou te contar o contexto dessas leis, porque eu acompanhei de perto. Quando eu vim discutir essas leis no Congresso Nacional, o meu papel era de ser o chato garantista. Teve parlamentar aqui que falou que “isso era coisa do quinto escalão comunista do Ministério da Justiça”, que era a Secretaria de Assuntos Legislativos. Porque tinha gente aqui que defendia que tinha que ter delação sem advogado. Porque ninguém aqui achava que isso poderia servir para a classe política. Eles achavam que isso era para preto e pobre. Essa é a verdade. Por isso que hoje em dia todo mundo tomou um susto quando isso começou, e foi por isso que passou. Por isso que eu não acho que esteja equivocado. Eu acho que o que está equivocado é a forma de aplicação. Por exemplo, essa história do Moro usar a prisão como regra, antes da lei de lavagem de dinheiro, mesmo antes da lei de combate às organizações criminosas, a gente aprovou a lei das cautelares, que dizia que a prisão preventiva só pode ser aplicada se não houver nenhuma outra medida que possa afastar o dano à sociedade. Então veja, não é o marco legal que está equivocado, mas sim a interpretação que está se dando. A lei das cautelares é completamente ignorada pelo Moro. (...) Então não dá para colocar a culpa na lei. A gente tem que se orgulhar dos avanços que a gente teve ali e tem que pegar o mau uso dessas leis. O grampo do Moro em relação ao presidente Lula, aquilo foi uma das maiores ilegalidades do mundo. Aquilo não é um problema da lei, aquilo é uma ilegalidade. O grampo na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, aquilo não é interpretação equivocada da lei, aquilo é uma ilegalidade, é assim que deveria ser tratado. O quê que falhou? Os mecanismos de controle dessa ilegalidade. As instituições responsáveis por controlar as ilegalidades da Lava Jato. Acho que esse é o ponto central que a gente tem que discutir. E mais do que isso, eu sou da linha que não se deve demonizar ou endeusar a Lava Jato. (PEREIRA: depoimento, 2018)

Em 1992 foi promulgada a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429) que começou a ser aplicada contra os políticos em processos que tramitam normalmente na primeira instância, sem foro privilegiado. Trata-se de um processo civil demorado e com baixa efetividade em que o Ministério Público ou a Pessoa Jurídica lesada tem legitimidade ativa do ajuizamento da ação de improbidade. O risco que se corre é de abuso de poder e desconfiguração do devido processo legal, como temos visto. Para evitar ser atacado também por esses órgãos, tem se protegido o Judiciário, em especial o STF e o Conselho Nacional de Justiça.

Marivaldo Pereira também pondera que os órgãos de controle e transparência, imprescindíveis à democracia, atuavam de uma forma focada na punição e na verificação de irregularidades e nunca de maneira preventiva:

Na verdade, a gente jamais poderia deixar de defender a transparência e o combate à corrupção. É um erro muito grande de parte da esquerda ser contra ao combate à corrupção. O comportamento ético tem que ser um pressuposto, não pode ser um fim em si mesmo. (...) Agora isso não significa que a gente tem que ignorar esses abusos e a politização desses órgãos e instituições. Vamos começar pela perspectiva do controle. O controle interno ganhou uma autonomia corporativa, e a gente que era gestor muitas vezes sentia isso, porque algumas pessoas lá dentro atuavam numa perspectiva policial, achavam que eram o Ministério Público. Faltou um desenho claro sobre qual era o papel do controle interno, que era ajudar o gestor a fazer certo. E eles tinham a postura de só olhar depois que estava feito, e não ajudar a fazer da forma correta. Não era pra ser assim, era pra gente fazer junto. O gestor que quer acertar deveria poder contar com o auxílio do controle. (...) Na minha experiência no Ministério da Justiça eu trouxe o controle para perto e a gente conseguiu trabalhar muito nessa linha. A gente começou a resolver muitos esqueletos que estavam no armário a partir da ajuda da AGU e da CGU, então é possível construir essa visão de controle. Não dá para pressupor que o servidor é bandido. A máquina é complexa e você precisa de ajuda, ainda mais em um contexto em que se tem uma mudança muito grande de interpretações, como o TCU fez no caso do impeachment. Foi uma mudança radical na interpretação que acabou prejudicando não só a presidenta, mas vários servidores da minha carreira no Tesouro Nacional. Que sempre fizeram daquele jeito e de repente o TCU muda. (PEREIRA: depoimento,2018)

Os chamados escândalos de corrupção acentuam a descredibilização das instituições da democracia e abrem espaços para a ampliação do punitivismo e de medidas de exceção. Newton Bignotto (2011) escreve sobre a relação entre opinião pública e corrupção, explicando como a sensação de corrupção cresce na medida em que ela é mais escancarada e exposta por mecanismos de combate à corrupção e pela abordagem conferida pelos grandes meios de comunicação. Existe uma construção narrativa sobre a corrupção que é hegemônica e perceptível na opinião pública.

A população brasileira vê a corrupção como um problema muito grave (73%) ou grave (24%), mas concentra a perspectiva da corrupção como algo do universo da política, do Estado e a partir de um viés moralizante: corrupto não é o sistema político, mas o indivíduo que deve ser imediatamente banido e punido. A sensação da corrupção, bem como da sua gravidade, diminui e se torna mais ambígua quando se tratam de fenômenos que ocorrem na esfera privada, seja nas empresas ou na vida familiar, por exemplo, 15% da população acha válido sonegar impostos. Para 39% dos entrevistados, corrupção é ato cometido por agentes públicos que prejudicam o Estado, enquanto para 30% corrupção é ato cometido por qualquer pessoa que prejudica o Estado

(EBC, 2016).⁸³ Essa concepção hegemônica é liberal na medida em que conduz o entendimento de que a corrupção se reduz à esfera estatal, esquecendo que a vida política existe para além das instituições e que a corrupção está atrelada à associação entre Estado e Capital.

Como podemos perceber, no centro do debate sobre a corrupção está a discussão sobre o Estado mínimo, vendido pelos neoliberais como medida de eficiência da máquina pública e de combate à corrupção. Segundo Juarez Guimarães, para a razão neoliberal, a corrupção, sendo um fenômeno do Estado, se resolveria ou diminuiria pelo seu encolhimento, ou seja, pelas privatizações, cortes de políticas públicas e não interferência na economia (GUIMARÃES, 2011). Segundo ele, a razão neoliberal tem uma concepção de sociedade civil como esfera privada, virtuosa, em contraposição ao Estado, e que ela deveria ser protegida por uma liberdade negativa.

A essa razão neoliberal ele contrapõe uma razão republicana, na qual Sociedade Civil e Estado são interdependentes e as receitas para a corrupção são a garantia de uma cidadania ativa, da liberdade e autonomia, da transparência e defesa do interesse público. Juarez Guimarães (2011) admite que a expansão do Estado sem republicanismo pode sim acarretar em mais corrupção. Por isso, a luta contra a corrupção deve ser parte de uma luta pela Justiça que não pode prescindir da construção de instituições para a formação do interesse comum e do republicanismo, a expansão da cidadania e da cultura cidadã, o fortalecimento da tradição de participação popular e controle, o fortalecimento de instituições democráticas de combate à corrupção. Segundo ele, corrupção é, sobretudo, a assimetria entre direitos e deveres, que garante a alguns privilégios e a outros a opressão.

Ainda de acordo com Juarez Guimarães, os maiores entraves para a construção de uma razão republicana de combate à corrupção são os monopólios midiáticos e sua ideologia liberal, o financiamento do sistema político, além de valores persistentes na nossa vida política: o elitismo, o oligarquismo, o patrimonialismo e o conservadorismo que nega direitos.

⁸³ Dados da Confederação Nacional das Indústrias disponibilizados na notícia da Agenda Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/populacao-ja-relaciona-corrupcao-ma-qualidade-do-servico-publico-diz-pesquisa>> Acessado a 02 de setembro de 2018.

O Golpe de 2016 valeu-se de acusações de corrupção amplamente midiaticizadas para operar. O foco na Operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro desde Curitiba, foi usado para reforçar a imagem de que o Estado e as empresas públicas serviam essencialmente para rapinar os recursos do povo brasileiro e sustentar políticas “assistencialistas”.

Para Jessé de Souza a luta contra a corrupção é uma manipulação da elite do dinheiro e do poder para desviar o foco da verdadeira dilapidação e rapina do povo brasileiro levada a cabo pelos bancos, multinacionais e grandes corporações – o pagamento de estratosféricos juros da dívida pública, a sonegação de impostos pelos super ricos, a manutenção de um sistema tributário injusto, a privatização e perdão das grandes empresas (SOUZA, 2016;2017). O tipo de pensamento social brasileiro que embasa a justificação moral para a luta contra a corrupção é o ódio aos pobres, sentimentos que mobilizaram grande parte das classes médias em favor do Golpe de 2016.

O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato jurídico-policial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação. O pano de fundo da corrupção “apenas estatal”, para tornar invisível a corrupção da elite no mercado que domina, legal e ilegal, é a compreensão hegemônica que permite que toda a farsa funcione (SOUZA, 2016: 50).

O espantinho da criminalização da política só serve para que a economia disperse a mediação da política e ponha seus lacaios sem voto e que se vangloriam de sua impopularidade vendida com cartão de visitas para a elite do atraso, como garantia da obediência cega à elite na rapina da população como um todo. Já o espantinho da criminalização da esquerda e do princípio da igualdade social só serve para que a justa raiva e o ressentimento da população, que sofre sem entender os reais motivos do sofrimento, percam sua expressão política e racional possível” (SOUZA, 2017: 233).

4.1.5 Golpe parlamentar e o papel do poder judiciário

Discutir o novo papel do Judiciário na política é central para compreender o esgotamento da Nova República a partir da ampliação do estado de exceção, uma vez que o Judiciário é quem instaura e regula/legitima as exceções.

Wanderley Guilherme ressalta que a crise de 2008, responsabilidade dos especuladores financeiros, produziu uma situação de insegurança mundial em que a enorme massa de pessoas que tinha acesso ao crédito através do consumo se tornou uma massa de endividados engolidos pela angústia. Soma-se a isso o caráter conservador e antinacionalista da nossa burguesia, que se

opõe a qualquer processo de inclusão e progresso das massas populares, independente do crescimento da taxa de produtividade do trabalho no país (SANTOS, 2017). Para as elites e as classes médias, a bancarrota no Brasil se devia aos investimentos sociais e à corrupção. Cultivou-se o fermento necessário para o golpe. Esse fermento encontrou ingredientes certos no aprofundamento das tendências antidemocráticas e de exceção no parlamento, no Poder Judiciário e na imprensa – espaços jamais democratizados de forma efetiva.

Diferentemente de 1964, o Golpe de 2016 é de caráter parlamentar. É um tipo de ruptura que esvazia a vontade popular – manifesta nos regimes representativos pelo voto universal – criando um espaço de suspensão e desaplicação de normas protetivas e garantidoras para, em seguida, aplicar uma norma de exceção que justifique a pura violência.

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força da lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a consequente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua realização. Isto significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender a sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem referência real. (AGAMBEN, 2004: 63).

O Golpe parlamentar, como o próprio nome diz, depende de um protagonismo dos parlamentares para acontecer. Wanderley Guilherme dos Santos define essa categoria:

Um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares. A inclusão de participantes fora do circuito parlamentar oficial não invalida a tese de que o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais, com ou sem mandato eleitoral na ocasião (SANTOS, 2017: 132).

Essa modalidade de Golpe, relativamente recente na história mundial, consiste precisamente em valer-se dos mecanismos de operação normal das instituições, com uma representação manipulada por interesses privados e distante dos reais anseios populares, por via de uma representação frágil e em favor de objetivos ilegítimos.

Os golpes parlamentares em democracias representativas dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica [...] A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída (SANTOS, 2017: 16).

Wanderley Guilherme compara os golpes de 1964 a 2016 para perceber suas similitudes e diferenças. A denúncia de corrupção sistêmica acompanha todos os processos de golpe e tentativas de golpe no país: desde Getúlio Vargas, que foi levado ao suicídio após um processo de destruição político-midiática. A constante histórica desses processos é a operação seletiva e promíscua do Poder Judiciário casada com uma guerra midiática. Na maioria absoluta das vezes o governo denunciado é de inclinação popular. Outra constante que se repete é o apelo ao parlamentarismo enquanto nova forma de governo a ser instaurada. Em 1961 a condição para que João Goulart assumisse a presidência era a adoção do parlamentarismo, após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1963 o parlamentarismo foi derrotado por plebiscito.

O Golpe Parlamentar em 2016 dependeu de um mecanismo de legitimação no Poder Judiciário para acontecer. Segundo Wanderley Guilherme o processo do Mensalão, Ação Penal 470, estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política, criação de estados de exceção. O STF no processo do Mensalão construiu os precedentes necessários para o Golpe de 2016. Para este autor, o caixa dois é fruto de uma legislação política que obriga à violação das regras: ao ingressar na ilegalidade, proporciona inúmeras chances de crimes de corrupção, não incluindo necessariamente o responsável pelo ilícito inaugural. Desta forma, a comprovação do ilícito não vincula por prova a participação do parlamentar, isso abre um espaço tremendo para condenações políticas e seletivas.

A tese de Wanderley Guilherme dos Santos é que “mesmo que certos condenados tenham cometido crimes denunciados, o nervo jurídico do argumento vitorioso no julgamento da AP 470 fraudou a lógica política e constitucional, lançando fundamentos para potenciais golpes parlamentares, com socorro sofisticado na Constituição, ao canonizar três teses esdrúxulas” (SANTOS, 2017: 168). Tratou-se, evidentemente, de um julgamento de exceção que abriu precedentes gravíssimos.

São três os fundamentos da acrobacia jurídica:

1) *O sequestro do poder constituinte do povo.* O STF e demais órgãos do judiciário, adquirem intenções de poder moderador e transformam-se em poder absoluto, eles, que deveriam ser regulados pela CF, passam a regulá-la e distorcê-la por meio de discursos rebuscados. “O

sequestro do poder de dizer o que a Constituição é constitui a passagem subliminar do legal ao ilegal, do exercício legítimo ao golpe de Estado.” (SANTOS, 2017: 170).

2) *A disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado.* Segundo o devido processo legal cabe ao acusador provar a culpa do réu e não o contrário. No entanto, o que se viu na AP 470 foi o STF devolvendo ao acusado a responsabilidade de provar não ser culpado. Acontece que ele jamais conseguirá fazê-lo se efetivamente não tiver participado do esquema, uma vez que não entende a operação do sistema. “A armadilha epistemológica esconde-se na sutileza de que o acusado só pode comprovar ignorância das condições criminosas apoiado em conhecimento delas; ou por regressão ao infinito inaceitável em julgamentos” (SANTOS, 2017: 173).

3) *A imputação de responsabilidade objetiva a causalidade adequada.* Pode ser traduzido pela sentença da ministra do STF Rosa Weber, “condeno porque a bibliografia me autoriza”. Aplica-se a teoria do domínio do fato diante da ausência de qualquer prova que implique o condenado que não uma suposição de envolvimento. Essa suposição está baseada na possibilidade objetiva e na causalidade adequada, independente da existência de provas. Para exemplificar, vamos supor que uma pessoa é condenada por estar no grau mais alto de uma cadeia de comando na qual ocorreu um ilícito sem provas de conexão com níveis inferiores de uma cadeia de hierarquia. Tal precedente foi utilizado com José Dirceu, no julgamento do Mensalão, e novamente com Lula no julgamento da Operação Lava Jato.

O Golpe de 2016 ocorre também em um contexto do crescimento das insatisfações e dos descontentes que leva a uma vitória apertada de Dilma sobre seu oponente, Aécio Neves em 2014. Por ser um Golpe parlamentar, não significa que seja encomendado por parlamentares. Estas são peças centrais do jogo, que se fragmentam e se arriscam em um processo no qual os ganhadores são a classe dominante, que detém o poder político de fato.

A ocorrência de um Golpe parlamentar depende da formação de uma coalizão golpista, raramente homogênea e que abriga interesses conflitantes. Para Wanderley Guilherme dos Santos, essa coalizão não planeja de forma minuciosa cada passo do golpe e este não depende de uma decisão coordenada. O Golpe é o resultado da confluência de uma sequência de atos que vão se desencadeando e cujas consequências são incertas. Assim, trata-se de uma forma mais

instável de mudança política de governo. Uma vez alcançado o objetivo inicial – a derrubada do governo – a coalizão se dissolve e começa a disputar o poder e o controle do governo instalado, lidando agora com uma oposição acirrada daqueles que foram golpeados (SANTOS, 2014).

O Golpe é produzido de forma caótica e imprevisível pelas classes dominantes, formadas por oligarquias políticas e econômicas brasileiras e por grandes conglomerados de interesses do mercado internacional. Os parlamentares golpistas, assim como os juízes, são peça central do Golpe e manejam o jogo para obter mais privilégios e poder no país. No entanto, a cada jogada pelo poder, o consórcio golpista se fratura mais internamente e amplia a instabilidade do jogo político em tempos de exceção.

A soberania do voto popular, concepção minimalista, liberal e absolutamente insuficiente de democracia, é absolutamente violada com a deposição injustificada da presidenta Dilma e com a manobra política da prisão de Lula, que possivelmente venceria o pleito eleitoral de 2018, caso fosse elegível. O presidencialismo de coalizão, ou seja, a repartição de poderes entre coalizões políticas rivais para garantia de estabilidade e aprovação de leis do parlamento, parece ter esgotado enquanto método de conciliação com a oposição. Elementos do pacto federativo e da divisão e equilíbrio entre poderes se esvaem. Os estados estão reféns da política de ajuste fiscal imposta pela União. O Poder Judiciário assume um papel indevido na política, como poder moderador, e quebra o princípio estruturante do Estado de Direito, qual seja, a garantia do devido processo legal. Nesse processo de exceção permanente o soberano – quem define as regras e as exceções – não é nem de longe o povo brasileiro. Os interesses das classes dominantes prevalecem sem obstáculos.

4. 2 A esquerda face ao aprofundamento do estado de exceção: entre a incredulidade e a luta pela sobrevivência

As tradições políticas da Nova República consentiram nos termos da expressão das divergências no interior do sistema político estabelecido. Desta forma, foram consideradas legítimas as formas de luta social que se estabelecem nos marcos institucionais da representação política e da participação popular autorizadas. Os limites dessa autorização foram ampliados,

isso é indubitável. Mesmo assim, tudo o que foge desses marcos está sujeito a ser considerado ilegal, tema de direito civil em viés patrimonialista e criminal.

É autorizado o exercício do poder popular em relação com o Estado ou dentro do Estado: a representação política por cargos eletivos, a representação nos conselhos, fóruns e conferências. As formas de manifestação do poder popular contra o Estado e para além dele – ocupações de terras, trancamentos de vias, manifestações de rua ou mesmo a segurança comunitária – seguem sendo exemplarmente controladas pelo aparato repressivo e punidas. O poder popular para além do Estado floresce nas brechas do sistema, mas constantemente é estrangulado e transformado em ilegal pelos Estados a partir de suas relações com o mercado. A confiança na via passiva e institucional marca a dificuldade de reação da esquerda diante do avanço da quebra da institucionalidade. Isso se torna visível pelas baixas mobilizações contra o impeachment/Golpe. Pedro Otoni em entrevista para a tese descreve a via passiva:

Eu acho que um dos elementos centrais que você coloca, que é uma certa apatia em relação ao que aconteceu no impeachment, no início pelo menos, tem a ver com a forma, com uma certa pedagogia de massa do próprio lulismo. Por ele ser esse arranjo entre classes sociais, enfim, ele produziu uma ideia de que as conquistas que estavam acontecendo naquele momento poderiam ser feitas de uma maneira passiva, não só pacífica, mas passiva. Acho que essa passividade é um erro estratégico desse campo do PT, né. Você tem a ideia de que o enfrentamento é um problema, né? E depois você faz o enfrentamento parlamentar, aí estritamente parlamentar, né. Foi o caso, todo o processo do impeachment foi aquilo. Então me parece que esse é um código importante, essa base social, que, inclusive, continua apoiando o PT, ela é educada politicamente pelo partido e pelos governos a ser uma base de sustentação passiva. Então, em nenhum momento, em nenhum momento, houve uma convocatória do povo para poder protagonizar qualquer processo social durante os governos do PT. (OTONI: depoimento, 2018).

Juarez Guimarães fala de cinco ilusões que marcaram a postura da esquerda de subestimar o golpismo e de crer que a institucionalidade seria capaz de reverter o processo do Golpe. Ainda sendo um trecho longo de entrevista, transcrevo-o por considerá-lo fundamental:

A primeira foi a exceção ao Ministério da Fazenda, ao ministro neoliberal, pensando que com isso seria possível algum tipo de acomodação ao montante golpista neoliberal e levou a um aumento dessa pressão golpista porque tornou o segundo governo Dilma, imediatamente, antipopular ou impopular. A segunda foi a pretensão de que o golpe poderia ser derrotado numa disputa parlamentar, isto é, que bastaria um esforço para que os golpistas não tivessem dois terços no Congresso para que se pudesse vencê-los, mas aquilo não se tratava, propriamente, de uma disputa parlamentar, mas de um golpe parlamentar. Isto é, não era a dinâmica trivial ou banal do parlamento, não era disputa de Emendas ou de uma negociação parlamentar aquilo ali, aquilo era a formação final de um golpe organizado que já mobilizava as forças fundamentais das classes dominantes internacionais e nacionais. Terceira ilusão foi a de achar que nós teríamos eleições em

2018, eleições num quadro democrático normalizado, isto é, que o Lula poderia ser candidato a presidente e que o caminho estaria aberto a uma disputa democrática normal. Nós denunciámos isso numa entrevista, em Junho de 2015 que saiu sobre título “Nada mais desmobilizador do que 2018”, essa ilusão. A quarta ilusão foi de que as classes dominantes não imporiam a prisão ao maior líder da história popular do Brasil, Lula, que o Judiciário, em última instância, não daria esse passo. Essa ilusão vigorou, infelizmente, até a véspera da decisão do STF. Ora, se trabalhava, então que as convicções jurídicas da Rosa Webber seriam suficientes para paralisar esse passo estratégico da coalizão golpista de impedir a ação política da maior liderança pública e popular no Brasil? Que aquela razão jurídica, que já havia se conformado inteiramente e exercido o papel protagonista no tristemente famoso chamado processo do Mensalão, que essa mesma consciência jurídica iria barrar essa decisão fundamental da coalizão golpista? De prender e calar Lula? Mas há uma quinta ilusão, essa quinta ilusão é de que o Lula sairá da prisão por alguma decisão jurídica e que a sua prisão não será longa. Ora! Nós afirmamos o contrário disso, se não houver uma mobilização nacional e internacional. Nacional que mobilize centenas de milhares e milhões de pessoas, internacional que pressione até o centro dessas democracias internacionais em favor da libertação de Lula, se não houver isso, Lula restará por longo tempo na prisão e, mais ainda, mesmo a sua vida corre risco porque ele está exposto à sanha de fascistas que crescem à sombra das forças repressivas nesse estado de exceção que nós estamos inseridos no Brasil. (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

A esquerda, inicialmente, manteve-se incrédula diante do processo de deterioração da Nova República e aprofundamento da exceção. Sustentou-se no apelo às regras do jogo, que já não estavam valendo. Teria dificuldade de agir diferentemente, uma vez que a pedagogia da ação direta ficou em segundo plano para grande parte dos sindicatos, movimentos sociais e partidos.

O problema central é que a instauração da exceção permanente não deteriora apenas as instituições democráticas, mas também a cultura democrática. Nesse contexto de crise das instituições públicas, o apelo à intervenção militar e ao punitivismo como medidas redentoras dos males sociais cresce e assombra o país. A via ofensiva passa a ser prerrogativa não da esquerda, mas de setores ultraconservadores e fascizantes que começam a se mobilizar de forma mais direta.

Eu acredito que as forças que conseguirem, de uma certa maneira, mostrar mais pró atividade, menos passividade na disputa política, elas vão ter mais condição de ser um ator relevante, né? Eu acho que isso explica um pouco, por exemplo, não totalmente, mas um pouco o sucesso do Bolsonaro, do fascismo. Ele educa pro confronto e de uma maneira muito primitiva, esse confronto, evidentemente, uma maneira violenta, meio cega em relação a tudo, muito simplista, mas o que é? Ele coloca um elemento, primeiro, vamos estabelecer uma ordem e uma ordem ativa: “Você tem que ir lá, você tem que fazer campanha pro Bolsonaro, você tem que xingar as pessoas.” Então ele cria esse tipo de apoio, de base social, né? No caso da esquerda, dos de baixo, né, há a necessidade de você criar as ações diretas pra que possam também, conseguir, de alguma maneira, construir esse espaço. (OTONI: depoimento, 2018).

Não que antes o punitivismo não fosse hegemônico, Douglas Belchior, em entrevista para a tese, expressa a posição de grande parte do movimento negro de que para o povo pobre e preto nunca existiu a democracia e, portanto, fazia pouco sentido lutar pelo não rompimento democrático. No entanto, hoje a situação de violência estatal e seu reflexo societário tomam contornos ainda mais genocidas como se vê nas intervenções militares, no crescimento da miséria, da fome e da mortalidade infantil, na disseminação do racismo e do ódio de classe. Nesse cenário, para alguns desses setores de esquerda, passa a ser uma luta pela sobrevivência.

Após o impeachment/Golpe, a via ativa tornou-se mais profunda justamente entre os setores menos organizados em torno do petismo. Não foram os sindicatos, mas precisamente setores da cultura que realizaram ações de ocupação de espaços culturais diante do anúncio de Michel Temer, posteriormente revertido, de fechamento do Ministério da Cultura. Depois foram os estudantes que, de forma bastante autônoma, iniciaram ocupações em escolas e faculdades. A UNE – União Nacional dos Estudantes – incorporou-se a essa mobilização sem, contudo, ser o seu agente central. Na medida em que se aprofunda a exceção no cotidiano do povo, entram em cena de forma mais contundente os movimentos feministas e o movimento negro.

O assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes se insere nesse contexto de polarização entre o fascismo e a efusão de uma militância negra, periférica, feminista, LGBT que luta contra a guerra produzida pela militarização da vida e das cidades. A reação de milhares contra esse crime revelou a radicalidade da denúncia do genocídio de jovens negros, violência contra a mulher e crescimento da desigualdade, apontados também no Atlas da Violência publicado em junho de 2015. “Marielle Vive!” é um grito de revolta e justiça, o apelo por uma política mais diversa e representativa, que identifica claramente seus inimigos e não concilia com os mesmos, que combate de maneira central as formas de violência impostas ao nosso povo.

Para compreender essas resistências precisamos olhar não apenas para os pilares da Nova República que se degradam, mas também para aquele que se fortaleceu: o Estado contrainsurgente.

O estado de exceção se insere na história dos Estados nacionais na América Latina, que é a história de arranjos contrainsurgentes com constituições, leis e instituições programadas para

reprimir o poder popular. O processo de formação da Nova República avançou muito ao incluir dentro de alguma esfera de pactuação os pobres, estabelecendo direitos fundamentais e aspirações coletivas as quais o Estado deveria perseguir. Entretanto, como veremos na próxima seção, vimos que a Nova República não promoveu o desmonte dos órgãos repressivos de Estado, que se direciona para manter a subcidadania no Brasil e a repressão e extermínio de pessoas negras. A Nova República tampouco estabeleceu em seus marcos o direito de resistência.

4.3 A persistente militarização da sociedade e do Estado

*Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?
Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar.
(Milton Nascimento).*

Era 16 de fevereiro de 2018, mal havia passado o carnaval e o então presidente Michel Temer assinou um Decreto autorizando a intervenção militar no Rio de Janeiro, em comum acordo com o Governador do Estado do Rio, Pezão (MDB), as presidências do Congresso Nacional e o Ministério da Defesa. Poucos dias depois, em 14 de março de 2018, foi executada a vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes.⁸⁴ Esses acontecimentos extremos evidenciam que vivemos em tempos de predomínio da violência sobre a política e a cultura democrática. No lugar da democracia, soluções fáceis como a intervenção e a liberação do porte de armas são vendidas para a população e a tendência ao fascismo é ampliada.

A violência que domina a política hoje está profundamente relacionada com a morte de Marielle e com os ataques conservadores que o seu assassinato suscitou nas redes sociais. As investigações sobre as circunstâncias da sua morte e de Anderson, ainda não esgotadas até a finalização da tese, já demonstram que se trata de uma execução política, em que está colocada a

⁸⁴ A intervenção será coordenada pelo general Walter Souza Braga Netto e poderá durar até 31 de dezembro de 2018, quando se encerra o mandato de Michel Temer como Presidente da República.

grande possibilidade de participação de políticos, militares e milícias.⁸⁵ De fato, Marielle incomodava toda a estrutura do poder político no Brasil.

Marielle se elegeu no ano do Golpe representando a esperança de uma reconstrução democrática a partir de novos atores e novas alianças. Sua trajetória de luta está marcada pela organização de mulheres na Favela da Maré, onde ela cresceu. Ao definir-se com orgulho como “cria da Maré” e como favelada, Marielle desafiava os discursos hegemônicos que reduzem a favela a um território da criminalidade e da ausência. Recusando ser definida pelos outros, tomava a narrativa em suas mãos, uma vez que o poder de nomear sua própria realidade implica no poder de decidir sobre seu próprio destino, uma perspectiva feminista negra. Ser da favela era um orgulho e, ao mesmo tempo, uma plataforma de luta política.

Marielle travava uma luta contra a violência do Estado e das milícias no Rio de Janeiro que tortura e executa de forma sumária jovens negros nas favelas cariocas. Marielle carregava em seu corpo e em sua palavra o resultado de muitas gerações de luta do povo pobre e negro de resistência das periferias e, principalmente, de organização das mulheres negras, que assumiram um protagonismo político que tem transformado as bases da política e da sociedade brasileira.

Maria Alves, mulher quilombola da Fetaemg, em entrevista para a tese fala desse significado político de Marielle:

Não é a Mariele só que morreu, morreu junto com a Mariele, ou seja, não morreu, eles estão tentando ameaçar, junto com a Mariele a tentativa de um novo jeito de se fazer política. Então, assim, ameaçando junto com a Mariele é justamente essa força que a gente está construindo e que quer construir para poder ir contra, justamente, esse cenário onde a polícia tenha cada vez mais agido de forma coercitiva, amedrontando nosso povo, onde as pessoas não tem mais direito de ir e vir e eles tentam, cada dia mais, comandar, de certa forma né, indiretamente, a população brasileira na linha, não de promoção aos direitos humanos, mas contrário a toda e qualquer situação de promoção da vida. (ALVES: depoimento, 2018).

A presença dessas mulheres em espaços dominados por uma maioria avassaladora de homens brancos é uma presença que rompe séculos de silenciamento e que exige: “Parem de nos matar!”. Ao mesmo tempo, a evidência dos limites de um Estado erguido sobre a escravidão, o patriarcado e a exclusão política e social das maiorias amplas e diversas do país e que seguem como base de sustentação de uma democracia que não poderia suportar tanta subversão inscrita

⁸⁵ Grupos paramilitares formados por integrantes das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros, do exército além de integrantes de empresas de segurança particular. Exercem disputa territorial com o narcotráfico e baseiam sua atuação na coerção das comunidades, na extorsão de moradores e na grilagem de terra, tendo forte atuação no interior do estado brasileiro.

em um mesmo corpo, um corpo de mulher preta, lésbica, favelada e militante que galgou espaço na institucionalidade.

O assassinato de Marielle e Anderson em 2018 ocorre após 130 anos de abolição da escravidão e trinta anos da Constituição Federal que marca a transição de um regime civil-militar para a democracia. É um acontecimento indicativo, que nos leva a perguntar: que fim da escravidão? Que democracia? Em 1988, a feminista negra brasileira Lélia Gonzalez nos apresentava um balanço bastante atual:

(...) para o Movimento Negro, o momento é muito mais de reflexão do que de celebração. Reflexão porque o texto da lei de 13 de maio de 1888 (conhecida como Lei Áurea), simplesmente declarou como abolida a escravização, revogando todas as disposições contrárias e... nada mais. Para nós, mulheres negras e homens negros, nossa luta pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica e se estende até hoje (GONZÁLES, 1988:3).

Lélia Gonzalez refere-se ao caráter de colonialidade do nosso Estado, presente em todo o ordenamento do Direito, materializado no Código Civil, no Código Penal e até mesmo nas Constituições que antecederam 1988, que serviram e ainda servem para negar o acesso à terra, à liberdade, à dignidade das amplas maiorias do povo.

O Estado brasileiro é marcado por uma cidadania fragmentada, pela manutenção da exclusão de cidadãos considerados de segunda categoria. Para se ter uma ideia, a população não alfabetizada apenas teve o direito ao voto no Brasil com o fim da ditadura, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. A Constituição gravou, em letras fortes, esse princípio em seu artigo 14, agora de forma permanente e consensual.⁸⁶ Finalmente, 104 anos após a Lei Saraiva, instituída nos fins do Império, e após 96 anos de regime republicano os analfabetos viram uma prerrogativa básica de qualquer cidadão a eles concedida. No entanto, a Constituição Federal de 1988, como nas constituições republicanas anteriores, manteve inelegíveis e inalistáveis os analfabetos, o que excluiu uma parte importante da população negra, privada da escolarização.

⁸⁶ Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 23 de junho 2018.

Trata-se de um país onde a primeira Constituição convivia com o estatuto da escravidão, um país onde vigorou e ainda vigora a ideologia do branqueamento e a máscara da falsa democracia racial. Um país onde a taxa de feminicídio é a quinta maior do mundo, sendo as mulheres negras as principais vítimas e tendo sido registrado um aumento de 190% na vitimização de negras na última década, enquanto os homicídios de mulheres brancas caíram em 9,8%, segundo o Atlas da Violência de 2018.⁸⁷ Um país onde existe a terceira população carcerária do mundo, formada por uma maioria de negros e negras condenados por crimes econômicos, dos quais 40% permanecem anos no presídio sem julgamento.⁸⁸ Onde a exclusão do acesso à terra produziu na cidade uma urbanização racialmente segregadora, marcada por despejos e constituição de espaços de negação de direitos e de muita resistência, a favela. Um país em que as favelas são permanentemente ocupadas pelos militares em uma política de guerra aos pobres, escondida por trás da guerra às drogas.

A Nova República foi um período de avanços importantes da expansão da cidadania e também de limites muito evidentes. Nilma Lino Gomes, ex-ministra da presidenta Dilma, destaca o papel do enfrentamento do racismo estrutural nos governos do PT, bem como seus limites e desafios, que Marielle também denunciava:

O racismo estrutural existe até hoje. Ele é estrutural, portanto, está arraigado na organização da sociedade, na distribuição de poder e riqueza, no acesso à educação, saúde, trabalho, etc. Sem dúvida, esse racismo estrutural teve parte do seu alicerce abalado no período de 2003 a 2015 quando tivemos políticas de ações afirmativas implementadas pelo governo federal, a constitucionalidade das ações afirmativas, em 2012, pelo STF, e a implementação de legislações como as cotas sociorraciais e raciais na educação superior e nos concursos públicos. Além disso, tivemos mudanças na LDB, por meio da Lei 10.639/03. Tais transformações colocaram o debate sobre o racismo e a promoção da igualdade racial na cena pública e política, mas ainda não conseguiram abalar as estruturas seculares e coloniais. Para tal, faz-se necessário além das políticas já realizadas, a implementação de mudanças mais radicais e com recorte racial, na economia, na distribuição da riqueza, no mercado de trabalho, na demarcação e titulação de terras quilombolas, na superação do extermínio da juventude negra. São ações que levam tempo para serem efetivadas, mas têm a capacidade de alterar estruturas. Importante destacar que, mais do que o Estado, o protagonista central que pressionou o próprio Estado e os governos de direita e de esquerda que o ocuparam por políticas de igualdade racial e antirracistas foi o movimento negro. Sem ele, o que conseguimos

⁸⁷ Atlas da Violência 2018. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 03 de setembro de 2018.

⁸⁸ IDEM.

avançar em termos de abalos no racismo estrutural não teria acontecido. (GOMES: depoimento, 2018)

Considero a não desmilitarização da sociedade e do Estado um dos principais limites da Nova República. Mantendo-se parte significativa das instituições repressivas do período anterior, a redemocratização reorientou o aparato estatal para o “inimigo interno” negro e pobre. A população negra seguiu convivendo com os mais altos índices de assassinatos e encarceramento conjugado ao racismo estrutural e institucional que perpetua a exclusão.

Desde a redemocratização nosso país viveu o horror de chacinas realizadas pelo Estado. Em 1990, pouco depois da promulgação da chamada Constituição Cidadã, ocorreu a Chacina de Acari, em que agentes que se identificaram como policiais mataram e desapareceram com onze jovens da favela. Em 1993 ocorreu a Chacina da Candelária, policiais militares (PMs) executaram em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro oito jovens em situação de rua. Também realizada por policiais militares foi a chacina do Vigário Geral que executou 21 moradores da favela em suas casas, 52 PMs foram indiciados pela chacina. Em Salvador, 2015, ocorreu a Chacina da Cabula em que foram acusados doze policiais pela morte de nove jovens. Em 2006 ocorreu a maior chacina da história recente da nossa democracia que ficou conhecida como “Crimes de Maio”: foram 564 assassinatos entre os dias 12 e 21 de maio, realizados por agentes de segurança e integrantes do PCC – Primeiro Comando da Capital. Dessas pessoas, 505 eram civis e 59 agentes públicos. A PM atirou indiscriminadamente contra pessoas nas periferias de São Paulo, 60% foram execuções com tiros na cabeça, denotando ausência de confronto.⁸⁹

De acordo com o Mapa da Violência de 2016, no país, entre 1980 e 2016, foram assassinadas 967.851 pessoas por disparos de armas de fogo. A cada cem assassinatos, 71 vitimavam pessoas negras, segundo o Atlas da Violência de 2017. A população que mais morre é a população jovem e negra, urbana e periférica. O extermínio da juventude negra foi reconhecido formalmente na CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado em 2015. A violência contra a população negra está associada ao desenho institucional das forças de segurança, ou melhor, à continuidade do poder político e das formas de organização militares dos períodos anteriores.

⁸⁹ Informações obtidas no canal da EBC - Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>> e na página Brasil Escola, disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/quanto-sangue-derramado-genocidio-povo-negro.htm>>

A Nova República consiste em um regime pactuado, em que as forças militares constituem uma força em negociação, e asseguram a continuidade da sua doutrina na segurança pública e na possibilidade constitucional de intervenção militar. Um regime que democratizou o voto e promoveu uma concepção universal de cidadania, transformando a vida de milhões de brasileiros, mas que manteve concentrado o poder pela não redemocratização da economia, do sistema tributário e financeiro, do Poder Judiciário e dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, esse regime manteve e mantém grande parcela da população como cidadãos de segunda classe, cujos direitos básicos seguem negados.

A permanência das instituições e do poder militar, conjugada a uma perspectiva fragmentada e estratificada da cidadania, que reorientou a estrutura repressiva das forças militares, é um dos pilares da Nova República. Diante do esgotamento da democracia e das promessas de inclusão, esse pilar se fortalece, a ponto de em 2018 o país eleger para presidente o ex-militar Jair Bolsonaro, que no ato do Impeachment/Golpe homenageou a ditadura militar e os torturadores no nome de Brilhante Ustra, quem torturou a própria presidenta.

No ano de 2018 foi a segunda vez, desde a transição democrática, que a intervenção militar foi decretada, o que leva o Poder Executivo a assumir o controle da segurança pública de todo o Estado sob comando do general militar Braga Netto. A primeira intervenção, ocorrida em 1994 no Rio de Janeiro com o objetivo de “limpar as polícias” e “controlar a onda de violência” também ocorreu próximo do período eleitoral, influenciando no mesmo. O Jornal Folha de São Paulo o define no seu editorial: “Poucos resultados efetivos e muito abuso de autoridade. É assim que se pode definir a primeira intervenção mais direta do Exército no combate à criminalidade no Rio”.⁹⁰ Contudo, várias experiências intervencionistas marcaram a nossa história recente e se intensificaram nos últimos anos. Apenas no Estado do Rio de Janeiro de 2008 até hoje foram requisitadas as forças armadas para o reforço da segurança pública quatorze vezes.⁹¹

⁹⁰ O editorial do Jornal Folha de São Paulo foi publicado em 22 de novembro de 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/22/opinia0/1.html> > Acessado a 26 de setembro de 2019.

⁹¹ Link para matéria do canal jornalístico nexo:

<<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/02/16/Interven%C3%A7%C3%A3o-federal-no-Rio-as-justificativas-e-as-contesta%C3%A7%C3%B5es>> Acessado em 19 de fevereiro de 2018.

Os governos do PT foram responsáveis pela autorização de uso das forças armadas para a ocupação militar dos morros cariocas, durante os megaeventos ou para a garantia de medidas antipopulares como o leilão dos campos de Libra.

O pesquisador Raúl Zibechi (2012) apresenta dados que revelam como no Governo Lula o gasto militar cresceu 54%.⁹² A Estratégia de Defesa Nacional publicada em 2008 marca um projeto regional de desenvolvimento defendido pelo governo que tinha três prioridades: reorganização das forças armadas, redefinição do papel do Ministério da Defesa e reestruturação da indústria militar. A integração Sul-Americana passa a ocupar um papel decisivo e é pensado o Conselho de Defesa Sul-americano.

O que esses dados e informações revelam é que o Brasil apostou amplamente em uma estratégia de defesa nacional que conjugava as tarefas de defesa da soberania internacional do país com a ampliação da militarização de suas cidades, com a repressão às manifestações populares como se viu durante junho de 2013, e com o emprego da força do Estado sobre os cidadãos nacionais.

Claro que não se pode comparar a violência estatal de um governo eleito com a violência de um governo instaurado em processo de Golpe. Porém, é indiscutível que o uso da força militar foi naturalizado pelos governos nas últimas décadas. Apesar do caráter estruturante da presença militar na política, a intervenção no Rio de Janeiro foi lida por grande parte da esquerda brasileira como uma “cortina de fumaça” e não um aspecto constituinte do novo ciclo político que se abria com o Golpe. Muitos defenderam que a intervenção era uma manobra do ilegítimo governo Temer para garantir governabilidade enquanto se tentavam aprovar medidas antipopulares como a reforma da previdência. Também relacionam-se com as manobras que visam minar o caráter livre e democrático das eleições de 2018, por meio do enfraquecimento e descredibilização da democracia e da política e o correlato fortalecimento dos poderes tidos

⁹² O Governo Brasileiro então começa a desenvolver e comprar tecnologia armamentista e a Odebrecht e Embraer entram no ramo bélico com força a partir de uma parceria com a Eads francesa para produção de submarinos. Em 2011 a empresa adquire controle da Mectron, fabricante de mísseis e produtos de alta tecnologia e é criada a Odebrecht Defesa e Tecnologia. A Embraer, terceira fabricante de aviões do mundo, criou em 2010 a Embraer Defesa e Segurança. Em 2011 comprou a empresa Orbisat dominando a tecnologia de radares, e pouco depois 50% da Atech, empresa que deu origem ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Outro fator importante é o recuo da assinatura dada por FHC ao TNP – Tratado de Não Proliferação de armas nucleares e o desenvolvimento de todos os ciclos de enriquecimento de Urânio, que aguça a polêmica sobre o desenvolvimento de um submarino nuclear pelo Brasil (ZIBECHI, 2012).

como “neutros” de caráter punitivo e policial. Não que esses elementos estivessem equivocados, porém não abordam em profundidade o pilar da militarização do Estado e da sociedade.

As forças policiais e militares se fortaleceram nos últimos anos com a construção ideológica de um “inimigo interno”, que fortalece a formação de uma base social ultraconservadora. Como destaca Pedro Otoni,⁹³ a intervenção muda o foco do combate ao “inimigo interno”: do político corrupto de esquerda, enfrentamento que fortalece a Justiça, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos, para o “inimigo interno” de sempre, as classes perigosas, ou seja, a grande massa de trabalhadores urbanos. Se é uma tarefa do bloco golpista no poder desacreditar as alternativas de esquerda existentes a partir da seletiva “caça aos corruptos”, é também sua tarefa desorganizar o povo, impedir a emergência de uma resistência social ao estado de colapso e precarização da vida em curso no país, que se expressa de forma muito severa no Estado do Rio de Janeiro.

Glauber Braga, deputado federal pelo PSOL, em entrevista para a tese destaca como a intervenção é mais uma das estratégias de retirada de direitos e fortalecimento do paradigma militarista e punitivista no país:

Acho que a intervenção é um dos pontos da ampliação do Estado policial punitivo, que tem várias etapas e vários elementos na sua configuração. Quando você coloca as forças armadas para dar conta do que seriam as questões de segurança no Rio, ao mesmo tempo, você está dando um recado, você está dando uma mensagem que é simbólica pro Brasil inteiro, né? É o aparato, é a força bélica o que vai resolver os problemas do Brasil. Mas não é um ponto único, é um conjunto de estratégia. Você vê que no plenário da Câmara dos Deputados você vai ter uma ampliação de matérias penais, ampliação de tipos penais, ampliação de penas como uma solução e alternativa para os problemas que as pessoas estão enfrentando. A agenda econômica, ela é altamente impopular, a que está em implementação, só que eles compreenderam e, com razão, que para você retirar direito de quem está na base, você tem que ampliar os mecanismos de controle. Isso joga, também, com o imaginário popular, que ainda está muito voltado para a solução em relação às questões de segurança e do medo, com a ampliação do Estado punitivo. Então eles estão eficazes naquilo que eles estão fazendo né? Se você pergunta pro povo: “Você é a favor da reforma da previdência?”, a maioria do povo diz que é contra. “Você é a favor da reforma trabalhista?”, a maioria do povo diz que é contra. “Você é a favor das privatizações?”, de cada 10 brasileiros, 07 brasileiros dizem: “sou contra”. Então você precisa de uma agenda que tenha apelo popular também para equilibrar e, ao mesmo tempo, ampliar sua base de controle para implementação dessa agenda. O que é essa agenda? É a agenda de ampliação do aparato policial, que joga com o medo e que,

⁹³ A análise de Pedro Otoni, realizada por canal de facebook, está disponível em: <<https://www.facebook.com/pedrootonioficial/videos/187328011866987/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

ao mesmo tempo, trabalha numa agenda que, convenhamos, tem ainda apelo popular, né. Então a intervenção vem como um dos componentes dessa agenda. A morte da Marielle, a gente ainda não sabe todas as circunstâncias que envolveram o crime, mas algumas coisas a gente já pode dizer. Primeiro que é uma execução, segundo, que sendo uma execução, nas hipóteses que mais são consistentes e que estão colocadas na mesa, ela é também consequência de ampliação do aparato bélico. Ela é consequência, também, disso. (BRAGA: depoimento, 2018)

Para compreender as forças de reprodução do militarismo no Brasil é necessário analisar a ocupação militar das favelas na chamada “guerra às drogas”. A dissertação de Marielle, publicada em livro, é uma análise e uma crítica radical das ocupações militares das favelas pelas Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs. Assim como ela, diversos movimentos sociais, acadêmicos e partidos políticos que historicamente se configuraram como oposição ao emprego das forças militares, há muito tempo denunciam: “Guerra às Drogas é na realidade guerra aos pobres” – uma estratégia genocida e ineficaz de (in)segurança pública. No seu lugar apresentam uma série de alternativas concretas e bem estudadas para a segurança pública visando um redirecionamento para uma segurança cidadã, para a descriminalização das drogas e responsabilização dos verdadeiros responsáveis pelo narcotráfico, que vestem colarinho branco e andam de helicóptero.⁹⁴

A intervenção militar e o progressivo recurso a estratégias de ocupação militar levantam questões profundas sobre a organização do poder político e do Estado brasileiro, diz do esgotamento da Nova República e do fortalecimento das Forças Armadas em estreita relação com os poderes golpistas.

Há ainda mais dimensões sobre a intervenção que devem ser exploradas em outros trabalhos e que apontam para uma reorganização do poder político no país, com a progressiva unificação do poder estatal e paraestatal.⁹⁵ A associação entre poder político e grupos do

⁹⁴ A nota do PSOL está disponível em: <<http://www.psol50.org.br/nota-do-psol-intervencao-nao-e-solucao-2/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

⁹⁵ A professora em segurança pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jackeline Muniz, entrevistada pela Rede Globo argumentou que pode estar em curso uma reorganização do poder político no país, com a unificação de um comando estatal e paraestatal. Considerando a associação da classe política e econômica, dos magnatas com o crime organizado, a professora sugere que a intervenção militar serve também para organizar o comércio ilegal e sua relação com o poder político. Supõe uma movimentação para eliminar as pequenas concorrências ou as “franquias ocupacionais” que lutavam entre si no Rio de Janeiro, visando a centralização de uma unidade de comando no país. Para a professora seria a associação da burguesia paulista, em especial a rentista, o governo Temer a ela associada, e o Primeiro Comando da Capital (PCC) Rede Globo. Professora especialista em Segurança Pública da UFF fala sobre intervenção federal no Rio. Acessado em 18 fevereiro de 2018 em:

narcotráfico que utilizam a “Guerra às Drogas” para monopolizar o comércio ilícito é um fenômeno bem demonstrado em países como o México, onde o partido hegemônico, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), sustenta seu poder a partir de uma sólida aliança com um cartel específico do narcotráfico.

Seria exagero dizer que podemos estar diante da instauração progressiva de um novo autoritarismo? Um autoritarismo com cara de democracia em que os mecanismos de exceção e poder militar, jamais dissolvidos pela transição democrática e progressivamente utilizados desde 1992, servem para garantir um Estado para militar que lança mão da exceção permanente quando as regras democráticas não agradam a quem de fato governa?

4.3.1 Um novo autoritarismo latino americano?

A cara de uma nova ditadura não é necessariamente a dos Estados militares que dominaram a América Latina durante a Guerra Fria, mas a cara do que o Estado Mexicano se transformou com décadas de neoliberalismo, desmonte dos direitos democráticos via acordos bilaterais com os Estados Unidos da América, democracia minimalista circunscrita a uma breve alternância entre representantes de um ou dois partidos com a mesma política, organização de um poder violento paramilitar e contra insurgente. Antes que a presidenta Dilma Rousseff sofresse um golpe parlamentar, em 2016, Jaime Osório,⁹⁶ um importante militante e intelectual latinoamericano, alertou para a ascensão no Brasil de uma nova forma de organização autoritária do Estado na atual fase da globalização neoliberal.

Como revela o estudo de Anaís M. Passos, Brasil e México estão entre os países do mundo que apresentam as maiores taxas de homicídio não estando formalmente em estado de guerra. Em ambos os países há uma relação intrínseca entre o crime organizado e os grupos policiais e militares e ambos estão inseridos na chamada “guerra às drogas”. No México a

<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/professora-especialista-em-seguranca-publica-da-uff-fala-sobre-intervencao-federal-no-rio/6510030/?utm_source=facebook&utm_medium=share-player-desktop>

⁹⁶ Jaime Osório foi militante do movimento guerrilheiro chileno – Movimento de Esquerda Revolucionária (M.I.R.) e exilado no México. Atualmente é professora da Universidade Nacional do México – UNAM – e um importante intelectual da Teoria Marxista da Dependência. Na ocasião mencionada ele lecionava um minicurso de Teoria Marxista da Dependência do qual participei na cidade de Campinas, São Paulo.

atuação militar é mais dispersa no território, enquanto no Brasil é uma ação concentrada nas periferias urbanas. Uma constante nos casos analisados é a ineficácia da ocupação militar, após a saída das tropas militares a organização do crime se reorganiza:

Though military presence on ground succeeded in reducing crime rates during the course of operations, being praised by mainstream media, civil authorities and some security officials, it failed to generate an institutionalized long term solution for more effective police and law enforcement services. (PASSOS, 2017:11).

A presença do Estado no crime organizado e a ineficácia das ações de ocupação militar parecem revelar que os militares operam de forma a reproduzir outros objetivos que não o combate às drogas. Importante mencionar alguns fatos recentes apontam para a relação do poder político e militar com o crime organizado: 1) no bojo da operação de prisão dos executores (não dos mandantes) de Marielle e Anderson a polícia registrou a maior apreensão de fuzis (117 equipamentos M16) da história no Rio de Janeiro. Os responsáveis pelos disparos eram ex-policiais, tinham ligações com as milícias e um deles morava no mesmo condomínio que a família Bolsonaro. A arma que executou a vereadora é o modelo usado pelas forças de elite da polícia do Rio; 2) em julho de 2019 uma comitiva da FAB – Forças Aéreas Brasileiras – que acompanhava a visita do presidente Jair Bolsonaro à Espanha foi interceptada por agentes de segurança daquele país. Trinta e nove quilos de cocaína foram achados dentro do avião que transportava a equipe de suporte do presidente.

A relação das milícias com o poder político precisa ser amplamente pesquisada em um ambiente democrático e sem censura. Quem investiga não pode ser a mesma instituição que mata e comete as atrocidades como atualmente ocorre na Justiça Militar com o risco não apenas da impunidade, como também da ausência de uma compreensão sistêmica do funcionamento do braço armado do Estado brasileiro.

A relação do poder político com forças militares e paramilitares indica que poderemos estar diante de um novo autoritarismo latino-americano. Esse novo autoritarismo não se refere apenas à esfera visível da política, a estatal, mas trata da reconfiguração de um poder que, estando disseminado na sociedade, concentra-se na relação Estado-Capital, tanto em suas formas legais e institucionais, como o mercado financeiro e as empresas transnacionais, como também nas formas ilícitas e subterrâneas, como as corporações de drogas e armas.

Nesse sentido, o aprofundamento da dependência econômica e a extrema concentração de renda – com o desmonte e privatização das estatais, e transferência de recursos via dívida externa, a deterioração das condições de trabalho e aprofundamento da superexploração – relaciona-se à subordinação política ao capital transnacional, o que é absolutamente antipopular e antidemocrático.

Não há como manter o bloco golpista no poder, colocando em prática um plano de governo com esse nível de impopularidade, apenas com base no estabelecimento de consensos. É necessária a violência e a coerção. É preciso aprofundar a permanência da exceção nas nossas “democracias”. É preciso uma nova forma de Estado contrainsurgente.

Nas palavras de Juarez Guimarães, o Golpe no Brasil, embora não seja militar, não pode prescindir da tutela militar e da ampliação da violência política:

Na medida em que a crise de legitimação do Golpe se tornar cada vez mais evidente, maior será o papel das forças de repressão, para garantia da ordem. Eu não vejo, por parte do exército, um plano estratégico de poder. Me parece que isso foi desconstituído nessa ambiência nova, né? Então, certamente há continuidade, nós vimos a expressão disso, né, de valores contrários à esquerda, mas não parece haver um plano estratégico de poder. E eu acho que esse será o último recurso da coalizão golpista. Por isso não trabalho ainda com a hipótese que isso é o mais provável, embora esteja no campo das possibilidades. O Tarso Genro utilizou, num seminário que nós participamos, a ideia de uma tutela militar, que já se faz presente, isto é, as destruições do golpe decidem sob tutela militar, isso eu acho correto dizer. Que há uma crise de legitimação, há uma tutela militar, há um processo crescente de violência judicial e há um processo crescente de violência fascista na conjuntura brasileira. Seriam essas três respostas à crise de legitimação. A violência fascista e direta, que ainda é marginal, mas pode crescer, a violência judicial... (GUIMARÃES: depoimento, 2018)

O conceito de Estado contrainsurgente de Ruy Mauro Marini dialoga com a concepção de política da morte, necropolítica de Achille Mbembe. No livro *Necropolítica*, Mbembe traz uma poderosa reflexão sobre como o estado de exceção se manifesta nos corpos-territórios a partir de uma política de morte. No esteio das reflexões de Agamben (estado de exceção) e de Foucault (biopolítica), Mbembe reflete sobre o poder e a soberania não apenas como a capacidade de definir as regras, mas principalmente de estabelecer as exceções o que, no limite, significa a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Para Mbembe, a administração da morte, mais do que a vida, é o fundamento do poder. Para ele o poder é o exercício da exceção, da emergência, do combate a alguém tido como inimigo. Governar no capitalismo significa

administrar a morte. O soberano, quem decide quem pode viver e quem deve morrer, é um sistema patriarcal, colonialista e capitalista (MBEMBE, 2018).

Rafael Valim (2017) defende que o estado de exceção é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. É o meio pelo qual se neutraliza a prática democrática e se reconfiguram, de modo silencioso, os regimes políticos em escala universal. Segundo Valim, a conjuntura do Golpe parlamentar no Brasil seria a confirmação do estado de exceção como moldagem do neoliberalismo e seus três elementos: o soberano, o inimigo e a superação da normatividade.

O jurista argentino Raúl Zaffaroni (2007) defende que por trás do combate ao crime organizado ou da chamada "guerra às drogas" está a reprodução inovada no continente da Doutrina da Segurança Nacional. Esta doutrina, difundida pela Escola das Américas e aplicada durante os governos militares para combater o "inimigo interno", que então era o fantasma do comunismo, agora se direciona para combater o crime organizado seja ele a “esquerda corrupta” ou o “narcotráfico”. Zaffaroni destaca que a construção do inimigo interno tem seu correspondente no direito penal, que se organiza de forma ostensiva para combater externamente o “crime organizado” ou o “terrorismo” e internamente para encarcerar ou eliminar as classes perigosas, seja por efeitos de letalidade policial seja por *endocídio*.⁹⁷

Segundo ele, os conceitos de terrorismo e crime organizado são tão fluidos e abertos que possibilitam o enquadramento da mais variada gama de crimes, em geral econômicos. Não combatendo aquelas formas de crime legalizadas ou as grandes empresas do crime organizado que promovem transferências massivas de recursos na globalização (os paraísos fiscais, por exemplo), acabam eliminando a concorrência de empresas criminais menores ou que perderam seu poder.

Conforme a doutrina da segurança nacional, se confundem os conceitos de guerra e poder punitivo, para resultar uma guerra suja, que portanto não respeita as regras de Genebra e, por ser guerra, impõe penas sem respeitar as garantias de direito penal e processual, ou seja, consagra um espaço livre para a prática de crimes estatais de lesa humanidade [livre tradução] (ZAFFARONI, 2007: 8).

⁹⁷ *La violencia entre personas de los mismos sectores subalternos, al tiempo que por eliminación disminuye su número 39, impide el diálogo, la toma de conciencia y la coalición y, por ende, hace que se autoexcluyan de todo protagonismo político. La neutralización y autodestrucción física y cultural de los excluidos como consecuencia de la política del securismo interno puede denominarse endocidio.* (ZAFFARONI, 2007)

Internamente a debilidade dos Estados Nacionais somada ao crescimento da exclusão e da violência urbana geram tipos penais e discursos de formação de opinião pública que apontam para o securitarismo interno ou ideologia da segurança urbana. Vale destacar que crime de terrorismo tipificado no Brasil na Nova República foi uma das últimas ações do governo Dilma antes do Golpe.

O resultado não é outro que uma maior seletividade discriminatória no exercício do poder punitivo e uma acelerada autonomização das polícias. Consequentemente a corrupção e deterioração da eficácia da segurança pública. Tudo isso põe em risco as instituições democráticas pela corrupção do aparato penal, podendo, no limite, levar a golpes de Estado [tradução livre]. (ZAFFARONI, 2007: 4).

Os regimes de exceção são os maiores perigos ao Estado de Direito. Atualmente a doutrina da securitização tem provocado uma excepcionalização permanente do devido processo legal com a justificativa de combater o inimigo interno e externo: o crime organizado e as classes perigosas. Por essas razões, Zaffaroni denomina a globalização neoliberal como a mais avançada fase do colonialismo, que vem produzindo um genocídio em conta gotas, sendo a América Latina afetada pela letalidade violenta (ZAFFARONI, 2015). Segundo as cifras da Organização das Nações Unidas (ONU), dos 23 países do mundo que superam o índice anual de homicídios de 20 para cada 100.000 habitantes, 18 situam-se na América Latina e no Caribe e 5 na África.

A construção de um “inimigo interno” não apenas justifica as medidas de exceção e a guerra como também constrói um senso comum fascizante que aposta nas falsas saídas para o estado de empobrecimento e precarização da vida. Enquanto isso as forças imperialistas se apropriam das nossas riquezas e do nosso trabalho. Longe de atingir a raiz do problema – os magnatas de colarinho branco ou os bancos da Paulista – o “inimigo” da nação aqui criado é mais uma vez o preto, pobre e favelado.

Com a terceira população carcerária do mundo e com taxas de homicídio superiores a de países em regime de guerra declarada, devemos estar nos perguntando: o que há de novo com o golpe em curso no país para as classes marginalizadas?

A transição negociada de um regime civil-militar para um regime democrático-liberal no país, que aqui denominamos como Nova República de 1988, trouxe em seu ventre os instrumentos legais que facilitam a superação da normatividade e a instauração da violência autoritária. Como destacaram vários intelectuais brasileiros como Theotônio dos Santos, Emir Sader e Ruy Mauro Marini, no já citado livro “Constituinte e Democracia no Brasil Hoje”,

publicado em 1985, em torno da Constituição havia um embate entre um setor liberal e um setor popular e democrático ainda em formação. A história posterior nos mostrou que o primeiro venceu o embate, mas teve que construir as bases de um novo pacto que incluía tanto as forças militares como os setores populares.

A redemocratização levou a cabo um acordo policlassista, cujo entendimento central baseava-se no consenso sobre a necessidade de garantir algum nível de inclusão das classes populares e de substituir a coerção típica do bloco civil-militar pela dominação por consensos e conciliações, que foram mais ou menos profundos em cada uma das gestões que marcam a Nova República.

A transição fria e negociada representou a manutenção das forças policiais e das forças armadas, bem como de órgãos e legislações correlatos como o Serviço Nacional de Informação, que posteriormente se transforma na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Lei da Segurança Nacional e o próprio dispositivo da Intervenção Militar e Garantia da Lei e da Ordem (GLO) previstos no art. 142 da Constituição Federal de 1988. Tais dispositivos foram acionados em diversos momentos. Desde a ECO 92, passando pela Copa do Mundo (2014) e pelas Olimpíadas (2016), ocupação militar das favelas e atuação em presídios, há experimentações de uso das forças militares.

O poder autoritário dos militares foi exercido ao longo de toda a Nova República contra a grande massa de trabalhadores urbanos. O crescimento da exclusão e da violência urbana geraram tipos penais e discursos de formação de opinião pública que apontam para o que Zaffaroni define como securitarismo interno ou a doutrina da segurança urbana. No entanto, há algo novo com o Golpe no Brasil. A configuração do atual regime abandona a busca da construção da dominação pelo consenso em nome da aplicação sistemática de medidas antipopulares garantidas por instrumentos de excepcionalização e coerção generalizada.

A superacumulação de capital a qual estamos assistindo no país e no mundo expele para fora do pacto social os pobres, não busca sequer o consentimento das maiorias sociais, aumenta a nossa dependência estrutural como nação e, portanto, necessita de um desenho institucional de novo tipo. Necessita do que Ruy Mauro Marini define como Estado contrainsurgente (OVALLE E NIELL, 2016). Não havendo conciliação ou estabelecimento de consensos por parte do bloco no poder, é necessário reorganizar o Estado a partir da violência e da coerção para desarticular qualquer possibilidade de resistência das classes excluídas.

Se é verdade que a Nova República sempre conviveu com o autoritarismo, ela o fez de forma mais circunscrita a determinados territórios marcados pela experiência do racismo e da segregação. E o fez de forma brutalmente violenta e sistemática. De todos os modos, um Estado autoritário de novo tipo pode significar a generalização da exceção para todos os âmbitos da vida social e do Estado, o que certamente pesará mais sobre as classes marginalizadas. Essa generalização pode ser vista em fatos como o impeachment/Golpe de uma presidenta sem que houvesse crime praticado, a condenação de um ex-presidente sem provas materiais e a despeito de todo o devido processo legal, a declaração de intervenção militar sem circunstâncias que a justifiquem e a eleição de um candidato a presidente que em 1999 afirmou em rede de televisão ser necessário matar uns 30 mil para resolver os problemas do país.

Dessa forma, a democracia vai sendo absolutamente esvaziada em nome de uma sociedade que aposta cada vez menos na política e cada vez mais na instauração de um estado policial. O ovo da serpente da Nova República, que a constitui e ao mesmo tempo a corrói, é feito das permanências de uma transição inconclusa para a democracia. Como destaca Max Maciel:

Você acha que alguém com 85% de aprovação popular e maioria no congresso não tinham condições de fazer o que quisesse fazer? Regular meios, é isso. Está sofrendo ataque da mídia? Mas não regulou meios na época cara. Fortaleceu policiais para dar porrada na gente, nós fizemos isso cara. A gente criou uma agenda de uma polícia cidadã, mas engrossamos, nós botamos o BOPE com um monte de rapa para tiro em nós. Quem matou nossa irmã, a bala foi comprada por nós. Imagina que sandice, como é que uma munição, comprada pela polícia federal em Brasília, mata nossa irmã? Por intervenção! Porque a polícia federal pede aqui, intervém no estado, e diz: olha, eu vou te apoiar. Toma aqui munição. (MACIEL: depoimento,2018)

Os condenados de sempre é que vão pagar o pato da Fiesp – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo: jovens, pretos, pobres e favelados. Também as mulheres que têm seus corpos violados e assassinados, utilizados como troféus e instrumento dessa guerra permanente instalada nos nossos países baixo o signo do estado de exceção e do neoliberalismo, como teoriza a feminista Rita Segato (2014).

Nesse sentido, o decreto de Intervenção Militar mais do que uma manobra do (des)governo Temer é um marco importante do esgotamento da Nova República em todos os seus aspectos. As promessas de inclusão, cidadania e democracia contidas no texto constitucional

sucumbem diante da militarização e securitização do país e do aprofundamento da dependência neoliberal.

A intervenção militar ocorre um dia depois da célebre vitória da escola de samba Paraíso do Tuiuti, que desafiou a censura monopolista da Rede Globo e denunciou aos quatro ventos o quanto de racismo e escravidão brota das entranhas do Golpe. Nasce em um Estado em colapso, marcado pelo desemprego e pela violência, um Estado que não paga seus professores e funcionários públicos, que há anos abandona o sistema de saúde e as demais políticas sociais para gastar milhões em operações militares que perpetuam a guerra suja nas periferias sem eficácia comprovada. Nasce em um Estado de gente espoliada pelas multinacionais vinculadas aos megaeventos, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Desta forma, é precipitado e leviano considerar a intervenção militar como apenas uma cortina de fumaça, uma forma de desviar o foco das questões tidas pela maioria dos intelectuais de esquerda como centrais na conjuntura. Não se trata apenas de uma medida oportunista e populista. A intervenção militar é a nova cara que o nosso Estado assumirá sempre que o bloco no poder for ameaçado. É uma medida para minar qualquer possibilidade de defesa soberana de um futuro melhor para o nosso povo. Desmontar o Estado contrainsurgente, o novo autoritarismo latino-americano, deve ser a principal preocupação da esquerda hoje.

A transformação dessa realidade implica em mudanças qualitativas em que raça, classe, gênero e sexualidade são de fato reconhecidos como componentes estruturais do Estado Brasileiro que definem desigualdades sistemáticas e históricas de acesso a recursos e cidadania. Marielle encarnava essa luta no interior das instituições e no campo da esquerda, promovendo em sua trajetória alianças políticas emancipatórias entre partidos socialistas (Marielle era vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade, PSOL), organizações contra a violência policial, associações comunitárias, feministas e movimento negro. Como destaca Nilma Gomes:

A execução da vereadora Marielle Franco, do Psol, no Rio de Janeiro, além da comoção nacional e internacional que provocou também serviu de estímulo a esse outro estilo de político e de política se lançar na disputa. Penso que teremos o aumento desse perfil tensionando e disputando espaço com os perfis tradicionais da esquerda nas próximas eleições. E nem sempre as análises da ciência política consideram essas questões. A política não se faz só pelos que estão em cima. Ela também é feita pelo povo, mesmo que as suas demandas demorem a ocupar o espaço na política institucional. Precisamos aprimorar as nossas lentes. (GOMES: depoimento, 2018).

Marielle representava a esperança de renovação da política pela superação do pacto conservador que fundou a Nova República e pela construção de práticas e concepções de democracia, inclusão e dignidade mais profundas do que aquelas que vigoraram no período recente. Ao mesmo tempo, sua execução é parte do aprofundamento da violência e do autoritarismo contidos na negação de parâmetros mínimos de democracia, do motor golpista que mobiliza o ódio a tudo que represente a extensão da inclusão social. Marielle vive e é executada em um tempo de democracia na encruzilhada: entre a necessidade de transformação e a ameaça de aniquilamento.

A execução de Marielle, porém, não silenciou a esperança. Marielle se multiplicou em milhares de mulheres no país que incorporam, ainda com mais urgência, a necessidade de superação do Golpe e da reconstrução de uma cultura democrática no país. Nas palavras de Maria Alves, mulher negra, liderança sindical rural e quilombola:

Eles estão tentando ameaçar, junto com a Marielle, a tentativa de um novo jeito de se fazer política. Então, assim, ameaçando junto com a Marielle é justamente essa força que a gente está construindo e que quer construir para poder ir contra, justamente, esse cenário onde a polícia tenha cada vez mais agido de forma coercitiva, amedrontando nosso povo, onde as pessoas não tem mais direito de ir e vir e eles tentam, cada dia mais, comandar, de certa forma né, indiretamente, a população brasileira na linha, não de promoção aos direitos humanos, mas contrário a toda e qualquer situação de promoção da vida. (ALVES: depoimento, 2018)

Nesses tempos de violência e ódio na política nos atravessam as exigências de uma cultura democrática capaz de lutar por uma reforma do sistema político, para que mais mulheres negras ocupem espaços e transformem as relações de poder. Uma cultura que incorpore pautas silenciadas e que atestam os limites da inclusão promovida nas últimas décadas. Uma cultura que promova a transformação na segurança pública, no Poder Judiciário brasileiro e que acabe com os monopólios de mídia. Uma cultura em que o Estado esteja a serviço das pessoas e não do dinheiro. As presenças de Marielle e Anderson são sentidas como uma urgência latente.

5 CAPÍTULO 4 - OS DESAFIOS DA RECONFIGURAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA

O ano de 2018 foi apocalíptico. Começou com a condução coercitiva de Lula para depor na investigação da Operação Lava Jato, determinada pelo juiz Sérgio Moro. O carnaval foi marcado pelo histórico desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, que trazia elementos das continuidades históricas da escravidão e do colonialismo, encerrando com os carros alegóricos que remetiam ao Golpe e ao vampiro presidencial, Michel Temer, quem suga direitos ao povo. Mal passou o carnaval, foi decretada a intervenção militar no Rio de Janeiro e os morros foram ocupados por tropas. Em março assassinaram Marielle Franco e Anderson Gomes, gerando uma comoção nacional e uma reação contundente da juventude, das mulheres, dos negros e negras, do povo, diante da escalada de violência política. No mesmo mês, a caravana de Lula foi alvejada a tiros no Paraná e em abril ele, candidato preferencial à presidência da República, foi preso no ABC Paulista rodeado por milhares de apoiadores e levado para a Polícia Federal de Curitiba, onde está preso até o momento em que escrevo a tese. Em Abril, a primeira turma do STF condenou Aécio Neves enterrando a carreira política daquele que foi candidato em 2014 pelo PSDB e quem, por pouco, não se elegeu, por isso questionou o resultado das eleições, acendendo o pavio do golpismo. Em Maio seria a vez da greve dos caminhoneiros parar toda a circulação de mercadorias e de pessoas no país por uma semana em função da política de preços dos combustíveis e também clamando pela intervenção militar no Brasil. Em Junho a Copa do Mundo na Rússia me fazia refletir como o questionamento dos megaeventos quatro anos antes significou apenas a ponta do iceberg de um arranjo político que começava a ruir. Enquanto isso a extrema direita aprofundava seu discurso e seus projetos no parlamento, Jair Bolsonaro ganhava força na medida em que polêmicas como as homenagens aos militares, o “Kit Gay” e projetos como o “Escola Sem Partido” dominavam a agenda pública. A censura se espalhou pelo Brasil com questionamentos a peças de arte e exposições artísticas. Nesse clima, se iniciou a campanha de 2018, que ainda iria assistir ao impedimento de Lula como candidato, à facada em Jair Bolsonaro, à ausência de debates eleitorais, à misoginia e o combate ao mesmo nas manifestação de rua contra Bolsonaro - #EleNão. O debate foi polarizado, embora Ciro Gomes tenha crescido com o discurso de promoção de uma nova conciliação que pudesse estabilizar o país e reverter o Golpe nas urnas. Porém, o incêndio no museu nacional revelou que o buraco era mais fundo, pois é profundo o descaso por nossa história e memória. O assassinato de Mestre Môa do Katendê em Salvador, logo após o primeiro turno das eleições mostra o desprezo por nossos antepassados e o caráter ainda mais racista, misógino e LGBTfóbico e anti esquerda da política

que se via crescer nas urnas. O vira voto tomou conta das ruas entre o primeiro e segundo turno unificando grande parte da esquerda, porém não pode estancar a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. O dia seguinte amanheceu triste, a arte com a simples frase “Ninguém solta a mão de ninguém” tornou-se um símbolo de uma atitude de proteção contra as mais perversas formas de violência que haviam se instaurado no país.⁹⁸

A Nova República morreu e seu sepultamento ocorreu nas urnas em 2018. Morreu enquanto um acordo, um pacto político em torno de uma composição de interesses e de governos envolvendo diferentes forças políticas que participaram da redemocratização. Morreu pelo esgotamento das promessas de inclusão com desenvolvimento e democracia. Marcada pela exceção permanente, a Nova República foi enterrada por um pleito eleitoral condicionado pela proibição judicial de participação ou manifestação política do candidato preferencial, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pleito este caracterizado ainda pelo esvaziamento do espaço público e progressiva substituição das arenas de debate pelo mundo virtual onde proliferaram mensagens de desespero, descrença e ódio, altamente despolitizadas.

Sem debate programático nem participação pública, o candidato a presidente vencedor das eleições, Jair Bolsonaro, depois de sofrer uma tentativa de homicídio em Juiz de Fora,⁹⁹ lançou vídeos caseiros nos quais, diante de lençóis esvoaçantes, convocava a população brasileira a “mudar tudo isso aí”. Valendo-se amplamente das redes sociais, em especial os canais de Whatsapp, as ideias de Bolsonaro sobre a família e religião, sobre segurança, a crítica às instituições principais da Nova República e o antipetismo ganharam a adesão da maioria da população que foi às urnas votar. Sua insígnia de campanha era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.¹⁰⁰

Aqueles que acreditaram na possibilidade de continuação da Nova República duvidaram que um candidato como Bolsonaro pudesse se eleger. Os dois principais partidos à direita que condicionaram a composição do poder do Estado na Nova República e lideraram o processo do

⁹⁸ O ano de 2018 é descrito em detalhes em artigos de opinião por Mário Magalhães e publicado no livro *Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018* da Editora Record, 2019.

⁹⁹ Existem análises de que o atentado a Jair Bolsonaro em Juiz de Fora no dia 06 de setembro de 2018 foi uma armação para que o candidato pudesse provocar comoção nacional e, ao mesmo tempo, esvaziar o espaço de debate político eleitoral uma vez que ficou de licença médica. As evidências formais, no entanto, indicam que o atentado ocorreu, portanto, trabalharei com essa hipótese.

¹⁰⁰ As taxas de abstenção eleitoral foram de 30 milhões de eleitores, a maior desde 1998.

Golpe parlamentar em 2016, o PSDB e o PMDB, tiveram resultados eleitorais pífios nas eleições para presidente. Como destacou Glauber Braga, Deputado Federal (PSOL-RJ), em entrevista para essa pesquisa:

Eles querem a continuidade da implementação desse programa de desmonte do Estado, em qualquer aspecto de garantia social, mas não conseguem ter uma candidatura que represente isso, porque as candidaturas que eles tentam não decolam. Então a eleição passa a ser um problema. Tentaram o Dória e o Dória deu queimada de largada, tentaram o Luciano Huck, na hora que botou a cabeça pra fora e que se viu a relação que tinha com o BNDES retrocedeu. Tentam o Alckmin e o Alckmin não sai do lugar. Tentam o Meireles, mas está muito ligado ao que é o governo Temer e à sua impopularidade. Tentam o Rodrigo Maia que é o carimbador dessa mesma agenda, mas não sai do lugar. A eleição passa ser um problema. Eles precisam de uma candidatura que dê continuidade ao programa, porque eles não iam chegar até aqui, fazendo tudo que fizeram, e simplesmente abrir mão, eleitoralmente, da continuidade daquilo que pra eles é o fundamental. (BRAGA: depoimento, 2018)

Nas eleições de 2018 quem se contrapôs ao Partido dos Trabalhadores, que concorria em um cenário turbulento e marcado por Golpes e extrema polarização social, foram aqueles que constituíam o chamado “baixo clero” do parlamento.¹⁰¹ Bolsonaro era uma dessas figuras que assistiu sua popularidade crescer a partir de ações extremas e violentas, discursos de ódio como as ofensivas menções ao estupro proferidos a então ministra Maria do Rosário, ou como a homenagem ao torturador Brilhante Ustra no ato de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Sendo um capitão reformado do exército, Bolsonaro foi deputado federal por sete mandatos, desde 1991, tendo passado por diversos partidos, sem qualquer fidelidade. Sua participação no parlamento foi insignificante, tendo aprovado apenas dois projetos de lei. Para disputar a presidência filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL), até então considerado um partido pequeno e sem expressão. Desta forma, canalizou o sentimento mais profundamente antipetista que havia sido alimentado desde 2013 no país e que transformava os “socialistas-comunistas” no bode expiatório da crise econômica brasileira.

A esquerda saiu derrotada nas urnas em 2018 e não foi capaz de movimentar uma campanha potente e unitária. Três principais candidatos disputaram as eleições: Ciro Gomes (PDT), Guilherme Boulos (PSOL) e Fernando Haddad (PT).

Ciro Gomes (PDT - Partido Democrático Trabalhista) investiu na retomada do programa

¹⁰¹ O “baixo clero” é a expressão para designar parlamentares que na Nova República possuíam pouco poder e influência e que são marcados principalmente pelos jogos de barganha pessoais. A ascensão do “baixo clero” na Câmara Federal foi um fenômeno crescente no último período da NR.

neodesenvolvimentista em aliança com as elites agrárias. O apelo que moveu sua campanha era a aposta na recomposição do pacto interclassista, que oferecesse uma alternativa à polarização do país. Tendo como candidata a vice-presidência a ruralista Kátia Abreu, Ciro teve 12,47% dos votos válidos no primeiro turno.

Ciro Gomes é um político proeminente de uma família tradicional de políticos no estado do Ceará. Foi deputado estadual por duas legislaturas, prefeito e governador e deputado federal. Participou como ministro da Fazenda no governo Itamar Franco durante a implementação do Plano Real, e Ministro da Integração Nacional durante a transposição do rio São Francisco no governo Lula. Transitou por diversos partidos: primeiro filiou-se ao partido de direita surgido em 1980, o PDS - Partido Democrático Social, atualmente PP - Partido Progressista; depois, passou pelo PMDB e pelo PSDB de onde saiu em 1996 para ser candidato a presidente em 1998 pelo PPS - Partido Popular Socialista. Em 2002 foi novamente candidato a presidente pelo PPS, coligado com outros partidos trabalhistas, o PDT e o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Clamando a unidade da esquerda, porém concorrendo nas duas ocasiões com Lula que aglutinou a maioria do campo e das organizações trabalhistas e de movimentos populares. Novamente, em 2018, após uma breve passagem pelo Partido Republicano da Ordem Social - PROS, filiou-se ao PDT para concorrer à presidência, também clamando pela unidade da esquerda e a aliança com o centro. Ao ser derrotado, contudo, viaja para a Europa para se eximir da disputa eleitoral no segundo turno. Ciro Gomes apresentava uma versão do programa desenvolvimentista, pela estabilidade econômica, contra as privatizações e pelos programas sociais e direitos trabalhistas. Sua plataforma buscou alianças bem consolidadas com a elite ruralista, representada pela vice Kátia Abreu.

Guilherme Boulos (PSOL) liderou amplas mobilizações de massa e a composição das frentes populares de rua desde 2015. Liderança de um movimento popular de massas, o MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Boulos nunca havia participado das eleições anteriormente. Sua campanha demonstrava a necessidade de uma aliança entre a disputa institucional e a disputa do movimento de massas, das ruas. Apresentando um programa de reformas estruturais, explorou os termos da polarização política do país, criticando a prisão de Lula e sua retirada do jogo eleitoral, mas apontando os limites da experiência petista no Governo Federal e denunciando os candidatos ligados ao Golpe de 2016, bem como os riscos de uma

candidatura de Jair Bolsonaro. Tendo como candidata a vice-presidência a primeira indígena a concorrer ao executivo nacional, Sônia Guajajara, mobilizou uma aliança dos movimentos urbanos com os movimentos indígenas e o partido. Em um cenário de profunda polarização, obteve 0,58% dos votos válidos. Embora esse tenha sido o pior resultado eleitoral do partido, a campanha trouxe elementos importantes à forma de construção das candidaturas da esquerda, que remontam às primeiras candidaturas de Lula: representatividade, protagonismo do movimento popular, aliança partido - movimento.

A candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT) se alterou ao longo do processo eleitoral. O partido apostou na exploração da figura do ex-presidente Lula, que estava encarcerado e impedido de participar dos debates. O ex-presidente foi inscrito como candidato em uma tática para acirrar a luta política no país. Sua substituição pelo candidato Fernando Haddad ocorreu após o Superior Tribunal Eleitoral vetar a candidatura de Lula. Haddad não é Lula, embora tenha tentado associar a sua imagem a do ex-presidente. O político paulista integrou o Ministério do Planejamento no primeiro governo Lula, tendo ajudado a desenvolver o modelo das parcerias público privadas no país. Foi Ministro da Educação nos governos Lula e Dilma e posteriormente prefeito da cidade de São Paulo. A campanha de Haddad teve como candidata a vice-presidência da república pelo PCdoB, a política gaúcha Manuela D'Ávila. Manuela sofreu profundos ataques misóginos e foi alvo de diversas *Fake News* tendo, então, sido ofuscada no processo de campanha intencionalmente. A chapa Haddad-Manu ganhou força obtendo 29,8% dos votos válidos e chegando ao segundo turno.

Frente à ameaça de eleição de Bolsonaro, houve apelos para a unificação de um campo popular em torno de Haddad no segundo turno, o que não se realizou plenamente. Ciro Gomes absteve-se de posicionar-se, clamando as bases para uma desmobilização. Mesmo assim, a esquerda saiu às ruas em uma campanha direta de “vira voto”. Contudo, a marca atingida de 44,27% dos votos válidos não foi suficiente para derrotar a candidatura de Bolsonaro, vitoriosa com 55,13% dos votos válidos.

Bolsonaro não era o candidato preferencial das elites ou da tradicional direita. Geraldo Alckmin, candidato pelo PSDB, ex-governador de São Paulo e símbolo da elite política e econômica paulista, foi candidato à presidência derrotado em 2006. Em 2014 deixou de ser candidato em uma disputa com o candidato mineiro Aécio Neves. Em 2018 era o candidato com

maior tempo de televisão, rádio e com um volume grande de financiamento de campanha era a aposta central que, no entanto, não vingou. O candidato obteve não mais que 4,7% dos votos válidos. Alckmin e o PSDB simbolizavam a velha política e foram varridos por uma onda antipolítica.

Bolsonaro capturou o sentimento anti-sistêmico da população, a sensação de anomia frente à crise e ao desmoronamento da Nova República. Com uma campanha baseada nas *Fake News*, no ataque a Rede Globo e na aliança com a Record, proferiu um discurso cada dia mais radicalizado, marcado por imprecisões e inflado por elementos anti esquerda, fundamentalistas, militaristas, misóginos, racistas e anti intelectuais. Bolsonaro apresentou uma promessa vazia de futuro para a sociedade: proteger a família, salvar a economia acabando com a corrupção e o comunismo. Bolsonaro era tão anti sistêmico que se recusava a debater projeto político para o país, como um “mito” acima dos mortais, sobrevivente da fachada, sua retórica simplista e autoritária envolveu as massas em uma campanha ativa e agressiva de direita. É interessante perceber como as campanhas da esquerda se remetiam ao passado e eram reativas aos ataques e retiradas de direitos, e a campanha de Bolsonaro projetava de forma ativa um futuro de purificação. Bolsonaro apostou em uma aliança com a bancada fundamentalista e com os militares, mas, na medida em que ganhou força, ganhou apoio da tradicional direita.

Depois das eleições de 2018 é possível afirmar com maior segurança que a Nova República morreu, pois a conjugação de forças e elementos políticos que lhe deram substância alterou-se profundamente. No primeiro capítulo, a tese levantou elementos para descrever como desde 2013 a Nova República agoniza. As manifestações de junho foram analisadas como sintoma de uma convulsão social e política que, conjugada a inabilidade de condução da esquerda brasileira, levaria o país a tomar rumos perigosos nos anos seguintes. Como analisado, a esquerda perdeu a disputa desencadeada por um cenário urbano, de lutas da juventude batalhadora.

No segundo e terceiro capítulos, a tese analisa a crise dos pilares da Nova República que desencadeou o seu processo de agonia. As promessas de desenvolvimento e inclusão social se esvaziaram diante de uma crise econômica profunda que não podia mais valer-se do neodesenvolvimentismo e tampouco conciliar o modelo econômico com a redistribuição de renda. As promessas de democracia e soberania foram desacreditadas e esfaceladas tanto pelos

limites da democratização das instituições, como pelos mecanismos de exceção e Golpe que miraram a cultura democrática. Diante desse cenário, os aspectos mais autoritários e violentos que foram mantidos com transição pactuada e que moldaram a redemocratização do país aguçaram-se para desestabilizar a pactuação política interclassista realizada na Nova República.

Diante do fim da Nova República um novo acordo entre as elites tenta formar-se e impor-se ao povo brasileiro. No momento em que escrevo a tese, o ambiente político no país ainda é de instabilidade e a exceção deteriorou também a capacidade de alianças e resolução dos conflitos intra elites. As amplas maiorias do povo brasileiro estão excluídas da construção dessa nova pactuação.

Nesse cenário a esquerda se vê diante de seus próprios limites, imersa em diversas crises: da práxis, dos sujeitos e de projeto de poder. Os desafios estão colocados e devem ser minuciosamente analisados, não em um exercício de futurologia, mas em um trabalho de prospecção que leve em conta as feridas abertas do passado para esboçar uma aposta que oriente a prática política no presente.

5.1 A esquerda e o fim da Nova República

A esquerda brasileira é um conceito que se define a partir de um processo histórico e da práxis política dos sujeitos de resistência às diferentes configurações do capitalismo. Distingo-me daqueles que definem a esquerda apenas como “os marxistas” ou baseados unicamente nas categorias trabalho e exploração. Na América Latina a luta anticapitalista esteve inicialmente associada à resistência ao colonialismo-patriarcal. Como destaca Douglas Belchior, em entrevista para a pesquisa, a esquerda não surge da ascensão do marxismo, mas da longa experiência de resistência popular que atravessa as lutas no país desde a colonização:

Então vamos pensar historicamente aqui. Nós estamos falando de povo que resiste e sobrevive, né, resiste para sobreviver, pra não morrer, em todas as dimensões da vida. Então, veja só, se eu fosse um cara da esquerda ortodoxa eu diria que a esquerda brasileira surge no Brasil com a vinda dos imigrantes italianos e portugueses, os anarquistas que fundam os sindicatos e ali começa a esquerda brasileira. Beleza. Como eu não sou, eu vou dizer que a resistência popular brasileira é algo que se inicia na chegada dos europeus e na recepção indígena. O meu conceito de esquerda é esse... Me permitindo o erro, né, o anacronismo que a resistência indígena, primeira, ela é uma

resistência de esquerda. É o povo resistindo aos seus opressores. Então, esse negócio de resistir, de se organizar para resistir e pra sobreviver é algo que está no nosso DNA, na construção brasileira. É óbvio que os métodos se alteram na medida da mistura das experiências. Então, se você imagina o que é o Brasil no último período da escravidão você tem muita organização de base. Você tem, por exemplo, durante os últimos 100 anos de escravidão, experiências exitosas, radicais de uma coisa fundamental para qualquer luta, que é da comunicação. Então você tem a imprensa negra, por que o que é o antagonico aos escravocratas? É o povo negro, escravizado, em reação. O que os pretos faziam para reagir? Eles se rebelavam nos quilombos, mas no espaço da urbs eles também se organizavam. Então você tem experiências incríveis de jornais de negros. Porra, em 1800, 1820, 1830. (BELCHIOR: depoimento, 2018).

A esquerda não se confunde necessariamente com os setores populares, mas se forma a partir das resistências e da organização desses setores às opressões. A esquerda nunca foi hegemônica no país, ainda quando esteve estabelecida em uma parte do Estado o fazia sem mover-se no sentido de romper as estruturas da relação Capital-Estado. Em diálogo com o conceito de Bresser-Pereira de esquerda e direita:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. (...) Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social" (BRESSER-PEREIRA 2006: 26-27).

A esquerda brasileira é bastante heterogênea e está formada por partidos, movimentos, organizações, coletivos, artistas, intelectuais e toda uma pluralidade de sujeitos que compartilham resistências e lutas em um determinado processo histórico que é ao mesmo tempo global e local. Se a esquerda não é hegemônica, é seu objetivo ser. Pode-se afirmar que ela carrega a pretensão de construir uma maioria política que corresponda aos interesses das maiorias sociais.¹⁰²

A esquerda brasileira é marcada pelas especificidades da nossa história política recente, em especial, pelo pacto político da transição democrática e pelo surgimento de um amplo campo democrático popular que se agregou em torno da hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁰² A distinção conceitual entre maioria social e maioria política que aqui proponho é fundamental. No Brasil a maioria social é diversa: é a classe trabalhadora, que é indígena, é quilombola, é de negros e negras, é de mulheres, é LGBTI, é o campesinato rural. Tornar-se maioria política significa deter poder político na sociedade e constituir uma nova hegemonia onde caibam essas pluralidades e diversidades que constituem a classe trabalhadora.

O campo democrático popular nasce como contraponto à Nova República e nas últimas décadas sofreu um forte processo de crise, pulverização e desagregação. Ao chegar ao Estado, o Partido dos Trabalhadores promoveu políticas de igualdade e redistribuição de renda que aumentaram a sua aceitação entre as classes populares, porém vários processos contraditórios ocasionaram perdas ao conjunto de organizações que o sustentam: perda de capilaridade e referência junto ao povo, perda de capacidade de contestação e confrontação, perda do trabalho de base, o que abriu espaço para o desgaste do partido entre a população. Tal desgaste esteve manifesto nas ruas de Junho de 2013, quando a crise da representação se misturou a um sentimento antiorganização e antiesquerda.

A esquerda se vê diante de uma conjuntura nacional de radicalização da direita que a coloca na defensiva, incapaz de apresentar um projeto político de superação das múltiplas crises pelas quais passa o país. Como descreve o professor e militante do PSOL Valério Arcary em entrevista concedida para essa pesquisa:

Situação defensiva significa, grosso modo, no esquema clássico, a classe trabalhadora está recuada, insegura, dividida, ideias estranhas aos seus interesses ganham audiência na classe trabalhadora. Os setores médios radicalizaram-se à direita, a burguesia está unificada, tem um projeto, tem um plano, está tentando construir uma direção para manter seu domínio por um período histórico. Isto é uma situação defensiva, os inimigos estão no ataque, nós estamos mantendo posições ou tentando recuar, organizadamente, preservando o que acumulamos na etapa histórica anterior o mais possível. (ARCARY: depoimento, 2018)

As entrevistas realizadas no processo da tese indicam haver um consenso sobre a crise na esquerda. Muitas vezes essa crise é traduzida em palavras e significantes amplos como “retornar ao trabalho de base”, “ocupar as ruas” e “unir a esquerda”.

Sabrina Fernandes (2019) no livro *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira* descreve essa crise que, segundo ela, manifesta-se na fragmentação da esquerda e no distanciamento entre ação e pensamento, prática e projeto, organização e discurso. Essa distância leva a despolitização de suas ações. No vácuo da esquerda começa a proliferar a manifestação da pós-política e da ultrapolítica: descrença na política e nos políticos, crença em um governo de técnicos isentos, desonestidade intelectual, caricaturas da luta de classes entre outras formas despolitizadas de observar o mundo.

A presente tese conflui com algumas das conclusões de Sabrina. Porém, a partir da

análise da conjuntura, inscrita na história do fim da Nova República, busca identificar e materializar de forma mais específica outros pontos de discordância presentes na esquerda, os seus gargalos, bem como os desafios concretos para o período seguinte.

5.2 Reorganização ou reconfiguração da esquerda?

No encerramento do ciclo político da Nova República a esquerda brasileira se vê diante de uma encruzilhada: ou resolve os problemas da fragmentação e da perda de base social e capilaridade junto às maiorias do povo ou seguirá sendo aniquilada e golpeada em uma conjuntura de cada vez maior exceção. Para isso ela precisa se mexer, mudar de alguma forma.

Defendo que existem duas formas de mudança possíveis para a esquerda. Uma é a reorganização, que não transforma substancialmente os atores, os métodos e nem o projeto de poder que embasa as ações da esquerda, apenas prevê novas alianças e táticas para sobreviver à conjuntura. A outra é a reconfiguração, que trata de uma transformação mais profunda da práxis, dos sujeitos políticos, do projeto de poder estratégico. Essa reflexão surgiu da entrevista com Áurea Carolina para a tese, onde ela sugere:

Eu gosto de reconfiguração, porque tem um sentido de nova programação, assim, eu fico pensando em sistemas. Eu não gosto de reorganização porque parece que as peças estão fora do lugar e é só mover as peças que a gente tem uma situação nova. Eu gosto muito mais de transformação do campo das lutas populares porque a transformação significa como que nós vamos refazer as nossas práticas e resolver os nossos discursos com as nossas práticas. Isso é o mais sério, assim, nós estamos vivendo um tempo que não é possível mais separar as análises do cotidiano, do que nós damos conta de fazer. E o que nós damos conta de fazer está sempre muito atrás daquilo que nós vislumbramos como ideal de justiça. E a gente precisa falar dessa distância. (CAROLINA, Áurea: depoimento, 2018).

Desde 2015 setores da esquerda buscaram reorganizar-se para defender-se dos retrocessos e construíram frentes de partidos, organizações e movimentos. São elas, principalmente a Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular. As frentes promoveram mobilizações de rua unitárias que tomaram proporções importantes no período recente tais como: a resistência ao Golpe/Impeachment, à reforma trabalhista, à reforma da previdência. As palavras de ordem unitárias dessas mobilizações denotaram o caráter reativo da agregação das forças políticas: “Fora Temer”, “Nenhum Direito a Menos”, “Diretas Já”. Nessa perspectiva, entendo as frentes como um exemplo de reorganização, pois elas tentam incidir sobre a fragmentação da esquerda

constituindo-se como um guarda-chuva de partidos, organizações e sindicatos que operem de forma minimamente coordenada. Como descreve em entrevista Carina Vitral, ex-presidenta da União Nacional dos Estudantes:

Eu acho que as frentes foram essenciais, foram inclusive consequência da conjuntura como um todo, porque eu falava muito isso, antes das frentes os movimentos sociais não dialogam entre si. Desde a coordenação dos movimentos sociais. Você pega isso, por um lado, na Frente Brasil Popular que é um campo mais limitado, de maior afinidade, as pessoas não se reuniam há anos, entendeu? Em bilaterias, estava cada um cuidando das suas lutas, tentando fazer as suas bases sociais também através de outros projetos, então criou-se mecanismos que, como projetos, editais, do próprio governo que possibilitaram uma série de experiências interessantes no seio dos movimentos sociais. Então criou-se uma agenda muito própria de cada um dos movimentos. E no momento de golpe todo mundo se unifica e diz vamos para rua. E por outro lado, na Frente Povo Sem Medo um setor que dialogava mesmo ainda. Até porque não é um mesmo campo político. A UNE participa da Frente Povo sem Medo com o convencimento de que um ciclo está se fechando e que a gente não sabe quais são os campos políticos que vão se organizar daqui para frente. Talvez por maior afinidade de campo estaria só numa frente, mas está numa outra para criar essa ponte, para criar esse diálogo de futuro. E ali na Povo sem Medo tem setores interessante que eu acho que dialogam para essa reorganização da esquerda, então eu acho que é fundamental, tanto para gente ter passado por esse período de resistência quando para ir para o futuro. (VITRAL: depoimento, 2018)

Algumas das principais mobilizações que ocorreram após o Golpe foram convocadas pelas frentes conjunturais de forma unitária. Outras surgiram provocadas por outros atores sociais como é o caso das ocupações da cultura, que ocorreram assim que Temer assumiu a chefia do executivo e ameaçou extinguir o Ministério da Cultura, e as ocupações de estudantes secundaristas e universitários contra o congelamento dos investimentos públicos, Emenda Constitucional 95.

Em 2018 as frentes perderam força quando se converteram em agrupamentos e agendas eleitorais para buscar a reversão do Golpe nas urnas: seja com a construção da plataforma “Vamos!”, que embasou o programa eleitoral do PSOL; seja com a mobilização em torno da liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva, “Lula Livre!” e construção da plataforma eleitoral do PT. Em última instância, elas chegam a prever atalhos para a recomposição da pactuação política da Nova República por meio da “Defesa da Democracia”.

As frentes operaram unificando diversas organizações de esquerda sem alterar substancialmente seus métodos, linguagens e os sujeitos protagonistas. Elas são limitadas na medida em que não apresentam uma estratégia de poder e nem um novo programa para o país. Não resolvem, portanto, a crise da práxis da esquerda e apresentam dificuldades de se

transbordarem e envolverem os sujeitos que convocam às ruas em sua construção. As decisões tomadas pelas frentes se dão em bilaterais de organizações formais e já postas, portanto, não apresentam uma mudança qualitativa na forma de decisão e participação política. As frentes mantêm a dificuldade da esquerda de dialogar com articulações e organizações vindas da juventude, das mulheres, dos negros e negras, das LGBTI e com formas mais fluidas e contemporâneas de mobilização. Essa dificuldade é expressa por Áurea Carolina na entrevista:

Então eu acho que no nosso campo as Frentes têm um papel mínimo, porque as frentes se autoproclamam com uma importância superestimada. Eu acho que as Frentes são agentes importantes, mas elas estão dentro de uma constelação infinita de práticas e arranjos, de coletivos, de ocupações, de grupos autônomos que surgem e desaparecem e que são muito mais dinâmicos, né, que se reconectam, assim. Então as Frentes têm uma coisa rançosa, assim, que, tá, faz parte dessa constelação, mas eu reputo a elas um lugar muito menor do que às vezes aparece, aí. Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo. A Frente Brasil Popular nem se fala, né, eu acho que ali ainda tem uma reprodução vertical que, pelo poder institucional que os grupos tiveram, que estão mais representados na Frente Brasil Popular, ela ainda tem um ranço maior. Na Frente Povo Sem Medo o ranço eu acho que está muito mais nesse descolamento entre práticas e análises e discursos, assim, uma coisa de: “Temos que fazer, temos que ser, temos que não sei o que...” e na hora que você espreme, assim, o que nós estamos fazendo realmente, né, o que nós temos, sobra muito pouco né. (CAROLINA: depoimento, 2018)

As frentes não aprofundam as suas estruturas e processos de unidade para além da reação aos desmontes promovidos pelo Governo Federal. Nem poderiam, já que os atores reconhecem a fragilidade das alianças postas e temem que, avançando para estruturas orgânicas da práxis, como ações de base conjuntas e continuadas e a elaboração de programas políticos, as frentes “rachariam”. Portanto, elas não resolvem o problema da fragmentação da esquerda e nem o problema da crise da práxis. Elas são a resposta possível e necessária a uma conjuntura de retrocessos.

A reconfiguração da esquerda, por sua vez, é um processo muito mais profundo e transformador. Nas entrevistas para esta pesquisa, diversos aspectos dessa urgente transformação emergiram, sintomas de mal-estar e desconforto, assim como apontamentos iniciais sobre o novo que ainda não pode se expressar. Sabrina Fernandes toma emprestado de Gramsci o conceito de *Sintomas Mórbidos*, na busca pela compreensão dessa fase que atravessa a esquerda brasileira. Gramsci define que a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.

As entrevistas indicam que para grande parte da esquerda o velho ainda não morreu. Esse sentimento se traduz na crença de que unificar a esquerda e retomar o trabalho de base com os mesmos atores é suficiente, de que o problema está apenas no hegemonismo, somente no esgotamento do “jeito petista de governar”, que está no fato de que o “programa democrático popular foi abandonado pela esquerda”. Revelam certa ingenuidade. Aproximam-se com ingenuidade dos socialistas utópicos do século XVIII e XIX ao pensar que as classes dominantes desejarão de bom grado refazer o pacto político que retome a democracia e a redistribuição possíveis durante a Nova República, basta que joguemos segundo as regras do jogo.

Como busquei descrever na tese, o esgotamento da Nova República é profundo e irreversível. Não é possível reconstruir um edifício sem os seus pilares, portanto, não é possível que o Golpe seja revertido com soluções fáceis e atalhos tais como as frentes conjunturais ou eleitorais. Quem rompeu o pacto foi a burguesia, quem se opôs ao neodesenvolvimentismo foram as classes dominantes, quem impulsionou esse processo violento foram grandes massas da classe média e até mesmo da classe trabalhadora.

Defendo a tese de que se faz necessário um novo projeto de poder adequado para a realidade brasileira do século XXI, já que o Programa Democrático Popular (PDP) não dá conta mais de responder a essa realidade e tampouco as estratégias revolucionárias esboçadas em outros tempos e espaços. É preciso partir da condição real do nosso país, do nosso povo, para construir um novo projeto de poder. Um novo projeto de poder não é um programa bolorento. Como bem descreve o advogado popular Joviano Mayer em entrevista:

Detesto quando dizem: ‘Precisamos construir um programa político’, como se fosse o grande problema da esquerda brasileira. Arrumar um programa é coisa simples de resolver, quem usa o *Tinder* sabe bem disso. Mas suponhamos que, de fato, seja essa uma questão mal resolvida: como construir um programa? Gosto da ideia de um programa comum, um programa que seja expressão da vida, da comunidade, memória, ancestralidade. Um programa que parta do comum, do cotidiano, das lutas e que se volta para o comum, para a coletividade. Obviamente, por ser comum, seria um programa construído horizontalmente, logo, democraticamente. Também por ser comum seria colaborativo, criativo, propositivo. Nesse programa comum as diferenças não seriam arbitrariamente tolhidas, seria preservada a expressão das múltiplas singularidades, sem perversidades. Esse programa seria antimanicomial. Os loucos são verdadeiros *comuniens*, padecem da abertura radical, da entrega desmedida, rompem barreiras, barragens, que viram mares de lamas. Além disso, o programa comum também seria antineoliberal, afinal, neoliberalismo é a expropriação do comum. Sobrevalência do mercado, sobrevivência das gentes, das pessoas comuns, especialmente as pretas, faveladas, precarizadas. Um programa comum será assim: anticapitalista,

anticolonialista, feminista e, desse modo, cheio de amor e fé na resistência do povo brasileiro. (MAYER: depoimento, 2019)

Da mesma forma que Joviano Mayer, por projeto de poder não compreendo um manifesto, um programa, mas uma estratégia de transformação ampla que envolva a transformação da práxis conjugada a inclusão que parta do protagonismo de amplos sujeitos: das resistências territoriais, tradicionais, juvenis, de mulheres, da diversidade que constitui a classe trabalhadora para além da hegemonia dos sindicatos e organizações políticas estabelecidas. Não se trata apenas de voltar às bases, voltar a dialogar e organizar o povo, trata-se de ser povo e insurgir-se como povo em uma ampla aliança que compreenda a diversidade que somos.

5.3 Teses sobre a reconfiguração da Esquerda

5.3.1 *Um novo sujeito político: por uma descolonização da esquerda*

Há quem diga que o sindicalismo brasileiro nasceu das vagas de migrantes europeus que chegaram ao Brasil em um processo eugenista de substituição da mão-de-obra negra e escravizada. Cegos e sem memória são! As lutas de classes no Brasil começaram como resistência ao etnocídio e à escravidão. Os primeiros sindicatos brasileiros e a primeira greve do período republicano brasileiro não ocorreu na indústria paulista em 1917, como conta a historiografia dominante, mas sim da organização de estivadores e pescadores negros no Rio de Janeiro, desde 1903, levando a formação da União Operária dos Estivadores (OLIVEIRA, 2014);¹⁰³ também das lutas abolicionistas que contaram com greves de jangadeiros no Ceará em 1881, lideradas por Chico da Matilde, o Dragão do Mar, que lograram a abolição na província em 1884; e tantas outras lutas operárias contra a exploração e a opressão colonial e escravocrata no país.

A organização da esquerda tradicional brasileira carrega por muito tempo a cicatriz do racismo e do patriarcado. A tradição dos partidos políticos e dos intelectuais marxistas padece de uma dificuldade profunda em compreender as formas de organização e resistências ancestrais do

¹⁰³ OLIVEIRA, Guilherme (2014). “Experiências e solidariedades na formação da União dos Operários Estivadores”. Disponível em:

<<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/3381/1/OLIVEIRA%2C%20Guilherme%20Santos%20Cabral%20de.%20Experi%C3%Aancias%20e%20solidariedade%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Uni%C3%A3o%20dos%20Oper%C3%A1rios.pdf>> Acesso em 28/02/2019.

povo brasileiro. Mais do que o racismo individual, o racismo enquanto estrutura manteve a cisão entre trabalhadores na origem, na separação entre cidadãos de primeira e segunda categoria, nos contratos assimétricos de trabalho que vigoraram desde a transição para a República Velha, no projeto eugenista, no acesso diferenciado à terra, à escolaridade, ao *status* social.

A Nova República, como pudemos analisar, não foi capaz de superar essa cisão pois, ainda que tenha trazido importantes avanços advindos da participação social na Assembleia Constituinte, significou uma coalizão que carregou diversos elementos de conciliações com períodos anteriores. Elementos que são fruto das múltiplas anistias do esquecimento que fizeram com que a memória, a verdade e a justiça da escravidão não tenham emergido plenamente e que todo o aparato repressivo anticomunista tenha sido redirecionado para as classes consideradas perigosas de sempre: pretos, pobres, favelados, camponeses assentados, indígenas e quilombolas.

Como clamar ao povo a defender a democracia em um país onde a exceção permanente foi regra nos territórios dominados pela necropolítica? Quem a Nova República efetivamente incluiu em sua pactuação política se o genocídio da população negra apenas se aprofundou?

Quando os pilares da inclusão se esvaem, os primeiros a cair são as mulheres, os indígenas, quilombolas, negros e negras, LGBTIs. Quando a democracia minimalista padece é sobre seus corpos que se aprofundará a exceção e a persistente militarização da sociedade.

As ações afirmativas, possíveis no último período, graças a organização dos movimentos sociais, trouxeram avanços significativos. É necessário destacar que a Constituição reconhece o crime de racismo, bem como os direitos territoriais dos remanescentes quilombolas. Nilma Lino Gomes, ex-ministra da presidenta Dilma, destaca em entrevista para a tese o papel do enfrentamento do racismo estrutural nos governos do PT, bem como seus limites e desafios:

O racismo estrutural existe até hoje. Ele é estrutural, portanto, está arraigado na organização da sociedade, na distribuição de poder e riqueza, no acesso à educação, saúde, trabalho, etc. Sem dúvida, esse racismo estrutural teve parte do seu alicerce abalado no período de 2003 a 2016 quando tivemos políticas de ações afirmativas implementadas pelo governo federal, a constitucionalidade das ações afirmativas, em 2012, pelo STF, e a implementação de legislações como as cotas sociorraciais e raciais na educação superior e nos concursos públicos. Além disso, tivemos mudanças na LDB, por meio da Lei 10.639/03. Tais transformações colocaram o debate sobre o racismo e a promoção da igualdade racial na cena pública e política, mas ainda não conseguiram abalar as estruturas seculares e coloniais. Para tal, faz-se necessário além das políticas já realizadas, a implementação de mudanças mais radicais e com recorte racial, na economia, na distribuição da riqueza, no mercado de trabalho, na demarcação e titulação

de terras quilombolas, na superação do extermínio da juventude negra. São ações que levam tempo para serem efetivadas, mas têm a capacidade de alterar estruturas. Importante destacar que, mais do que o Estado, o protagonista central que pressionou o próprio Estado e os governos de direita e de esquerda que o ocuparam por políticas de igualdade racial e antirracistas foi o movimento negro. Sem ele, o que conseguimos avançar em termos de abalos no racismo estrutural não teria acontecido. (GOMES: depoimento, 2018)

Não é possível pensar uma descolonização da esquerda sem que a direção política desse processo seja protagonizada por novos sujeitos que, em suas experiências corporais e históricas, possam trazer acúmulos necessários a essa transformação. Como destaca Douglas Belchior:

O que é orgânico da classe acontecendo em São Paulo? São as organizações de mulheres, os saraus, os coletivos negros, as ocupações sem teto, isso é o que tem de orgânico da classe acontecendo agora. Então, se eu penso qualquer forma de reorganização da luta da classe trabalhadora eu preciso partir da onde ela está acontecendo com mais força. (...) Reconhecer a potência, vou falar do meu lugar, né, negra, na organização política e naquilo que mobiliza politicamente o povo, reconhecer essa potência significa que eu não vou tentar cooptar, que eu não incorporar o que eu sou, significa se destituir do comando. Porque se eu reconheço que a potência está ali eu não vou subjugar a potência, porque se eu subjugar a potência eu diminuo a potência. Como é que eu posso submeter o fogo a mim, não é possível. Ou pega fogo em mim ou eu apago. Não é possível que o comando da esquerda faça uso dessa potência, porque ao tentar fazer uso vai diminuir essa potência. A esquerda só poderia fazer uso radical dessa potência se ela deixasse que essa potência dirigisse o processo, se ela se submetesse a essa potência e isso nós não vamos fazer. O PT não vai fazer, o PSOL não vai fazer, os movimentos não vão fazer porque o racismo não deixa. (BELCHIOR: depoimento, 2018)

A geração que impulsionou 2013, a juventude que impulsionou os rolezinhos, as ocupações de escolas, os saraus de poesia e duelos, que incorporam uma nova musicalidade na resistência e criam estratégias de luta, que conjugam de forma profunda a cultura, fortalecem através da identidade um projeto político que considero um projeto de classe. Essa potência pode muito bem ser exterminada no processo do genocídio, capturada pelo neoliberalismo seja ele identitário ou ultraconservador, ou pode converter-se em força anticapitalista e descolonizadora da esquerda. Mas isso não ocorrerá sem uma mudança nos métodos, sem uma desestabilização das direções.

Esse é um tema bastante doloroso no interior da esquerda hoje e se apresenta como um dos principais gargalos: como construir uma unidade da classe trabalhadora sem subjugar parte dessa classe à direção de uma minoria masculina e branca? Como construir uma unidade interracial na classe que não rivalize mulheres e homens, negros e brancos, cis e transgêneros? Encarar esse desafio não é simples, pois envolve um movimento lento e doloroso de superação

da questão civilizacional do povo brasileiro, de suas cicatrizes mais profundamente cravadas no movimento da história.

Parte da esquerda estabelecida no Estado, nas instituições sindicais e partidárias reage negativamente a esse desafio, pelo temor de compartilhar ou perder a direção. É comum vê-los rotular pejorativamente as lutas de mulheres, de negros e negras, de LGBTIs como identitárias e minoritárias. Embora possa haver identitarismos, generalizar o rótulo pejorativo a essas pautas de luta é resistir à compreensão do caráter estrutural das opressões contra as quais esses grupos se organizam.

Rosane Borges no prefácio da edição brasileira de *Olhares Negros – raça e representação* de Bell Hooks sintetiza de forma brilhante esse debate:

Presos a uma concepção (decadente) legada pela modernidade, os que caem nessa armadilha (*universalistas* versus *identitaristas*) reduzem as reivindicações dos grupos historicamente discriminados a uma questão específica, identitária, como se identidade fosse coisa pouca. Pior: acusam esses grupos de desviarem a luta fundamental (contra o capitalismo, contra as estruturas) para caminhos curtos, adiando ou inviabilizando as mudanças necessárias, que ganhariam força quando levadas adiante por sujeitos indistintos, sem marcadores de raça, gênero ou orientação sexual, entre outros. As discussões em torno das novas ordens de representação e novos regimes de visibilidade habitam o coração da política global contemporânea, que tem como um de seus principais fundamentos a indissociabilidade entre política e representação. Nessa chave, é preciso defender uma ação transformadora capaz de encontrar maneiras de (re)inventar um mundo possível, numa perspectiva estética, ética e política. As antigas ordens de representação, agora em crise, mostram-se incapazes de abarcar o “mosaico possível de acepções do humano”, o que supõe a tarefa de fundar uma nova gramática política, livre das orientações de um pensamento oxidado. Não se deve reduzir a questão ao par universalismo e particularismo, no qual muitos querem alocá-la. (BORGES, 2019).

A maioria social do país não é uma classe social de sujeitos indiferenciados. Ao contrário, a diversidade e as desigualdades intrínsecas às maiorias sociais estruturam manifestações do poder político e da dominação no interior da classe. Nesse sentido, a associação entre política e representação (representatividade) é fundamental para a construção de uma nova maioria que seja dirigida por sujeitos políticos mais amplos e diversos.

Esse debate de fato fragmenta a esquerda hoje. Mas não se pode imputar a causa da fragmentação à reivindicação de representatividade e sim às dificuldades em construir direções mais compartilhadas, diversas, movimentos que saibam construir alianças entre as diferenças e combater as opressões no interior da classe.

Não desconsidero, contudo, a necessidade de enfrentar a essencialização das identidades, que é um problema real que aprofunda de forma intencional as fragmentações. De fato, há quem deseje permanecer fragmentado, diferenciado. Há uma parte do movimento feminista que não quer construir com os homens, do movimento negro que não quer construir alianças inter-raciais, etc. No entanto, a minha aposta é que a construção de uma nova maioria é essencial para enfrentar os fundamentos da opressão e da exploração. Fundamentos estes que estão difusos na sociedade, mas se concentram na relação Estado-Capital, que é ao mesmo tempo racista, colonial e patriarcal.

Retorno, portanto, ao que acredito ser o objetivo principal da esquerda: constituir-se em um movimento amplo de construção de uma nova maioria no país, diversa social e culturalmente. Não é possível tornar-se maioria sem ser constituído pelas diversidades da maioria, sem a descolonização do pensamento e da ação, da práxis.

A descolonização envolve verdade, memória e justiça: da escravidão, da ditadura, dos genocídios. Não é possível constituir um sujeito social capaz de fazer frente à necropolítica – presente tanto nos mecanismos de exceção e nos pactos econômicos, como na militarização – e ao autoritarismo cravado nos territórios populares sem o protagonismo da maioria social diversa que constitui o Brasil. Não existe soberania popular sem o reconhecimento efetivo da nossa diversidade e das opressões estruturais que nos impedem de ser.

As organizações precisam saber transbordar-se para envolver as pessoas na construção de seus métodos e horizontes estratégicos. O movimento feminista latinoamericano é um exemplo nesse sentido. As maiores lutas do nosso continente no período recente ocorreram na Argentina, onde mobilizações pela legalização do aborto foram massivas porque se alimentam de um amplo tecido social feminista. No Brasil também assistimos ao crescimento vertiginoso da expressão das mulheres no 8 de Março, nas marchas que marcaram as eleições e puxaram nas ruas o grito “Ele Não!” e nas resistências comunitárias. A partir de um acúmulo sobre a diversidade e desigualdade existentes entre as mulheres, traduzida pelo termo interseccionalidade, e da construção de um olhar apurado para as diferentes formas de resistência cotidianas (desde um grupo de bordadeiras até a formação de uma guarda comunitária) elas têm construído resistências que conjugam estética, poética, política e movimento de massas. Dessa forma, envolvem a todas na construção e formulação das estratégias de transformação: indivíduos, coletivos, movimentos

sociais, partidos, frentes. No centro da formulação teórica das mulheres no Brasil estão hoje as feministas negras.

A ampliação das alianças entre sujeitos de esquerda apenas é possível com uma reconfiguração da práxis. Faz-se necessária a construção de formas políticas que transbordem os partidos e que saibam operar em um ambiente mais fluido e gasoso de organização social, onde coletivos surgem e desaparecem, onde os métodos serão distintos e precisam aprender a traduzir-se e fortalecer-se. Uma aliança ampla apenas pode surgir entre aqueles que saibam dividir e distribuir o poder.

5.3.2 *Uma nova práxis*

Uma nova práxis nasce de novos sujeitos e também de novo equilíbrio entre as dimensões estruturantes da luta social: contra o Estado, pelo Estado e para além do Estado. O professor Marcelo Lopes de Souza, no texto *“Autogestão, “Autoplanejamento”, Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos”* aborda esses marcos da seguinte forma:

A questão, sem resvalar para o velho “estadocentrismo”, é a de saber combinar o “apesar do Estado” com o “contra o Estado” da maneira mais radical e fecunda possível - sem esquecer da habilidade para, quando for conveniente e factível (isto é, quando não estiverem seríssimos riscos de cooptação, enquadramento e proliferação de oportunismo), lançar mão do “com o Estado”, como a tentativa, de valor tático, de influenciar a elaboração de leis formais e, eventualmente, obter acesso a recursos e fundos públicos (SOUZA, 2012: 82).

A perda de equilíbrio entre as diferentes dimensões da luta se relaciona com a crise da práxis que por sua vez reside na perda de um horizonte estratégico transformador, na falta de esperança em um dia superar a relação Estado-Capital. Nesse contexto, a esquerda acaba afundando-se em disputas comezinhas e ilusórias por poder e espaço no Estado.

Nas entrevistas dessa pesquisa foi diagnosticado que a esquerda confere um relevo e um destaque desproporcional à institucionalidade em relação às demais vias de resistência. Ao mesmo tempo, é comum a crítica à perda de capilaridade social das organizações coletivas. A mediação do Estado, sempre conciliador com o capital, provocou a passividade e despolitização no seio do povo como tentei demonstrar ao longo da tese quando descrevo a redução no número

de greves e a acomodação do sindicalismo, a redução das ocupações de terra e a conformação do MST ao projeto neodesenvolvimentista, a dificuldade de dialogar com formas radicais e diretas de luta urbana que se manifestaram sobretudo a partir de 2013, a acomodação da luta estudantil à disputa de poder dentro das entidades como a UNE etc.

As lutas contra e pelo Estado podem até avançar dentro da institucionalidade, mas é fundamentalmente de uma pressão de fora que elas emergem e avançam, uma vez que o limite da institucionalidade é sempre construir uma mediação entre as lutas e o Estado-Capital. Portanto, de alguma forma seu resultado é a conciliação. O que é a expressão “inclusão pelo consumo”? Precisamente a ideia de um projeto econômico nascido da aliança Estado-Capital, que busca sustentar a inclusão de uma parcela daqueles antes excluídos nos termos desta aliança: a forma mercadoria.

Como exemplo dessa conciliação trago o programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se da maior inversão de recursos na história do país que, ao invés de priorizar o investimento nas parcerias com movimentos populares organizados, centrou-se em uma aliança com grandes construtoras para fornecer moradia para famílias que passivamente aguardavam nas filas dos programas habitacionais. A perspectiva central do programa era de moradia enquanto um ativo financeiro, uma mercadoria.

As lutas para além do Estado assumem, por outro lado, uma dimensão pré-figurativa e transformadora dos sujeitos e das práticas em um sentido revolucionário. Para além do Estado as comunidades produzem estratégias de sobrevivência que passam pela cultura, pela auto-organização, pelos mutirões, pela autoconstrução dos territórios, dos espaços formativos, das formas de trabalho e subsistência. A organização social no cotidiano, que gera valor de uso coletivo contrapondo-se ao valor de troca da forma mercadoria, deve expandir-se a partir da inclusão (não subordinada) de outros sujeitos na estratégia da esquerda.

Nas entrevistas que realizei para a tese identifiquei ainda outras conclusões recorrentes, embora não consensuais. A primeira delas é que o repertório do século XX se desatualizou. Com isso não quero incorrer no grave erro de julgar anacrônicas as greves gerais, as passeatas, os caminhões de som, os partidos. São acúmulos históricos da classe trabalhadora. Contudo, a esse

repertório devem ser incorporadas outras estratégias de resistência e ocupação. A linguagem deve ser atualizada.

Uma das dimensões centrais dessa estratégia é a cultura. Não me cabe aqui fazer uma crítica da dialética estrutura e superestrutura. Mas torna-se fundamental perceber a cultura de forma ampla, como um processo mesmo de reprodução da vida e das resistências que vão significando as práticas transformadoras no interior de territórios: quilombos, aldeias, assentamentos, ocupações, terreiros e de organizações.

O congado mineiro, por exemplo, é tão coberto de significados históricos e ancestrais de resistência, que o torna capaz de manter uma comunidade coesa, organizando-se para impedir que decisões “de cima” destruam a sua existência individual e coletiva. A forma de lidar com a opressão é também a incorporação e ressignificação da cultura opressora. O congado é muito mais que música, dança, festa e espiritualidade, ele constitui uma rede econômica, social e política que garante à comunidade condições de re-existência.

Uma das políticas dos governos Lula e Dilma foi a Política Nacional de Cultura Viva, que reconhece que é a comunidade e não o Estado quem produz cultura e que, portanto, os investimentos públicos deveriam fortalecer e desburocratizar os recursos para que os grupos culturais, as comunidades e os artistas tivessem garantidas as condições materiais de produção cultural. Milhares de pontos de cultura foram reconhecidos pelo país. A política é inovadora e fundamental, porém precisava ser aprofundada e melhor distribuída ao longo das regiões - as regiões sul e sudeste concentram quase três terços dos investimentos no país - e nas grandes cidades periferias carecem de equipamentos culturais. As distorções no investimento à cultura sempre foram um gargalo de um modelo que com dificuldade enfrenta a lógica da mercadoria. Ainda assim, a capilaridade e organização fez dos grupos culturais protagonistas da resistência ao Golpe.

A cultura é fundamental para compreender que as resistências não são apenas aquelas que se inscrevem na aparência de uma luta de massas. É preciso apurar nossas lentes e ampliar nosso leque de alianças. O chamado “trabalho de base” é, na realidade, a constituição de culturas, cotidianos e organizações que respondam às necessidades individuais e coletivas, materiais e espirituais, confrontando as estruturas de opressão.

O crescimento vertiginoso das igrejas neopentecostais é apontado comumente como um dos elementos responsáveis pelo crescimento do conservadorismo. De fato, elas respondem às necessidades espirituais e até materiais do nosso povo. Acolhem as mães em luto por seus filhos, dão significado, ainda que conservador, ao cotidiano de brutalidade das majorias sociais. Porém, dificilmente o fazem confrontando opressões.

A religião é cultura e está presente na organização e no sentido do cotidiano das pessoas. Jessé Souza (2012) aborda o tema do crescimento pentecostal e neopentecostal entre a classe trabalhadora brasileira - da ralé estrutural aos batalhadores brasileiros. Para a classe trabalhadora a religião responde a necessidade de construir condições para se imaginar, se espelhar e batalhar por um futuro de prosperidade não apenas após a morte, mas nessa vida. Nesse movimento, a busca pela purificação da família e dos costumes torna-se central e estruturante da cultura dos sujeitos. Essa ideologia religiosa vai se assentar muito bem a um projeto de inclusão pelo consumo e prosperidade no mercado. Quando as perspectivas de futuro e de inclusão se frustram, abre-se caminho para a demonização da esquerda, do Estado, dos “deturpadores da família”.

Desta forma, é possível afirmar que a práxis tem no cotidiano o seu principal terreno de disputa. É nele que se expressam novas sociabilidades e que podem ser geradas as condições para uma política para além do Estado. Portanto, não se trata apenas de retomar o trabalho de base, mas de ampliar o tecido social das organizações, culturas, coletivos, manifestações estéticas que confrontam no cotidiano a opressão e a exploração.

É preciso compreender que a contradição capital-trabalho se manifesta no cotidiano do chão de fábrica e dos territórios. Pensar a organização de formas comunais de resistência nesses espaços é essencial para que uma greve não acabe sempre em negociação, para que uma necessidade material comunitária não termine sempre no suplício à benevolência do Estado.¹⁰⁴

O Partido dos Trabalhadores – PT, na posse de parte do poder do Estado, acabou por gerar no povo a passividade da espera: esperar por um acordo coletivo de trabalho, esperar pelo Programa de Financiamento Estudantil – Fies para estudar, esperar a moradia em uma fila dos núcleos de habitação, esperar e esperar sempre por uma solução que venha do Estado. Fortalecer

¹⁰⁴ Defino as formas comunais como núcleos territoriais comunitários que forjam relações sociais baseadas na autonomia, na solidariedade, no trabalho coletivo e na partilha dos elementos da cultura viva.

a formação política para uma cultura para além do Estado é um dos principais desafios para superar a crise da práxis.

A confrontação ao Estado como um elemento da luta de massas também deve ser recuperada e expandida. A confrontação pode viver em uma letra de rap, na desobediência e resistência a uma decisão imposta de forma conservadora. Como exposto ao longo desse trabalho, nas décadas lulopetistas a ação direta de ocupação, greve, manifestação arrefeceu pouco a pouco. Maria Alves de Souza, liderança quilombola e líder sindical, descreve em entrevista o impasse da esquerda que passava a ter um pé manco nas lutas e um pé firme na institucionalidade:

A gente meio que recuou, principalmente, enquanto movimento social e sindical. A gente teve o Lula e não conseguiu fazer, de fato, o enfrentamento do Estado brasileiro. A gente meio que ficou, não a parte do Estado brasileiro, mas a gente ficou muito na defesa de ter um governo popular, que aquele governo era o Lula, de proteger aquele governo, mas a gente esqueceu de disputar ou, talvez, não conseguiu entender que a melhor estratégia era também ajudar o Lula a disputar o Estado brasileiro. A fazer a pressão necessária do campo, dos trabalhadores. (ALVES: depoimento, 2018)

A confrontação ao Estado é fundamento daqueles que sabem que o Estado burguês não será capaz de resolver as contradições do capitalismo e que ocupá-lo é muito diferente de tomar o poder. Não é possível um programa de reformas estruturais no Brasil sem confrontar o Estado-Capital.

As reformas nos países dependentes, diferentemente dos países imperialistas, não são possíveis em um processo reformista gradual e livre de sobressaltos. Todos os intentos de reforma agrária e de mudanças na estrutura da organização do trabalho na América Latina geraram convulsões de carácter revolucionário, pois mexiam na estruturação última do poder político, como exemplo, podemos tomar o Golpe civil militar de 1964 como resposta às reformas de base propostas por João Goulart, a Revolução Mexicana que propunha fundamentalmente melhores condições trabalhistas e a reforma agrária. Se houve combate ao latifúndio no Brasil nas últimas décadas, foi porque muitos deles foram ocupados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, o que acabou por forjar políticas que levaram a uma pequena redistribuição da terra. Se em Belo Horizonte existem hoje 15 mil novas casas autoconstruídas nos últimos dez anos, é porque o povo ocupou as áreas que não cumpriam sua função social na

cidade. A práxis do confronto forma sociabilidades revolucionárias. A esquerda não pode prescindir da centralidade dessa tática.

É preciso também, como já exposto, rever o lugar da ocupação política e institucional na práxis da esquerda brasileira. No período da Nova República a esquerda abdicou de uma estratégia revolucionária direta para construir o Programa Democrático Popular. Formulou-se a “estratégia de pinças” para dar conta de, progressivamente, ampliar os ganhos para o povo brasileiro e fortalecer uma perspectiva de transformação. O movimento de pinças consiste em ocupar espaços dentro e fora da institucionalidade almejando produzir uma democratização mais substantiva do poder político e um Estado social que enfrentasse o capitalismo por meio das reformas estruturais.

Não é possível historicamente saber se essas reformas eram ou não viáveis dentro da conformação de poderes da Nova República, pois elas simplesmente foram abandonadas em nome da governabilidade e da conciliação de classes. O que pode sim ser afirmado é que a estratégia se esvai na medida em que institucionalidade ganhou uma centralidade extraordinária. A disputa no interior da institucionalidade, seja ela por um espaço parlamentar, no poder Executivo ou na direção de um partido ou sindicato – sendo esses braços do movimento popular que mediam relação com o Estado – provoca uma perspectiva de transformação de curto prazo na esquerda e acirra os termos das disputas e fragmentações.

Então qual outra forma de ocupação do Estado é possível? Propostas de renovação da política abundam sobre o calvário da Nova República. Entre elas diversas propostas da direita que surgem entre a juventude conservadora: “Agora”, “RenovaBR”, “Nós” entre outras plataformas difusas que exploram a crise de representação no país, a antipolítica, o antipetismo e a crítica da corrupção, que apresentam candidaturas da juventude, explorando novas tecnologias e aplicativos de “participação”. Plataformas cujo conteúdo é velho, mas a forma mostra-se renovada, arejada. Como bem define Max Maciel, pedagogo e Consultor da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS:

Eu não acho que é contradição, porque não é toda juventude, é uma parcela da juventude que está se colocando. E nós, da periferia, dos movimentos populares, ainda somos minoria nesse engrossamento, que você tem ali uma turma neoliberal jovem, que viveu grande parte fora do Brasil que é um Renova hoje. E o quê que é o Renova BR? Renova BR é uma galera burguesa, dos 1% rico que está achando que vai salvar o Brasil. Mas eles nem viveram o Brasil. (...) Essa juventude que está se colocando, é uma

juventude que mais teve estado presente nos últimos 13 anos, cara. Aí o cara fala que quer ter menos estado, aí na periferia você olha e não tem estado nenhum. Aqui já não tem estado cara! Você quer botar menos o que? Na agenda do dia, nós estamos precisando é de estado, estamos precisando de creche pública para nossa gurizada, para nossas mães, nossas esposas. Nós estamos precisando de transporte público. E não um transporte público na lógica do trabalho e tal. Então, antes das perguntas, nessa linha da juventude se colocar, eu acho que não é uma renovação. Por isso que é um problema. Nós temos que tomar cuidado que não é pedir renovação. Renovação não é geracional só. Nós precisamos de uma renovação de programa, uma renovação de projeto e tudo que nós estamos vendo até agora é isso. (MACIEL: depoimento, 2018).

A juventude de esquerda também se organiza, sobretudo no PSOL, para ocupar a política com a crítica aos velhos modelos e velhos consensos. É o exemplo dos mandatos coletivos como as MUITAS – pela Cidade que Queremos, do qual participo como parlamentar municipal ao lado de Cida Falabella e que também conta com a deputada federal Áurea Carolina e a deputada estadual Andreia de Jesus. É também o caso de mandatos populares e feministas negros do PSOL: o que foi o mandato de Marielle Franco e hoje é da deputada federal Taliria Petrone e das deputadas estaduais Dani Monteiro, Monica Francisco e Renata Souza. Das plataformas coletivas de codeputadas como as Juntas no Recife e a Bancada Ativista em São Paulo. Todos eles participam da rede Ocupa a Política, uma plataforma que reflete formas de ocupação da política pela esquerda brasileira.

Esses mandatos não estão, por ora, inscritos em um projeto estratégico de poder e, embora possuam limitações significativas, são experiências que apontam reflexões e estratégias de construção de uma mudança na forma de ocupar espaços institucionais pela esquerda.

A primeira questão a ser observada é: quem são esses sujeitos da esquerda? Trata-se majoritariamente de uma juventude que não encontrava nas formas partidárias dominantes espaço para a ocupação institucional.

A questão da representatividade das corporalidades e lutas também é outro fator marcante. A representatividade é uma aposta na corporificação das propostas políticas que passam a destacar com mais força temas que ficaram subterrâneos no seio da esquerda no ciclo da Nova República como o genocídio da população negra.

Outra característica é a forma coletiva e colaborativa de construção das campanhas e projetos, permitindo um transbordamento dos partidos na busca pela ocupação institucional. As Muitas pela Cidade que Queremos, por exemplo, realizaram em 2015 debates amplos e abertos

com a cidade antes de se filiarem a um partido e todo o processo de campanha buscou comunicar e contar com apoio de pessoas que estão para além das identidades partidárias. As invenções coletivas, como a ideia de “votou em uma votou em todas”, desfazem a perspectiva de que o mandato pertence a um parlamentar, ele é de uma coletividade que o constrói e que também passa a compô-lo. Tal experiência se aprofundou em 2018 quando foram eleitas duas deputadas.

A performatividade da política casada com a cultura viva é outra marca importante. Há nessas experiências uma atualização da linguagem dura da esquerda, protagonizada por sujeitos vindos de trajetórias diversas de luta nem sempre marcada pela atuação partidária e que logra dialogar e envolver públicos mais amplos. Os mandatos inserem-se em uma rede ampla de resistências em que participam partidos, movimentos sociais, coletivos, comunidades e indivíduos. Bebem da força da conjugação e do transbordamento das formas: partido-movimento-movimentação.

As formas de produção de projetos de lei, posicionamentos, pautas políticas também busca ser mais colaborativa e envolvente. Trata-se de algo distinto das experiências de participação instituídas pelo petismo, centradas na realização de Conferências. Trata-se de envolver as pessoas não apenas na concepção da política, com a formação de “conselhos do mandato”, mas na execução das ações políticas utilizando para isso diversos instrumentos como o teatro, a ocupação cultural, os laboratórios populares de lei. Como defende a Deputada Federal Áurea Carolina:

A maior parte dessas Conferências não consegue entregar os desejos, as promessas, as expectativas que são geradas ali, no processo de participação, depois como política pública. Então é uma distância muito grande entre o avanço dos Planos, das recomendações, das deliberações e aquilo que realmente vira resultado para a população. E eu acho que não teria como ser muito diferente disso porque não teve uma discussão sobre uma participação direta das pessoas no funcionamento dos serviços, porque não é só de concepção do que deve ser. Que eu acho que é essa transição que a gente está fazendo aqui, hoje, no pensamento da Gabinetona, um mandato aberto em que as pessoas constroem com a gente, posicionamentos, constroem com a gente ações direta nos territórios, com o tamaninho que nós temos e nós não somos o Executivo, né (...) a gente já entendeu que não é simplesmente criar espaço de geração de demandas. É importante sim conhecer as demandas, fomentar o debate, mas isso não resolve tudo, a gente precisa ter, além das demandas, da criação de entendimento sobre as políticas, ter o funcionamento dessas políticas com a mão na massa do povo. (...) Não é só opinião, não é só controle social. É um negócio de quebrar o monopólio do Estado na realização mesmo dos serviços e aí que o Estado pode estar a serviço das lutas, porque, com essa infiltração, da nossa chegada, a gente também subverte a lógica, né. A gente não está aqui para reproduzir o funcionamento do Estado como ele, historicamente sempre foi

né, um lugar de violência, de manter privilégios, de acentuar a desigualdade e tal. (CAROLINA: depoimento, 2018).

O que Áurea Carolina refere é um aprofundamento das políticas de participação e democracia. Quebrar o monopólio do Estado, envolver as pessoas na execução da política, capturar o fundo público para as alternativas auto-organizadas do povo, são essas algumas pistas sobre como produzir diferentemente a ocupação do Estado, evitando provocar passividade ou fortalecer a lógica da mercadoria.

A experiência das MUITAS é uma entre diversas que visam uma renovação de sujeitos, de conteúdos e de métodos na esquerda. Os desafios de reequilibrar a práxis, contudo, não podem ser atribuídos apenas a experiências institucionais. É preciso que esses mandatos estejam inscritos em uma renovação de práxis mais profunda, pelo Estado, contra o Estado e para além do Estado. Propostas que busquei descrever em apontamentos iniciais e que acredito servirem à elaboração futura de um projeto estratégico de poder amplo, reticular, diversificado e compartilhado.

5.3.3 Um novo projeto de poder

No processo da redemocratização surge um consenso majoritário na sociedade e na esquerda em torno da democracia e do abandono de estratégias revolucionárias que marcaram as lutas pelo socialismo no século XX. Acreditou-se que a democracia poderia se aprofundar, se democratizar em um ambiente de uma economia capitalista cada vez mais monopolista. Nesse bojo tornou-se dominante o Programa Democrático Popular enquanto estratégia de poder, em contraposição à Nova República. Trata-se de um projeto que propunha conciliar a ocupação institucional e a pressão popular por reformas progressistas, acumulando forças e construindo consciência das massas para lutar pelo socialismo. Transcrevo aqui a tática de acúmulo de forças do programa publicado pelo Partido dos Trabalhadores em 1987:

A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; c) a

ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.¹⁰⁵

Ocorre que o projeto estratégico não se efetivou por diversas razões que em parte já foram abordadas na tese: sobreposição da estratégia institucional, arrefecimento das lutas, esvaziamento e cooptação dentro do sindicalismo, perda de capilaridade e organização cotidiana no seio do povo, indisposição das direções e das organizações a persistir com o projeto, inadequação à conjuntura brasileira, etc. Fato é que a esquerda acabou se submetendo, de uma forma ou de outra, às estratégias da ordem, do pacto de conciliação de classes gerado na Nova República.

As reformas estruturais não foram realizadas, a concentração de poder e renda se aprofundaram ameaçando a democracia ao invés de democratizá-la, as cisões que marcam a constituição da nossa cidadania não foram plenamente superadas, a exceção virou a regra e as pactuações e conciliações possíveis no momento da transição acabaram por se romperem pelo fortalecimento de uma perspectiva punitivista e militarizante do Estado e da sociedade. O que é pior, a nossa capacidade de reação organizada se esfacelou pela perda do horizonte estratégico, que gerou a crise da esquerda.

Dessa forma, a esquerda institucional que estava no poder não conseguiu incidir no Junho de 2013 para convertê-lo em um movimento por reformas estruturais ou pelo aprofundamento da democracia e desmilitarização do Estado, demandas presentes nas ruas. Estando no Governo, essa esquerda havia convertido-se em mantenedora da ordem. Em 2011 foi publicada uma carta de desligamento de 51 militantes das organizações que compunham o arco de alianças democrático popular, que descreve bem como a esquerda passou a servir a um projeto pró-capital:

Agora nossas organizações, cada uma a seu tempo e não sem contradições, estão dependentes do capital e seu Estado. As lutas de enfrentamento passaram a ameaçar as alianças políticas do pacto de classes, necessárias para manter os grandes aparelhos que conquistamos e construímos. O que em algum momento nos permitiu resistir e crescer se desenvolveu de tal maneira que se descolou da necessidade das famílias e da luta, adquirindo vida própria. O que viabilizou a luta hoje se vê ameaçado por ela: o que antes impulsionava a luta passa a contê-la. (...) Ao abandonar as lutas de enfrentamento, embora sigamos fazendo mobilizações, nossas lutas passaram a servir para movimentar a massa dentro dos limites da ordem e para ampliar projetos assistencialistas dos

¹⁰⁵ MOÇÃO APROVADA NO V ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Acesso em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1987.mocao_V.EN_PT_.pdf>. Disponível em 05 de Julho de 2019.

governos, legitimando-os e fortalecendo-os. Agora o que as organizações necessitam é de administradores, técnicos e burocratas; e não de militantes que exponham as contradições e impulsionem a luta.¹⁰⁶

O Programa Democrático Popular que nasce em contraposição à Nova República se esgota. As condições materiais e conjunturais colocadas hoje são distintas, o que me leva a sustentar a tese de que a esquerda precisa construir um novo projeto de poder. Portanto, não se trata apenas de “unir a esquerda” ou “retomar o trabalho de base” dentro da mesma estratégia. É preciso uma transformação profunda do campo. Não será de nenhum livro que vai sair a receita da revolução brasileira, tampouco da cabeça iluminada de algum acadêmico, dentre os quais eu me incluo. Ela precisa surgir do processo orgânico da práxis, dos sujeitos de pensamento e ação. Esse projeto apenas se construirá a partir da pluralidade de estratégias e resistências do sujeito revolucionário brasileiro, envolvendo essa diversidade em uma cocriação.

Não sendo possível afirmar qual o projeto, esbocei até aqui alguns elementos sobre o processo de construção: deve incluir uma diversidade ampla de sujeitos e métodos de resistência do povo brasileiro, sobretudo explorando a dimensão do cotidiano, e deve saber melhor equilibrar as dimensões da luta: pelo Estado, contra o Estado e, sobretudo, para além do Estado.

Um novo projeto deve dialogar com a conjuntura do fim da Nova República que busquei caracterizar. Nesse sentido, é importante considerar que a estratégia de democratização da democracia foi rompida pelo Golpe e corrompida pela exceção permanente. Não é possível a curto prazo conciliar com aqueles que quebraram o findado pacto, por isso o novo projeto deve impor-se a partir da acumulação de forças no seio do povo. Para isso deve emergir uma unidade não apenas de frentes e partidos, mas do povo que não está hoje organizado nas estruturas convencionais, ou seja, das maiorias.

O Programa Democrático Popular apresentava uma plataforma radical e um método para alcançar o socialismo, tarefa que exige a tomada de poder do Estado. No entanto, ao colocar na centralidade de sua tática o acúmulo de forças por meio das eleições e da ocupação de espaços de poder no Estado, esvaiu-se.

¹⁰⁶“Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas” em Passa Palavra. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/11/48866/>> Acesso em 31/04/2019.

Jaime Osório descreve a centralidade do Estado no processo de dominação e, portanto, defende que qualquer processo revolucionário e transformador impescinde da tomada do poder do Estado.

Na sociedade capitalista o Estado é a única instituição que possibilita que os interesses de grupos sociais específicos possam ser apresentados para o resto da sociedade como se fossem interesses de toda a sociedade. Alcançar o poder do Estado é, portanto, a tarefa fundamental de qualquer classe social em termos políticos, pois isso permite que seu projeto societário se imponha sobre o resto dos agrupamentos humanos e porque a partir do Estado essa capacidade se potencializa. (OSÓRIO, 2014: 43)

No entanto critica a estratégia de acúmulo de forças no Estado:

O Estado tem um papel ativo na luta de classes, a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas. (...) O Estado capitalista não é o melhor e nem o mais fundamental lugar para as classes dominadas acumularem forças. (...) as classes dominadas sempre tiveram que gerar embriões de Estado fora do Estado capitalista - gerando a chamada dualidade de poderes (...) O Estado não apenas reflete de forma mediatizada e distorcida a luta de classes, mas também desempenha um papel ativo na definição dos rumos e das modalidades dos enfrentamentos classistas (OSÓRIO, 2014: 51-52).

No momento atual, as regras democráticas de disputa de governos estão rompidas. As diversas entrevistas que realizei apontaram alguma lucidez à esquerda quando dizia que, se vencidas as eleições de 2018, um novo processo de exceção e Golpe se abriria tendo como atores fundamentais o parlamento, o judiciário, a mídia, mobilizando o conservadorismo da sociedade. Seria preciso um processo intenso de luta de massas para que esse governo não fosse paralisado e derrubado. Existe uma percepção, portanto, de que a estratégia de transformação estrutural do Brasil pelo Estado contando com um regime democrático se esvaiu. Nesse sentido, um novo projeto de poder adequado à conjuntura do fim da Nova República deve repensar o papel da institucionalidade e o terreno prioritário do acúmulo de forças.

A ocupação institucional deve dar-se de forma distinta, politizadora, e não deve ocupar o centro da estratégia desse novo projeto. Ocupar governos é necessário, mas não pode ser entendido como tática de tomada do poder. É preciso que seja um exercício de confrontação e não de acomodação. Considero que o Estado ainda é um espaço fundamental para experimentar processos de construção de políticas públicas e para promover medidas que melhorem a vida do povo. A ocupação institucional deve ocorrer de fora pra dentro, o que significa inclusive repensar o papel dos partidos eleitorais enquanto braços do Estado na sociedade, monopolizados por

formas burocráticas de controle, causam distorções, distanciamentos e fragmentações no seio da organização popular. Áurea Carolina expressa esse desconforto e desconfiança em relação aos partidos, que não é apenas dela:

Eu acho que a gente tem que quebrar o monopólio dos partidos e, no limite, desnaturar os partidos da forma como eles são hoje. Porque os partidos são estruturas antidemocráticas, no geral, inclusive o nosso partido, assim, internamente. As práticas são muito violentas, verticais, viciadas. Boa parte, né, não é tudo que é uma desgraça, assim, mas quem está com o controle do instrumento partidário reproduz essas práticas. Só que, assim, o negócio é tão amarrado que a gente precisa mexer no sistema político, fazer uma reforma política que propicie que movimentações autônomas, da sociedade, apresentem candidaturas coletivas, por exemplo, que as Muitas pudessem apresentar uma inscrição independente no processo eleitoral. (...) A gente vai precisar, no século XXI fazer essa passagem, não dá pra gente ficar dependendo dos partidos. Os partidos são ramificações do Estado, sabe? Dessa apropriação destrutiva da vida, os partidos não estão nem aí pro bem viver, os partidos não estão nem aí pro feminismo, não estão nem aí pras mulheres negras, não tão nem aí, sabe? (...) Porque é uma linha direta de acesso ao Estado e ao poder econômico, que é poder político. Então, assim, não precisa acabar com os partidos, mas no limite, equilibrar a presença dos partidos com outras formas de ocupação do sistema político. Coletivizadas, não burocratizadas, como o que a gente está sonhando aqui. Já existem algumas experiências no mundo que a gente precisaria estudar melhor. Eu acho que essa, hoje, é uma das principais barreiras até pra gente transformar o campo, porque a gente bate sempre nessa blindagem do Estado e os partidos são testa de ferro dessa parada, né? (CAROLINA: depoimento, 2018).

A crítica do partido aqui expressa parece direcionar-se ao monopólio da legenda eleitoral e não da existência de instrumentos e organizações políticas que construam uma estratégia de poder na sociedade.

Os instrumentos de organização popular não devem ser fundamentados na disputa da institucionalidade, mas na ampliação do poder popular. Se o estado de exceção é uma dimensão constitutiva das democracias com alta concentração de poder político nas mãos de uma elite do poder e do dinheiro, a ideia de democracia deve ser mais do que a experimentação democrática de instrumentos de participação nas instituições, que pouca ou nenhuma incidência tem sobre as decisões centrais que orientam a economia política em uma sociedade. A democratização deve ser entendida como um processo incessante de luta pela soberania popular, pela democratização do poder político, em outras palavras, a construção do poder popular que desde fora pressione, tencione e até mesmo destrua as instituições do Estado como estão conformadas.

No lugar do Programa Democrático Popular que orientou as esquerdas até aqui a priorizarem a disputa institucional, precisamos de um Projeto de Poder Popular. A democracia com poder popular não emerge do Estado e sim da sociedade. Portanto, nenhuma reforma

política de cúpulas será capaz de produzi-la. Apenas o acúmulo de forças resultante do fortalecimento do poder do povo inserido no cotidiano: nos locais de trabalho, nas relações pessoais, nas comunidades poderão garantir a construção de uma democracia de fato.

A tática desse projeto não apenas admite o conflito como o radicaliza, transforma a política em uma luta permanente por poder popular contra a hegemonia do mercado e o estado de exceção. Entre os direitos fundamentais que esta democracia preserva, o primeiro deve ser o direito de resistência contra toda ordem ou lei injusta. O direito à independência, à autodeterminação e ao combate a uma política necrófila, que se alimenta de morte e miséria, devem ser os princípios éticos fundamentais de uma democracia com poder popular.

O conflito, no entanto, não deve ser a única forma de agregar poder popular. É necessária a tarefa prioritária de amplificação de comunas na sociedade. Defino as comunas como espaços onde o poder popular desenvolve estratégias de autogoverno, autoproteção e autossustentação. O Brasil é um país extremamente rico em experiências comunais de todo tipo: os quilombos, os terreiros, os centros culturais autônomos nas periferias, os grupos de mulheres periféricas, os assentamentos rurais, as ocupações urbanas e outros espaços de quebra do desvínculo individualista imposto pelo sistema capitalista, colonial e patriarcal.

Uma experiência comunal que tive oportunidade de conhecer, onde se desenvolveu politicamente como estudante, professora e apoiadora Marielle Franco, foi o Museu da Maré. Trata-se um espaço comunal dentro da favela da Maré no qual se desenvolve o debate político entre mulheres negras, estratégias de autoproteção frente à violência do Estado, que dialoga com a memória, que sustenta práticas de cultura viva e educação popular, que constrói vínculos comunitários fortes. Ampliar experiências como essa significa construir, para além do Estado-capital, formas de produção e reprodução da vida.

O projeto de poder deve também olhar para as transformações recentes na sociedade brasileira, como o fenômeno da urbanização e precarização da vida nas cidades. Hoje a classe trabalhadora e as classes médias são majoritariamente urbanas. O urbano provoca uma nova relação entre a produção industrial e a relação com a terra e a natureza. O agronegócio e a mineração são dois processos produtivos que se inseriram em uma dinâmica industrial que submete o campo de uma forma profunda. Apenas de uma nova relação campo-cidade pode

frutificar um projeto de poder eficaz, o que está para além da dimensão da reforma fundiária, agrária ou urbana. Trata-se de buscar a construção cotidiana de relações de bem viver, uma nova forma de lidar com o lixo, com os rejeitos, com a produção alimentar, etc. A agroecologia é hoje um grande motor da aliança campo-cidade.

As cidades estão cercadas por enormes periferias militarizadas. Desenvolver o poder popular exige métodos que tomem a periferia urbana como sujeito protagonista de transformações. Táticas que tenham sensibilidade para conectar estratégias de sobrevivência construídas desde o cotidiano popular periférico, elaborar defesas ao poder das polícias, do tráfico e das milícias e que envolvam, sobretudo, a juventude que está na mira do canhão.

Pensar o urbano é compreender também como o fenômeno do desemprego e do subemprego se relaciona com o espaço. Na medida em que se aprofunda a financeirização e a acumulação monopolista, o meio de geração de renda para os trabalhadores cada dia mais é a moto do *ifood*, o carro da *uber*, o *tênis* e o chinelo do camelô. O espaço urbano torna-se arena de disputa pela subsistência e sobrevivência. A crise do neodesenvolvimentismo jogou milhares de trabalhadores no desemprego e na informalidade, ao mesmo tempo em que destruiu as condições trabalhistas fixadas desde a década de 1940 com o sistema da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e da Seguridade Social. É preciso desenvolver um novo sindicalismo que extrapole o chão de fábrica e se forme a partir daqueles que nunca estiveram resguardados pelos termos das pactuações políticas e trabalhistas ou que foram expulsos das mesmas. Será um desafio que implica sua reinvenção.

A luta por reformas ainda tem um lugar decisivo na transformação do país e no acúmulo da esquerda. Não localizo a contradição central do Programa Democrático Popular na dualidade reforma e revolução.

Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta. (Resoluções Políticas do Partido dos

Trabalhadores).¹⁰⁷

Um programa de reformas, em nosso continente, não é um programa reformista, pois algumas reformas no país alteram substancialmente a estrutura do poder político. Lutar por reformas e lutar por direitos confronta o poder político da aliança Estado-Capital. Um projeto de poder popular também deve ser acompanhado de uma práxis progressivamente mais radical e massiva de luta direta por reformas.

¹⁰⁷ *Resoluções Políticas do Partido dos Trabalhadores, 1887.* Disponível em: https://fpabramo.org.br/csah/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf Acesso em 19/10/2018.

O Programa Democrático Popular identificou um conjunto de reformas prioritárias e imediatas, mas não foi capaz de efetivá-las.¹⁰⁸ Algumas delas seguem bastante atuais, outras descompassadas no tempo. Passo a debater o sentido das reformas que seguem na ordem do dia.

Em primeiro lugar, a reforma do sistema político, com a abertura para a organização de candidaturas independentes e a mudança nas regras eleitorais para desconstruir o monopólio dos grandes partidos e do financiamento. É preciso um novo equilíbrio entre os poderes federativos e

¹⁰⁸ “Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis; Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa; Fim de qualquer forma de censura; Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa; eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; desmilitarização das polícias militares e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis; Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos; Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve; Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa; Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação; Controle das remessas de lucros ao Exterior; Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais; Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações; Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados; Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas; Criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito, de boa qualidade, com participação, em nível de decisão, da população, por meio de suas entidades representativas; estatização da indústria farmacêutica; Estatização dos serviços de transportes coletivos; Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares; Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores; Reforma urbana que assegure o direito de todos à moradia, com desapropriação de terras ociosas a baixo custo e pagamento a longo prazo, além de financiamento da casa própria à população, sem juros e compatível com a renda familiar; Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área; Devolução das prerrogativas do Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária, e de criar despesas; direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares; Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos; Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas; Política de elevação dos salários, buscando rapidamente repor as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices calculados pelo DIEESE; Definição de políticas urbanas claras, visando a melhoria da qualidade de vida da população e criando instrumentos de democratização do exercício do poder municipal; Reajuste mensal automático de salários e remunerações, pensões e proventos dos aposentados de acordo com os cálculos do DIEESE; Aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e aos 25 anos para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias de trabalhadores; Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários; Estabilidade no emprego; Contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultam em deterioração do meio ambiente e da ecologia.” em *Resoluções Políticas do Partido dos Trabalhadores, 1987*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>

o enfrentamento e desconstituição dos mecanismos de exceção judiciais, parlamentares, militares etc. A Lei de Responsabilidade Fiscal e outras medidas de controle fiscal e tributário retiraram protagonismo dos municípios, enfraquecendo-os. Nos municípios transcorre a vida cotidiana e também as confrontações do poder popular com o Estado. Não é possível qualquer saída para a questão urbana sem o fortalecimento dos municípios como espaços de tomada de decisões. Da mesma forma, não é viável o debate sobre os grandes municípios sem uma aliança metropolitana. O municipalismo é uma força importante de luta institucional, mas que deve compreender a necessidade de que o poder popular suplante o próprio Estado.

Faz-se necessária também a reforma democrática do Poder Judiciário. Não é possível avançar tendo o Judiciário como poder moderador, constituído com base na meritocracia oligárquica e jamais sujeito ao controle social. Caso contrário, seguirá ele operando a exceção.

Do ponto de vista da economia política existem reformas nas regras fiscais e tributárias que precisam ser alteradas como medidas de redistribuição da riqueza. A inclusão deve avançar de forma pública. A nova organização do trabalho deve formular uma expansão dos direitos trabalhistas e da seguridade social que não fragmente a classe trabalhadora. É preciso atacar a dependência estrutural do país a partir da defesa não apenas das empresas públicas, mas de um novo controle popular sobre os bens comuns que enfrente o extrativismo predatório, o agronegócio e a pecuária extensiva, a partir da ampliação de uma perspectiva ecosocialista (FERNANDES, 2019). Tais tarefas só são possíveis se o investimento público voltar a ser motor da economia e se essa economia for redirecionada para um modelo comunal de trabalho.

Por fim, a superação da cidadania fragmentada não é possível sem ações afirmativas e políticas que busquem a reparação integral das violências cometidas contra as mulheres, o povo indígena e negro. Reparação histórica significa que não possível reconciliar com o passado sem verdade, memória e justiça de genocídios, da escravidão, da ditadura, da militarização das periferias. Em consonância com esse objetivo está a construção de um projeto antipunitivista, de desencarceramento e desmilitarização da sociedade. A esquerda não soube até hoje dialogar com o sentido dessas propostas e seguiu reproduzindo de forma moralista o punitivismo, fortalecendo assim instituições que depois a golpearam. O antipunitivismo é uma tarefa árdua e que tem que se inscrever no cotidiano para gerar culturas vivas de reparação e responsabilização.

Essas são algumas entre diversas outras tarefas que a imaginação pode nos levar a conceber e que irão sempre gerar novas contradições a serem superadas no processo dialético da luta de classes. Sonhar não custa e é justamente a perda do sonho que nos leva a abandonar horizontes estratégicos. Sem a esperança de que a ação política hoje pode gerar transformações futuras, abre-se espaço para a despolitização. Claro, não devem ser lidas como prescrições, mas como aspectos gerais fundamentais para trabalhar desde o poder popular.

5.3.4 Reconfigurando a organização popular necessária

Sonhar com os pés no chão nos leva a necessidade de apontar algumas saídas em termos organizativos, que já estão em curso. Esse apontamento revela um cenário complexo em que o bloco formado em torno do PT segue defendendo a via institucional como prioritária. A oposição de esquerda encontra-se igualmente apegada à institucionalidade e ao Projeto Democrático Popular, como é o caso do PSOL, ou absolutamente isolada e perdida na conjuntura, como é o caso do PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

A crise é grave, mas a reorganização das forças a partir da construção de atos massivos de rua e das frentes conjunturais apresenta-se como o início de um caminho. A superação da fragmentação da esquerda, no entanto, deve se dar não apenas nas ruas ou nas urnas, onde cada um sustenta a sua bandeira e objetivos comuns são traçados entre as forças organizadas, ela precisa aprofundar-se a partir da práxis cotidiana e territorializada.

A Frente Povo Sem Medo tentou dar esse salto organizativo recentemente quando propôs a estratégia dos territórios sem medo, mas ainda de forma muito secundária, vertical, com prescrições e quase nenhuma metodologia de educação popular. A tática, além do mais, estava subordinada à centralidade dos partidos e da disputa institucional.

A superação da fragmentação da esquerda muito dificilmente se dará a partir da construção de uma frente única dos trabalhadores homogênea e com centralidade de direção ou de uma frente ampla de coalizão pluripartidária, mas ainda focada na estratégia eleitoral. É preciso aprofundar a partir do cotidiano e da construção do poder popular uma política de

alianças que quebre o isolacionismo e consiga construir pedagogias baseadas na eficácia das ações conjuntas.

Para exemplificar, participo de um movimento protagonizado por famílias negras na Vila Teixeira, no bairro Santa Tereza, um bairro de classe média de Belo Horizonte. Essas famílias estão envolvidas em um conflito judicial, marcado pelas injustiças históricas do processo civil e do debate sobre a propriedade privada, que perpetuam o racismo institucional. Parece um conflito micropolítico, porém o desenrolar da resistência envolveu a ampla mobilização comunitária, a aliança com o bairro, a celebração da cultura, a espiritualidade afro-descendente, a busca da ancestralidade e o tombamento da comunidade como o 4º quilombo em contexto urbano de Belo Horizonte. A aliança específica que se formou em torno dessa resistência movimentou os três poderes, nas três instâncias federativas: Executivo, Legislativo e Judiciário do Município, Estado e União. Quem diria que em uma conjuntura de retrocessos e retirada dos direitos dos povos tradicionais uma coisa assim seria possível? A receita está no estabelecimento de alianças amplas e eficazes com movimentos sociais e atores inseridos em uma diversidade de espaços políticos.

Outro exemplo é a construção das alianças de resistências e alternativas territoriais: a Teia dos Povos da Bahia e do Maranhão envolvendo camponeses, indígenas, quilombolas, povos de terreiro e apoiadores do espaço urbano. São espaços onde se intercambiam estratégias de resistência em encontros onde a espiritualidade, a comida e a festa ocupam um lugar central.

A fragmentação do campo popular e de esquerda deve ser enfrentada com a descolonização das práticas e dos processos políticos por meio de processos de tradução. A tradução é um procedimento político, teórico e metodológico que visa intensificar os diálogos entre sujeitos de forma a criar condições para a emergência de novas convergências políticas, que reconheçam a multiplicidade das formas de opressão, bem como a diversidade dos movimentos que lutam por emancipação.

Segundo António Sousa Ribeiro (2005) a tradução é uma forma de relação específica que se estabelece na fronteira entre culturas e subjetividades. Este conceito, inicialmente formulado para pensar os processos de transferência interlinguísticos, pode ser tomado como uma metáfora da contemporaneidade em um mundo marcado pela expansão das zonas de contato (Ribeiro, 2005). Deslocado para os estudos culturais e para a prática política, o conceito pode ajudar a

pensar toda relação marcada pela diferença onde “contextos e práticas políticas e sociais podem ser postos em contacto de forma a que se tornem mutuamente inteligíveis, sem que com isso tenha que se sacrificar a diferença em nome de um princípio de assimilação” (Ribeiro, 2005: 2).

O paradigma da tradução intercultural que aqui proponho como referencial teórico e objetivo da prática política se opõe às narrativas que buscam negar ou mesmo transpor a diferença. Estas, mesmo quando pretendem visibilizar e unir diferentes povos, acabam por assimilar e ocultar o outro em um ato que denomino de “falsa tradução”.

A reconfiguração das formas de organização da esquerda exige a ampliação e a consolidação de uma política de alianças que não seja sectária e hegemónica, e que esteja consolidada no cotidiano e na eficácia das ações conjuntas e de um processo de tradução. A política de alianças, que na minha tradição organizativa denomino “unidade aberta”, é aquela capaz de desconstruir a ideologia dominante, experimentar a construção de autonomia, levando, assim, à formação do que Gramsci denominada bloco histórico (GRAMSCI, 2004), e que eu denomino Nova Maioria social e política.

6 CONCLUSÃO

A crise é constitutiva do capitalismo, ela é inerente às suas contradições, e manifesta-se ciclicamente. Vivemos uma crise mundial do capitalismo que há décadas aprofunda o neoliberalismo elevando a contradição dos regimes democráticos, ainda quando esses são minimalistas. A crise não é novidade. Para a esquerda a questão é saber jogar com ela, transformar as contradições do presente em motor para lutas sociais pela transformação. Quando, ao contrário, a esquerda entra em crise junto com a ordem, talvez seja porque ela tornou-se parte dessa ordem.

A crise da esquerda brasileira ficou evidente desde junho de 2013, quando ela não soube explorar, compreender ou dialogar com a indignação presente nas ruas. Havia um distanciamento profundo dos manifestantes, seus métodos, suas linguagens. Esse distanciamento torna-se motivo para a esquerda estabelecida nos governos, junto com seus instrumentos de base, reforçarem a criminalização e culpabilização dos protestos por todos os males e catástrofes que se seguiram nos próximos anos. As ruas questionavam a ordem, e a esquerda reagia negativamente, pois havia se tornado parte da ordem.

A tese buscou compreender os desafios da esquerda diante do fim da Nova República e o significado das manifestações de junho de 2013. Buscou-se, para tanto, examinar os pilares que constituíram a Nova República no processo de transição da ditadura para a democracia, as suas transformações e processos de esgotamento.

Os pilares que sustentam as promessas de desenvolvimento com inclusão se esgotaram. As ruas em 2013 pediam a ampliação dos direitos sociais, mas hoje assistimos a um processo de precarização da cidadania, dos direitos trabalhistas, e expulsão daqueles que antes eram incluídos. Tal movimento relaciona-se ao aprofundamento da crise internacional e do neoliberalismo no mundo, mas também ao abandono de um projeto de reformas estruturais progressistas. A aposta no modelo neodesenvolvimentista, de um Brasil que se lançava como uma potência regional, que sediava o grande evento de futebol Mundial, ao mesmo tempo em que ampliava a esfera de inclusão social através do mercado, agora se revela inviável.

As promessas de aprofundamento da democracia também foram sendo desconstruídas na medida em que os instrumentos de participação não conseguiam influir sobre o centro das decisões políticas do país. Os experimentos de participação na esfera municipal foram sendo cada vez menos acionados, as conferências e conselhos não conseguiram incidir sobre temas centrais da agenda pública. O arranjo de forças e as regras do jogo de disputa institucional da Nova República foram sendo quebrados por processos judiciais, midiáticos e parlamentares que desgastaram a política. Com isso emerge uma profunda crise de representação: crise da democracia, dos partidos, dos políticos, da política. A redemocratização não democratizou plenamente o poder político e, com o passar do tempo, a exceção foi tornando-se regra.

A persistência das estruturas autoritárias, militares e punitivistas foram tornando a violência cada dia mais cotidiana na política. O encarceramento foi ampliando, a tortura, os desaparecimentos e as execuções se direcionaram para os territórios populares cada vez mais militarizados. Uma política necrófila ganhou força no país, com ela, as falsas soluções para as múltiplas crises pelas quais passa o Brasil: crise econômica, crise política, crise moral. O fascismo então ganha força na condição de elemento organizador das insatisfações.

Nesse contexto, uma direita de caráter profundamente neoliberal, conservadora, racista, misógina ganha força com a legitimidade do voto popular, em um contexto de exceção. A aposta na ocupação da institucionalidade dominada pela violência e pela exceção para reconstruir a democracia e o desenvolvimento com inclusão parecem inviáveis. Por isso, sustento que o Projeto Democrático Popular se esgotou enquanto alternativa à Nova República.

No entanto, a esquerda não consegue deixar de olhar para o passado, tem dificuldade de construir um novo projeto de poder, o que se manifesta em fragmentação e perda de capilaridade junto ao povo. Esse apego ao passado da Nova República é manifesto na sua linguagem e nas suas pautas políticas e foi elemento organizador da campanha de Lula/Haddad: “O Brasil Feliz de Novo”. Ao invés de evocar o projeto de superação ao pacto conservador da Nova República, ela parece saudosista de um processo que ela criticava em seus fundamentos desde a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Mesmo sem conseguir esboçar um novo projeto, a esquerda começa a se reorganizar a partir da construção de frentes populares, que até podem ser impulsionadoras de processos mais

profundos de reconfiguração do poder. É fundamental compreender que um projeto de poder é diferente de programa de mudanças ou de projeto para as eleições: é aquele que consegue articular de forma inovadora novos sujeitos, novas práxis e um novo equilíbrio das três dimensões da construção do poder: contra o Estado, pelo Estado e para além do Estado.

Os novos sujeitos devem emergir de uma reconexão entre política e representação para que possa emergir o protagonismo da diversidade que constitui o povo brasileiro: das mulheres, dos indígenas, dos negros e negras, LGBTIs, quilombolas, etc. Para isso, é necessária a descolonização da esquerda, a superação da ideia de uma classe trabalhadora homogênea. A diversificação das direções políticas da esquerda pode trazer à tona pautas políticas antes secundarizadas como a militarização, o racismo, o patriarcado e os processos de verdade, memória e justiça.

Uma nova práxis emerge dos novos sujeitos que trazem a diversidade de formas de resistir, abarcando elementos da cultura, da espiritualidade, da organização comunitária e cotidiana. Emerge também a necessidade de repensar as resistências urbanas em um contexto de fragmentação do mundo do trabalho e acirramento das contradições no campo. Fazem-se necessárias estratégias de enfrentamento e pressão sobre o Estado, que devem ser mais fortes que as estratégias de ocupação de espaços institucionais.

Os diversos golpes que destruíram a democracia e os direitos não poderão ser recuperados em um processo eleitoral. No entanto, é necessário enfrentar o desgaste da política e da esquerda institucional contrapondo os velhos métodos às novas formas de estar na institucionalidade, que calibrem e fortaleçam uma postura ativa, de democracia direta e compartilhamento do poder, de pressão de fora para dentro.

Aposto em um novo projeto de poder que coloque na centralidade a construção de poder popular a partir de organizações comunitárias que expressam elementos de auto-organização, autossustentação e autodefesa, para além do Estado, enraizadas no cotidiano. O cotidiano é o tempo/espaço em que as forças conservadoras e neoliberais têm avançado a cada dia. Portanto, qualquer projeto de poder que envolva as grandes e diversas maiorias precisa ter um enraizamento no cotidiano popular.

A partir da centralidade do cotidiano e do poder popular deve ser constituída uma política de alianças forte, que quebre o isolacionismo e consiga construir pedagogias de tradução, baseadas na eficácia das ações conjuntas. Essa política de alianças ainda não está desenhada nas frentes populares conjunturais e nem no interior dos partidos, mas se expressa forma contundente a partir das resistências territoriais no espaço rural, como a Teia dos Povos, e no espaço urbano, como foi o experimento das Assembleias Populares em Junho de 2013.

Não há caminhos fáceis e nem atalhos para superar a crise e reconfigurar a esquerda. A tese foi escrita no meio da tormenta, no calor dos acontecimentos. Ela não contém respostas prontas, mas apostas que podem se manifestar em ações do presente na esperança de construir um futuro em que não sejamos impedidos de ser, em nossa diversidade, que é nossa potência, o povo brasileiro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANTES, ROGÉRIO B. Polícia Federal e Construção Institucional. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Orgs.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 99-132.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, 37(2), 273-289. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.25091/s01013300201800020006>> Acesso em 23/07/2018.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e opinião pública. In: AVRITZER, Leonardo (Org.); FILGUEIRAS, Fernando (Org.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 15-42.

BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, 2016, n. 15, p. 557-589.

BIROLI, F. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: Linda Rubim; Fernanda Argolo. (Org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 1ª Ed, v. 1, 2018, p. 75-84.

BRUNO, Eduardo; CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe, **A verdade das manifestações é a paz**, 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/a-verdade-das-manifestacoes-e-a-paz/>>. Acesso em 23/04/2014.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Rosane. Para ir muito além da crítica ao ‘identitarismo’. In: HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRESSER-PEREIRA. **O paradoxo da esquerda no Brasil**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100003> Acesso em 30/09/2018.

BRIGADAS POPULARES. **Do Tuiuti a caserna: a falsa intervenção militar no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/do-tuiuti-a-caserna-a-falsa-intervencao-militar-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em 18 fevereiro de 2018.

CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: POCHMANN, **O mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CHOMSKY, Noam. **A manipulação dos média: os efeitos extraordinários da propaganda**. Lisboa: Inquerito, 2002.

D' SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa-ativista e revolução na Era da globalização. In: SANTOS e MENESES (orgs.), **Epistemologias do Sul**. 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 2010.

FERNANDES, Edésio. Direito e Gestão na Construção da Cidade Democrática no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórvidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GARCÍA-MARQUEZ, Gabriel. **A solidão da América Latina**. Disponível em: <<http://thomasvconti.com.br/2014/discurso-de-gabriel-garcia-marquez-ao-receber-o-premio-nobel-de-literatura/>> Acesso em 24/05/2018.

GARCÍA-MARQUEZ, Gabriel. **O Outono do Patriarca**. Tradução: Remy Gorga filho. Rio de Janeiro: Record [17ª Ed.], 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**, v. 2. Org. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Caderno de Formação Política do Ciclo Palmarino n.1, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf> . Acesso em 03/11/2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. 2º Ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34., 2005.

GUIMARÃES, Patrícia C. Entrevista a Amelinha Teles. In: **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LANFREDI, Leandro. **Maior número de greves da história: primeiras hipóteses lendo os dados do DIEESE**. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Maior-numero-de-greves-na-historia-recente-primeiras-hipoteses-lendo-os-dados-do-DIEESE>> Acesso a 24/05/2018.

LIMA, Venício A. de. **A Comunicação na Constituinte de 87/88**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-comunicacao-na-constituente-de-8>

788/ > Acessado em 24 de setembro de 2019.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas - uma biografia de 2018**. Rio de Janeiro: Record, 2019 [1ª Ed.].

MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016 Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em 04/03/2019.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles desgovernadas**. Estudos Avançados, 25(71), p.7-22, 2011. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100002>> Acesso em 04/03/2019.

MARICATO, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido!*. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: Sebastião Nascimento. 1ª edição. São Paulo, 2018.

MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, dezembro 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf> Acessado em 24 de setembro de 2019.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Tradução Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria, Ação coletiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos média (1992-2002). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p. 99-127, 2005.

MENDONÇA, Aline. **O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**, Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: **Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Nota do MST sobre a intervenção militar no RJ**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nota-do-mst-sobre-a-intervencao-militar-no-rj/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

NASSIF, Luis. **O fim do período da Nova República**. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/o-fim-do-periodo-da-nova-republica>> Acesso em 12/06/2018.

OLIVEIRA, Guilherme Santos Cabral de. **Experiências e solidariedades na formação da União dos Operários Estivadores**. Monografia apresentada ao curso de História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://rima.im.ufrjr.br:8080/jspui/bitstream/1235813/3381/1/OLIVEIRA%2C%20Guilherme%2>>

0Santos%20Cabral%20de.%20Experi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Uni%C3%A3o%20dos%20Oper%C3%A1rios.pdf.> Acesso em 28/02/2019.

ORTELLADO, Pablo. **A negação de Junho, quatro anos depois.** *IHU Unisinos*. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568658-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois>>. Acesso em 3 de setembro de 2018.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OTONI, Pedro (2017). **A conjuntura e seu labirinto. Brasil em 5.** Disponível em: <<https://brasilem5.org/2017/07/25/conjuntura-e-seu-labirinto/>> Acesso a 03 de setembro de 2018 em

OTONI, Pedro. **A intervenção federal deveria ser nos bancos da avenida paulista.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/pedrootonioficial/videos/187328011866987/>> Acesso em 18 fevereiro de 2018.

OVALLE, Iván López; NIELL, Mateo Crossa. Marini y la cuestión del Estado. **Cadernos Cemarx**, nº 9, p. 49-67, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Segurança pública requer responsabilidade e não oportunismo.** Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nota-seguranca-publica-requer-responsabilidade-e-nao-oportunismo/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Lideranças do PT e movimentos criticam intervenção no Rio.** Disponível em:

<<http://www.pt.org.br/liderancas-do-pt-e-de-movimentos-criticam-intervencao-no-rio/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Nota do PSOL: intervenção não é solução.** Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/nota-do-psol-intervencao-nao-e-solucao-2/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PASSOS, Anaís Medeiros. **Fighting crime and maintaining order: shared worldviews of civilian and military elites in Brazil and Mexico.** *Third World Quarterly*, 2017, DOI: 10.1080/01436597.2017.1374836

RIBEIRO, Antônio Souza. A tradução como metáfora da contemporaneidade, **Eurozine**, 2005. Disponível em: <http://www.eurozine.com/pdf/2005-07-18-ribeiro-pt.pdf>. Acessado em 15/01/2014.

QUADROS, Carlos Fernando de.; NUNES, G. M. . **Protestos no Brasil contemporâneo: crises no paraíso?** 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

QUIJANO, Aníbal, Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 227-278, 2005.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias In: **Novos Estudos**, 89, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Democracia Impedida.** O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SADER, Emir (Org.). **Constituinte e Democracia no Brasil Hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAFALE, Vladimir. Amar uma ideia. In: **Occupy, movimentos de protestos que tomaram as ruas.** Tradução João Alexandre Peschanski. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 15-26, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 29, nº 2, maio - agosto, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. In: **Novos estudos - CEBRAP**, n.97, pp. 23-40, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. A intervenção militar no rio: dos juízes aos generais. Nos movimenta. Disponível em: <<https://nosmovimenta.com.br/index.php/2018/02/17/a-intervencao-militar-no-rio-dos-juizes-aos-generais/>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. Autogestão, Autoplanejamento, Autonomia: atualidade e dificuldades das práticas libertárias dos movimentos urbanos. In: **Revista Cidades: o pensamento e a práxis libertários e a cidade**, Volume 9, número 15, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Leya Casa da Palavra,, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe - entenda como e por que você foi enganado.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Leya Casa da Palavra, 2017.

TELES, Edson; Safatle, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção:** a forma jurídica do neoliberalismo. Jornal GNN, 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/estado-de-excecao-a-forma-juridica-do-neoliberalismo-por-rafael-valim>> Acessado em 18 fevereiro de 2018.

VERSIANI, Renata; BRINGEL, Breno. **Perspectivas e desafios da pesquisa militante na atualidade.** (2014). Disponível em: <[file:///C:/Users/Isabella/Downloads/Artigo%20Pesquisa%20Militante%20BRINGEL%20e%20VERSIANI%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Isabella/Downloads/Artigo%20Pesquisa%20Militante%20BRINGEL%20e%20VERSIANI%20(1).pdf)> Acesso em 31/07/2014.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita Volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

YOUNG, I. M.. A comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (Org.), **Democracia Hoje:** Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Globalización y Crimen Organizado.** I Conferência mundial de derecho penal. El derecho penal del siglo XXI. Guadalajara, 18-23 Noviembre 2007.

ZAFFARONI, E. Raúl. El derecho latinoamericano en la fase superior del colonialismo. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica.** Rio de Janeiro: vol. 7, p. 182 - 243, maio-agosto de 2015.

ZIBECHI, Raul. **Brasil potência:** entre a integração regional e um novo imperialismo. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ZIBECHI, Raul. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **Revista OSAL**, n.34, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>> Acesso em 22/06/2019.

8 ENTREVISTAS

ALVES, Maria (2018). Entrevista concedida por Maria Alves, quilombola e dirigente sindical à tese de Isabella Gonçalves em julho de 2018.

ARCARY, Valério (2018). Entrevista concedida por Valério Arcary, professor e dirigente do PSOL, à tese de Isabella Gonçalves em janeiro de 2018.

BELCHIOR, Douglas (2018). Entrevista concedida por Douglas Belchior, militante do movimento negro e fundador do Educafro, à tese de Isabella Gonçalves em junho de 2018.

BRAGA, Glauber (2018). Entrevista concedida por Glauber Braga, deputado federal, à tese de Isabella Gonçalves em julho de 2018.

CAPILÉ, Pablo (2018). Entrevista concedida por Pablo Capilé, militante do movimento negro e fundador do Educafro, à tese de Isabella Gonçalves em junho de 2018.

CAROLINA, Áurea (2018). Entrevista concedida por Áurea Carolina, deputada federal, à tese de Isabella Gonçalves em setembro de 2018.

LIMA, Pablo (2018). Entrevista concedida por Pablo Lima, professor e dirigente do PCB, à tese de Isabella Gonçalves em janeiro de 2018.

GOMES, Nilma (2018). Entrevista concedida por Nilma Gomes, intelectual negra e ex-ministra, à tese de Isabella Gonçalves em julho de 2018.

MACIEL, Max (2018). Entrevista concedida por Max Maciel, militante do movimento de juventudes, à tese de Isabella Gonçalves em julho de 2018.

MAYER, Joviano Maia (2018). Entrevista concedida por Joviano Mayer, advogado popular e ativista, à tese de Isabella Gonçalves em setembro de 2018.

NETO, Silvio (2018). Entrevista concedida por Silvinho Neto, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, à tese de Isabella Gonçalves em agosto de 2018.

OTONI, Pedro (2018). Entrevista concedida por Pedro Otoni, cientista político e militante das Brigadas Populares, à tese de Isabella Gonçalves em setembro de 2018.

VITRAL, Carina (2018). Entrevista concedida por Carina Vitral, militante do PCdoB e ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes, à tese de Isabella Gonçalves em janeiro de 2018.